

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Tuize Silva Rovere

**TERRITÓRIOS DE (RE)EXISTÊNCIA:
Cidades, mulheres e as redes de cuidado como subversão da política pública
habitacional**

Santa Cruz do Sul
2023

Tuize Silva Rovere

TERRITÓRIOS DE (RE)EXISTÊNCIA

**Cidades, mulheres e as redes de cuidado como subversão da política pública
habitacional**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional–Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Estado, Instituições e Democracia, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cláudia Tirelli

Santa Cruz do Sul
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Rovere, Tuize S.

TERRITÓRIOS DE (RE)EXISTÊNCIA : Cidades, mulheres e as redes de cuidado como subversão da política pública habitacional / Tuize S. Rovere. – 2023.

213 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Cláudia Tirelli.

1. urbanismo feminista. 2. políticas públicas habitacionais. 3. modos de habitar. 4. mulheres e habitação. 5. mulheres e redes de ajuda e sociabilidade. I. Tirelli, Cláudia. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

TERRITÓRIOS DE (RE)EXISTÊNCIA
Cidades, mulheres e as redes de cuidado como subversão da política pública
habitacional

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional–Mestrado e Doutorado; Área de Concentração em Desenvolvimento Regional; Linha de Pesquisa em Estado, Instituições e Democracia, Universidade de Santa Cruz do Sul–UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Dra. Cláudia Tirelli

Professora orientadora – UNISC

Dra. Grazielle Betina Brandt

Professora examinadora – UNISC

Dr. Marco André Cadoná

Professor examinador – UNISC

Dra. Mariana Barbosa de Souza

Professora examinadora – UFLA

Dra. Thaís Troncon Rosa

Professora examinadora – UFBA

Santa Cruz do Sul
2023

Ao meu amado filho João, pela paciência.

AGRADECIMENTOS

A conclusão dessa tese é para mim a costura entre minha trajetória pessoal, minha vida profissional e minha experiência acadêmica. Não como um ponto final, mas como o resultado do amadurecimento de um longo processo de reflexão que envolve a compreensão da arquitetura e do urbanismo como instrumentos de mudança social, em direção à construção de outros tipos de cidades, mais justas e equânimes, desde as suas margens. O processo de doutoramento se mostrou como uma forma de compreender certas questões que há muito permeiam minha trajetória, especialmente a forma como o feminismo atravessa minha existência e se insere em todos os âmbitos do meu fazer. Minha produção científica não poderia se afastar dessa realidade. Cursar o doutorado, depois de 15 anos de formação profissional e sendo mãe solo, e ainda atravessando uma pandemia e uma época de recrudescimento do conservadorismo no país, só me foi possível por conta da minha própria rede de cuidado e ajuda. Por isso, preciso agradecer às mulheres e homens, de perto e de longe, que se empenharam para que esse percurso fosse possível. Sem elas e eles, seus apoios, incentivos, ensinamentos e cuidados, certamente esse momento não teria se tornado possível. Assim, é com enorme gratidão que encerro essa etapa tão feliz, realizadora e imensamente difícil da minha vida.

Minhas interlocutoras, que com tanto desprendimento e abertura me acolheram em suas casas, me deixando participar de suas vidas cotidianas e dividindo comigo suas trajetórias, suas angústias e anseios sobre o lugar em que vivem e sobre a forma como se relacionam com a cidade. Foi através das suas experiências que pude (re)conhecer formas de fazer cidade muito distantes do que vivencio, mas que em tantos pontos se cruzam com as minhas. Estar junto delas nesse tempo foi uma experiência que me engrandeceu enquanto pesquisadora e urbanista, mas também enquanto mulher. A elas minha gratidão, sem elas essa tese não existiria. Minha escrita também foi pensando em retornar a elas, um pouco pelo menos, do tanto que elas me proporcionaram.

Minha orientadora, Cláudia Tirelli, pela paciência, por acreditar nas minhas utopias, por me orientar e se dispor a refletir comigo sobre os temas que nos são tão caros: a cidade, as mulheres e seus imbricamentos com as políticas públicas. Foi com ela que aprendi a olhar para além da normatividade e também sobre tomar a perspectiva relacional como uma forma de ver o mundo, muito além da pesquisa acadêmica. Pelas oportunidades de pesquisa e pela

possibilidade de me aproximar do lugar que viria a ser meu campo empírico, o residencial Viver Bem, muito antes do processo de doutoramento, ainda no mestrado. Pela amizade que formamos e pelos momentos que dividimos, muito além da academia. Pelo acolhimento às minhas inseguranças e pela calma que sempre me fez acreditar que seria possível. Através dela e de minhas interlocutoras entendi que a pesquisa acadêmica também pode ser um lugar de afeto.

Os colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas em Democracia e Políticas Públicas - GEDEPP, que foi um importante lugar de trocas acadêmicas e de amizade, onde pude explorar novas perspectivas e aprender enormemente sobre políticas públicas e suas intersecções. E ainda foi espaço de acolhimento e escuta às minhas dúvidas, experimentações e anseios teóricos e metodológicos, em um campo tão novo para mim como a exploração e a interlocução etnográfica. Estendendo ainda ao professor Quico (professor doutor Francisco Neto) e aos colegas da pesquisa *Disputas e resistências: a cidade (re)construída entre a norma instituída pela política habitacional e os modos de existência dos habitantes das periferias*, financiada pelo CNPq, com quem tanto aprendi sobre as possibilidades exploratórias da antropologia urbana e sobre outras formas de pesquisar sobre a(s) cidade(s). Participar da nossa pesquisa sobre modos de fazer cidade me trouxe uma experiência fundamental para o resultado que trago aqui e me deu também a oportunidade de dividir meu percurso acadêmico no processo final de escrita dessa tese.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul pela oportunidade de estar cursando um programa de doutoramento de excelência, nota 6 da CAPES, o que só foi possível pelo trabalho e esforço conjunto de todos. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Ministério da Educação) que permitiu minha total dedicação a este apaixonante trabalho de pesquisar e produzir ciência, e a todos os brasileiros que acreditam e se esforçam para que a ciência e a pesquisa continuem existindo no Brasil.

O Observatório dos Conflitos das Cidades, grupo que me acolheu junto à UCPel, em Pelotas, coordenado pela incansável professora dra. Cristine Jaques Ribeiro, pela enorme lição de como a pesquisa acadêmica pode ser humana, territorializada, afetuosa e militante, sem deixar de ser científica. As lições que aprendi e aprendo nesse grupo me fizeram uma pesquisadora melhor e ainda mais engajada com a pesquisa transformada em ação e comprometida com o retorno aos seus objetos de estudos, contra a pesquisa extrativista. Ali entendi que produzir ciência é também fazer política.

As amizades e parcerias, de longe e de perto, que me acolheram nos momentos mais difíceis e se alegraram comigo nas conquistas, sem elas e eles não teria sido possível.

As amizades todas, especialmente as mulheres incansáveis que formaram a minha rede de apoio nos momentos em que as demandas eram demais para que eu desse conta sozinha. A amiga Ana Flávia que tomou conta do meu filho durante as noites para que pudesse frequentar as aulas, que me foi colo e ouvido em tantas e tantas dúvidas e angústias que surgiram pelo caminho, que cozinhou e que me cuidou quando eu precisei. A Aninha, que me acompanhou nas idas ao residencial desde o princípio, me dando o suporte que eu precisava no momento da retomada da pesquisa empírica. A amiga Mariana, pela amizade, pelo apoio e pelas trocas acadêmicas desde sempre. A amiga Pâmela, que inúmeras vezes cuidou do meu filho para que eu pudesse viver o campo sem a preocupação com os horários e logísticas inerentes a maternidade solo. As mães amigas que em algum momento ficaram com meu pequeno para que eu pudesse escrever. Aos meus compadres Luciane e André, pela confiança e apoio. As gurias do coletivo de percussão Batucantada, pela amizade e por me trazerem momentos de alegria sincera em meio aos tempos mais difíceis que se apresentaram.

Minha família, em especial a minha avó Clésia, que nos deixou este ano, mas que sem o apoio nos primeiros anos do doutorado, não teria sido possível minha dedicação aos estudos e aos cuidados com meu filho. Meus pais, Marize e Francisco, pelo amor incondicional a mim e ao meu filho, pelas oportunidades durante toda uma vida, pela presença constante. Por serem incansáveis no apoio logístico e emocional que me foram tão caros durante o processo, e que não pouparam esforços para estarem presentes a cada momento em que eu, sozinha, não poderia dar conta da vida e ao mesmo tempo da pesquisa acadêmica. O amor e cuidado que me dedicaram nesse período é imensurável. Minha irmã Alessa, que mesmo de longe foi escuta atenta e apoio incondicional a todos os meus voos, acadêmicos ou não e pela disposição para as leituras dos meus escritos, junto ao meu cunhado André, mesmo tão distantes de suas áreas de atuação. Ao meu companheiro Alexandre, por todo o amor e apoio nos momentos em que eu precisei me ausentar. Por estar sempre ao meu lado, mesmo quando eu não estive disponível e por compreender minhas ausências. E finalmente ao meu filho João, meu amor, pela paciência, carinho, companhia e alegria que trouxe e traz a minha vida, mesmo nos momentos onde tudo parecia impossível. Só nós dois temos a real dimensão do quanto foi difícil chegar a esse momento. Obrigada por dar sentido à minha existência e às minhas lutas por uma cidade e um mundo diferentes.

O que a compreensão começa a fazer é tornar o conhecimento disponível para uso, e essa é a urgência, esse é o impulso, esse é o estímulo¹.

¹ LORDE, Audre. Irmã Outsider, p. 134

RESUMO

Essa tese de doutorado é resultado da investigação que busca a compreensão de como as mulheres moradoras das periferias urbanas, atravessadas pelas políticas públicas habitacionais, desenvolvem suas formas de (re)existência a partir do vivido, e assim subvertem as normas sobre elas impostas. Para isso, me propus a desenvolver uma exploração etnográfica junto às moradoras do residencial Viver Bem, em Santa Cruz do Sul, financiado pelo programa Minha Casa Minha Vida. As políticas habitacionais brasileiras buscam resolver o problema do déficit habitacional com ações calcadas em bases universalizantes, desconectadas com os territórios e que consideram seus usuários como sujeitos neutros e descorporificados. Enquanto isso as mulheres, presença majoritária, desempenham suas práticas urbanas intimamente ligadas à materialidade do corpo, ao território e à casa, arcando pesadamente com as consequências da divisão sexual do trabalho, da dicotomia público *versus* privado e da setorização de usos reafirmados na reprodução das cidades. Nos últimos anos, com o recrudescimento do conservadorismo político e o período pandêmico do COVID-19, essa realidade se tornou ainda mais acirrada. Na construção desta análise, considero a política habitacional como um dos mecanismos de controle sobre os corpos no espaço e a partir daí, busco investigar as formas que as mulheres desenvolvem para sobreviver, (re)existir e subverter essa que pode ser considerada como uma biopolítica. Amparada por uma epistemologia feminista e decolonial, e sem o estabelecimento de categorias formadas *a priori*, busquei, através do entrecruzamento de metodologias disruptivas, a aproximação com o cotidiano das moradoras, acompanhando-as em suas rotinas diárias e ouvindo suas narrativas. A tese delinea suas territorialidades espaço-temporais e experiências desde as margens, em cidades outras, na tentativa de compreender como se constroem suas subjetividades e sua relação com a casa, que traz constrangimentos e oportunidades ao mesmo tempo.

Palavras-chave: mulheres, periferias urbanas, políticas habitacionais, moradia, território

ABSTRACT

This thesis is the result of an investigation that searched to understand how women who lives in urban peripheries, crossed by public housing policies, develop their forms of (re)existence and thus subvert the norms imposed on them. To this end, I set out to develop an ethnographic exploration with residents of the residential Viver Bem, in Santa Cruz do Sul, funded by the Minha Casa Minha Vida program. Brazilian housing policies seek to solve the problem of the deficit with actions founded on universalizing bases, disconnected from the territories and considering their users as neutral and disembodied subjects. Meanwhile, women, the majority presence, carry out their urban practices intimately linked to the materiality of the body and the territory, bearing heavily on the consequences of the sexual division of labor, the dichotomy of public *versus* private spaces and the sectorization of uses, reaffirmed in the reproduction of cities. In recent years, with the resurgence of political conservatism and the COVID-19 pandemic, this reality has become even more acute. In the construction of this analysis, I consider housing policy as one of the mechanisms of control over bodies in space, and from there, I seek to investigate the ways that women develop to survive, (re)exist and subvert what can be considered as a biopolitics. Supported by a feminist and decolonial epistemology, and without the establishment of priori formed categories, I sought, through the intersection of disruptive methodologies, to get closer to the daily lives of the residents, accompanying them in their daily routines and listening to their narratives. The thesis outlines their spatio-temporal territorialities and experiences from the margins, in other cities, in an attempt to understand how subjectivities are constructed and their relationship with the house, which brings constraints and opportunities at the same time.

Keywords: women, urban peripheries, housing policies, housing, territory

LISTA DE SIGLAS

APP – Área de Preservação Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas

CMH – Conselho Municipal de Habitação

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisas

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

FAURB – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GEDEPP – Grupo de Pesquisas em Democracia e Políticas Públicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PPGDR – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

LISTA DE QUADROS E TABELAS

- Figura 1 - Mapa de localização de Santa Cruz do Sul/RS
- Figura 2 - Mapa ilustrado de Santa Cruz do Sul produzido para divulgação turística da cidade
- Figura 3 - Indicação dos residenciais Viver Bem e Santo Antônio, e das zonas de expansão imobiliária em relação ao centro da cidade de Santa Cruz do Sul
- Figura 4 - Rendimento mensal por domicílio no município
- Figura 5 - Número de mulheres responsáveis por domicílio no município
- Figura 6 - Residencial Viver Bem
- Figura 7 - Residencial Viver Bem
- Figura 8 - Mapa do RS em situação de bandeira preta do distanciamento controlado em fevereiro de 2021
- Figura 9 - Evolução dos casos de Covid-19 no município
- Figura 10 – Reportagem depreciativa da então Presidenta Dilma Rouseff
- Figura 11 - Homem de Vitruvius (1480) e Homem modulator (1955)
- Figura 12 - Foto do pontilhão de madeira (outubro de 2019)
- Figura 13 - Foto do córrego abaixo do pontilhão de madeira (outubro de 2019)
- Figura 14 - Foto do início da picada entre os residenciais Santa Maria e Viver Bem (julho de 2022)
- Figura 15 - Foto da rua da creche e do projeto (junho de 2022)
- Figura 16 - Foto de uma das ruas principais com um brechó à esquerda e o galpão do projeto ao fundo (junho de 2022)
- Figura 17 – Faixas dos programas do MCMV
- Figura 18 – Faixas de juros do MCMV
- Figura 19 - notícia vinculada no site G1 em 24/09/2020
- Figura 20 - Notícia vinculada na página do Jornal O Globo em 18/02/2014
- Figura 21 - Croqui da fachada da casa da Dida
- Figura 22 - Fechamento do “QG”
- Figura 23 - Recorte mapa Santa Cruz do Sul com trajetória da Dida
- Figura 24 - Mapa com a localização aproximada da “casa do Rauber” e a casa no Viver Bem
- Figura 25 - Mapa do deslocamento casa-trabalho de Luciana
- Figura 26 - Praça do bairro Santa Vitória
- Figura 27 - Localização da praça do bairro Santa Vitória
- Figura 28 - Praça do bairro Santa Vitória

Figura 29 - Oficina de grafite na praça do bairro Santa Vitória

Figura 30 - Oficina de grafite na praça do bairro Santa Vitória

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Meu lugar de enunciação/minha trajetória	22
Meu lugar de fala no Desenvolvimento Regional	26
As cidades na cidade de Santa Cruz do Sul.....	28
O contexto pós-pandêmico, uma incerteza.....	38
2. TECITURAS E POSSIBILIDADES, ENTRELAÇANDO CAMINHOS	44
2.1 A escuta atenta e o afeto como indicação metodológica no fazer científico de pesquisar mulheres	50
2.2 Epistemologias feministas para o urbanismo – rupturas	57
2.3 Desfiamentos possíveis – urbanismo feminista.....	63
2.3.1 Costuras do urbanismo feminista às questões decoloniais – fios que se entrecruzam....	73
2.4 Alargando conceitos corporificados sobre direito à cidade e território.....	77
2.5 Apropriação urbana, (re)existência e subversão.....	86
3. ENTREMEIOS: A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL	101
3.1 A política pública habitacional brasileira e alguns dos seus desdobramentos ao longo do tempo.....	104
3.2 MCMV – programa habitacional ou uma política econômica bem sucedida?.....	110
3.3 Mudam os governos, mudam as políticas.....	116
3.4 Titularidade feminina – emancipação?.....	121
3.5 MCMV (mais um) um mecanismo de controle do corpo feminino	124
3.6 A casa como condição para a vida cotidiana das mulheres	133
4. TECENDO CIDADES DENTRO DA CIDADE	138
4.1 Dida	139
4.1.1 Entretecendo redes: cuidado e ajuda entre mulheres	153
4.1 Maria.....	160
4.2 Luciana	166
4.3 Kimberly	172
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR	180
Referências Bibliográficas:.....	191

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é sobre mulheres. É também sobre cidades. Foi através dela que encontrei formas de (re)conhecer os modos de viver e fazer-cidade (AGIER, 2015) das mulheres que moram nas periferias urbanas empobrecidas e atravessadas pela política pública habitacional brasileira. Para dar conta das múltiplas dimensões implicadas, foi preciso encontrar outros modos de pesquisar, entrecruzando epistemologias, metodologias e reflexões teóricas disruptivas, tomando o pessoal e o político como pontos de partida, e abandonando a ideia de uma produção acadêmica calcada em uma suposta neutralidade. Essas rupturas teórico-metodológicas, ao meu ver, se contrapõem aos silenciamentos das formas cotidianas de apropriação, espacialização e territorialização experienciadas pelas mulheres, buscando nas suas subjetividades, cravadas na materialidade de seus corpos, subsídios para as políticas públicas urbanas que as afetam.

Com dinâmicas espaciais específicas e marcadas pelas construções sociais de gênero, pela divisão sexual do trabalho e suas intersecções, as bases materiais para a vida das mulheres são transpassadas pela crescente responsabilidade financeira sobre suas famílias, pelo trabalho reprodutivo, doméstico e de cuidados, pela precarização do trabalho remunerado, pelo desemprego, pelo menor nível de renda, pela violência urbana e doméstica, pelo empobrecimento e conseqüentemente, pela falta de moradia. Nos últimos anos, o recrudescimento do conservadorismo político e o período pandêmico do COVID-19, fizeram com que a realidade das mulheres brasileiras se tornasse ainda mais difícil, especialmente das mulheres empobrecidas que vivem às margens das cidades. A pobreza² no Brasil afeta cerca de 63% das mulheres negras e 40% das mulheres brancas³ (GENERO e NÚMERO, 2019), enquanto a precariedade habitacional atinge 3,5 milhões de domicílios onde as responsáveis são mulheres, ou seja, cerca de 60% do déficit habitacional no país (FJP, 2021). A chegada do coronavírus e a morte de mais de 700 mil brasileiros entre 2020 e 2021 (DATASUS, 2023), o desemprego e o aumento da já abissal desigualdade (WORLD BANK, 2022), deixam essa situação ainda mais precária. Para a contenção da pandemia, a principal recomendação dos órgãos mundiais de saúde era “ficar em casa”, situação impossível para essas pessoas. Não à toa, a primeira mulher a falecer de COVID-19 no Brasil foi uma trabalhadora doméstica de 63 anos, moradora da periferia urbana (SIMÕES, 2020). Nesses lugares, mais de 5,2 milhões das

² O Banco Mundial utiliza como critério para definir pobreza, a renda *per capita* de 5,50 dólares mensais.

³ Mulheres responsáveis pelo domicílio, sem cônjuge e com filhos até 14 anos, segundo critérios do IBGE.

moradoras são mães, e 92% delas revelaram dificuldades para garantir o sustento e a alimentação de suas famílias (RIBEIRO, 2021).

Enquanto isso, a realidade é a de que um dos grupos prioritários do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), principal política pública habitacional brasileira, são mulheres responsáveis pela unidade familiar⁴ e em caso de divórcio, separação ou dissolução de união estável, o imóvel fica registrado em nome da mulher ou é transferido para o seu nome⁵. Essas medidas se refletem nos números alcançados pelo programa: 84,7% dos titulares do MCMV – faixa 1 são mulheres⁶. Ainda assim, o acesso à propriedade privada no contexto da casa própria não tem alterado significativamente a qualidade de vida das mulheres moradoras das periferias brasileiras ou sua relação com a cidade. Embora a justificativa governamental para a priorização das mulheres na política habitacional seja a sua emancipação, na prática observada esse efeito é parcial, ou até mesmo, insuficiente. Assim, é nesse sentido que tenho buscado encontrar subsídios para a reflexão sobre a forma como as mulheres afetadas pelo MCMV têm desempenhado suas práticas urbanas cotidianas em busca de sobrevivência e superação das dificuldades a elas impostas. Essa é a motivação desta pesquisa.

A proposta é tramar a cidade de cada mulher, desfiando processos de apropriação que envolvem suas (i)mobilidades, suas trajetórias, suas narrativas, seus modos de habitar e suas experiências urbanas, buscando compreender suas estratégias de (re)existência e (sobre)vivência, ou, nas palavras de Haesbeart (2021, p. 10), suas formas de “resistir para defender a própria existência”, e a partir daí, buscar uma vida digna (PÉREZ, 2019) tanto individual, como coletivamente. Diante deste desafio, a minha intenção é olhar multidisciplinarmente para a periferia de uma cidade média brasileira e para as políticas públicas habitacionais que lá se instalaram nos últimos anos, em especial o programa Minha Casa Minha Vida, modificando a trajetória de alguns milhares de pessoas. Em especial, busquei a compreensão das formas de viver a cidade junto às moradoras deste lugar que se dispuseram a dividir comigo uma parte de suas trajetórias, me deixando participar de suas vidas e seus fazeres cotidianos durante quase um ano. Essas mulheres, em sua maioria mães, tiveram suas vivências marcadas pela precariedade habitacional, e um ponto de convergência urbana comum no conjunto habitacional Viver Bem, na cidade de Santa Cruz do Sul. Suas falas e experiências, entremeadas pelas minhas reflexões, permeiam essa tese e trazem a

⁴ Art. 35 da Lei 11.977/09.

⁵ MP 561, de 8 de março de 2012.

⁶ Fonte: [Perfil socioeconômico dos titulares da faixa 1 do PMCMV em Codó-MA \(library.org\)](https://library.org), 2019.

experiência de vida como “base legítima para a construção de conhecimentos” teóricos (BAIRROS, 2020, p. 213).

Essa forma de olhar, busca no cotidiano vivido a compreensão de modos de vida, estratégias de sobrevivência, resistência e transformação, redes de ajuda e afeto, vicinalidades (PINA-CABRAL, 2014) e outras práticas de resiliência ou contraconduta (FOUCAULT, 2008; IONTA, 2017) às práticas dominantes. Para dar conta de tal desafio, me aproximei do fazer etnográfico na medida em que busquei me afastar de concepções hegemônicas e normativas sobre o que “é” a cidade, para buscar de forma relacional, o que “faz” a cidade (AGIER, 2011) e seu devir. Dessa mesma forma, ao realizar esta pesquisa, tomei a perspectiva de que o espaço urbano e a cidade são produtos sociais e resultantes de práticas sociais diversas (LEFEBVRE, 2001; AGIER, 2011, JIRÓN, 2013; CARLOS, 2017), sempre situadas em bases materiais, corporificadas e geopoliticamente localizadas, além de construções simbólicas e seus significantes.

Trato aqui das formas cotidianas das mulheres se relacionarem com a cidade como um todo, não apenas com os territórios periféricos (em relação à centralidade hegemônica) onde habitam, mas desde lá, como se pudesse propor uma forma de olhar “de fora para dentro”, ou da periferia para o centro, invertendo a lógica dominante nos estudos urbanos e regionais. Para falar em periferias, me aproprio do conceito que se refere a “situações periféricas”, apontando não a um estado de exclusão, mas a contextos sociais onde o acesso a melhorias materiais e recursos simbólicos são precarizados. “O termo ‘periférico’ deve-se ao fato de o ‘foco’ empírico estar na posição hierarquicamente inferior do espaço social, distante das centralidades da produção e reprodução de bens materiais e simbólicos com maior valor social” (ALMEIDA, D’ANDREA e DE LUCCA, 2008, p. 111). Complemento ainda com a ideia de “margem” trazida por Kilomba (2019) e hooks (2019) que se referem a “estar na margem” como “ser parte do todo, mas fora do corpo principal” (KILOMBA, 2019, p. 67). Nesse sentido, a margem ou a periferia, não podem ser tomados apenas como lugares da privação e da violência, mas também como lugares de resistência e possibilidades muitas. É da margem, segundo hooks (2019), que são feitos os tensionamentos e questionadas as fronteiras estabelecidas pelas diferenças de raça, classe, gênero, sexualidade, entre outras. Não se trata, porém de romantização de opressões, mas sim “o reconhecimento da margem como uma posição complexa, que incorpora mais de um local” (KILOMBA, 2019, p.68). Ao mesmo tempo, a margem é um local de repressão e de resistência (hooks, 2019).

O campo empírico desta pesquisa se constitui de periferias atravessadas pelas políticas públicas habitacionais, mais especificamente, o programa Minha Casa Minha Vida

(MCMV) na modalidade⁷ voltada para as pessoas mais vulneráveis socioeconomicamente e que muitas vezes não contam com o poder de escolha de seu lugar na cidade ou, seu lugar de habitar a cidade. É dessas margens que falam as minhas interlocutoras, de uma posição de subalternizadas, muitas vezes silenciadas e subtraídas em seus direitos, mas também de um local de (re)existências, transformações e subversões do controle hegemônico. Esse é o lugar onde estabelecem suas redes de apoio e ajuda, através das quais buscam condições mais dignas de vida para si e os seus, mesmo sob o controle e esquadramento que a política pública habitacional impõe aos seus territórios e aos seus modos de vida. Essas redes, tecidas entre mulheres, são meios de (re)existir não só à precariedade da vida, mas às relações patriarcais que constroem seus processos de apropriação da cidade.

Aqui, estou tratando de uma cidade média⁸, localizada no interior da região sul do Brasil, mas eu poderia estar falando de cidades, no plural, pois estou olhando para as “cidades outras”⁹, ou as “cidades dentro da cidade” (FORTUNA e PROENÇA, 2009). Esse plural é composto não por um conjunto de cidades, mas pela diversidade de territórios, de realidades sociais e urbanas múltiplas, que conformam acessos desiguais a direitos e privilégios, muitas vezes marcados por ausências e atropelo de direitos, situados dentro de uma mesma unidade territorial municipal, conforme classificação político-administrativa. “Plural de cidade é a conjugação destas cidades numa só. E em todas elas.” (FORTUNA e PROENÇA, 2009, p. 7).

Neste texto introdutório também se faz necessário explicar que quando falo em mulheres, estou elencando todas as interseções estabelecidas entre gênero e raça, sexualidades, classe, etnia, regionalidades, contextos geopolíticos, identidades, etc., não tomando como base categorias universalizantes para “gênero” ou “mulheres”, como se constituíssem um grupo homogêneo (MOHANTY, 2008; BUTLER, 2021). A partir destas interseções então, considero que minhas interlocutoras antes mesmo de habitarem as periferias urbanas, habitam um corpo de mulher ou um corpo feminizado, com todos os constrangimentos e controles físicos, sociais e simbólicos que se estabelecem a partir dessa realidade material. Para esta reflexão, relaciono as dimensões produtiva e reprodutiva, numa relação específica de subordinação a partir da divisão sexual do trabalho, da sua expropriação,

⁷ MCMV modalidade 1 – famílias com renda mensal de até mil e oitocentos reais mensais. Fonte: [Programa Minha Casa, Minha Vida — Ministério das Cidades \(www.gov.br\)](http://ProgramaMinhaCasa.MinhaVida—MinistériodasCidades(www.gov.br)).

⁸ Que ocupam uma posição intermediária entre as grandes cidades ou metrópoles e as pequenas cidades ou vilas brasileiras, segundo a classificação do IBGE, cidades com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, e que não pertencem a regiões metropolitanas do país. Fonte: cidades.ibge.gov.br.

⁹ Palavras entre aspas e sem as respectivas referências entre parênteses em seguida, neste trabalho, indicam palavras ou expressões minhas ou de minhas interlocutoras, através das quais eu gostaria de mostrar ênfase, problematização, coloquialidade ou mesmo ironia, e podem aparecer repetidamente ao longo do texto, conforme utilizado por Rosa (2014).

da relação de exploração de mão de obra e da domesticação, imbricados com a expropriação e exploração dos territórios (GAGO, 2020).

Assim, o corpo se torna a primeira das múltiplas escalas de análise que aqui se apresentam para chegar ao vivido, é a partir dele que se ampliam as possibilidades de territorializações e apropriações espaciais, possibilitando a recuperação das formas do todo da cidade desde as práticas individuais, como aponta Lepetit (1998) sobre a multiplicidade de escalas de análise. A perspectiva que escolhi adotar para essa investigação é a dos sujeitos corporificados, em sua materialidade na cidade, em corpos dissidentes, que são marcados pela diferença de cor, de gênero, de sexualidade, de classe, de idade, etc. Nesse contexto é que proponho o desafio de observar a cidade vivida em contraponto à imaginada pelos planejadores, legisladores e gestores urbanos. Porém, analisar outras cidades dentro da cidade não significa a fragmentação ou a existência de cidades antagônicas, mas sim, como na ritmanálise de Lefebvre (2021), partir do subjetivo para (re)compor o material, através dos fazeres cotidianos e repetitivos das mulheres nas suas casas, na sua vizinhança, na cidade. Cotidianos que por mais que pareçam iguais, são sempre diversos, numa composição de temporalidades urbanas corporificadas (TELLES, 2006). A exemplo de Agier (2011, 2015), busquei aqui a aproximação com a prática etnológica no plano das microescalas cotidianas, ao estabelecer um convívio com mulheres marcadas pela precariedade urbana e de trajetórias distintas que as levaram ao mesmo lugar de moradia, o conjunto residencial Viver Bem, na cidade de Santa Cruz do Sul (RS). Ao buscar essa interlocução, tomo a perspectiva de (re)conhecer significados mais abrangentes para a cidade, e como propõe Lefebvre (2021), de tomar a vida cotidiana como esfera privilegiada de transformações revolucionárias, quase como uma ritmanálise que busca compreender “o mistério do abstrato e do concreto, do estatal e do cotidiano, do descontínuo e do contínuo (...)” (p. 48).

Para organizar essas ideias, busquei trazer elementos que permitam, logo de início, compreender do que se trata e qual a intenção deste trabalho, dando a conhecer meu lugar de enunciação e minha própria trajetória de vida, para situar as leitoras e leitores quanto ao rumo das investigações realizadas. Da mesma forma, neste capítulo, trago uma breve contextualização da cidade de Santa Cruz do Sul, onde a pesquisa foi feita. Adiante, apresento as metodologias utilizadas e sua justificativa, no intuito de explicitar as motivações para as decisões de pesquisa adotadas, assim como para as reflexões propostas. No segundo capítulo ainda, explorei alguns dos conceitos que considero importantes para a presente discussão e também a relação de cada um deles com as lacunas encontradas neste campo de estudos. Esses conceitos foram surgindo na medida em que o campo empírico se apresentava com seus

desafios e problematizações. Nesta tese, não foram adotadas categorias *a priori*, mas foi dado espaço para que elas surgissem conforme o andamento do trabalho de campo se desenvolvia. Como um entremeio necessário a essa costura, na terceira parte do trabalho, senti necessidade de trazer clareza sobre a própria política pública habitacional brasileira, buscando dar às leitoras e leitores subsídios para melhor compreender a realidade apresentada a partir das minhas vivências empíricas. Para aproximar dessa realidade, no quarto e último capítulo procurei trazer as falas das mulheres com quem convivi e suas visões sobre suas vivências e realidades, sempre entremeadas pelas minhas reflexões registradas em meus cadernos de campo e pelas leituras teóricas que realizei antes e durante o processo de doutoramento, muitas vezes guiadas pelo que vivenciei junto às minhas interlocutoras, assim como pelas reflexões acadêmicas que desenvolvi a partir dessas vivências.

É importante salientar que em todos os momentos foram tomados cuidados com a preservação das identidades das minhas interlocutoras, não só trocando seus nomes por outros nomes de mulheres, mas também ocultando quaisquer informações que pudessem levar a sua identificação. Todas as falas aqui descritas foram espontâneas, sempre respeitando a vontade de cada uma ao dividir seus relatos, ora em roda de conversa, ora de forma individual. Entendendo que são depoimentos pessoais e delicados, escolhi transcrever aqueles que pudessem realmente engrandecer minhas reflexões, deixando aqueles que eram mais comprometedores e íntimos de fora desta tese. Ainda assim, cada palavra dividida, cada história compartilhada, mesmo não estando presentes no resultado final desta escrita, foram de fundamental importância para minha compreensão da realidade em que estão inseridas e para as reflexões aqui apresentadas. O cuidado, elemento central nesta pesquisa, também esteve presente nos momentos de convívio e troca com as mulheres que se dispuseram a compartilhar suas experiências. A escuta ética e atenta, assim como a forma criteriosa de trazer suas trajetórias por escrito nesta tese, foi uma das minhas formas de cuidar e retribuir a confiança com que dividiram partes de suas vivências comigo.

No final, como uma provocação aos meus pares e aos estudos que virão, deixo minha contribuição ao campo dos estudos urbanos e regionais, como reflexões e apontamentos, mais do que conclusões ou pontos finais. É na perspectiva de desvelar horizontes e campos de possibilidades que escrevo essa tese, sem a pretensão de conseguir quebrar paradigmas ou de alcançar as necessárias “rupturas” a que Ochy Curiel (2020) se refere em suas provocações sobre o feminismo decolonial, mas esperançante de contribuir para essa hercúlea tarefa. Busco ainda, através desse trabalho, tensionar o campo de estudos urbanos e regionais e

provocar reflexões sobre as mulheres que fazem cidades dentro e apesar da cidade hegemônica.

Meu lugar de enunciação/minha trajetória

O entendimento de que a arquitetura e o urbanismo existem também fora da lógica da especulação do mercado da construção e do consumo, surgiu ainda cedo, durante a graduação na FAUrb/UFPel¹⁰. A primeira percepção acerca das questões de gênero no urbanismo surgiu quando ainda não havia em mim a consciência do feminismo e suas dimensões. Ainda assim, está marcada no meu imaginário a cena de uma mulher na beira de um rio banhando um bebê em uma bacia metálica com água quente, enquanto a criança berrava de frio em pleno inverno do extremo sul-brasileiro. Me deparei com essa cena em uma das saídas “a campo” de uma das disciplinas de planejamento urbano. Porém, mesmo tendo trabalhado durante toda a graduação e grande parte da minha vida profissional em comunidades periféricas, foi só muitos anos depois que a percepção da diferença de acesso à cidade entre homens e mulheres me tocou como uma pauta urgente.

Foi no contexto do meu estágio no Escritório Modelo¹¹ que se deram minhas primeiras atuações em comunidades empobrecidas das periferias de Pelotas, durante as atividades de oficinas de leitura de projetos para auxiliares de pedreiro e, mais tarde, na orientação de mutirões para autoconstrução de banheiros¹² nas residências. Ali já começava a perceber a dificuldade de acesso não só aos bens e serviços públicos, mas à cidade como um todo. Nessas comunidades, além da falta de saneamento básico e abastecimento de água, a precarização da vida pela falta de moradia adequada era uma constante. Através dessa experiência, aprendi a olhar para as consequências da especulação imobiliária, o atravessamento da propriedade privada como forma única de acesso à vida digna e o significado mais amplo de exclusão urbana (MARICATO, 2009). A partir desse momento, a disfuncionalidade das cidades marcou profundamente meu fazer profissional, levando ao meu

¹⁰ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

¹¹ O EMAU, Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo, é uma entidade estudantil que realiza extensão universitária, entendida enquanto parte indissociável da pesquisa e do ensino de graduação. Os EMAUs buscam uma Extensão como comunicação, onde ambas as partes estendem seus conhecimentos, e só através do exercício desse diálogo constante se chegue a uma forma de educação libertária e condizente com nossa realidade social. Fonte: [Seminário Nacional de Escritórios Modelo de Arquitetura e Urbanismo | ArchDaily Brasil](#) (2017). Na UFPel o EMAU se dedicava ao trabalho em comunidades empobrecidas e em situação periférica da cidade de Pelotas/RS.

¹² Financiados pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) através de convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF).

entendimento da arquitetura e do urbanismo como ferramentas para a sustentabilidade socioambiental, para relações urbanas mais democráticas e para a ampliação da cidadania.

Assim segui minha trajetória profissional e de vida, buscando atuar em esferas que acreditava serem dotadas de possibilidades de mudanças sociais, ainda que restritas e constrangidas pelas construções capitalistas sobre o espaço urbano. Junto ao poder público municipal atuei como arquiteta e urbanista da Secretaria de ação social do município gaúcho de Bento Gonçalves e, mais tarde, como presidenta do Conselho Municipal de Habitação (CMH) de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina. Porém, apesar da experiência de trabalhar em espaços de espoliação territorial e de direitos, onde a extrema pobreza e a precariedade de vida eram aprofundadas pela dificuldade de acesso à moradia, a relação específica das mulheres com essa realidade não era o foco da minha atuação ou das políticas públicas através das quais atuei. Foi depois de dez anos de profissão que fui levada às primeiras reflexões sobre os efeitos do empobrecimento urbano e da dificuldade de acesso à direitos e à cidadania pelas mulheres e dos atravessamentos, não só de gênero, mas de raça, sexualidade, geopolíticos nas suas condições de vida.

Atuando como presidenta do CMH de São Miguel do Oeste, uma cidade pequena no extremo-oeste catarinense (36.306 habitantes segundo o IBGE, 2010) tive a oportunidade de acompanhar o reassentamento de um grupo de pessoas – em sua maioria mulheres – de uma ocupação irregular numa Área de Preservação Permanente (APP), localizado no centro da cidade, para um conjunto habitacional construído na periferia (a cerca de 6 quilômetros do local onde habitavam), financiado com verbas do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na modalidade 1, faixa 1¹³. Enquanto moravam no centro, essas mulheres tinham acesso ao trabalho (na maioria dos casos como diaristas) a pé ou de bicicleta. Muitas delas utilizavam o chamado “caderninho” no comércio local, uma forma de crédito baseada na confiança, ainda hoje muito usual em pequenos comércios do interior brasileiro. Além disso, elas tinham acesso aos serviços públicos urbanos de apoio ao trabalho de cuidado como creches, escolas, postos de saúde e hospitais, presentes no centro da cidade.

O caminho até o conjunto habitacional para onde foram não contava com a infraestrutura urbana básica, como calçamento de ruas, esgotamento sanitário ou iluminação pública suficiente. Era alagadiço e ficava entre grandes vazios urbanos e também não contava com a proximidade de bens e serviços públicos como praças, creches, escolas ou postos de saúde. O que percebi, a partir desse processo de reassentamento e continuo a perceber no

¹³ Modalidade que atende famílias com renda bruta de até 1.800,00 reais mensais e subsidia até 90% do valor do imóvel.

presente, em locais e realidades diversos, foi a gritante diferença nas formas como as consequências dessa mudança se abateram entre homens e mulheres, especialmente as mulheres responsáveis por cuidados com outras pessoas. Com dificuldades de deslocamento pela ausência de transporte público, muitas dessas mulheres deixaram de levar seus filhos à creche e ao posto de saúde. Uma das mulheres que acompanhei, grávida no final da gestação, deixou de realizar os exames pré-natais, pois não conseguia deslocar-se nem a pé, nem de bicicleta até o posto de saúde mais próximo. Não demorou para que ficassem desempregadas, sem renda e totalmente dependentes dos homens e do Estado, sujeitas à violência doméstica e à crescente violência urbana que ali se instalou. Essas mulheres perderam a autonomia e tiveram seu direito à cidade ainda mais restrito ao passarem por este profundo e multifatorial processo de segregação social, espacial e urbana. Enquanto isso, a maioria dos homens (inclusive seus companheiros) manteve seus deslocamentos para o trabalho e outras atividades quase normalmente, através do uso da bicicleta, caminhando (quase sempre desacompanhados de crianças ou pessoas com dificuldade de locomoção) ou utilizando o precário serviço de transporte público.

Foi a percepção de que o acesso à moradia não trouxe a esperada mudança na vida daquelas mulheres e a forma como as políticas públicas, especialmente a habitacional, não deram conta da necessidade de apoio aos trabalhos de cuidados que elas precisavam, que transformou a minha visão sobre a desigualdade urbana e de gênero. Depois de 15 anos de formada, intensa vivência de projetos e construção civil e seis anos de docência, iniciei o processo de mestrado em Desenvolvimento Regional. Nesse momento, levada pela experiência pregressa, me senti impelida a investigar como as mulheres moradoras de um conjunto habitacional vertical, o residencial Santo Antônio, financiado pelo MCMV, foram afetadas pelos processos de segregação socioespacial urbana. Esse lugar fica na mesma periferia sul da cidade de Santa Cruz do Sul em que está localizado o Viver Bem, e foi ali que percebi como a política habitacional tem efeitos paradoxais na vida das mulheres, trazendo autonomia em relação a situações de violência doméstica, e ao mesmo tempo colocando aquelas mulheres em meio à violência urbana, ao endividamento e à falta de perspectivas. Indo além, percebi como a segregação urbana no Brasil foi explorada pelo campo acadêmico do planejamento urbano e regional enquanto um conceito universalizante, de efeitos iguais para homens e mulheres. Também surgiu em minha pesquisa de dissertação, a reflexão sobre forma como a segregação tem implicações na vida das mulheres, a partir da realidade da divisão sexual do trabalho, que vão muito além da ausência de bens e serviços ou de infraestrutura urbana e se relaciona diretamente com as construções sociais sobre o feminino.

E, acima de tudo, passei a perceber certas lacunas no campo acadêmico, tais como: Quais são as fragilidades apresentadas nos conceitos universalizantes e eurocentrados utilizados para explicar os fenômenos urbanos? Como se dá a realidade vivida no cotidiano das mulheres que habitam os lugares atravessados pela política pública habitacional? E como se articulam ideias e conceitos do urbanismo feminista com a realidade das mulheres brasileiras e latino-americanas?

Por meio dessas indagações surgiu, no percurso deste doutorado, o impulso de investigar etnograficamente o território vivido. O que me instigou foi a necessidade de buscar entender, com base nas experiências cotidianas das minhas interlocutoras, como elas se comportam e desempenham seus fazeres a partir dos constrangimentos que os elementos estruturais, as leis e políticas públicas urbanas e seus aspectos disciplinares, as ideologias hegemônicas e os esquadrinhamentos e ordenamentos dominantes impõem sobre suas vidas. No decorrer desta tese, busco elementos teóricos e empíricos que me ajudem a refletir sobre a experiência vivida como fonte de conhecimento. E indo um pouco além, através desta investigação busco reconhecer os diferentes pontos-de-vista presentes fora da matriz liberal/colonial (CURIEL, 2020), deixando que surjam categorias de análise das experiências subalternizadas das mulheres moradoras das periferias urbanas atravessadas pela política pública habitacional. Minha intenção é a de criar generalizações que sirvam para diferentes realidades urbanas, mas que não caiam em universalizações que apaguem sujeitas, e, como reflete Curiel (2020, p. 134) “explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis”.

Trago também, como não poderia deixar de ser, minha própria trajetória pessoal de mãe, filha, irmã e neta. Ao olhar para o pesponto das trajetórias das mulheres marcando a cidade, olho para as mulheres da minha família e suas próprias vivências urbanas também marcadas pela materialidade de ser mulher na cidade. Por isso uso a metáfora da costura, meio de subsistência de minha avó, nascida no interior, mãe de duas mulheres e viúva muito cedo. A costura que marcou minha própria infância, ao redor da máquina de costurar, enquanto essa mesma avó, em suas horas de folga, costurava roupas para nós, suas netas, e para nossas bonecas. A costura que por um breve período também trouxe autonomia financeira para minha própria mãe, a exemplo de minha avó. O pesponto colorido no tecido, lembra do tracejado de trajetórias diversas num mapa, e o entretecer me lembra da forma como as mulheres constroem suas redes de ajuda e solidariedade. Foi a partir da metáfora da costura que me propus a enxergar no vivido, uma importante forma de transformação da

cidade e dessa forma, um importante subsídio para as políticas urbanas que tanto afetam as mulheres.

Portanto, voltar o olhar para as pessoas e as coisas do presente, para a vida comum e sua diferenciação indefinida. Reencontrar “o gosto da germinação anônima inominável”¹⁴ e tudo o que constitui o vivo do sujeito. Ver o elo frágil dos hábitos, o solo movediço dos partidos tomados onde se incisam circulações sociais e costumeiras, onde se descobrem atalhos. Aceitar como dignas de interesse, de análise e de registro aquelas práticas ordinárias consideradas insignificantes. Aprender a olhar esses modos de fazer fugidios e modestos, que muitas vezes são o único lugar de inventividade possível do sujeito: invenções precárias sem nada capaz de consolidá-las, sem língua que possa articulá-las, sem reconhecimento para enaltecê-las; biscates sujeitos ao peso dos constrangimentos econômicos, inscritos na rede das determinações concretas. (GIARD, 2013, p. 217).

Assim como Luce Giard (2013) se volta para as cozinheiras e seu cotidiano invisível, através da escuta e observação atentas de suas experiências pessoais, aqui volto minha atenção para as mulheres e suas narrativas sobre seu fazer cotidiano, invisibilizado e não reconhecido. Porém de importância vital para a construção de uma cidade mais diversa, que responda a suas demandas e se desenvolva em direção à justiça espacial urbana. Por fim, considero que a escrita da tese, além de uma escrita acadêmica, científica, a partir de um objeto de pesquisa, também é uma escrita de uma vivência, resultado da minha própria trajetória. Enquanto mulher, mãe solo, feminista e militante, mas também profissional, acadêmica, arquiteta e urbanista, vivendo e trabalhando nas cidades. A partir da historicidade que me define, trago nessa tese narrativas que também são minhas, que misturam minhas próprias vivências e percepções às das minhas interlocutoras, traçando um percurso que me permitiu a elaboração de uma escrita que é pessoal, mas ao mesmo tempo pode se expandir para outras sujeitas subalternizadas, como instrumento de interpretação de realidades diferentes, tomando a experiência vivida como fonte válida de conhecimentos.

Meu lugar de fala no Desenvolvimento Regional

Minhas vivências como mulher, mãe solo, arquiteta e urbanista, feminista e militante, sujeita ao espaço urbano normativo, mas também como agente de transformação e resistência, foram determinantes para a escolha da temática de pesquisa. A vida urbana e as possibilidades profissionais que se descortinaram para a observação da vida cotidiana de outras mulheres levaram à compreensão de que é necessária, dentro das áreas do planejamento urbano e regional e do desenvolvimento urbano e regional, a abordagem de

¹⁴ Giard (2013) se refere a um texto escrito por Freddy Laurent, em 1974, para a revista literária crítica francesa *La Revue nouvelle*. A referida revista se propunha a publicar críticas literárias às posições hegemônicas sobre a realidade socioeconômica e política da época.

gênero como tema transversal, e não mais como recorte, uma vez que as mulheres representam 51,% da população brasileira¹⁵. Além disso, segundo Butzke et al. (2020), conceitos amplamente adotados no campo do desenvolvimento regional como região e desenvolvimento trazem significados e experiências patriarcais e eurocentradas que são impostas aos nossos espaços e tempos, fazendo com que parte deste campo de investigação permaneça nos moldes colonizados de pensamento e produção científica. Essa realidade só pode transformada com o questionamento da limitação dos conceitos hegemônicos adotados, levando a reflexão e a prática de alternativas de desenvolvimento e entendimento sobre regiões. A pesquisa sobre minorias e sua própria reflexão sobre a realidade se configura assim como uma ruptura, e por que não, um alargamento necessário dos campos do desenvolvimento regional e do planejamento urbano e regional.

Busco aqui, como tantas outras pesquisadoras, engrossar as fileiras de quem contribui para a construção de um campo de estudos voltados à realidade urbana das mulheres brasileiras dentro da área do planejamento urbano e regional e do desenvolvimento regional. Como afirmam Montaner e Muxí (2014) em seu livro *Arquitetura e Política*, se não existe um modelo único de família, nem de indivíduo, como ainda podemos pensar a cidade e a habitação em função de um sujeito universal? A pesquisa acadêmica pode ser uma das ferramentas para a construção de cidades e políticas públicas que contemplem as diferenças humanas, geopolíticas e epistemológicas, que questionem as verdades construídas através dos conhecimentos hegemônicos e com o desafio de não esquecer o que já foi produzido, utilizar-se dos tensionamentos entre teoria e prática para transformar realidades em direção à equidade de direitos e à democracia.

O Brasil ainda engatinha no sentido de uma sistematização das produções abordando gênero e cidade, mas com excelentes possibilidades trazidas por pesquisadoras que se atrevem a contrapor a universalização da ciência em nome de melhorias nas condições das mulheres brasileiras. Haja visto que “tornar visível a diferença é o primeiro passo para a construção de uma ordem simbólica diferente em que as mulheres possam se expressar a partir de sua experiência de vida” (MONTANER e MUXÍ, 2014, p. 199), torna-se urgente a investigação formal e assim a possibilidade de práticas que realmente tragam resultados em grande escala. O campo acadêmico do planejamento urbano e regional vem timidamente abrindo espaço para as produções que abordam as questões pertinentes ao gênero e ao espaço urbano.

¹⁵ Dados do Censo Demográfico 2022. Disponível em [Quantidade de homens e mulheres | Educa | Jovens - IBGE](#).

No que diz respeito especificamente às mulheres, os trabalhos têm se voltado para a compreensão das implicações que o papel social feminino traz para elas na busca de acesso ao direito à cidade. Em uma breve pesquisa no portal de teses e dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) feito em fevereiro do ano de 2021 e utilizando as palavras “mulher” e “cidade” foram encontrados, para as áreas de Planejamento Urbano e Regional e Desenvolvimento Regional, 766 resultados, sendo que destes apenas seis trabalhos tratam especificamente das dinâmicas urbanas e sua relação com as mulheres. Entre estes trabalhos está a dissertação de mestrado que desenvolvi junto ao PPGDR-Unisc, *A mulher e a cidade: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*, defendida no ano de 2018. Nesse trabalho, a partir do campo realizado no residencial Santo Antônio, também construído na periferia sul de Santa Cruz do Sul através do MCMV, busquei refletir sobre como a segregação urbana no Brasil é tratada na literatura enquanto conceito universal enquanto na experiência vivida pelas mulheres esse fenômeno tem efeitos específicos relativos aos papéis sociais de gênero e à divisão sexual do trabalho com suas intersecções de raça.

Os outros cinco trabalhos encontrados envolvem questões como violência, habitação social e a segregação urbana de forma geral. A maior parte dos trabalhos referentes a outras áreas envolvendo as questões de gênero e a cidade ou o espaço urbano, e encontram-se nas áreas disciplinares do direito e da geografia, esta última, pioneira nestes estudos no Brasil. De forma geral, a abordagem utilizada para os estudos de gênero e espaço urbano têm adotado a perspectiva da divisão sexual do trabalho ou da mercantilização/financeirização da cidade e suas consequências para as mulheres.

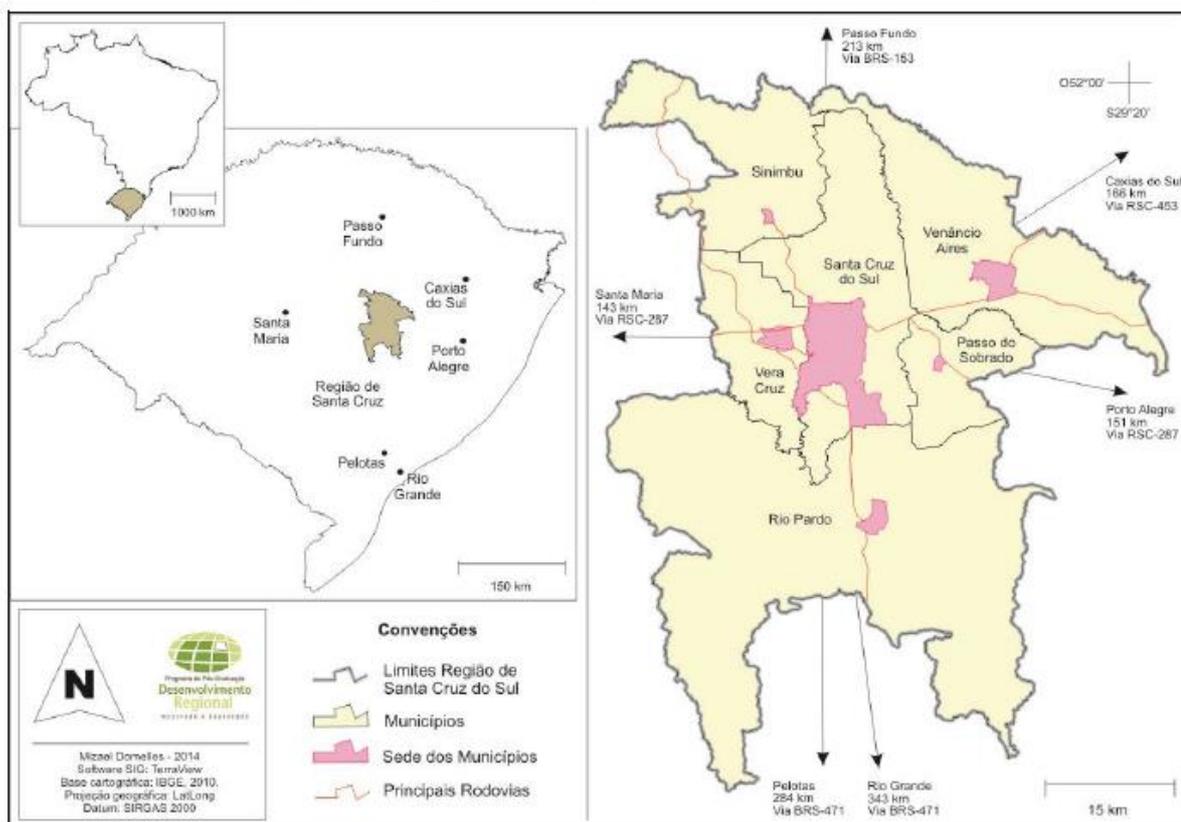
As cidades na cidade de Santa Cruz do Sul

Santa Cruz do Sul é um município gaúcho localizado a 151 quilômetros de distância da capital do estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e está inserido na Região do Vale do Rio Pardo. A cidade possui expressiva relevância econômica e de infraestrutura para a região, pois é um polo concentrador de serviços educacionais (escolas e universidades), burocráticos (Justiça Federal, Justiça do Trabalho, etc.) e de saúde (dois hospitais, clínicas e serviços médicos especializados). Segundo dados IBGE (2022)¹⁶, a população santa-cruzense é de

¹⁶ Disponível no site [Santa Cruz do Sul \(RS\) | Cidades e Estados | IBGE](#).

133.230 pessoas, o que lhe confere o status de cidade média de acordo com a classificação do próprio IBGE (entre 100.000 e 500.000 habitantes). Também se trata de um município essencialmente urbano, já que aproximadamente 88,9% de sua população reside nesta área. A economia local é baseada na indústria, no comércio e na prestação de serviços, com destaque para o setor fumageiro. No ano de 2015, o PIB municipal alcançou o 7º lugar no estado. Apesar da economia pujante, Santa Cruz do Sul tem o território profundamente marcado pela desigualdade social, o que se evidencia na paisagem urbana, especialmente no contraste entre o centro e a periferia sul, a mais empobrecida e que foi formada em função do distrito industrial e da instalação das empresas fumageiras internacionais (SILVEIRA, 2003).

Figura 1 - Mapa de localização de Santa Cruz do Sul/RS



Fonte: DORNELLES, 2016.

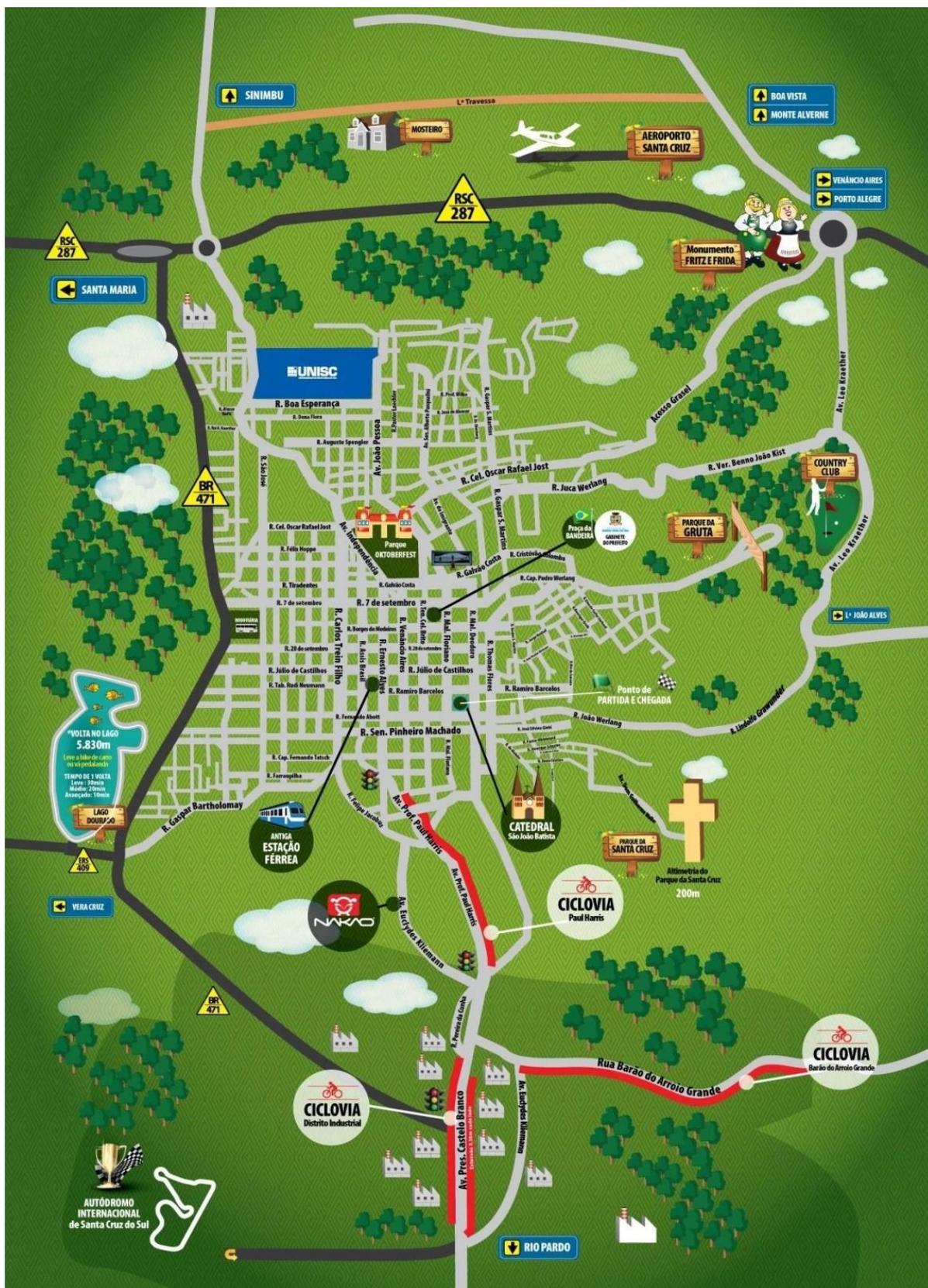
Como cidade média, Santa Cruz do Sul conta com um único centro hegemônico constituído não só espacial e geopoliticamente, mas também de importância simbólica, onde se concentram os maiores investimentos em infraestrutura, bens e serviços urbanos, além da aglomeração de serviços e comércios particulares. É a partir dessa centralidade que se desenvolvem os símbolos representativos da cultura dominante da cidade. O município é

reconhecido como tendo uma população majoritariamente descendente de imigrantes alemães. Essa realidade é corroborada pela forma com que os discursos hegemônicos presentes nos meios de comunicação se tornaram, ao longo do tempo, verdades sobre a cultura da cidade (SKOLAUDE, 2008). Porém, existe importante presença da cultura negra e indígena, que são silenciadas sistematicamente através das narrativas articuladas para manutenção, reordenação e propagação da identidade germânica, impondo às populações não brancas processos de segregação, discriminação e apagamentos (SILVA, 2007; SKOLAUDE, 2008). Esse processo de dominação discursiva se torna importante para a formação espacial urbana de Santa Cruz do Sul, na medida em que conforma relações de poder que “atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” (FOUCAULT, 2019a, p. 278) e produzem regimes de verdade. Por sua vez, o discurso que é tomado como “verdadeiro” tem poder de decisão, estabelecendo regras e classificações sobre as formas de viver de determinada sociedade.

Em Santa Cruz, as relações de dominação e exploração passam pela colonização dos regimes de verdade, reproduzindo relações de dominação, exploração e conflito na (re)produção da cidade, empurrando sujeitos e culturas não hegemônicos para as margens urbanas, colocando-os no lugar do “outro”. A própria leitura da cidade, através das “imagens públicas”¹⁷ (LYNCH, 1960, p. 17), retrata a forma como essa dinâmica se desenvolve. São considerados símbolos representativos santa-cruzenses, eventos, lugares e tradições referentes à cultura colonial europeia como a Oktoberfest, a Catedral São João Batista, o Parque da Cruz, o monumento Fritz e Frida e o monumento ao imigrante. Assim se constitui a construção do “outro”, ou daquele que não faz parte, como passível de controle e intervenção, ou todos aqueles que não fazem parte desta tradição ou não ocupam esses lugares da cidade. No urbanismo moderno de moldes eurocêntricos, em que se adota o sujeito neutro e uma racionalidade técnico-científica e epistemológica universalizante, “o outro” se constitui como aquele que comporta a diferença através de marcadores como raça, classe, sexualidade e gênero, entre outros, que atuam como grupos produtores de arranjos de saber-poder específicos (SAGGESE et al., 2018). O mapa ilustrado produzido por uma agência de publicidade para divulgação turística da cidade é um exemplo do silenciamento de culturas e lugares não hegemônicos. A imagem ressalta as festas, tradições e locais de forte cultura colonial e eurocentrada, em contrapartida, a periferia sul e por consequência o residencial Viver Bem, nem sequer aparecem representados. Mapas semelhantes a esse são distribuídos na prefeitura e em lugares considerados pontos turísticos da cidade.

¹⁷ Para Lynch (1960) a “imagem pública da cidade” é formada por figuras mentais comuns a um número expressivo de habitantes da mesma cidade que acaba por caracterizar ou representar a cidade como um todo.

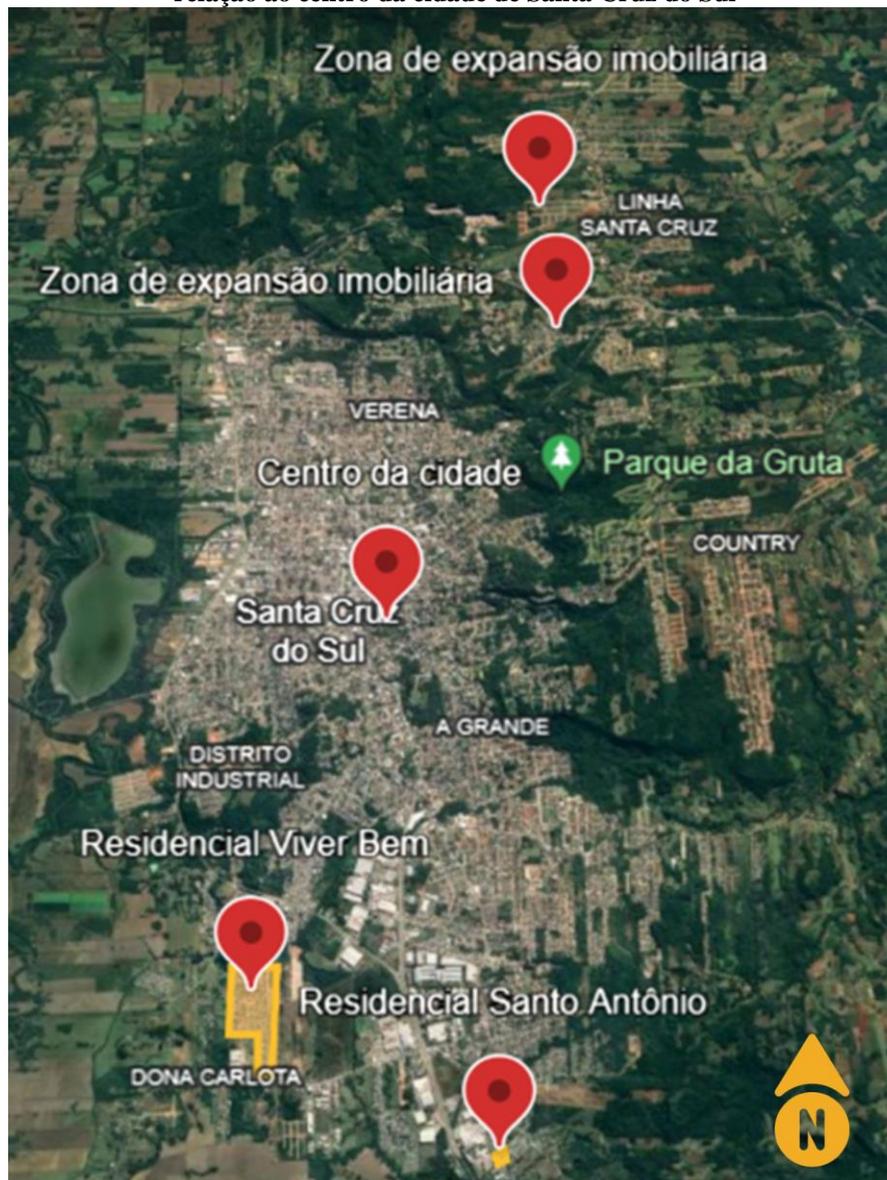
Figura 2 - Mapa ilustrado de Santa Cruz do Sul produzido para divulgação turística da cidade



Fonte: Agência Nakao (2017).

Os regimes de verdades produzidos a partir do centro santa-cruzensense produzem discursos violentos voltados aos bairros ao sul da cidade e seus moradores, classificando-os e condenando-os. Esses lugares, marcados pela pobreza, são estigmatizados e diminuídos a partir de alcunhas como “beco do macaco” ou “Carandiru”, e são alvo de preconceitos e práticas de exclusão violenta, como por exemplo, a não contratação de pessoas que declaram morar lá. Essas disparidades sociais se evidenciam também na paisagem urbana, onde as bordas das áreas industriais são tomadas por áreas residenciais precárias, contornadas por grandes vazios urbanos e atravessadas pela presença da BR471. Essa paisagem é pontuada pelos grandes conjuntos habitacionais como o Viver Bem e o Santo Antônio, ambos financiados pelo programa Minha Casa Minha Vida. A periferia sul da cidade se consolida, então, como lugar de abrigo da grande massa de trabalhadores que serve de reserva de mão-de-obra a baixo custo para a indústria, especialmente a fumageira. A proximidade com a indústria transformou a área ao seu redor em terra barata para moradia, pois não oferece os atrativos que normalmente despertam interesse das classes mais altas, como infraestrutura, atrativos naturais, status, etc. (VILLAÇA, 2001, 2012).

Figura 3 - Indicação dos residenciais Viver Bem e Santo Antônio, e das zonas de expansão imobiliária em relação ao centro da cidade de Santa Cruz do Sul



Fonte: Edição da autora a partir de imagem do Google Earth, 2023.

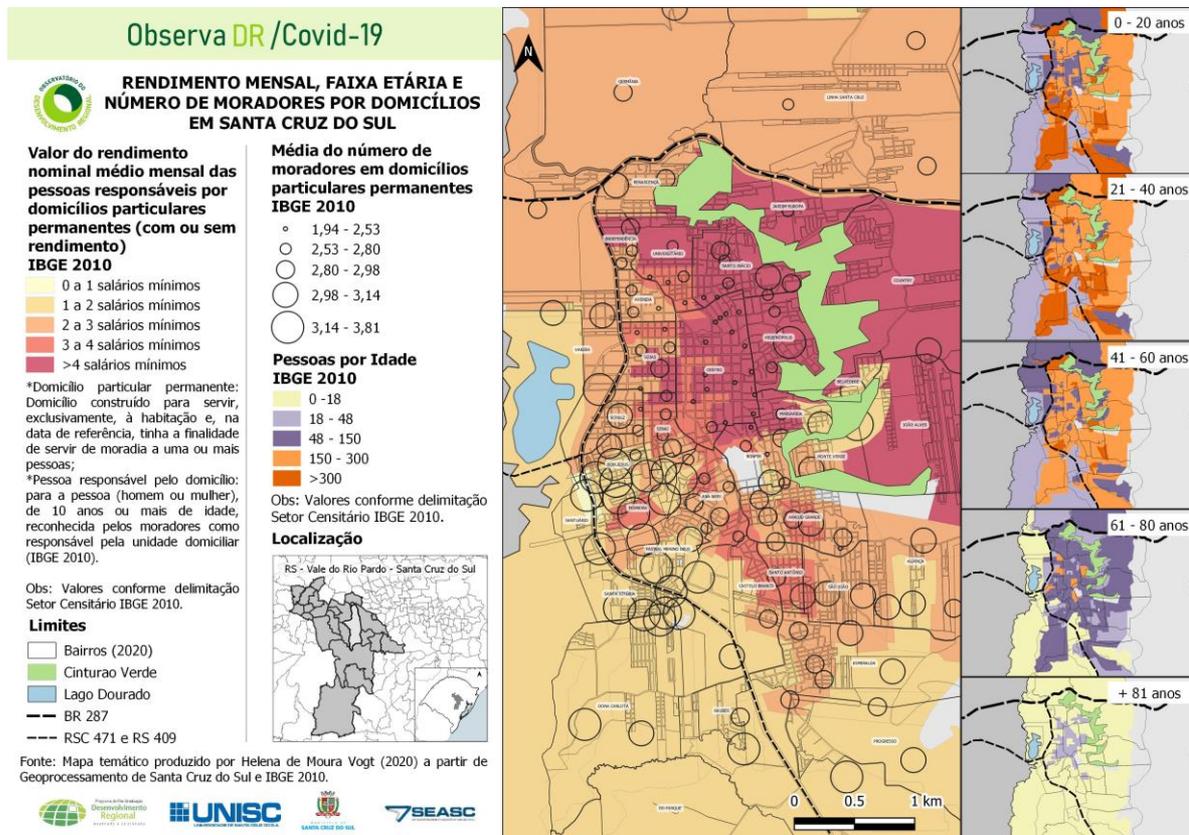
Os investimentos ligados à expansão da cidade e à especulação imobiliária são voltados para as zonas norte e leste, onde existem grandes áreas disponíveis para a construção civil, muitas delas ainda em condição de zona rural. Porém, essas áreas necessitam de consideráveis investimentos em infraestrutura urbana para sua ocupação, além de estarem desconectadas da malha urbana densificada mais próxima do centro da cidade, inclusive pela presença de barreiras físicas (VILLAÇA, 2012) constituídas pela BR287 no caso da Linha Santa Cruz (zona norte) e pelo cinturão verde de preservação permanente no caso da Linha João Alves (zona leste) (HOFF, 2018). A zona sul da cidade igualmente carece de investimentos em infraestrutura, no entanto, geograficamente, seria mais fácil a sua

articulação com o centro pela presença de avenidas perimetrais asfaltadas como as Av. Deputado Euclides Nicolau Kliemann e a avenida Barão de Arroio Grande, ambas criadas para o transporte de trabalhadores e escoamento de mercadorias da indústria. Ainda assim, justamente por sua proximidade com a indústria e sua constituição como periferia pobre e local dos trabalhadores, não há o mesmo interesse em expandir as áreas residenciais mais nobres para aquela direção. Nos últimos dez anos, os empreendimentos habitacionais voltados para as classes mais baixas da população e financiados por programas sociais federais foram construídos em terras da zona sul (HOFF, 2018). Este fenômeno acaba reafirmando a periferia sul como o lugar dos pobres na cidade, como afirma um dos agentes implementadores das políticas habitacionais no município, entrevistado durante a pesquisa de minha dissertação de mestrado:

Nós fizemos um levantamento até através da Secretaria de Habitação, de Serviço Social, alguma coisa de planejamento, enfim, mapeamos as áreas de risco que tinha aqui, e não foi muito difícil, viu. Lá as assistentes social, como sempre, tinham um mapa, né, da nossa pobreza, de certa forma, que era as pessoas que tavam lá naquela área de risco. Isso foi um volume grande ali e que basicamente se estendia aqui da Várzea, passava lá pela zona sul... é fácil fazer assim com a mão né (apontando para a zona sul da cidade), lá Santa Vitória, Rauber, aqueles bairro lá em baixo e vinha parar aqui no Margarida Aurora, nesses nossos morros aqui, né, e alguma coisinha que tem na beira de rodovia, que é uma meia dúzia de família aí, mas o grosso é nessa região, que a gente chama de região sul, né. (IMPLEMENTADOR 1, 2017)

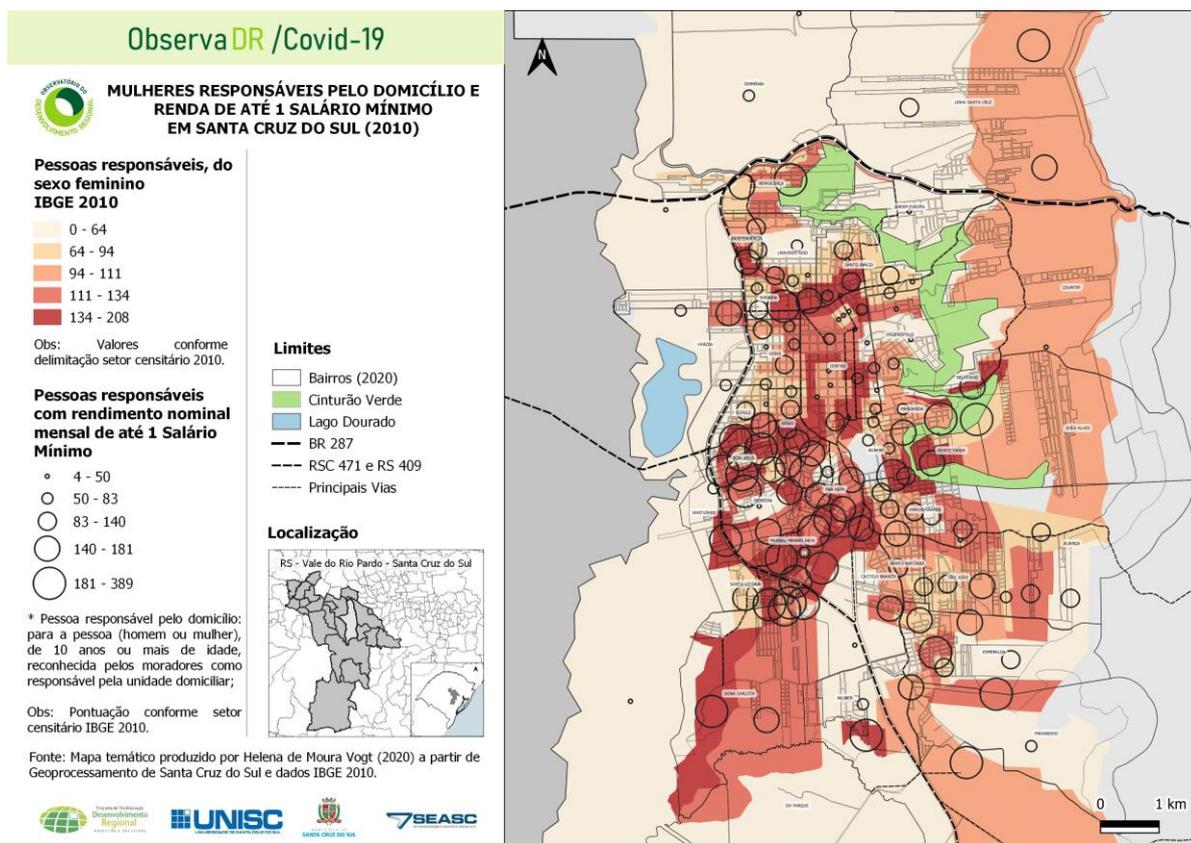
Não é coincidência o fato de que é na periferia sul da cidade também que se encontra a maior parte dos domicílios que contam com mulheres como responsáveis financeiras e a menor renda por domicílio, uma vez que a porcentagem dessas mulheres que estão abaixo da linha de pobreza no Brasil corresponde a quase 63% do total de pessoas nessa situação (THINK OLGA, 2023).

Figura 4 - Rendimento mensal por domicílio no município



Fonte: [Dados e Mapas de Santa Cruz do Sul < Observa DR – Observatório do Desenvolvimento Regional](#). Acesso em 26 out. 2022.

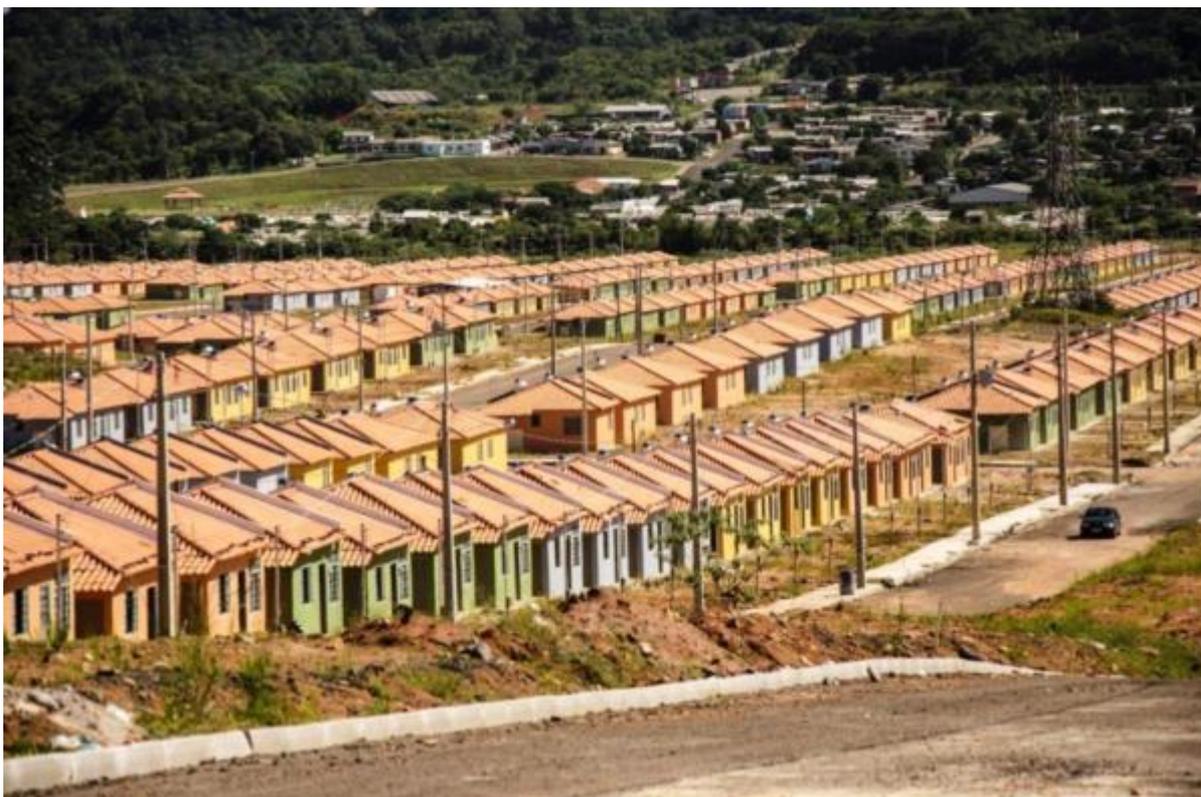
Figura 5 - Número de mulheres responsáveis por domicílio no município



Fonte: [Dados e Mapas de Santa Cruz do Sul < Observa DR – Observatório do Desenvolvimento Regional](#). Acesso em 26 out. 2022.

O conjunto residencial Viver Bem foi implementado nessa mesma periferia sul de SCS (a aproximadamente 10 quilômetros do centro) através do programa Minha Casa Minha Vida. Entregue aos moradores no ano de 2015, é o maior residencial do município, e recebeu 908 famílias em maior ou menor situação de vulnerabilidade. Os critérios de seleção dessas famílias, segundo os implementadores, foram estabelecidos pela política pública habitacional do MCMV na faixa 1, como renda máxima de até três salários-mínimos e preferência por famílias que contam com mulheres como responsáveis. Assim, 90,6% das responsáveis pelas famílias moradoras no local são mulheres, a maioria jovens entre 18 e 30 anos (39,32%) e com renda entre 1 e 2 salários-mínimos mensais (51,86%) (CADONÁ; TIRELLI e AREOSA, 2017). O conjunto tem 922 casas térreas, de aproximadamente 40m² cada uma, contando com dois quartos, banheiro, sala e cozinha conjugados e um pequeno pátio. No total, são quase cinco mil pessoas habitando no local, dessas, aproximadamente 60% são mulheres, vindas em sua maioria de outros bairros igualmente periféricos e empobrecidos da cidade e seus arredores.

Figura 6 - Residencial Viver Bem



Fonte: Portal Arauto (2021).

Figura 7 - Residencial Viver Bem



Residencial Viver Bem. Fonte: Autoria própria (2022).

O perfil socioeconômico dos moradores foi obtido através da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias*, sob a coordenação do professora Dra. Cláudia Tirelli e da qual participei como pesquisadora voluntária entre 2016 e 2018, durante o curso de mestrado. Essa pesquisa foi desenvolvida através do GEDEPP – Grupo de Pesquisas em Democracia e Políticas Públicas, ligado ao CNPq e ao PPG em Desenvolvimento Regional da UNISC.

O contexto pós-pandêmico, uma incerteza

Apesar da familiaridade construída pelas vivências nas pesquisas realizadas no residencial Viver Bem desde o ano de 2016, através das pesquisas do GEDEPP, depois de mais de um ano de pandemia, trabalhando em casa e sem saber exatamente quais eram as consequências da enorme crise que se instalou no país para o conjunto habitacional, me dei conta de que precisava voltar. O aporte teórico, as leituras e as reflexões que eu me empenhava em estruturar até o momento, não faziam mais sentido se descoladas da realidade. Como trazer o conhecimento produzido pelas mulheres a partir do seu território, de seu lugar de habitar, de sua realidade cotidiana sem estar ao lado dessas mulheres?

A pandemia afetou imensamente a sociedade brasileira, especialmente os mais vulneráveis. No total, perdemos mais de 700 mil pessoas entre os anos de 2020 e 2021. A economia brasileira sofreu a pior contração registrada na história, com um crescimento real do produto interno bruto (PIB) *per capita* em 2020 de -4,7% (WORLD BANK, 2022). Além disso, o número de desempregados aumentou em 10 milhões de pessoas, entre o terceiro trimestre de 2019 e o terceiro trimestre de 2020, e a taxa de desemprego chegou a 14,6% no mesmo período (WORLD BANK, 2022). Em meio às recomendações internacionais de isolamento social, dominaram a ausência de políticas públicas específicas para a contenção do vírus e o descaso do Estado, o avanço do número de mortes e internações e o colapso do sistema público de saúde.

Prevenir-se de uma doença infectocontagiosa em territórios sem acesso à moradia digna tornou-se uma tarefa impossível, assim como aderir à quarentena fazendo parte do imenso contingente de trabalhadores da indústria, do comércio e do setor de serviços, muitas vezes informalmente contratados, que habitam esses territórios. O resultado foi o agravamento da situação de desigualdade, o aumento da fome, da pobreza e do desemprego (ROVERE, 2021). Além disso, vivemos em um país marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas, onde aproximadamente 44% das pessoas vivem sem coleta de

esgotos¹⁸, sendo que mais da metade (51,6%) da população do estado do Rio Grande do Sul encontra-se nessa situação (SNIS, 2021). Além disso, 36 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água potável em suas residências (SNIS, 2021). Além dessa precariedade na infraestrutura urbana, o déficit habitacional brasileiro¹⁹ em 2015, segundo dados da Fundação João Pinheiro²⁰, equivaleria a mais de 6 milhões de habitações, sendo que o adensamento excessivo corresponde a 5,2% e a coabitação a 29,9% deste número. Neste contexto de precariedade, como já foi mencionado, 63% das mulheres negras sem cônjuge e com filhos de até 14 anos, e 40% das mulheres brancas na mesma situação, vivem abaixo da linha de pobreza, ou seja, com menos de US\$ 5,50 por mês²¹.

O Rio Grande do Sul atravessou os primeiros meses do ano de 2021 em situação de bandeira preta no modelo de distanciamento controlado adotado no estado²², ou seja, apresentou piora em todos os índices de controle pandêmico, como diminuição do número de leitos vagos e aumento dos números de contágio e mortos. Somente no RS, até o ano de 2021, mais de 21 mil pessoas haviam morrido em decorrência da pandemia.

¹⁸ Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento para o ano de 2021, disponíveis em [Esgotamento Sanitário — Ministério das Cidades \(www.gov.br\)](http://www.gov.br/sgs).

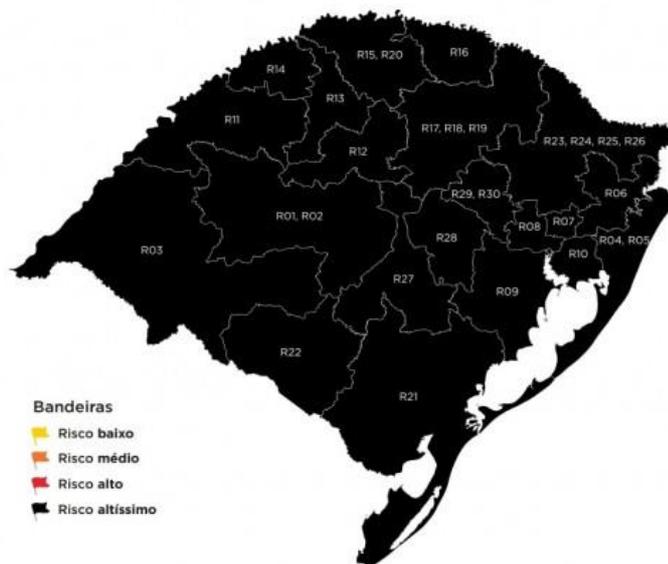
¹⁹ O déficit habitacional é calculado em função do número de habitações precárias ou improvisadas como barracos, do número excessivo de pessoas convivendo juntas no mesmo ambiente (adensamento excessivo), do número de famílias vivendo na mesma casa (coabitação) e ao gasto com aluguel que comprometa mais de 30% da renda familiar.

²⁰ Relatório Déficit Habitacional no Brasil 2015, Fundação João Pinheiro, disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/>.

²¹ Dados do site Gênero e Número, disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-renda-emergencial/>.

²² Durante o período pandêmico, o estado do Rio Grande do Sul implementou um sistema de bandeiras que inclui as cores amarela, laranja, vermelha e preta, cada uma indicando um nível diferente de restrições. Fonte: [Bandeiras e protocolos: entenda o modelo de distanciamento controlado - Portal do Estado do Rio Grande do Sul \(2020\)](#).

Figura 8 - Mapa do RS em situação de bandeira preta do distanciamento controlado em fevereiro de 2021

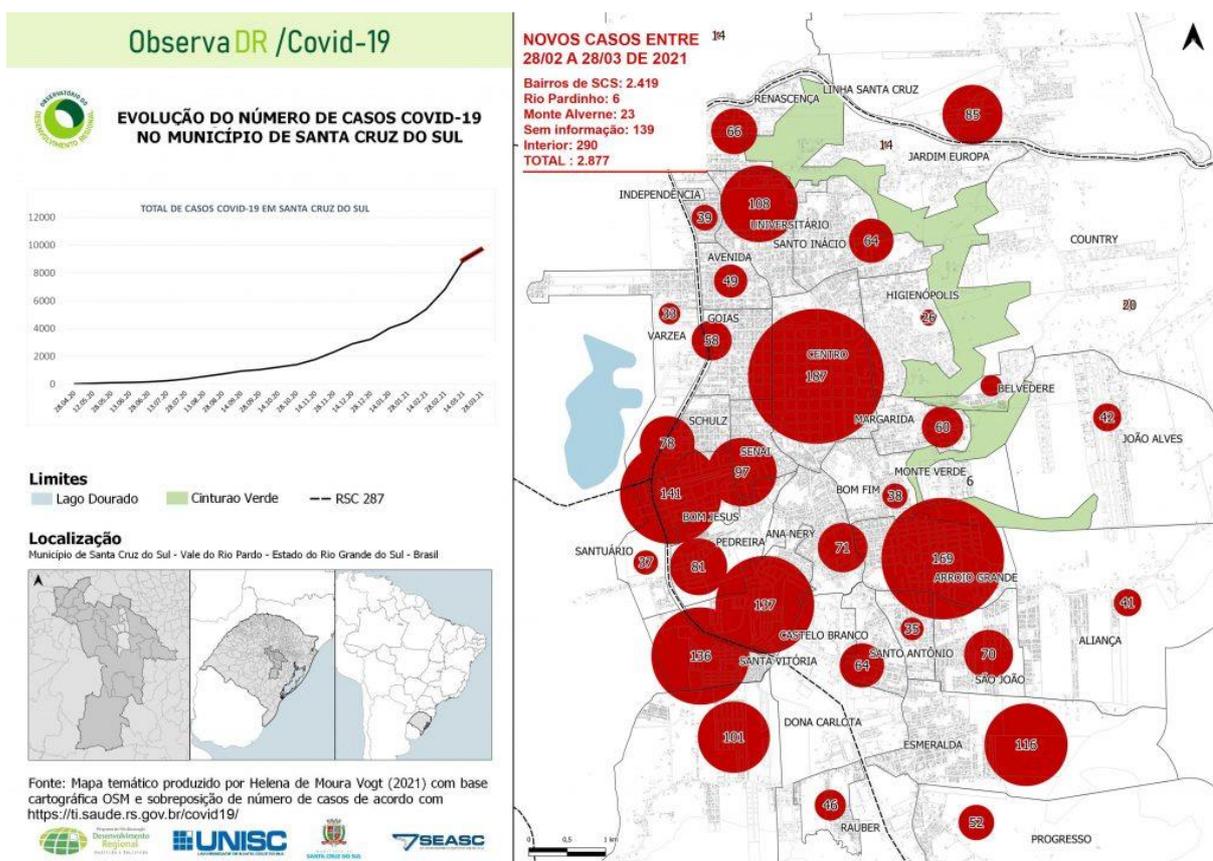


Fonte: [Mapa do Distanciamento Controlado confirma todo o RS em bandeira preta na 43ª rodada - Portal do Estado do Rio Grande do Sul](#). Acesso em 05 abr. 2021.

Em Santa Cruz do Sul a realidade não foi diferente. Com quase 200 mortes por Covid-19, a cidade ainda enfrentou a perda de 482 postos de trabalho durante o ano de 2020²³ por conta da pandemia, situações que acabaram se refletindo de forma mais intensa nas periferias empobrecidas. O conjunto residencial Viver Bem, mesmo antes da pandemia, contava com alto número de desempregados (TIRELLI e AREOSA, 2019), sendo que maior parte dos que estavam trabalhando ocupavam cargos de baixa remuneração e de grande precariedade, não contando com carteira assinada ou outras garantias trabalhistas. As contaminações, assim como na maioria das cidades brasileiras, tiveram início no centro, espalhando-se rapidamente para a periferia, muito provavelmente resultado das relações de trabalhadores/empregados (FLEURY e MENEZES, 2020).

²³ Dados do portal GAZ em <http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2021/03/18/177868-expectativa-de-retomada-santa-cruz-do-sul-recupera-empregos-perdidos-em-2020.html.php#:~:text=N%C3%BAmeros%20do%20Cadastro%20Geral%20de.m%C3%AAs%20do%20ano%20no%20munic%C3%ADpio>. Acesso em 05 abr. 2021.

Figura 9 - Evolução dos casos de Covid-19 no município



Fonte: [Dados e Mapas de Santa Cruz do Sul < Observa DR – Observatório do Desenvolvimento Regional](#). Acesso em 26 out. 2022.

Muitas das minhas interlocutoras contavam apenas com o programa Bolsa Família e outros programas governamentais como sustento durante o período pandêmico. A maioria delas também ficou como única responsável pelos cuidados com seus filhos em uma situação de total vulnerabilidade, com as escolas e creches fechadas, sem a rede de apoio estatal e também com o cuidado com idosos e doentes, inclusive os doentes pela Covid-19. Muitas delas sujeitas ainda à violência doméstica e ao afastamento de suas redes de apoio pessoais, como familiares e amigos.

Desde março de 2020, início do afastamento social, as visitas ao local proporcionadas pelas pesquisas foram suspensas, juntamente com as atividades presenciais da UNISC. As minhas próprias redes de sociabilidade e as relações de cordialidade e afetos que desenvolvi no conjunto residencial desde 2016, sofreram uma ruptura com o afastamento. Muitas mulheres com as quais mantive contato presencial, não possuíam acesso à internet para contato remoto. Ainda hoje não foram levantados dados exatos sobre os efeitos da pandemia no local, e até o retorno ao campo, em 2021, só havia contado com relatos de mulheres das minhas redes de sociabilidade que trabalhavam naquela proximidade e assim

tiveram contatos com pessoas que moram ali. A maior parte destes relatos falavam de fome, vulnerabilidade extrema e acirramento da situação de pobreza. Assim, antes de voltar ao residencial, meu trabalho se deu em meio às incertezas, sem saber exatamente as condições que encontraria ao retornar, mas ciente de que a situação não seria mais aquela que deixei.

Todos esses fatores me trouxeram mais uma vez a certeza da necessidade desta pesquisa e de outras como esta, que evidenciem as circunstâncias em que vivem as mulheres moradoras das periferias, muitas vezes invisibilizadas pelo empobrecimento, transformando essa situação em subsídio para futuras políticas públicas e ações efetivas que venham a proporcionar cidadania, acessos e qualidade de vida a todas elas.

2.

Tecituras e possibilidades, entrelaçando caminhos

2 TECITURAS E POSSIBILIDADES, ENTRELAÇANDO CAMINHOS

“Meu olhar colore a cidade
 Pela janela do buzo
 Me adapto ao fuso da realidade
 Graffito nos ares
 Subo os andares do arranha céu (contraste)
 Alcanço lugares perto do céu
 Antes deles me alcançarem”
 (Drik Barbosa – No corre)

Às seis horas da tarde no residencial tem movimento. Em dias de clima mais ameno, crianças e mães caminham pelas ruas, parando aqui e ali para conversar. Crianças jogam bola e brincam no meio da rua. As filhas da Dida correm pela rua com as da Luciana. Entram e saem das casas gritando, numa brincadeira animada. Muitas crianças circulam pelas ruas sozinhas. Inclusive no asfalto da rua da ponte. Dona Fabrícia senta na frente da sua casa e algumas vezes é acompanhada pela vizinha e pela filha, que se arruma no brechó para ir pra “rua”²⁴. Mulheres se ocupam de buscar as crianças menores no projeto e ir ao mercadinho. Outras chegam do trabalho e servem o chimarrão ou simplesmente sentam na frente da casa, às vezes aproveitando para conversar com as vizinhas. É nessa hora que eu gosto de caminhar por ali. Peço para Dida ou Kimberly me acompanharem, mostrando os lugares e me apresentando as pessoas. Assim conheci dona Fabrícia, dona de um brechó; Luciana, vizinha da Dida e Maria, que tem um mercadinho. Eu fui junto com Dida comprar pão caseiro de um casal que passa de carro vendendo pães e bolos pelo bairro. Uma vez ela pagou o pão para mim, como um presente. Também costuma passar um pequeno caminhão vendendo frutas e verduras. Apesar de ouvir histórias das violências que supostamente acontecem ali durante a noite e de algumas vezes me deparar com a venda ou uso de drogas, a tardinha é um dos meus momentos favoritos. A sensação que essas ruas me trazem nessa hora é de vitalidade, potência de vida. (MEU CADERNO DE CAMPO, maio de 2022).

As periferias urbanas me falam de outra cidade. Longe daquela cidade normativa que aprendi nas cadeiras da faculdade de arquitetura e urbanismo, essa cidade me parece mais viva. Como afirma Certeau (2014), é uma cidade de práticas microbianas, singulares e plurais, muito longe do sistema urbanístico e das organizações observadoras. (Re)conhecer essa cidade implica em analisar criticamente o olhar dominante na *práxis* urbanística e ir adiante do saber racionalizado e universalizado em direção à experiência real do outro (MONTANER e MUXÍ, 2014), do vivido. Nessa prática de estabelecer outros olhares, conceitos como direito à cidade, espaço urbano e território aparecem em constante disputa. Referências europeias e norte-americanas competem espaço lado a lado com as teorias decoloniais e/ou que abordam a diversidade no centro de suas reflexões. As escolhas epistêmicas tomadas como bases para esse debate resultam em abordagens que podem fortalecer as correntes hegemônicas de pensamento, ou caminharem na direção da construção de uma ruptura com o pensamento normativo, na busca de possibilidades para a construção de um modelo de cidade mais justa e equânime.

²⁴ A “rua” era como elas chamavam o trabalho de prostituição na BR 479. Quando era realizado em casas de prostituição, elas chamavam “as primas” ou a “casa das primas”.

Se o sistema capitalista moderno colonial firma suas bases na exploração econômica, na opressão racista-patriarcal de um modelo civilizatório padronizado, e na expropriação da vida e da etno e biodiversidade da natureza, adotar uma perspectiva decolonial pode ser um processo possível de resistência (HAESBAERT, 2021). O urbanismo, a arquitetura e o planejamento urbano e regional brasileiro, salvo exceções, ainda favorecem a construção de instrumentos de manutenção de opressões e construção de privilégios calcados em questões de raça, classe e gênero (GAIA, 2019) e essa não é uma realidade apenas no Brasil. As grandes cidades latino-americanas, especialmente as metrópoles como Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro, entre outras, vêm sofrendo transformações que fortalecem o sistema dominante e mantém o regime de colonização a que foram submetidas ao longo da história. As cidades médias e pequenas vêm seguindo a mesma cartilha. A financeirização das cidades e a conseqüente influência de interesses mercadológicos faz com que o urbanismo brasileiro não tenha comprometimento com a realidade concreta da parte da população que vive às margens do direito à cidade. Maricato (2009), ao refletir sobre isso, afirma:

Podemos dizer que se trata de ideias fora do lugar porque, pretensamente, a ordem se refere a todos os indivíduos, de acordo com os princípios modernistas da racionalidade burguesa. Mas também podemos dizer que as ideias estão fora do lugar por isso mesmo: porque elas se aplicam a uma parcela da sociedade reafirmando e reproduzindo desigualdades e privilégios. (MARICATO, 2009, p. 122).

Nas universidades, a produção de conhecimento nessas bases, não amplia a discussão sobre direito à cidade, mas mantém perspectivas que ora respondem ao mercado – com as teorias sobre cidades inteligentes e marketing urbano, ora corroboram as construções universalistas sobre o urbanismo – numa perspectiva vertical e pragmática de solução de problemas. Ambas as abordagens tratam as questões territoriais como recortes culturais de menor importância frente às necessidades financeiras e mercadológicas (ARANTES, 2009). Para romper paradigmas no campo dos estudos urbanos e regionais, especialmente na América Latina e nos países da chamada periferia do mundo, é preciso buscar uma produção de conhecimentos comprometida politicamente e engajada com a democratização e ampliação efetiva dos direitos à/na cidade, e isso só pode acontecer com a revisão crítica das investigações (GAIA, 2019) e ações urbanas realizadas até aqui.

No mundo, são incontáveis as intervenções que atuam no sentido de facilitar a expansão capitalista e o domínio da população através do planejamento urbano, como são os casos das grandes obras urbanísticas que vão de Haussmann em Paris (séc. XIX) a Robert Moses em Nova York (séc. XX). Essas obras, entre tantas outras, funcionaram e ainda funcionam como eficazes mecanismos de manutenção do poder hegemônico (BENÉVOLO,

2001) e reforçam padrões por ele determinados. São obras higienistas, que fazem parte das estratégias de manejo populacional estabelecidas a partir do século XVIII, repletas de medidas autoritárias que transformaram a medicina em instância de controle social. O espaço urbano tornou-se um meio perigoso para a população e a cidade um objeto a ser medicalizado, exigindo todo um conjunto de disposições e construções para efetivarem esse controle (FOUCAULT, 2019a). Para Oyewùmí (2021) a ideia de que a biologia é determinante tem sido um marco do pensamento ocidental que define desde quem é quem na *pólis* de Aristóteles, até quem é pobre nos Estados Unidos no século XX. No Brasil, ações como o Código Sanitário de São Paulo, no final do século XIX e a chamada Reforma Passos no Rio de Janeiro, no início do século XX, seguiram o mesmo sentido, tratando de destruir centenas de cortiços no centro dessas cidades. Esses lugares, considerados fontes de insalubridade, abrigavam trabalhadores em sua maioria negros (LING, 2021). Medidas como essa favoreceram o embranquecimento e elitização dos espaços urbanos mais valorizados e que recebiam maior número de melhorias e investimentos públicos.

Atualmente, grandes projetos urbanos como o Porto Maravilha no Rio de Janeiro, uma bilionária parceria público-privada, demonstram o poder de intervenção do mercado imobiliário nas políticas públicas urbanas e consequentemente na configuração do espaço. A revitalização portuária, além de reforçar as ideias propostas por Pereira Passos (1836 – 1913), resultou em aceleração do processo de neoliberalização da cidade, aprofundamento das desigualdades (SANTOS, 2020) e mais uma vez, no branqueamento e elitização da região. Essas medidas, embora mais atuais, também se comportam como mecanismos de controle populacional, afastando desses lugares, por meio de processos de remoção e gentrificação, populações que tradicionalmente ali habitavam. Considerando que as possibilidades de reprodução da vida nas cidades são atravessadas pelas relações socialmente estabelecidas (LEFEBVRE, 2001), fica evidente a relevância das questões étnico-raciais e de gênero entre os fatores que afetam e estruturam o espaço urbano.

Ao lado das grandes intervenções urbanísticas mercadológicas e do planejamento urbano estratégico, está o legado do urbanismo modernista, europeu e norte-americano, que embora tenha sido fortemente contestado a partir da década de 1960 e do movimento culturalista (ARANTES, 2009), deixou uma tradição funcionalista que ainda hoje predomina no urbanismo mundial. As técnicas de investigação baseadas em variáveis estatísticas e probabilidades fundamentaram as reformas urbanísticas modernistas, buscando solucionar problemas urbanos como se fossem problemas puramente funcionais e de fácil solução através de mapas e planos generalizantes. É como se os problemas sociais resultantes da

urbanização, como a falta de moradia, pudessem ser transformados em métricas simples, resolvidos com a obtenção de índices e médias (JACOBS, 2014) que a meu ver, não correspondem com a realidade vivida nos territórios.

O processo político e econômico brasileiro construiu uma sociedade marcada pela desigualdade e o planejamento urbano modernista/funcionalista foi uma poderosa ferramenta de dominação (MARICATO, 2009). “Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves”, afirma Maricato (2009, p. 124), mas pela forma como esses planos seguem os interesses políticos e ideológicos de grupos específicos. A própria construção da capital brasileira, na década de 1960, é um exemplo de um plano urbanístico que segue à risca o zoneamento urbano funcionalista e modernista disposto por Le Corbusier (1887 – 1965) na Carta de Atenas (1933), com a intenção de reafirmar os interesses ideológicos de um governo. Mesmo na época do traçado do plano piloto já havia ali milhares de pessoas em moradias precárias, que foram impedidas de permanecerem nesta área. Assim, no lançamento de Brasília, capital símbolo do desenvolvimentismo brasileiro, a grande massa de trabalhadores migrantes e empobrecidos foi afastada para as periferias depois de perderem seus empregos na construção da cidade (LING, 2020). O Plano Piloto (1957) permaneceu como um modelo de urbanização que tomava a vida das pessoas como um problema a ser resolvido e não tardou para que seus ideais fossem replicados em planos urbanísticos por todo o país. Apesar do inegável valor histórico de Brasília, primeira e única cidade modernista considerada como patrimônio da humanidade pela Unesco (LING, 2020), a forma excludente como foram tratadas as desigualdades urbanas resultou em aprofundamento de graves problemas sociais.

Alguns anos mais tarde, Jacobs (2014) se referiria ao modernismo como uma constante simplificação de problemas complexos no planejamento urbano, denunciando os erros do urbanismo funcionalista. A autora criticava ainda a forma como o planejamento urbano continuava tomando como base o ideal de uma cidade e não a realidade urbana cotidiana. Um exemplo de simplificação de problemas complexos pode ser observado na elaboração e implementação da política pública habitacional brasileira. Apesar de atuar com sucesso na construção de moradias (de 2009 a 2013 foram 1,5 milhões de casas construídas para a faixa 1 do programa MCMV, com subsídio integral do governo²⁵), o programa habitacional Minha Casa Minha Vida transforma a multiplicidade das condições de vulnerabilidade em questões mercadológicas e de ativos financeiros (ROLNIK, 2015). Além

²⁵ [Em dez anos, programa Minha Casa, Minha Vida beneficiou 5,5 milhões de famílias, passa aperto financeiro em 2019 e tem futuro incerto \(uol.com.br\)](https://uol.com.br), 24 de novembro de 2019.

disso, na sua implementação, a maioria dos empreendimentos toma como subsídio estatísticas genéricas a respeito do déficit habitacional da cidade, deixando de lado a participação dos moradores e de agentes políticos locais. De forma geral, as pesquisas pós-avaliação existentes sobre o tema apontam para um importante hiato entre os objetivos do programa e a política de fato, implementada nos territórios (NETO *et al.*, 2023).

Os resultados desse modelo de planejamento urbano consistem numa perversa combinação de setores monofuncionais com dinâmicas especulativas de exploração do espaço urbano, promovendo o deslocamento e a conseqüente segregação da população, além do aprofundamento das desigualdades e o esvaziamento do conceito de direito à cidade. Em países periféricos como o Brasil, esse tipo de urbanismo encontrou campo fértil, pois quando despontou mundialmente, as cidades estavam em pleno processo de crescimento (SA VALE, 2020) e ainda hoje influencia profundamente a teoria e a prática urbanística brasileira e latinoamericana. São concepções colonizadas de planejamento urbano e regional que colocam como prioridade, da mesma forma que o urbanismo higienista europeu do século XVIII, o saneamento e controle populacionais como estratégia de valorização das cidades, removendo grupos vulneráveis e empobrecidos como mulheres, negros e indígenas para as periferias urbanas, enquanto delega poderes de decisão sobre os interesses coletivos à iniciativa privada.

O urbanismo feminista, ou a articulação entre estudos urbanos, gênero e cidade sugere duas grandes correntes: uma relacionada à própria prática urbanística sob a ótica do planejamento e aplicação das políticas públicas e elaboração de equipamentos urbanos; e outra ligada à história da arquitetura e do urbanismo, buscando visibilizar a produção das mulheres neste campo (SUMI, 2018). É visto que as bases dessa discussão ainda hoje são alimentadas pelas teorias norte-americanas ou europeias. Destaco importantes trabalhos como a da historiadora e arquiteta Dolores Hayden com a publicação de *What would a nonsexist city be like?* (1980); das urbanistas Leonie Sandercock e Ann Forsyth com *A Gender Agenda: New Directions for Planning Theory* (1992); e das geógrafas Linda McDowell e seu livro *Gender, identity and place* (1999/2000) e Doreen Massey com *Space, Place, and Gender* (1994) entre outros que pautam ainda hoje debates sobre a divisão sexual do trabalho e o planejamento urbano, sobre a formação do espaço urbano patriarcal ou sobre a dicotomia do público *versus* privado, perpetuada na configuração das cidades. Na Europa destaco expoentes como as arquitetas e urbanistas Inéz Sanchez Madariaga com a publicação do trabalho *Urbanismo con perspectiva de género* (2004) e Zaida Muxí e a recente publicação de *Mujeres, casas e ciudades* (2018), e ainda a cartilha *Urbanismo feminista: por una transformación radical de los espacios de vida* (2019) do Col·lectiu Punt 6, importante

coletivo de urbanistas feministas de Barcelona. Essas e outras reflexões têm sido fundamentais para o fortalecimento do campo dos estudos urbanos feministas no mundo e para ampliar o entendimento sobre direito à cidade e justiça espacial urbana em uma perspectiva generificada e corporificada do sujeito(a)/cidadão(a). Porém, numa intersecção com as reflexões decoloniais, é visto que existem diferenças abissais entre os processos urbanísticos de países colonizados e colonizadores e que essas diferenças se refletem em todos os aspectos das sociedades coloniais/colonizadas, determinando os transcurso de formação das suas cidades. O urbanismo feminista, na medida em que propõe outras possibilidades epistemológicas para olhar tanto para a sociedade como para a cidade, também abre espaço para novas perguntas. Se formos um pouco além de demonstrar como o patriarcado e o capitalismo dominam a produção de conhecimentos, ao adotar uma perspectiva decolonial para os estudos urbanos, podemos refletir também como as teorias euro-centradas ou norte-centradas tomam a centralidade do debate deste importante campo.

O feminismo no ocidente responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades, pois elas desenvolvem lutas e construções teóricas que pretendem explicar sua situação de subordinação. Ao instaurar-se no mundo de relações coloniais, imperialistas e transnacionais, essas teorias se convertem em hegemônicas no âmbito internacional, invisibilizando assim outras realidades e outras contribuições. (CARVAJAL, 2020, p. 195).

Longe de negar a importância das teorias produzidas pelas intelectuais norte-americanas ou europeias, busco aqui tecer reflexões sobre como alguns caminhos interseccionais e/ou decoloniais podem ampliar as discussões e enriquecer a reflexão sobre conceitos amplamente arraigados no campo dos estudos urbanos e regionais. Além disso, adotar abordagens teóricas outras, para este campo, somadas a metodologias investigativas que buscam rupturas com os modos de fazer hegemônicos pode levar a reflexões importantes para entender os processos que têm definido os lugares das mulheres nas cidades. Para subsidiar a interlocução com mulheres de diferentes realidades, especialmente as subalternizadas, empobrecidas e colocadas nas periferias, é preciso interseccionar, costurar teorias que ainda não se encontraram, perfazendo mais um nó nessa rede de pensamento e aproximando conceitos de realidades vividas. Não é a intenção desta tese traçar um histórico sobre o desenvolvimento do urbanismo feminista, ou de situar a discussão no Brasil ou na América Latina como já vêm fazendo autoras como a arquiteta e urbanista Rossana Tavares (2015), entre outras tantas. Também não proponho soluções para os dilemas aqui apontados ou mesmo caminhos para outros trabalhos acadêmicos. A proposta aqui é provocar novas reflexões e posicionamentos sobre conceitos que já povoam este campo, como quem desfia um tecido, para logo em seguida o tecer novamente. Assim, neste capítulo busquei articular

contribuições de intelectuais que se sentiram tocadas(os) pelas mesmas inquietações, e através de suas próprias reflexões, possibilitaram a amarração da minha rede de escolhas teóricas e epistemológicas. Essas escolhas se refletem na elaboração desta tese e orientam meu olhar de mulher pesquisadora sobre a experiência vivida na periferia de uma cidade média, no interior da região sul de um país periférico como o Brasil. Porém, esperançante (FREIRE, 1992) de que este debate sensibilize mais pesquisadoras e pesquisadores para construir novos espaços de reflexão sobre como a intersecção do urbanismo feminista, a decolonialidade e a realidade vivida podem transformar a ideia de direito à cidade para as mulheres, sobretudo as marginalizadas, racializadas, empobrecidas e que vêm criando seus próprios espaços e meios de (sobre)vivência e (re)existência. Contribuir para o campo interdisciplinar que compõe os estudos sobre as cidades tornou-se um dos maiores desafios da escrita desta tese, e a busca de subsídios entre as mais diferentes áreas do conhecimento foi um dos caminhos encontrados.

Na primeira parte do capítulo, busco refletir sobre o urbanismo pautado pelo sujeito neutro e como o urbanismo feminista busca outras perspectivas para a avaliação, elaboração e implementação de políticas públicas, situando o debate sobre direito à cidade e, em última instância, na construção de cidades com mais justiça espacial. Em seguida proponho a intersecção necessária entre o urbanismo feminista e a perspectiva decolonial no Brasil, na América Latina e nos países considerados como periféricos. Na terceira parte deste capítulo busco explorar as possibilidades de territórios corporificados para, na parte final, articular o conceito de espaço urbano com os conceitos trazidos até então. Ao longo dos capítulos, trago pequenos fios da minha vivência de campo, na forma de reflexões, falas das minhas interlocutoras ou trechos dos meus cadernos de campo, como forma de costurar a teoria com o vivido, no intuito de trazer sentido às minhas inquietações acadêmicas, profissionais e como mulher e mãe que também habita a cidade.

2.1 A escuta atenta e o afeto como indicação metodológica no fazer científico de pesquisar mulheres

Alcançar uma teoria e uma prática urbanística que atendam a uma abordagem não normativa e conectada com os territórios envolve realizar rupturas epistemológicas, em que se entenda criticamente as especificidades sociais, políticas e históricas presentes na constituição das cidades. É preciso lançar mão de uma epistemologia que parta de outros paradigmas, elencando categorias fora das impostas pela produção de conhecimentos hegemônica. Para responder a essas questões, são necessárias metodologias igualmente disruptivas, que partam

da experiência das mulheres e corpos até então tomados como “outros” na configuração urbana. Nesse sentido, não basta investigar mulheres tomando seus conhecimentos, vivências e apropriações como subalternos, passivos ou simplesmente passíveis de investigação. É preciso dispor de ferramentas analíticas que permitam compreender suas experiências e representações como modos diversos e igualmente válidos de fazer a cidade, vistos de outros pontos de vista que não o do centro.

Teorias e conceitos urbanísticos nortistas e eurocentrados, por exemplo, devem ser vistos sob a luz dos conhecimentos e vivências (re)produzidos nos territórios, não como mais importantes, mas como complementares a esses. Minha busca pelo urbanismo feminista, ou uma epistemologia feminista para as cidades, pretende responder às lacunas deixadas por uma formação acadêmica tecnicista, normativa e generalizante. Urbanismo feminista, questões de gênero e raciais não foram tema nem assunto de nenhuma das cadeiras que cursei em cinco anos de faculdade de arquitetura e urbanismo. Uma perspectiva não só feminista, mas decolonial nos estudos urbanos deve ser aquela ancorada nas análises das diferentes realidades materiais e nas lutas concretas das mulheres em sua diversidade por efetivação dos seus direitos à/cidade.

A simples adoção de conceitos como divisão sexual do trabalho ou patriarcado não são suficientes para responder à problemática de todas as mulheres afetadas pelo classismo, racismo ou heteronormatividade, é preciso do que Ochy Curiel (2020, p. 130) chama de “desengajamento epistemológico”, ou a capacidade de se desengajar de uma certa forma hegemônica de produção de conhecimento. Nesse sentido, busco definir meu lugar de fala ou de enunciação (HARAWAY, 2009; RIBEIRO, 2018; CURIEL, 2020) como mulher branca, acadêmica, mãe solo e pertencente à classe trabalhadora, ciente de como esse lugar afeta minha visão sobre a cidade, as mulheres e as periferias, interferindo diretamente sobre minha interpretação daquilo que vivenciei em minhas observações de campo. Teóricas feministas como Donna Haraway (2009), Djamila Ribeiro (2018) e Ochy Curiel (2020) propõem uma reflexão sobre o ponto de vista do pesquisador, considerando que suas vivências, ou seja, sua historicidade até ali tem influência sobre a maneira com que aborda determinado tema, colocando esta consciência como ponto de partida ético fundamental de qualquer pesquisa. Para Haraway (1995), não existe naturalização possível para a categoria mulher, mesmo que essa categoria seja atravessada por outras como classe, etnia, sexualidade, entre outras tantas possíveis. Neste contexto, as teorias feministas ocidentais não têm dado conta daquelas que não se encaixam nos padrões eurocentrados, e as tentativas de enquadramento das mulheres que não correspondem a esse padrão partem da universalização das subordinações a que estão

submetidas, considerando apenas os problemas de gênero em uma visão binária e heterocêntrica (CURIEL, 2020).

Uma das principais e devastadoras consequências disso é a existência de um silêncio constrangedor, entre as radicais brancas e as feministas socialistas, sobre a questão da raça. A história e o polivocalismo desaparecem em meio às taxonomias políticas que tentam instituir genealogias. Não há nenhum espaço estrutural para a raça (ou para muita coisa mais) em teorias que pretendem apresentar a construção da categoria “mulher” e do grupo social “mulheres” como um todo unificado ou totalizável. (HARAWAY, 2009, p. 57)

Em uma perspectiva decolonial, faz-se importante considerar que, além do reconhecimento do lugar a que pertença enquanto pesquisadora, o conhecimento que produzo leve em consideração fatores como geopolítica, historicidade, etnia, raça, classe social, capacidade, sexualidade e capital social das minhas interlocutoras, entre outros posicionamentos possíveis. Hill Collins (2019) em sua abordagem sobre o pensamento feminista negro busca a compreensão de como o racismo, a heterossexualidade, o colonialismo e o classismo interagem com 1) elementos estruturais – como leis e políticas públicas; 2) relações institucionais e sociais – como mecanismos disciplinares e hierarquias; 3) elementos hegemônicos – como ideologias; e ainda 4) aspectos interpessoais como práticas cotidianas, e assim interferem nas problematizações levantadas na produção do conhecimento formal. Assim, procuro situar minha produção dentro do campo intelectual e político do feminismo, numa abordagem que se aproxima das teorias decoloniais e da abordagem relacional do território, na compreensão de que as práticas sociais urbanas se dão sob o constrangimento dos mecanismos de controle sociais, institucionais e governamentais, ao mesmo tempo em que estão situadas geopoliticamente, e representam movimentos individuais ou coletivos de resistências, subversão e transformação destes territórios.

Nesta posição, minha pesquisa busca a compreensão das dinâmicas de apropriação urbana cotidianas das mulheres moradoras das periferias, consideradas frente à literatura acadêmica como mulheres segregadas social e espacialmente. Muito embora a literatura brasileira não dê conta dos efeitos diversos do fenômeno da segregação urbana para os diferentes gêneros e nem dos atravessamentos como o de etnia. Aqui busco investigar empiricamente como, a partir da escala do corpo e sujeitas às contingências de sua própria constituição social, econômica e geopolítica, as mulheres moradoras de um conjunto habitacional construído com o financiamento da política pública habitacional brasileira e situado na periferia urbana mais empobrecida de uma cidade média, desenvolvem suas dinâmicas de apropriação e (re)existência na (sobre)vivência cotidiana da cidade. Reconhecendo meu lugar de enunciação, parto da compreensão de que é necessário que os

sujeitos subalternizados (FOUCAULT, 2019a; CURIEL, 2020) possam interpretar as próprias realidades e falar por si mesmos, considerando que a experiência vivida é uma fonte de conhecimento válida cientificamente. Nesse contexto, minha função seria ligar pela reflexão teórica aquilo que observo junto às minhas interlocutoras e as interpretações das próprias mulheres sobre o que vivem (CORCUFF, 2001). Assim, as experiências vividas tomam uma importância tão relevante ou mais do que o estabelecimento de categorias previamente determinadas (CURIEL, 2020), uma vez que essas são atravessadas pelo racismo, pelo machismo, pelo viés da heterossexualidade e o colonialismo presentes na produção acadêmica ocidental.

Se a interpretação da realidade envolve entendermos como a matriz de opressão atua em nossa própria vida, como somos afetadas por opressões como o racismo, a heterossexualidade, o colonialismo e o classismo, com suas expressões estruturais, ideologias e aspectos interpessoais, então esse trabalho não é sobre categorias analíticas, e sim sobre realidades vividas que precisam de uma compreensão profunda acerca de como foram produzidas. Portanto, não é necessário dizer que somos negras, pobres, mulheres, trata-se de entendermos por que somos racializadas, empobrecidas e sexualizadas. É isso que interessa, enquanto feministas decoloniais, porque assim conseguimos mostrar que essas condições foram produzidas pela colonialidade. (CURIEL, 2020, p. 132).

Levando em conta que a interseccionalidade reconhece as diferenças, porém não tem sido capaz de questionar as razões para essa diferença (CURIEL, 2020), faz sentido investigar os mecanismos de opressão que estão presentes no território e que (re)produzem o sistema ocidental colonizador, buscando referencial entre as teorias feministas decoloniais. Essa escolha permeia a investigação dos processos urbanos no âmbito de um país colonizado como o Brasil, frente aos referenciais dominantes adotados para a produção e planejamento das cidades.

Uma posição decolonial feminista significa entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade etc. são constitutivos da episteme moderna colonial; elas não são simples eixos de diferenças, são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno. (CURIEL, 2020, p. 133)

No intuito de investigar como minhas interlocutoras se apropriam da cidade e (re)significam o conceito de “direito à cidade” através da busca cotidiana por uma vida mais digna é que empreendi essa pesquisa, sempre levando em consideração a presença marcada pelo esquadramento imposto ao território pela forma como o programa habitacional MCMV foi implementado ali. Essas relações são inter cruzadas com os macroprocessos de formação do território a partir das políticas públicas habitacionais brasileiras e seus efeitos sobre as construções coloniais de gênero, as opressões de raça/etnia, classe, sexualidade, entre outras. Também entendo que os fatores espaciais e relacionais são condicionantes à obtenção das condições de bem-estar e de consolidação do direito à cidade. Um fator fundamental foi a

forma como as redes de sociabilidade entre as mulheres se formam a cada demanda, e podem se romper assim que se consegue a ajuda solicitada. Assim, é importante considerar as interações entre os indivíduos, como sujeitos ativos dentro de redes e grupos sociais, num processo contínuo de reinvenção, e não como pertencente a uma estrutura social estática. (WHYTE, 2005).

Para tais investigações, busquei métodos que respondessem à realidade encontrada no campo: mulheres que tentavam se organizar em um grupo para reivindicar melhorias no seu lugar de moradia, acessar certas políticas públicas e alguns espaços, além de meios materiais básicos para sua sobrevivência com dignidade como alimentos e remédios. Assim, acabei me aproximando de uma abordagem etnográfica que se desenvolveu organicamente conforme as demandas do grupo de mulheres que acompanhei surgiam e conforme eu avançava nas leituras que me fornecessem as respostas necessárias para a realidade com a qual eu me deparava, sem abrir mão do rigor científico necessário.

Formamos um grupo, uma roda de conversa de mulheres (um pedido que surgiu delas, um espaço só das mulheres): “*se os homens participarem vão querer tomar conta das decisões. Queremos decidir o que é importante sozinhas*”, foi uma das primeiras reivindicações que ouvi. Essa roda se repetiu semanalmente pelos onze meses em que pude acompanhá-las, e sei que elas ainda estão tentando mantê-la em andamento. Eram três ou quatro mulheres “fixas” e outras que iam e vinham, muitas vezes sem nem mesmo sabermos seus nomes. A observação participante foi o método que amparou a pesquisa. A ideia de continuidade entre o fazer científico e a vida cotidiana (PIOVANI, 2007) foi um dos fundamentos metodológicos utilizados.

Tanto nas minhas vivências como mulher e feminista, como na minha vida profissional de urbanista com ampla experiência em trabalhos com comunidades periféricas, tive inúmeras oportunidades de observar e interagir com mulheres diversas, muitas delas em situação de empobrecimento e vulnerabilidade. Além disso, ainda no mestrado, desenvolvi uma pesquisa com método semelhante em outro conjunto habitacional de Santa Cruz do Sul. Portanto, foi natural que me sentisse bastante à vontade desde os primeiros dias de convivência. O que se acrescenta na pesquisa em relação às outras experiências de observação que tive com mulheres é o esforço reflexivo e crítico empreendido, sempre amparado nas leituras e compreensão dos conceitos e métodos que respondiam ao campo, de forma a analisar de forma mais complexa possível às dinâmicas que se desenvolviam no local. Além disso, a constância e a sistematização dessas observações foram fundamentais para o estabelecimento de sentido científico no conhecimento que eu buscava nesta investigação.

(...) a observação participante – para argumentar que esta constitui uma práxis potencialmente revolucionária, uma vez que nos força a questionar os nossos pressupostos teóricos sobre o mundo, produzindo um conhecimento que é novo, estava marginalizado ou era silenciado. Argumenta-se que a observação participante não é meramente um método da antropologia, mas é uma forma de produção de conhecimento através do ser e da ação; é práxis, o processo pelo qual a teoria é dialeticamente construída e realizada em ação. (SHAH, 2020, p. 373).

Para Shah (2020), fazer parte da vida de pessoas até então desconhecidas o mais plenamente possível e por um certo período de tempo, faz com que nossos pressupostos fundamentais e as teorias que adotamos sobre o mundo sejam questionados, proporcionando a descoberta de novas formas de pensamento e ação, se estivermos abertos para tanto. Também nos faz reconhecer que nossas concepções são situadas histórica e espacialmente, o que responde, de uma forma bastante satisfatória, ao anseio de uma abordagem feminista e decolonial sobre a cidade, que é a de produzir um conhecimento geopoliticamente engajado e crítico a uma matriz dominante. Outro ponto que a autora identifica como potencialmente revolucionário na observação participante é a possibilidade de entender “por que as coisas permanecem iguais e para pensar sobre como os poderes e autoridades dominantes podem ser desafiados, o que é fundamental para uma mudança social revolucionária” (SHAH, 2020, p. 376). Lembrando que a experiência vivida é uma importante fonte de conhecimentos para as construções a partir de um ponto de vista decolonial (CURIEL, 2020).

Na busca por absorver essas experiências da melhor forma possível, foi que o caderno de campo tomou uma grande importância para minhas observações, mais do que as próprias gravações das conversas, pois nele pude anotar as nuances que me sensibilizavam enquanto pesquisadora durante as interações. Oliveira (2014), em seus apontamentos sobre os registros em diários de campo, afirma que eles apresentam possibilidades na abordagem qualitativa que envolvem o registro desde as perspectivas que o pesquisador tem ao iniciar a pesquisa, até a percepção das diversas teias que se desenvolvem nos diferentes momentos da observação, no que eu acrescentaria ainda o registro das minhas percepções durante os diálogos desenvolvidos com minhas interlocutoras, assim como sobre o que que ficaria não dito nesses diálogos, como lembra Shah (2020, p. 382):

Os insights advindos da observação participante baseiam-se não apenas no que é dito, mas também naquilo que não é dito e é demonstrado somente através da ação. Fundamental para a observação participante é o reconhecimento de que o conhecimento, em si, é prático, e que o conhecimento teórico ou abstrato – aquele que é comunicado pela linguagem – é um tipo muito particular de conhecimento que deve ser colocado em relação à prática. A observação participante nos permite, então, explorar a disjunção entre o que as pessoas dizem e o que fazem.

O diário de campo funcionou como uma forma de registrar detalhes importantes para que eu compreendesse as dinâmicas que se desenvolveram enquanto eu convivia com essas

mulheres, como o registro dos movimentos, dos tempos e dos espaços. Minha intenção era entender como elas desempenhavam suas (re)existências e transformavam suas realidades, muitas vezes servindo de apoio para suas famílias e umas para as outras, apesar da escassez material e do controle de seus corpos, como afirmava Certeau (2014, p. 163) sobre seu trabalho de observação durante suas caminhadas por Nova York:

Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos – multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos – que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade com a cidade.

A maneira como minhas interlocutoras se posicionavam sobre o lugar em que habitavam, sua busca por melhorias urbanas e por acesso aos seus direitos me fez pensar em uma forma efetiva de participar dessa luta enquanto realizava minha pesquisa. Longe de pensar na minha produção científica como extrativista (CORDEIRO et al., 2021), minha intenção era a de troca de vivências, fazeres e conhecimentos.

Logo no primeiro encontro, minha “anfitriã”, uma liderança comunitária estabelecida na comunidade, com muita vontade de ajudar outras mulheres e com uma clara percepção de seus direitos enquanto mulher e cidadã, me pediu ajuda para organizar um grupo de trabalho. Foi assim que percebi uma forma de, não só realizar a minha pesquisa, mas de proporcionar algum retorno, fazendo algo que pudesse beneficiá-las ajudando a se organizarem. Através de minhas próprias redes de sociabilidade (meus contatos com as instituições, entre elas a prefeitura e a universidade) e meu capital social enquanto pesquisadora (que influenciou enormemente na forma como fomos recebidas em alguns lugares, ainda que esse seja um triste vislumbre do preconceito sofrido por minhas interlocutoras) pude abrir caminhos para que elas realizassem seu trabalho comunitário. Como afirma Ramos (2015, p. 19), essa pode ser “uma maneira de atuação relevante entre pesquisador e as pessoas ou grupos pesquisados”.

É preciso salientar que o lugar onde essas mulheres moram, é considerado pela população do centro e bairros nobres de Santa Cruz como um lugar desordenado, violento e perigoso. Inúmeras foram as vezes em que fui advertida sobre minhas idas à noite para encontrar o grupo, ou sobre os cuidados que deveria ter para circular por lá. Porém, a experiência que tive transcorreu com relativa tranquilidade, trazendo com o tempo de convivência uma sensação de intimidade com o lugar e minhas interlocutoras, o que muitas vezes é comum nesse tipo de abordagem (SHAH, 2020, p. 382): “Esse compromisso de tempo com aqueles que estão sendo estudados é importante para conhecer as pessoas

intimamente, ver e compreender os conflitos e contradições entre eles e, o mais importante, desafiar nossas próprias ideias e premissas”.

Tanto a forma de abordar minhas interlocutoras, quanto a minha presença nas suas casas, locais de lazer, escola dos seus filhos, centros de convivência ou simplesmente ao acompanhá-las em caminhadas pelo bairro envolveram o estabelecimento de uma relação de confiabilidade e respeito mútuo, o que também me trouxe uma sensação de segurança e familiaridade. Estar presente nesse lugar fez com que eu me sentisse o “outro”, alguém a quem foi concedido o direito de estar ali, mas não de uma forma inerente. A cidade que vivenciei nesses dias de convívio não é menos verdadeira que a cidade do centro, das abordagens quantitativas, das representações hegemônicas sobre o que faz essa cidade “ser” a cidade de Santa Cruz do Sul. Como afirma Agier (2015), é possível partir do ponto de vista das práticas, das relações e das palavras dos cidadãos para desenhar uma cidade múltipla, tão real quanto aquela dos urbanistas e administradores.

2.2 Epistemologias feministas para o urbanismo – rupturas

Ao caminhar pela cidade tenho meu olhar naturalmente lançado ao que me falta para que essa cidade me pertença. A falta de calçadas seguras e acessíveis para que eu possa circular com meu filho, falta de iluminação adequada para que tenhamos segurança, a distância que precisamos percorrer para acessar bens e serviços, públicos ou não. Ao lançar meu olhar para a cidade como urbanista, me chamam a atenção a quem a cidade serve, a quem ela favorece e quem a tem reivindicado. Cidade, por si só, é um conceito vazio, a ser preenchido por quem efetivamente a faz (AGIER, 2015). Mas quem faz a cidade? São os urbanistas, os planejadores urbanos? O mercado imobiliário? As necessidades da indústria da construção civil? As pessoas? Pode-se dizer que a cidade é feita por todas essas demandas, mas apenas algumas delas vêm sendo consideradas no fazer-cidade normativo, da cidade que obedece às demandas capitalistas e se desdobra nas soluções para a (re)produção e circulação do capital (HARVEY, 2005; ROLNIK, 2015; JACOBS, 2014). Porém, as demandas por cidade não são as mesmas para todas as mulheres, e essas diferentes demandas são atravessadas por questões de gênero, sexualidade, raça e classe social, e ainda diferenças que dizem respeito aos espaços ocupados por esses diferentes grupos (TAVARES, 2017; MCDOWELL, 2000). Assim, cidade é um conceito em disputa. Para cada realidade vivenciada, para cada lugar e modo de existência, cabe uma interpretação sobre o que é a cidade, onde ela está e como se configura. Grupos diferentes (re)fazem cidades diferentes.

Homens, mulheres, populações racializadas, diferentes faixas etárias, população LGBTQIAPN+²⁶ vivenciam a cidade de acordo com suas próprias realidades e possibilidades, numa inter-relação entre a forma com que esses grupos são tratados pelos agentes públicos e como são inseridos nas políticas públicas, e seus processos individuais e coletivos de apropriação. Esses fatores interferem diretamente na forma como se percebem ou não enquanto cidadãos.

Há de se considerar ainda que a qualidade do acesso, e os constrangimentos a esse acesso para os diferentes grupos, é maior ou menor, de acordo com sua proximidade com o sujeito neutro do urbanismo (homem, cisgênero, heterossexual, branco, em idade produtiva). Numa perspectiva normativa, as cidades continuam sendo planejadas e construídas em favor da reprodução capitalista (HARVEY, 2005), em detrimento às necessidades das pessoas. Pode-se dizer que a cidade normativa é a materialização dos interesses de diferentes forças no espaço, buscando impor os sentidos que traduzem esses interesses. O espaço público, quando planejado e constituído como tal, é dotado de uma intenção de usos, onde é determinado o que se faz ali e quem o faz. Tanto os aspectos físicos naturais e construídos, quanto a sua utilização podem dotar de significados um determinado lugar. Porém, nem sempre o uso corresponde às intenções formais previamente determinadas, ao invés disso, pode atender a demandas cotidianas e a sentidos apropriados através da vida diária de quem o frequenta. A construção de sentido em uma cidade média como Santa Cruz do Sul passa pelo seu centro geográfico e simbólico que abriga desde o aparato administrativo municipal, com seus prédios e serviços, passando pelos espaços de lazer e cultura que representam a cidade como museus, templos religiosos e praças, até os grandes comércios e serviços como bares e restaurantes.

Neste tipo de configuração urbana os bairros e distritos são majoritariamente dependentes deste centro, o que cria uma hierarquização dos espaços e uma dicotomização entre centro e periferias, implicando em espaços mais ou menos valorizados, tanto no que diz respeito ao valor de uso do solo, como aos bens culturais e aos saberes produzidos. Para Santos e Vogel (1985) a relação das periferias, especialmente as empobrecidas com o centro geográfico repete a relação entre os “saberes válidos”, tomados como norma, e os “saberes outros”, tomados como dependentes ou passíveis de transformação, sujeitos à normatividade e

²⁶ LGBTQIAPN+ é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas (mulheres que se relacionam com mulheres), Gays (homens que se relacionam com homens), Bissexuais (pessoas que se relacionam com ambos os sexos), Transsexuais e travestis (quem passou por transição de gênero), Queer (Pessoas que transitam entre os gêneros, como as drag queens), Interssexo (Pessoa com qualidades e características masculinas e femininas), Assexuais (quem não sente atração sexual por quaisquer pessoas), Panssexuais (quem se relaciona com quaisquer gêneros ou orientações sexuais), Não-binário (sem gênero) e outras orientações sexuais e identidades e gênero.

colonização. Neste contexto, a norma urbanística aplicada aos territórios, enquanto política pública, aparece como organizadora, trazendo lógica e modulação ao espaço, na maior parte das vezes desde uma suposta neutralidade artificialmente construída.

A tradição brasileira é atacar o problema com base em uma teoria acadêmica, onde há implícita uma filosofia das relações entre *elite* e *massa* – Uma dicotomia, ao mesmo tempo opositiva e complementar, que se constitui em verdadeiro “modelo cultural”. E através de seu uso, inconsciente a mais das vezes, que se acostuma a pensar o poder em nossa sociedade. No campo urbano, que não foge à regra, uma elite acadêmica ou técnica, detentora de um saber-fazer, considera sua tarefa natural a instrução da massa. Esta seria passiva por excelência e estaria sempre receptiva e disposta a incorporar indicações superiores e iluminadas quanto aos melhores caminhos para a construção ou apropriação de seus espaços sociais. (SANTOS; VOGEL, 1995, p. 12).

A perspectiva do lugar, por sua vez, permite pensar a construção social do espaço urbano, emprestando a dimensão da vida humana no processo de formação do espaço. O lugar permite com que seja possível refletir “o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis”. (CARLOS, 2007, p. 14).

Segundo a autora, o lugar guarda em si as dimensões do movimento da vida, que pode ser apreendido através dos sentidos do corpo. Pode-se entender que a apreensão do lugar se dá em um processo de apropriação social do espaço urbano. A palavra apropriação, segundo o dicionário Michaelis da língua portuguesa, se traduz no ato de apoderar-se de algo, legal ou ilegalmente ou no ato de tornar algo adaptado, adequado a um fim ou uso. Assim, apropriação urbana poderia ser entendida como o processo de apoderar-se dos espaços vividos, adequando-os às necessidades da vida cotidiana, através da norma ou apesar dela, em movimentos de resistência, (re)significação e transformação, material ou simbólica. A relação do indivíduo com o mundo exterior se dá a partir de um ponto de onde ele se reconhece e conseqüentemente tece uma rede de relações com o outro e com o mundo que o cerca, revelando no plano cotidiano a escala do lugar (CARLOS, 2017). O trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres guarda em si uma certa intimidade particular com o lugar do morar. Os cuidados domésticos, o ato de cozinhar, o cuidado com as crianças, idosos e doentes que recai majoritariamente sobre as mulheres passa necessariamente por esse lugar: a casa – e a partir dali o desempenho de suas atividades cotidianas se expande pela vizinhança, pela rua, pelo bairro e pela cidade formando redes de apoio, adaptando o espaço ao redor, apropriando-se do espaço urbano de forma a dar conta da vida cotidiana. Para os moradores e moradoras das periferias empobrecidas, as limitações impostas pelo lugar em que habitam acaba por proporcionar a criação de mecanismos de defesa, superação e transformação, adaptando os significados dos espaços que lhes são impostos, criando ordens próprias que

muitas vezes ultrapassam as ordens simplistas e abstratas dos planejadores (SANTOS e VOGEL, 1995). Para as mulheres, que precisam contar ainda com a rede de apoio estatal para a realização de suas atividades reprodutivas (escolas, creches, postos de saúde, etc.) essa apropriação do espaço adquire uma dimensão de sobrevivência, produzindo maneiras de habitar bastante específicas. Essas dinâmicas se desenvolvem desde a escala do corpo, que para as mulheres ainda significa enfrentar os mecanismos de controle sociais que determinam e modulam o comportamento feminino no espaço público, impingindo constrangimentos específicos. Assim as dinâmicas de habitar e se apropriar do espaço se dão através da corporeidade (CARLOS, 2007) e pelos diferentes significados do ser mulher e cidadã.

O espaço urbano apropriado e (re)significado pelas mulheres configura seu lugar de morar nas periferias, o lugar, por sua vez, se caracteriza como território quando a disputa de poder entre os dispositivos de controle e as resistências é explicitado material e simbolicamente naquele determinado espaço. Para Reis (2005) os territórios englobam interações, poderes, capacidades e iniciativas,

Isto implica que se atribua à *proximidade* – e aos comportamentos relacionais e às práticas cognitivas que ela desencadeia – um papel ontológico, e não apenas uma utilidade descritiva, um lugar na determinação dos processos sociais de natureza idêntica (natureza idêntica não significa necessariamente o mesmo peso em todas as circunstâncias) a de outros determinantes sociais. (REIS, 2005, p. 57)

Dessa forma, o território dessas mulheres na periferia da cidade se constitui justamente pelas condições de estar na periferia, com seus condicionantes e constrangimentos que são determinantes das disputas de poder que ali se desencadeiam, além de suas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais – o território na perspectiva relacional (HAESBEART, 2004).

Territorializar-se, dessa forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2004, p. 97).

O território, segundo Haesbaert (1997) envolve uma dimensão simbólica e cultural, uma identidade social forjada pelos diferentes grupos ali presentes, como uma forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem, ou seja, uma forma de apropriar-se. Presente ainda no território está uma dimensão concreta de caráter político-disciplinar e político-econômico que transforma a ordenação do espaço em mecanismo de dominação e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 1997). Entende-se também que as dinâmicas de apropriação e (re)significação dos territórios podem passar igualmente por uma dimensão concreta, materializada para atender às demandas cotidianas ali presentes, e por que não, às

construções simbólicas e culturais. A norma aplicada por meio da política pública habitacional esquadrinha e ordena o espaço. A vivência e os processos de apropriação, modificam, flexibilizam e o adaptam. Para Lefebvre (2016a) a lógica formal materializada espacialmente implica em uma série de constrangimentos que não correspondem às necessidades das pessoas que ali habitam.

De fato, se a ciência é ciência de um espaço formal, de uma forma espacial, ela implica uma lógica implacável, e a ciência não poderia consistir senão numa soma de constrangimentos pesando sobre o conteúdo (as pessoas!). Em contrapartida, se nos voltarmos para o estudo do que vem a povoar essa forma, seja as necessidades das pessoas, seja suas reivindicações, se centrarmos a reflexão sobre o conteúdo e não sobre a forma “pura”, o que garante que esse conteúdo vai entrar nessa forma sem sofrer certas afrontas? O que garante que as pessoas e suas necessidades vão se deixar inserir na logística sem resistência? (LEFEBVRE, 2016a, p. 58).

As universalizações neutralizantes aplicadas aos espaços por meio dos planos urbanísticos (JACOBS, 2014) e das políticas públicas habitacionais não correspondem às diferentes necessidades territorializadas. Por outro lado, existem forças em disputa: dominação e resistências desde o território, na escala do corpo que ali habita, na sua relação com as casas, no uso das ruas e do espaço público, nos trajetos percorridos pelas pessoas pelo bairro, na forma como acessam a cidade. Nessa mesma linha de pensamento está Foucault, que segundo McLaren (2016) rejeita claramente a ideia de um sujeito universalizado, ao invés disso, volta a atenção para os corpos como principal alvo das disputas de poder: se o poder opera no nível do corpo e das práticas, da mesma forma deve se dar com a resistência. Assim, as práticas sociais poderiam ser vistas como resistência e transformação. O pacto de Foucault com a “antidominação é evidente. Ele é claramente crítico à intensificação das técnicas disciplinares e dominantes que produzem corpos dóceis – corpos ‘que podem ser subjugados, usados, transformados e melhorados’”. (McLAREN, 2016, p. 49)

A normatividade pode provocar processos de exclusão e marginalização de quem não se conforma e se opõe a ela. As normas universalizantes excluem a alteridade, a construção do outro, da diferença. Esse ideal de neutralidade é essencialmente masculino, construindo uma relação de censura e desconformidade dos corpos femininos, especialmente no processo de apropriação do espaço público. Na medida em que admite que o poder opera tanto nos níveis interpessoais e micropolíticos, quanto nos níveis estruturais e macropolíticos, Foucault ajuda a elucidar como as relações de gênero operam na construção de um poder dominante inerentemente masculino e rejeita as soluções universalizantes para problemas que dizem respeito não só ao gênero, mas à etnia, cultura e classe.

Normas de gênero perpetuam a opressão da mulher de inúmeras formas. Os estereótipos femininos, tais como fraqueza física e instabilidade emocional, têm restringido historicamente as oportunidades de trabalho das mulheres. O chamado de

Foucault para novas formas de subjetividade e individualização implica novas estruturas sociais e políticas, já que para ele o processo de “subjetivação” sempre aconteceu e acontecerá numa estrutura histórica, social e culturalmente específica. O feminismo tem se tornado mais profundamente arraigado em estruturas disciplinares e institucionais. (McLAREN, 2016, p. 75).

No que tange a relação das mulheres moradoras das periferias empobrecidas e sua relação com a cidade, elas estão sujeitas não só ao ordenamento urbano e à política pública habitacional que definem seu lugar no espaço, mas também às normas sociais comportamentais, que ditam como devem se comportar em relação ao próprio corpo, sua capacidade reprodutiva e em última instância ao espaço público. Porém, estes processos não se dão de forma dócil e pacífica. O corpo feminino é a primeira escala de luta política – “o pessoal é político”²⁷. As questões reprodutivas, a violência contra a mulher, estupro, sexualidade, normas de gênero e construções de padrões de beleza²⁸ por exemplo, demonstram a importância da escala do corpo para as mulheres, tanto no âmbito das práticas sociais, quanto na luta política (McLAREN, 2016). A imposição do trabalho reprodutivo afeta diretamente a dimensão do corpo para as mulheres, na medida em que o espaço da casa é reconhecido com seu lugar de pertença. As demandas relativas à reprodução também estabelecem seus processos de apropriação, implicando em deslocamentos e permanências específicos dessa função. O espaço público é o lugar onde as formas de controle se materializam espacialmente, segmentando e definindo quem pertence a qual lugar. A separação das funções especializada na cidade normativa, que estabelece o lugar de morar, de trabalhar, do lazer, a dicotomia entre vida privada e vida pública, coloca as mulheres em situação de não pertencimento em determinados espaços, sujeitas aos constrangimentos da não-pertença.

Para Carlos (2017) a separação dos diferentes domínios no espaço urbano pode ser observada pelo afastamento do cidadão ou cidadã dos espaços-tempo das cidades, valorizados ou não pelo poder político e pelo mercado, desestabilizando a vida cotidiana e redefinindo os papéis de casa um diante dos lugares da cidade. Para as mulheres, estes constrangimentos impõem dificuldade no acesso da plena cidadania e do direito à cidade na medida em que limita a sua capacidade de ação à construção social de gênero. Por outro lado, é na escala do

²⁷ Foi em fins dos anos 60, a partir da experiência dos grupos de conscientização feministas criados como parte do Women’s Liberation Movement, nos Estados Unidos, que se forjou a expressão: ‘o pessoal é político’. Esses grupos reuniram, originalmente, mulheres ativistas, a maioria de inclinação socialista e autoidentificadas como ‘radicais’, para discutir questões pertinentes ao “ser mulher” na sociedade americana. Inspirando-se, para tanto, nas técnicas utilizadas por revolucionários chineses conhecidas pela expressão “Falar da Dor” (Speak Bitterness) e assim superá-la, as participantes trocavam suas vivências e experiências, constatando que suas relações afetivas e familiares também se caracterizavam como relações de poder nas quais as mulheres se viam em situação de desvantagem (HANISH, 1970; SARACHILD, 1973 apud SARDENBERG, 2018, p. 16).

²⁸ Ver *O mito da Beleza* de Naomi Wolf.

corpo também que se dão as apropriações e (re)significações realizadas no cotidiano, na utilização dos espaços públicos, na (re)construção de seus lugares de pertença e nas resistências à normatização dos espaços e corpos pelo poder dominante.

Ainda que não organizadas socialmente, as mulheres apresentam “resistências silenciosas” (SCOTT, 2011) que se apresentam na forma de pequenas contravenções e subversões que podem estar materializadas no espaço ou não. Os caminhos que desenvolvem, as formas de autoconstrução, as formas de ocupação do espaço, os costumes cotidianos e até a resistência ao trabalho formal remunerado podem se apresentar como reações ao sistema dominante (HOFF, 2018). Essas pequenas aberturas podem se apresentar de forma mais acessível e menos perigosa do que grandes movimentações coletivas (SCOTT, 2011) e ainda assim apresentarem importantes consequências para a vida cotidiana das mulheres e seus processos de apropriação.

2.3 Desfiamentos possíveis – urbanismo feminista

Só mesmo rejeita
 Bem conhecida receita
 Quem não sem dores
 Aceita que tudo deve mudar:
 Que um homem não te define
 Sua casa não te define
 Sua carne não te define
 Você é seu próprio lar
 (Triste, louca ou má - Francisco el hombre)

El feminismo es la revolución necesaria, porque corporiza la igualdad real, al reconocer y asumir las diversidades; porque valora los cuidados, reconociéndonos como parte de una especie en un sistema ecológico complejo; porque se construye con empatía y sororidad; porque considera otros valores para la economía, como los tiempos y espacios reales y el cuidado de la vida, en lugar de la falacia patriarcal del crecimiento continuo e infinito sobre sistemas finitos de espacio, soporte y tiempo. (COLLECTIU PUNT 6, 2019, p. 12).

O feminismo é a luta e a proposta política de vida de qualquer mulher, em qualquer lugar do mundo, em qualquer etapa da história, que tenha se rebelado diante do patriarcado que a oprime. (CARVAJAL, 2020, p. 195).

O conceito ocidental de gênero diz respeito a uma dimensão socialmente construída do feminino e em relação ao masculino, impondo um conjunto de regras segundo as quais as sociedades transformaram as condições biológicas da diferença em normas sociais (BEAUVOIR, 1967; MADARIAGA, 2004a; CALIÓ, 2007).

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR, 196, p. 9).

O termo “gênero”, segundo Scott (1995) é uma tentativa das feministas contemporâneas de reivindicar uma definição para apontar a incapacidade teórica até então de explicar as persistentes desigualdades entre homens e mulheres. Para a autora, a definição de gênero passa por duas questões: “como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Essas questões se desdobram em representações simbólicas, conceitos normativos, concepções políticas e identidade subjetiva, cada uma delas operando em conjunto, como uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995).

A exploração dessas questões fará emergir uma história que oferecerá novas perspectivas sobre velhas questões (como, por exemplo, é imposto o poder político, qual é o impacto da guerra sobre a sociedade), redefinirá velhas questões em novos termos (introduzindo, por exemplo, considerações sobre a família e a sexualidade no estudo da economia e da guerra), tornará as mulheres visíveis como participantes ativas e criará uma distância analítica entre a linguagem aparentemente fixa do passado e nossa própria terminologia. Além disso, esta nova história abrirá possibilidades para a reflexão sobre atuais estratégias políticas feministas e o futuro (utópico), pois ela sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado em conjunção com uma visão de igualdade política e social que inclua não somente o sexo, mas também a classe e a raça. (SCOTT, 1995, p. 93).

A teoria feminista ocidental tem buscado também na categoria mulher a compreensão dos interesses e objetivos feministas, porém, a própria representação, termo operacional em um processo político, é uma função normativa de linguagem que pode revelar ou distorcer o que é tido como verdadeiro sobre essa categoria (BUTLER, 2021). A própria associação da mulher com o sexo biológico e com as características tomadas como inerentes (emoções, sensibilidade, fragilidade, etc.) pode servir para determinar, por exemplo, a quais espaços ela pertence. No que diz respeito à dicotomia público-privado, um exemplo de construção de um discurso de não pertencimento ao espaço público se deu na forma como a presidenta Dilma Rousseff foi retratada pela mídia durante o processo que resultou no golpe de 2016. Em reportagens sobre a economia nacional, Dilma foi descrita como teimosa, irascível, nervosa e centralizadora, utilizando muitas vezes termos debochados como “madama” para se referir à presidenta²⁹ (CLASSEN, 2021). A imagem da mulher pública que conquistou o cargo de presidenta é tratada como uma intrusa, e sua participação política ironizada e diminuída, deslegitimada no espaço público entendido como pertencente ao masculino.

²⁹ Mais informações em [Em comunicado, ONU condena violência de gênero contra Dilma Rousseff - Revista Marie Claire | Mulheres do Mundo \(globo.com\)](#) e [Y no morir en el intento | Opinión | EL PAÍS \(elpais.com\)](#).

Figura 10 – Reportagem depreciativa da então Presidenta Dilma Rouseff



Fonte: [Y no morir en el intento | Opinión | EL PAÍS \(elpais.com\)](http://www.elpais.com), agosto de 2016.

A relação consumada da mulher com seu sexo serve para demarcar espaços políticos apropriados ou não para seu pertencimento (McLAREN, 2016). Assim, a construção política do sujeito mulher está vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão naturalizadas, que controlam e determinam todas que são reconhecidas dentro dessa categoria: ao mesmo tempo em que o sujeito do feminismo é produzido para emancipação, também é reprimido pelas mesmas estruturas de poder (BUTLER, 2021). Ainda assim, bell hooks (2019) nos traz a perspectiva de que a passagem de objetos da narrativa alheia para sujeitos da própria história não deixa de ser um ato revolucionário, na medida em que sujeitos, para a autora, são aqueles que tem o direito de definir as próprias realidades e contar as próprias histórias. Ou como reflete Foucault,

Não há possibilidade de exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcione segundo essa dupla exigência e a partir dela. Somos submetidos pelo poder à produção de verdade e só podemos exercê-lo através da produção de verdade. (FOUCAULT, 2019a, p. 279).

Torna-se então importante compreender que “mulheres” não denota uma identidade comum, e sim infinitas possibilidades de intersecções entre gênero, questões raciais, sexualidade, classe social, etnias e identidades regionais e geopolíticas que são discursivamente construídas e re-construídas: “resulta que se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das intersecções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida” (BUTLER, 2021, p. 21). Uma vez entendidas as relações de poder imbricadas nas categorias “gênero” e “mulheres” elas se tornam importantes formas de dar visibilidade a outras possibilidades de leituras sobre o tecido social. Mohanty (2008) por sua

vez, reafirma a crítica sobre a categorização “mulheres” enquanto um grupo coeso com interesses idênticos, assim como declara a inconsistência de uma opressão patriarcal homogênea que possa ser aplicada a todas as culturas. A própria categorização das mulheres como um grupo homogêneo e bioanatomicamente determinado, tomado sempre como desempoderado e vitimizado, para Oyewùmí (2021), não reflete as relações de gênero como relações sociais, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas, que é o que traz a construção feminista sobre o conceito. A autora vai além,

Se o gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) faziam parte da construção. Devemos ainda reconhecer que, se o gênero é uma construção social, então houve um tempo específico (em diferentes locais culturais/arquitetônicos) em que foi “construído” e, portanto, um tempo antes do qual não o foi. Desse modo, o gênero, sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural. (OYEWÙMÍ, 2021, p. 39).

No que diz respeito aos estudos urbanos, as discussões em torno do conceito de gênero e da categoria “mulher” feita pelas geógrafas feministas a partir das últimas décadas do século XX, além de ampliar o campo, permitiu avanços metodológicos nos estudos espaciais. O espaço passou a ser um elemento importante para a compreensão das relações de gênero, na medida em que cada organização espacial passa a ser vista como produto e condicionante das relações de gênero instituídas e hierarquizadas socialmente (SILVA, 2009).

Assumir a categoria de gênero significa identificá-lo a partir dos vários espaços onde ele se constrói: na cidade, na família, no mercado de trabalho, nas instituições, na subjetividade... Significa também trazer à tona a relação de gênero como relação de poder - uma relação impossível de ser explicada pela biologia da mesma forma que a dominação racial. A sociedade deve estar preocupada não só com as desigualdades sócioespaciais fruto das diferenças sociais, mas também com as relações de poder entre os gêneros, ou seja, as relações sociais entre os sexos em relação à evolução do espaço rural e urbano. (CALIÓ, 2007).

A epistemologia feminista surge, no começo da década de 1970, inicialmente como uma crítica à produção hegemônica do conhecimento e como um esforço para transcender a epistemologia moderna positivista e a conseqüente alienação que esses métodos provocaram em relação às experiências vividas. Os termos “gênero” como categoria de análise e patriarcado, como estrutura de poder, despontam como formas de reivindicar certo campo de definição e legitimar a produção acadêmica de estudos feministas (TAVARES e RAMOS, 2023). Importante lembrar que, assim como não há uma base universal para a categoria “gênero” ou “mulher”, não há uma definição universalizante para a categoria “patriarcado”

(MOHANTY, 2008; BUTLER, 2021), sendo necessária a reflexão e intersecção³⁰ dos diferentes contextos sociais, culturais e geopolíticos. Ao aproximar a perspectiva decolonial do feminismo, é possível entender a especificidade histórica e política das diferentes realidades, escancarando a relação entre a modernidade ocidental, o colonialismo e o capitalismo. O feminismo decolonial oferece uma perspectiva de análise para entender de forma mais complexa os entrelaçamentos de opressões (CURIEL, 2020). Desprezar essa heterogeneidade de opressões às quais as mulheres estão submetidas recai sobre a construção de um sujeito único no feminismo, o que colabora para as construções hegemônicas sobre as mulheres, como a categoria que Mohanty (2008) chama de “mulheres de terceiro mundo”:

Esta mujer promedio del tercer mundo lleva una vida esencialmente truncada debido a su género femenino (léase sexualmente constreñida) y su pertenencia al tercer mundo (léase ignorante, pobre, sin educación, limitada por las tradiciones, doméstica, restringida a la familia, víctima, etc.). Esto, sugiero, contrasta con la autorepresentación (implícita) de la mujer occidental como educada, moderna, en control de su cuerpo y su sexualidad y con la libertad de tomar sus propias decisiones. (MOHANTY, 2008, p. 5).

O pensamento científico moderno impõe uma suposta neutralidade das relações sociais como espontânea e natural do desenvolvimento histórico da sociedade, com se apenas uma única ordem social fosse possível e também desejável. Essa concepção retrata uma sociedade sem ideologias, de modelo civilizatório único, universal e globalizado, apresentando o pensamento liberal como a única alternativa de pensamento científico e conhecimento objetivo (LANDER, 2005). Por outro lado, Lugones (2020) nos alerta para os perigos das construções da categoria “gênero” enquanto correspondente às mulheres brancas burguesas e europeias. A autora reforça a necessidade de entendimento de que gênero também é uma possibilidade de submissão e exploração do trabalho das mulheres colonizadas, explicitando como o sistema colonial/moderno de gênero atua na construção da autoridade coletiva “em todos os aspectos da relação entre capital e trabalho na construção do conhecimento” (LUGONES, 2020, p. 79). O feminismo decolonial proposto por Lugones (2014) teria uma forte territorialidade, uma intersubjetividade historicizada, fornecendo uma narrativa que vai além da opressão de mulheres, buscando compreender as relações entre oprimir e resistir na intersecção de complexos sistemas de opressão. Essa forma de construir conhecimento permite compreender a “opressão das mulheres subalternizadas através de processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e

³⁰ Interseccionalidade neste trabalho refere-se ao estudo de como diferentes estruturas de poder interagem nas vidas das minorias, especialmente das mulheres negras, conceito proposto por Kimberlé Crenshaw na década de 1980. Mais tarde este conceito foi explorado no Brasil por Carla Akotirene (2019) como instrumento metodológico que reconhece a inseparabilidade entre racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, o que expõe mulheres negras, mais que outros grupos, aos efeitos dessas estruturas.

heterossexualismo” (LUGONES, 2014, p. 941). Assim, assumo que, para entender as dinâmicas urbanas numa perspectiva feminista e decolonial, seria então necessário não só o entrecruzamento das dinâmicas de gênero, sexo e sexualidade, como sua intersecção com processos de colonização, racialização, subalternização e exploração capitalista. Indo além, é preciso também territorializar e corporificar essas relações, ao mesmo tempo em que se admite as práticas de resistência e subversão às cadeias hegemônicas de dominação.

Para as mulheres, o pessoal é político³¹, e a sua luta para (sobre)viver e (re)existir nas cidades traz a perspectiva do trabalho reprodutivo, das realidades de suas casas, do cotidiano de suas vidas. Minhas interlocutoras, embora não fossem formalmente letradas no feminismo, tinham a consciência das opressões a que foram e são submetidas pelo fato de serem mulheres e muitas delas, mulheres negras ou pardas. Em uma das nossas conversas, Bela me contou que estava fazendo entrevistas de trabalho, e que estava tentando conseguir vaga para seus dois filhos numa creche mais próxima da casa dela. Ela falou sobre a entrevista que fez em uma indústria fumageira:

Ela me perguntou se eu tinha filhos. Eu respondi que sim, não ia mentir. Aí ela me disse: “e com quem tu vai deixar eles pra poder trabalhar?” Eu respondi “na creche” e ela ainda perguntou: “e tu vai ter mais filhos?” “Eu fico indignada, e se eu quisesse ter mais filhos? Não posso trabalhar? Tenho certeza que pros homens ela não fez essas perguntas!” (BELA, MEU CADERNO DE CAMPO, novembro de 2021).

Em nossos encontros na casa da Dida, as mulheres traziam para o grupo situações de seu cotidiano onde o machismo, mesmo que velado, interferia profundamente em suas vivências e formas de espacialização e sentimentos de pertença. Em uma situação, Bela me contou (me parecendo irritada) que teve filhos muito cedo e foi julgada por isso. Hoje, apesar de jovem, ela não quer mais filhos, e sente que as pessoas cobram: “*Toda vez que eu digo que tenho uma novidade, as pessoas falam: tá grávida*”. Ela contou ainda que precisou “educar” o marido “*pra ele começar a ajudar em casa*” e que espera que seus filhos não sejam machistas: “*filho, eu sei que tu é homem, mas tu vai ter que aprender a ver o mundo da mulher*”. Bela é uma mulher, assim como tantas outras ali, profundamente marcada pela violência patriarcal. Em outra situação, me narrou como ela e a irmã desde muito pequenas ficaram responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto os pais trabalhavam na roça. Quando chegaram na

³¹ Popularizado pela ativista Carol Hasch, “O pessoal é político” foi o grito de guerra do movimento estudantil feminista dos anos 60 e 70 que buscava mostrar as conexões entre as experiências pessoais das mulheres e as estruturas sociais e políticas patriarcais. O slogan tinha a intenção de mostrar que o feminismo não existia para resolver os problemas pessoais das mulheres, mas sim uma forma de ação política que suscitava a discussão sobre os seus interesses coletivos, como seu papel no casamento, seus direitos civis e reprodutivos, entre outras pautas.

adolescência, foram vendidas pelo pai para um homem mais velho, por isso ela fugiu e casou tão cedo com o marido: *“porque eu sou mulher, eu nunca fui criança, eu nunca pude brincar, sempre tive que cuidar da casa e dos meus irmãos... eu sou nova, mas me considero uma pessoa bem velha”*. Em suas falas, Bela descrevia situações em que foi submetida a violências físicas e simbólicas de gênero, tanto nos espaços públicos, quanto no espaço doméstico/privado. Durante um momento de reflexões sobre a cidade, Kimberly, a mais jovem de nossa roda de conversa, me traz situações em que sentiu medo de andar sozinha à noite e de ficar parada esperando o ônibus: *“os pontos de ônibus poderiam ser iguais aos do centro né? Porque os nossos não são arrumadinhos como os do centro? Lá eu não tenho medo de ficar parada de noite”*. As marcas da violência de gênero são uma constante no seu cotidiano, e suas formas de viver a cidade são profundamente marcadas pelo ser mulher, sua corporeidade e todas as intersecções com outras formas de opressão que acontecem a partir das construções de gênero.

Pensar o direito à cidade nessas bases implica não apenas explorar a desigualdade de acesso à infraestrutura urbana e aos serviços públicos, mas fazê-lo abandonando o sujeito abstrato de direitos, sem cor, sexo e classe social ou sem estar submetido a ideologias e regimes de verdades hegemônicos. Também envolve territorializar e corporificar esse sujeito de direitos, buscando conhecer sua realidade vivida e seu fazer-cidade cotidiano. Monteiro (2019, p. 2) traz para o debate o pertinente questionamento:

Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades, qual seria o paradigma de efetivação do “direito à cidade” para as mulheres? E, mais especificamente, qual perspectiva de direito à cidade pode ter uma mulher negra, moradora de favela que vê seu filho ser assassinado pela polícia?

As reflexões sobre violência epistêmica, silenciamentos, intersecções de gênero, sexo, sexualidades e raça, além da perspectiva decolonial vêm sendo tratadas com frequência nas ciências sociais (MONTEIRO, 2019). Os debates sobre a necessidade de adotar outras epistemologias tomam um espaço cada vez maior nesta área do conhecimento. Porém, nos campos da arquitetura e urbanismo e do planejamento urbano e regional, embora seja nítida a necessidade de uma produção de conhecimentos nesses termos, especialmente que possam ser usados como subsídio para a elaboração e implementação de políticas urbanas, esse debate ainda é pouco expressivo. O resultado tem sido a desconexão dessas políticas com a realidade das mulheres que habitam as periferias empobrecidas das cidades brasileiras. Kimberly é uma jovem mulher parda, de mãe parda e pai negro, estudante do ensino médio, muito ativa e com grande conhecimento político e espírito crítico. Era uma das poucas mulheres do grupo que frequentavam o centro da cidade diariamente. Quando pedi se ela poderia representar em um

desenho a sua relação com a cidade, depois de alguns segundos em silêncio, me foi respondido:

O que eu iria desenhar? Qual é a minha relação com a cidade? Aqui nós não temos direito a nada. Aquela cidade não é nossa. Se eu fosse desenhar, seria Santa Cruz lá longe, bem grande com todas as coisas que tem lá, e o Viver Bem num quadradinho aqui no canto, isolado. (KIMBERLY – MEU CADERNO DE CAMPO, junho de 2022).

Para Kimberly, a percepção de que seus direitos foram efetivados é uma realidade distante. A diversidade das mulheres, e o entrecruzamento de questões de gênero, classe social, sexualidade, sexo, raça entre outros é imensa no residencial, assim como a diversidade de trajetórias. Apesar da realidade geopolítica comum de moradoras de um conjunto habitacional do MCMV na periferia de uma cidade média, as particularidades de suas vivências, que interferem diretamente na qualidade de seus acessos a infraestrutura e serviços urbanos é múltipla. Seria impossível enquadrá-las na categoria “mulher” sem as devidas intersecções, ou mesmo entender suas demandas a partir da média de suas características socioeconômicas. Porém, é a partir dessas métricas que as políticas públicas brasileiras que as afetam localmente são elaboradas e implementadas. É a essas lacunas que o urbanismo feminista numa perspectiva decolonial poderia responder, incidindo diretamente sobre questões de equidade, coesão social e provisão de serviços públicos. Indo além, essa *práxis* urbanística poderia apoiar a incorporação dos recursos humanos que essas mulheres representam no âmbito do trabalho, trazendo-lhes a autonomia necessária para sua emancipação. As dificuldades para conseguir trabalhar e cuidar dos filhos foram um tema recorrente durante nossos encontros:

Eu trabalhava e deixava mais da metade do meu salário pra uma vizinha olhar as crianças. Desisti. (ROSA – MEU CADERNO DE CAMPO, novembro de 2021).

É assim, só tem vaga na creche se tu tiver trabalhando. Mas tu precisa deixar as crianças na creche pra procurar trabalho. E aí? Como faz? (BELA – MEU CADERNO DE CAMPO, janeiro de 2022).

No Brasil, os estudos sobre um urbanismo que abarque as questões de gênero numa perspectiva não normativa ainda não efetivaram uma prática urbana mais conectada com os territórios e com os agentes neles presentes. São especialmente escassas as práticas urbanísticas conectadas com as mulheres e suas demandas, ou ainda às demandas que não correspondem ao sistema heteropatriarcal, escravista e capitalista brasileiro, mas venham no sentido de uma ruptura. Ainda assim, os estudos que têm se apropriado dessas questões são uma crescente no campo acadêmico. Nas últimas décadas do século XX a concepção de não neutralidade nos estudos urbanos tem sido cada vez mais aceita, especialmente nos estudos

empreendidos por geógrafas e urbanistas feministas. Embora ainda necessite de uma sistematização dos conhecimentos produzidos e de uma formalização no sentido de estar presente na maioria dos cursos de formação acadêmica de áreas que tangem o planejamento urbano, a temática das mulheres nas cidades vem ganhando força através das produções de pesquisadoras em arquitetura e urbanismo como Teresinha Gonzaga (2011), Rossana Tavares (2015), Diana Ramos (2015) e na área da geografia crítica, como Joseli Maria da Silva (2009), Suzana Veleda da Silva (2000), entre tantas outras.

Essas conquistas têm início com o surgimento do movimento feminista no Brasil, que segundo Silva (2000), se dá na década de 1960, durante a ditadura militar, quando as mulheres, especialmente as paulistas, reivindicam ao Estado o atendimento de suas necessidades básicas como creches e melhorias nas condições de trabalho e salários. Em geral, essas demandas estavam ligadas à necessidade de a mulher ocupar o mercado de trabalho para manter a família, passando a lutar pela sua inserção na vida pública, além da esfera privada. Surgem então, os primeiros estudos acadêmicos voltados para a temática feminina, especialmente na área das Ciências Sociais. Ainda assim, foi somente na década de 1980 que a pressão de grupos feministas articulados passa a ter o poder de reorganizar a sociedade em diversos setores: em 1988 por exemplo, grandes conquistas das mulheres brasileiras foram asseguradas na Assembleia Nacional Constituinte. Neste mesmo período, a relevância das relações de gênero no campo acadêmico é reafirmada:

(...) as pesquisas passam a apontar também o carácter relacional entre os sexos que é construído socialmente a partir de relações de poder e conseqüentemente apresentam hierarquias que conduzem à desigualdade social. Não basta estudar as mulheres é preciso estudar as relações sociais entre os sexos. (SILVA, 2000, p. 3).

É na década de 1990 que essas questões passam a tomar forma de trabalhos teóricos e pesquisas, especialmente nas áreas da Sociologia, Antropologia e História. Ainda assim, pode-se afirmar que somente nos últimos 20 anos é que os estudos que envolvem questões de gênero e as cidades crescem em qualidade e quantidade no Brasil (SILVA, 2000). Quanto às políticas urbanas, a pauta feminina tem surgido de forma mais intensa em questões de representatividade em conselhos e de titularidade nos processos de regularização fundiária e provisão habitacional, desde o processo de instituição da primeira Conferência das Cidades, em 1999. Porém, a perspectiva que tem sido adotada na elaboração dessas políticas é a da divisão sexual do trabalho (TAVARES, 2017), na qual ainda hoje recai sobre a mulher o trabalho doméstico, e as questões relativas a creches, escolas, praças, etc. Outras questões pertinentes à realidade das mulheres vêm sendo sistematicamente negligenciadas e apagadas das discussões que dizem respeito à cidade. Na intersecção entre raça e gênero, por exemplo,

existe uma carência de instrumentos que resguardem o direito das mulheres negras ao acesso às políticas públicas urbanas (FERREIRA, 2019).

As normas urbanísticas soterradas em generalizações, além de invisibilizarem as questões pertinentes à vida das mulheres no espaço urbano, generalizam também a heterogeneidade dessas mulheres, ocupando-se somente das questões referentes à maternidade e reprodução da vida. A desigualdade social entre mulheres negras e pardas e mulheres brancas é explicitada no que diz respeito ao direito à moradia, onde 10% a mais de mulheres e homens negros e pardos residem em moradias com algum tipo de inadequação do que mulheres e homens brancos³². Essa realidade implica no acesso às políticas públicas urbanas, na organização das cidades, na mobilidade espacial, econômica e social, no acesso ao trabalho formal, e na qualidade de vida como um todo, mantendo uma grande parcela das mulheres negras em situação de empobrecimento e vulnerabilidade e habitando nas periferias urbanas menos estruturadas. Para Gaia (2019, p. 1),

do quilombo à favela, das irmandades aos terreiros, das feiras aos mercados, das festas de rua aos paredões, das senzalas aos quatinhos de empregada, do mocambo às grandes torres envidraçadas: não há um fora ou um espaço isento de racialização nas cidades brasileiras.

O que significa que deveria ser evidente num país como o Brasil, de base colonial, racista e patriarcal, que as questões étnico-raciais são historicamente fundantes das desigualdades sociais e urbanas. Ainda, segundo a autora, são precários e significativamente empobrecidos os estudos, análises políticas e projetos urbanos que insistam em não reconhecer a relevância de uma abordagem que coloque a presença negra na constituição dos espaços urbanos de outra forma que não a de subalternidade:

Uma produção de conhecimento que seja politicamente comprometida e engajada com a democratização e ampliação de direitos na cidade, precisa urgente e criticamente revisar a forma e o intuito das investigações realizadas. A presença negra na cidade não pode ser compreendida apenas pela ótica do “problema”, que em geral é formulado a partir de uma miríade de conceitos e racionalidades descontextualizadas, estranhas aos próprios “sujeitos-problemas” e às formas como, ao longo dos anos, vêm resolvendo suas vidas nas cidades. (GAIA, 2019, p. 2).

Entender as intersecções entre as diferentes formas de fazer-cidade são fundamentais para uma *práxis* urbanística comprometida com a transformação do espaço urbano opressor dos corpos femininos em espaço de possibilidades. Redesenhar a cidade para o cuidado é o que tem proposto o urbanismo sob uma perspectiva feminista. E essa transformação precisa se dar através de uma aproximação com o cotidiano das pessoas, de forma interseccional, territorializada e minuciosa, incluindo sujeitos e sujeitas até então colocados como “outros”

³² Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD, 2019.

na suposta neutralidade das abordagens urbanísticas hegemônicas. Para isso, é necessário que a abordagem feminista se entrecruze com uma perspectiva decolonial, aproximando os conceitos e as análises dos sujeitos específicos, geoposicionados social, histórico e culturalmente.

2.3. Costuras do urbanismo feminista às questões decoloniais – fios que se entrecruzam

Preta, pinta
 O mundo com seu tom
 Que essa tua negra tinta
 Fará brotar a cor nesta cidade, cinza
 Que tanto te negou, mas, ô, preta, pinta
 (Bia Ferreira – Negra Tinta)

Eu quero ouvir as mulheres que nem eu e a minha mãe falando. Não quero ouvir só as brancas. (KIMBERLY, MEU CADERNO DE CAMPO, junho de 2022).

Ampliar e diversificar as possibilidades de olhar para os estudos urbanos e regionais desponta como uma possível alternativa para contribuir com o alargamento com esse campo. O debate epistêmico e as abordagens que buscam rupturas com os paradigmas adotados até então vêm tomando corpo desde meados do século XX. Porém, no Brasil, é desde o início dos anos 2000 que iniciativas como os trabalhos de Ramos (2015), Silva (2018) e Gaia (2019) que apostam na interseccionalidade entre questões de gênero, raça e classe para pensar o urbanismo começam a tomar força. Essas reflexões apontam para a potência dessa abordagem como possibilidade de reconhecer como a formação das cidades acaba legitimando repertórios da colonialidade e do patriarcado (GAIA, 2019). Reafirmo aqui que abordagens decoloniais, feministas e interseccionais aliadas a metodologias disruptivas de investigação caminham no sentido de maior conexão com a realidade territorial e, mesmo que ainda que não venham se refletindo em uma mudança efetiva no campo do planejamento urbano e regional e na implementação de políticas públicas, mostram caminhos:

(...) em favor de um pensamento conscientemente embutido de valores e propósitos, politizado e muitas vezes militante, que tem como seu maior objetivo vencer o abismo entre a teoria e a prática. (TAVARES e RAMOS, 2023, p. 31).

As propostas decoloniais buscam uma análise crítica da realidade que ajuda a compreender as especificidades políticas e históricas nas nossas sociedades, partindo de paradigmas não dominantes que escancaram a relação entre modernidade colonial ocidental e o capitalismo (CURIEL, 2020). Para Haesbaert (2021) essa é uma perspectiva de olhar e vivenciar o mundo, respondendo muito mais a uma demanda de vida de pessoas reais do que de uma exigência acadêmica.

Descolonizar pode ser vista, assim, como uma dinâmica ainda mais ampla, na medida em que envolve a r-existência (no sentido de resistir para defender a própria existência) a todo tipo de dominação, expropriação e/ou opressão, como demonstrado pelas diferentes formas de exploração do trabalho, pelo domínio patriarcal, racismo e pela aculturação compulsória, presentes em diferentes modelos civilizatórios. (HAESBAERT, 2021, p. 11).

A colonialidade, conforme Quijano (2005) trata-se de um padrão de poder mundial que alicerça a relação entre colonizador e colonizado na ideia de raça, ou seja, uma suposta estrutura biológica que colocaria uns em situação de inferioridade em relação a outros. Esse poder de dominação se articula com as formas de controle do trabalho, seus recursos e produtos em torno do capital. Entender essa dinâmica de poder parece oferecer uma perspectiva de análise para as relações entre raça, sexo, sexualidade, classe e geopolítica (CURIEL, 2020), além do olhar para as construções de gênero. Essa perspectiva recai fortemente sobre um sujeito corporificado, que faz oposição ao sujeito neutro do modernismo. Lugones (2010, p. 938) afirma que a chamada “*missão civilizatória*”³³ colonial era na verdade o acesso brutal ao corpo das pessoas através “de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle da reprodução e terror sistemático”. Assim, a autora acrescenta as questões do feminismo decolonial à ideia de colonialidade proposta por Quijano (2005), ligando à noção de humanidade imposta pela modernidade ocidental, que teve início na discussão sobre se negros e índios seriam ou não humanos.

Para que o poder colonial se perpetuasse, foi necessário um regime de disciplina e normatização que exigiu uma profunda transformação dos corpos dos indivíduos e das formas sociais (LANDER, 2005). Essa intersecção de dominações não pode ser dissociada de uma territorialidade geopolítica, marcada também pela colonialidade do saber. O saber colonizado foi tomado como racionalidade técnico-científica, epistemologia que se coloca como modelo válido na produção de conhecimentos: neutro, objetivo, universal e positivo (CURIEL, 2020). Seria então um ponto de vista único, de quem vê sem ser visto, criando uma narrativa social na qual Estados Unidos e Europa são o “centro geográfico e a culminação do movimento temporal do saber” (CURIEL, 2020, p. 128) de onde se subvaloriza e silencia os conhecimentos produzidos pelas populações subalternizadas.

A subalternidade aqui é a do outro, portanto, não é o homem heterossexual, pai, católico, letrado, com privilégios de raça e classe, nem muitas mulheres com esses privilégios. É essa outridade que é estudada, investigada, é tornada exótica, é explorada, desenvolvida e precisa de intervenção. (CURIEL, 2020, p. 128).

É o que Foucault (2019a) questiona sobre o tipo de poder capaz de produzir discursos válidos, ou os regimes de verdade, na sociedade em que vivemos. O autor reflete

³³ Grifo da autora

sobre como somos submetidos pelo poder a uma produção de verdade, vinculada à produção de riquezas: “temos que produzir a verdade como temos que produzir riqueza, ou melhor, temos que produzir a verdade para poder produzir riquezas” (FOUCAULT, 2019a, p. 279). Assim, somos julgados, classificados e obrigados a desempenhar certo modo de vida (ou morte) em função de discursos tomados como verdadeiros e que traduzem em si determinados efeitos de poder (FOUCAULT, 2019a). Numa perspectiva decolonial, ao adotar uma postura crítica ao modelo de produção de conhecimento majoritariamente adotado na área do planejamento urbano e regional, venho questionar um posicionamento que silencia a possibilidade de produção de verdades a partir de realidades subalternizadas. Esse movimento se dá no intento de valorizar a experiência vivida como fonte válida de conhecimento científico em minhas investigações, além de situá-las geopoliticamente como pertencentes a um contexto específico, na periferia de uma cidade média do interior de um estado ao sul de um país latino-americano em desenvolvimento. Como afirma Certeau (2014, p. 160), admitir o conceito de cidade como único e universal é admitir um número finito de “propriedades estáveis, isoláveis e articuladas” para conceber e construir o espaço. Esse encarceramento do termo trata tudo que não é adaptável como “detritos” (CERTEAU, 2014, p. 160) dessa administração funcionalista: anormalidades, desvios, doença, morte, etc. Indo um pouco além, sugiro a reflexão sobre como os grupos subalternizados ou marginalizados por questões de sexo, sexualidade e gênero, interseccionadas com questões de raça e classe social, compõem o grupo que, ao estabelecer e territorializar seus próprios modos de fazer-cidade, geram essa cidade residual, que de forma geral, não ocupa o pensamento urbanístico a não ser para sua correção, adaptação e controle, e ainda como um problema a ser resolvido. Nesse sentido,

(...) parece ser importante “reverter a lógica da ausência e da precariedade como ponto de partida para trazer à tona elementos que permitam a compreensão sobre os modos de viabilização da vida, atento, no entanto, à natureza interligada das opressões que, historicamente, constituem nossa sociedade. (GAIA, 2019, p. 4).

É através desse pensamento que entendo ser necessária a intersecção do pensamento decolonial com o pensamento feminista numa abordagem disruptiva não só sobre *o que é e de quem é* a cidade, mas na discussão de conceitos fundantes sobre este campo do conhecimento. Assim como o pensamento decolonial, a epistemologia feminista permite o olhar crítico aos aspectos particularistas, ideológicos, racistas e sexistas adotados na ciência ocidental, incorporando as dimensões subjetivas, emotivas e intuitivas do pensamento científico (CALVELLI e LOPES, 2011). O feminismo decolonial seria então uma forma de construção de conhecimentos profundamente atravessada pela realidade vivida:

Descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis. É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada visando uma transformação vivida do social. Como tal, a descolonização do gênero localiza quem teoriza em meio a pessoas, em uma compreensão histórica, subjetiva/intersubjetiva da relação oprimir ← → resistir na intersecção de sistemas complexos de opressão. Em grande medida, tem que estar de acordo com as subjetividades e intersubjetividades que parcialmente constroem e são construídas “pela situação”. Deve incluir “aprender” sobre povos. Além disso, o feminismo não fornece apenas uma narrativa da opressão de mulheres. Vai além da opressão ao fornecer materiais que permitem às mulheres compreender sua situação sem sucumbir a ela. (LUGONES, 2014, p. 941).

Minha escolha para estas reflexões tem sido a de revisitar criticamente os conceitos normativos sobre cidade, direito à cidade, espaço urbano e território observando-os através das discussões sobre uma epistemologia feminista e decolonial³⁴ e aproximando-os da realidade que encontrei entre as minhas interlocutoras. Dessa forma, uso a fala de Tavares e Bonadio (2021, p. 3) quando afirmam que é motivação para este debate a ideia de “esparramar passagens possíveis para novos pensamentos críticos e propositivos” para que possam emergir propostas que venham a romper com os “rastros positivistas dos pensamentos hegemônicos no campo de estudos urbanos e regionais”. Para isso, busquei as reflexões sobre os temas preferencialmente entre as teóricas(os) que estudam as cidades e outras(os) autoras(es) – sempre que possível latino-americanas(os) – que fomentam as construções que rompem com as ideias dominantes sobre o tema, porém, sem deixar de lado importantes autoras(es) que se tornaram cânones nessa mesma discussão. Assim, procuro engrossar as fileiras de quem busca criar aberturas no sistema que Sara Ahmed (2014, s.p.) denuncia no texto *White Men*³⁵: “os homens brancos são uma instituição e citam a si mesmos como forma de se manter dentro de suas próprias relações de domínio”.

A margem não é apenas um lugar periférico, de perdas e privação, mas também um lugar de resistência e possibilidades, onde categorias como raça, gênero, sexualidade e a própria dominação de classe são desafiadas (bell hooks, 2019). Grada Kilomba (2019) traz a perspectiva de que falar sobre margens pode ser falar sobre o lugar das possibilidades de transformação, de resistência às opressões e de novos discursos. Ainda assim, é preciso atentar para a não romantização dessas opressões, apagando a violência imposta pelo centro, mas reconhecer a margem como uma posição complexa, que vai muito além de um local geográfico. Para a autora, a própria opressão “forma as condições de resistência”

³⁴ Uso aqui o termo decolonial mesmo usando autoras(es) descoloniais como María Lugones. Apesar de entender a pertinência do debate entre os termos decolonial e descolonial, esse não é o foco desta pesquisa, uma vez que busco uma reflexão sobre saberes e fazeres subalternos e outras formas de produção de conhecimentos sobre os estudos urbanos. Por isso, no decorrer do texto, uso as palavras decolonialidade ou decolonial para me referir ao conjunto de pensamentos que visa combater a colonialidade do saber de forma geral.

³⁵ publicado em *feministkilljoys.com*

(KILOMBA, 2019, p. 69). A experiência mais radical da precarização das periferias das cidades brasileiras se dá pelas vivências das mulheres negras, ao mesmo tempo em que são elas que historicamente acumulam práticas urbanas de resistência, sobrevivência e transformação, no sentido de viabilizar a vida e organizar suas demandas (BOAVENTURA, 2021). Na medida em que são (re)colocadas no lugar do cuidado e do privado, as mulheres desenvolvem uma relação íntima com o lugar de moradia, muitas vezes tomando para si a luta por mudanças e reivindicações por melhorias:

A gente quer organizar um grupo pra ajudar as mulheres e também buscar melhorias aqui no bairro. Pode ser uma associação de bairro, pode ser um grupo de mulheres, pode ser um grupo de mães... os homens podem até participar pra ajudar a gente, mas são as mulheres que vão decidir, é a gente que sabe o que precisa aqui. (ROSE – MEU CADERNO DE CAMPO, outubro de 2021).

Quer trabalhar? Demanda é o que não falta. Quer saber o que precisa aqui? Fala com as mães, são elas que movimentam tudo aqui. (POLIANA, funcionária pública que trabalhava no “projeto” – MEU CADERNO DE CAMPO, setembro de 2021).

Nas periferias em que trabalhei como arquiteta e urbanista, ou mesmo nas comunidades onde realizei minhas pesquisas acadêmicas, essa é uma realidade que se repete: mulheres buscando diferentes formas de atender às demandas de seus lugares de moradia. No Viver Bem, a primeira coisa que ouvi foi que deveria procurar as mães, pois eram elas que “movimentavam tudo ali”, ou seja, eram elas que organizavam a busca por seus direitos e pelas formas de suprir, não só as próprias necessidades, mas de outras mulheres que por elas procuravam. Propor uma mudança radical de paradigmas baseada no conhecimento minucioso de uma determinada realidade, considerando opressões e desigualdades históricas e territoriais e a partir daí a proposição de processos verdadeiramente participativos é o projeto que surge da costura entre o urbanismo feminista e a decolonialidade. É a partir dessa mudança que pode surgir uma cidade voltada para o cuidado, onde a vida esteja no centro do planejamento urbano e a esfera reprodutiva seja priorizada em relação à produtiva. A perspectiva do corpo e do território corporificado torna-se fundamental para esse entendimento.

2.4 Alargando conceitos corporificados sobre direito à cidade e território

Eu sou um corpo
 Um ser
 Um corpo só
 Tem cor, tem corte
 E a história do meu lugar
 Eu sou a minha própria embarcação
 Sou minha própria sorte
 (Luedji Luna – Um corpo no mundo)

A liberdade pode ser lida como a subversão do poder ou a resistência a ele. Subversão àquilo que foi previamente imposto, desejando outras ações (AGGIO, 2020), ou ainda resistência à determinada relação de poder, com a capacidade de transformá-la (FOUCAULT, 2014). A liberdade pode ser coletiva ou individual. O modo de fazer políticas públicas urbanas colonizado e calcado na lógica gerencial do espaço pressupõe uma suposta igualdade de chances em uma sociedade de homens iguais (FRIGERI e SANTOS, 2020). Considerar como iguais os diferentes, é uma das formas de tolhir a liberdade de uns, normalmente minorias políticas³⁶, favorecendo a de outros. A própria construção da cidadania não é igual para todas/os. No contexto patriarcal, sua construção é sexualizada, colocando homens e mulheres em lugares diferentes em relação à obtenção de direitos civis, políticos, econômicos e sociais (MARIANO, 2009), o que é corroborado pelo Estado, especialmente na imposição de determinadas condições para a obtenção de políticas públicas sociais. O papel que se espera das mulheres na vida cotidiana é baseado no trabalho doméstico. Essa condição torna-se fundamental para a compreensão das estruturas de poder que as limitam a confinam neste papel social. Esses limites são estabelecidos pela expectativa patriarcal do que as mulheres devem ser e como devem se comportar (ROSE, 1993) e são impostas por mecanismos sociais e estatais.

O acesso às políticas habitacionais ou de transferência de renda é condicionado ao trabalho de cuidado, normalmente a cargo das mulheres, perpetuando a divisão sexual do trabalho. Minhas interlocutoras demonstravam enorme preocupação com a manutenção dos programas sociais aos quais tinham acesso, uma vez que se trata de uma importante fonte de recursos para a manutenção de seus filhos. Embora quase todas fossem mães solo, mesmo as que tinham um companheiro, não contavam com nenhum apoio para o cumprimento dos requisitos necessários, como por exemplo, a carteira de vacinação atualizada ou a garantia de vagas para as crianças nas escolas e creches. O tempo e trabalho despendidos para suprir tais exigências muitas vezes inviabiliza o trabalho formal remunerado que poderia trazer mobilidade social a essas famílias. Há ainda o fato de que várias enfrentavam obstáculos no acesso a determinadas políticas e serviços públicos. Uma das situações que acompanhei foi a dificuldade para realização do cadastramento ao programa Bolsa Família (transformado em Auxílio Brasil) durante o governo Bolsonaro (2019 – 2022). Era preciso acesso a um

³⁶ Grupos que não são minorias em número, mas em direitos.

dispositivo com internet para baixar um aplicativo ou ir pessoalmente a um CRAS³⁷ portando documentos da família, e muitas dessas mulheres não contavam com nenhuma dessas opções. Além disso, o CRAS Beatriz, único disponível nas proximidades, estava sobrecarregado e com dificuldades de atendimento, segundo o que me foi dito por funcionárias do local.

Inúmeros são os estudos produzidos no Brasil que apontam justamente para o fato de que a cidadania das mulheres pobres é diretamente influenciada pelo grau de acesso a serviços públicos e equipamentos sociais de uso coletivo, o que remete ao debate sobre investimento em políticas sociais. A carência desses serviços e equipamentos e sua distribuição desigual entre diferentes regiões da cidade ou do país refletem, portanto, na negação de cidadania para grandes parcelas da população, com efeitos diferenciados para homens e mulheres em razão da divisão sexual de papéis vigente em nossa sociedade. (MARIANO, 2009, p. 128).

Assim, considero insuficiente debater direitos coletivos sem os atravessamentos interseccionais de gênero, raça e classe, especialmente ao considerarmos que 63% das casas brasileiras chefiadas por mulheres negras vivem abaixo da linha de pobreza (FERREIRA, 2019). O direito à cidade enquanto discussão pautada na neutralidade acadêmica se torna um significante vazio. Longe de ser uma liberdade individual de acesso aos recursos urbanos, se constitui como um direito coletivo de moldar o processo de urbanização: “a liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos” (HARVEY, 2008, p. 74). Não podemos discutir direito à cidade sem a reflexão sobre a vida que desejamos coletivamente em nossa própria materialidade. Nesse sentido, as teóricas feministas vêm reafirmando a materialidade do sujeito corporificado e cravado em um contexto social e geopolítico, e apontando para uma perspectiva científica que não seja descolada dos corpos e seus significados (CURIEL, 2020; McLAREN, 2016; HARAWAY, 1995). Como já disse aqui, a própria noção do que seria válido em termos de produção do conhecimento está intimamente ligada a uma pretensão de isenção e objetividade científicas, que na prática respondem à perspectiva do homem branco ocidental, tomado como sujeito neutro e racional. A adoção da suposta neutralidade do sujeito subtrai as bases materiais e corporificadas do eu e as relações sociais são tomadas como voluntárias e frequentadas por adultos livres, plenamente desenvolvidos, completos, capazes de autoconhecimento, autoconsciência e autorrepresentação (McLAREN, 2016; MBEMBE, 2020).

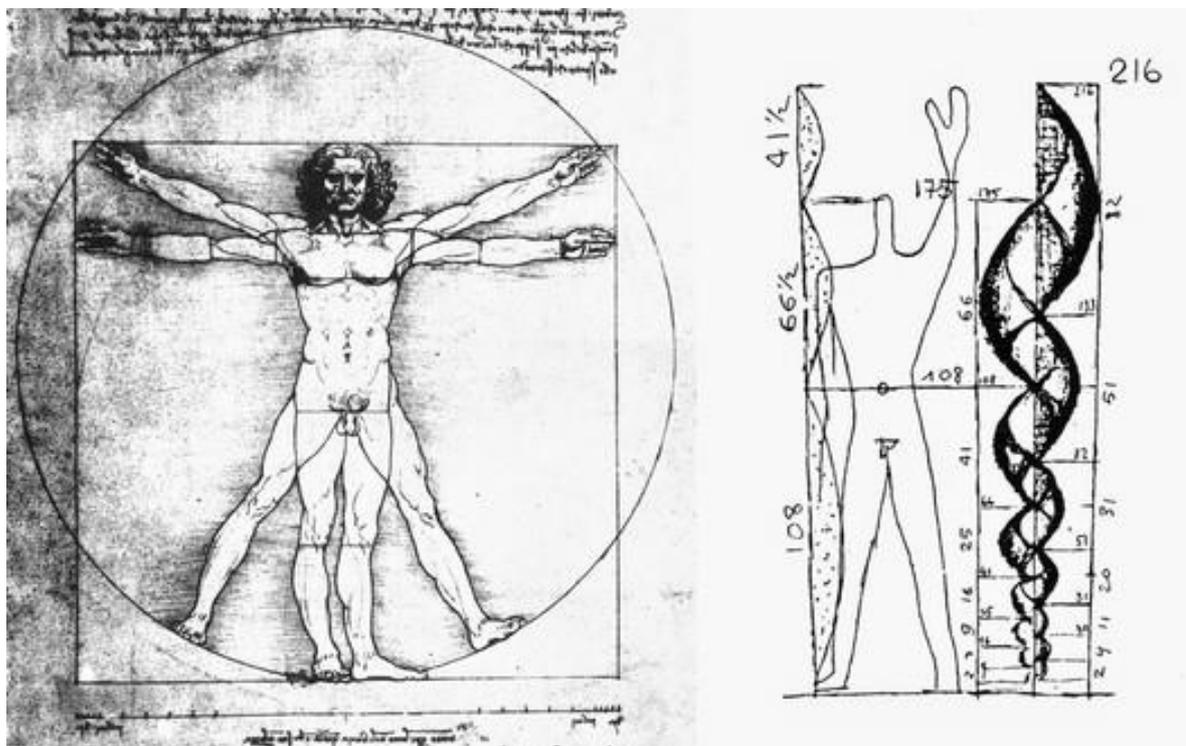
Para as sociedades ocidentais, o corpo é a base sobre a qual a ordem social é fundada, portanto, está em evidência e sujeito tanto a construções e controles sociais quanto políticos:

³⁷ Centro de referência em assistência social (CRAS) é a unidade responsável pela oferta de serviços de proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social.

Como tal, invoca um olhar, um olhar de diferença, um olhar de diferenciação – o mais historicamente constante é o olhar generificado. Há um sentido em que expressões como “o corpo social” e “o corpo político” não sejam apenas metáforas, mas possam ser lidas literalmente. Não surpreende, portanto, que, quando o corpo político precisou ser purificado na Alemanha nazista, certos tipos de corpos tiveram de ser eliminados. (OYEWÙMÍ, 2021, p. 28).

Na história das sociedades ocidentais, o corpo e o que se refere a ele vêm sendo tomado como inferior às coisas da mente, vinculado ao lado degradado da natureza humana. De acordo com o dualismo cartesiano, o corpo seria uma armadilha da qual as pessoas racionais deveriam escapar (OYEWÙMÍ, 2021). Assim, o corpo passa a ser tomado como o oposto ao racional e dessa forma, todos aqueles que têm a marcação corporal do diferente: mulheres, negros, indígenas, doentes, pessoas com deficiências, etc. passam a ter a marcação de inferior, ligadas ao irracional e dominadas pelo instinto e pelo afeto: “elas são o Outro, e o Outro é um corpo” (OYEWÙMÍ, 2021, p. 30). Por outro lado, há séculos os corpos masculinos, ligados à razão, são utilizados como exemplos de perfeição, servindo como métrica para as mais variadas áreas do conhecimento.

Figura 11 - Homem de Vitruvius (1480)³⁸ e Homem modulator (1955)³⁹



Fonte da imagem: [El Modulor – Le Corbusier \(arqhys.com\)](http://ElModulor-LeCorbusier.arqhys.com), 2012

³⁸ O Homem de Vitruvius (1480) é considerada uma das obras mais emblemáticas de Leonardo DaVinci (1452 – 1519) e retrata a perfeição do corpo humano (masculino) através da geometria. O homem de Vitruvius ainda hoje é utilizado como referência nas mais diversas áreas do conhecimento. Fonte: [Da Vinci fue un genio y lo prueba El Hombre de Vitruvio - Diario Libre](http://DaVinci-fue-un-genio-y-lo-prueba-El-Hombre-de-Vitruvio-Diario-Libre), 2020.

³⁹ O Homem Modulor (1955) é um sistema de medidas criado por Le Corbusier (1887 – 1965) que relaciona as medidas do corpo humano (masculino) com a proporção áurea. Esse sistema é ainda hoje usado no mundo todo

O corpo é um importante lugar de luta feminista e também o campo de inscrição e corporificação das normas e códigos sociais e culturais de gênero (McLAREN, 2016). Oyewùmí (2021), ao refletir sobre as construções de gênero sobre os corpos, afirma que uma importante contribuição do discurso feminista para a compreensão das sociedades ocidentais é a afirmação da natureza corporificada, generificada e androcêntrica de todas as instituições e discursos dessa sociedade. Mesmo os discursos tomados como científicos ou os que configuram os chamados “discursos de verdade” (FOUCAULT, 2019a), foram colocados pelas feministas como masculinamente tendenciosos. A dimensão da corporificação da construção de categorias e epistemologias não pode ser subestimada (OYEWÙMÍ, 2021). É através e pelo corpo que agem os mecanismos de controle que atuam sobre as mulheres (mas não somente sobre elas) e sujeitam seu fazer cotidiano para a manutenção do *status quo*. Foucault (2019) afirma que a organização do poder sobre a vida organiza-se em torno de dois polos: das disciplinas do corpo e das regulações da população.

Um dos polos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo (...) centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. (FOUCAULT, 2019, p. 150).

Para Repo (2013), o discurso mais importante produzido a partir do conceito de biopoder de Foucault é o de garantir a procriação e a otimização das capacidades produtivas e reprodutivas da espécie humana. A autora afirma ainda que esta ideia de controle não pode ser dissociada do atravessamento de raça: enquanto o discurso sobre a sexualidade servia para gerenciar a vida, o conceito de raça era necessário para determinar quais as vidas deveriam ser promovidas ou reguladas (REPO, 2013). Assim, a mulher pobre e negra concentra fatores de vulnerabilidade e controle extremos, que envolvem desde a objetificação do corpo à omissão do Estado em relação às políticas públicas de promoção da vida. Para Mbembe (2020), o racismo nada mais é do que uma tecnologia que permite o exercício do biopoder, ou o direito soberano de matar (ou deixar morrer). Acontece que o racismo também é condição estruturante na produção do espaço urbano brasileiro (GAIA, 2019).

Rosa chegou na reunião muito nervosa, seu filho “apanhou” no centro da cidade, foi acusado de roubar uma bicicleta na frente da loja Renner (numa das ruas mais movimentadas do centro de Santa Cruz do Sul. Nas proximidades ficam as lojas, restaurantes e cervejarias frequentadas pela camada mais rica da população). “Chamaram a polícia, a mulher tinha um vídeo, mas não era ele”. Segundo ela o agressor saiu de dentro de uma loja e usava uma camiseta escrito “Eletro”. Mesmo com essa informação, a polícia não fez o boletim de ocorrência na hora, mandaram Rosa voltar amanhã. Mas Rosa acha que não vai denunciar, está muito nervosa e com medo: “A humilhação que meu filho passou, o menino tá arrasado. Tu acha que se fosse filho de rico iam bater assim?”. O filho da Rosa é negro, tem tatuagens e o cabelo descolorido. (MEU CADERNO DE CAMPO, dezembro de 2021).

As cidades brasileiras são herdeiras da realidade escravista, onde as desigualdades raciais estão profundamente marcadas. Os espaços concebidos na urbanização das colônias subjugarão os espaços pré-coloniais consolidados, territorializando a relação colonial. Em outras palavras, a urbanização do Brasil é transpassada por uma extensa tradição de opressão, que opera por meio de discursos, teorias e práticas racistas (VELLOSO, 2020).

Essa lógica tem sustentado o enorme edifício de nossas cidades denominado periferias desde o seu momento originário. Definidos como sujeitos da diferença, tratados como objetos, coisas ou mercadorias, assim foram submetidos no princípio da colonização os indígenas, a seguir os negros escravizados, e, desde que vivemos o ciclo da modernidade das cidades republicanas, os pobres urbanos. Desse modo é que se fizeram as cidades em nosso país, mantendo crenças e preconceitos que serviram a uns em detrimento de outros. (VELLOSO, 2020, p. 156).

Os padrões do urbanismo atual repetem a realidade colonial, reafirmando além dos papéis de gênero, as hierarquias raciais. Especialmente às mulheres vulnerabilizadas, empobrecidas e negras é determinado o lugar nas periferias urbanas, às margens das cidades, às margens da cidadania e dos direitos socioespaciais.

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (“territorialização”) foi, enfim, equivalente à produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedades existentes; a classificação de pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e, finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. (MBEMBE, 2020, p. 38-39).

Assim, foram instituídos direitos diferentes para categorias distintas de pessoas no interior do mesmo espaço. Esse exercício carregava consigo a violência da ocupação do território, relegando o colonizado a uma zona entre sujeito e objeto (MBEMBE, 2020). “A efetivação do direito à cidade passa, impreterivelmente, pela descolonização da cidade e suas epistemologias” (GAIA, 2019, p. 2), o que implica no constante entrecruzamento das questões de gênero com as questões raciais e de classe social para entender as opressões e os constrangimentos a que os corpos femininos e dissidentes e ainda os corpos racializados encontram no espaço urbano. A violência urbana e doméstica e a banalização da objetificação sobre os corpos femininos expostos no espaço público impõem uma desqualificação sobre

tudo que identificamos como “feminino”, trazendo relações de exclusão e marginalização (TAVARES, 2015). A rua, em determinados horários e locais, ou mesmo as casas em periferias distantes, são elementos que demonstram a diferença de acesso físico à cidade entre homens e mulheres e a construção de barreiras invisíveis a esse acesso (SILVA, 2007).

(...) o corpo, já categorizado como de macho ou de fêmea, é a base sobre a qual se institui os papéis culturais e as expectativas de comportamento que a sociedade tem para o desempenho do papel do macho, que deve ser masculino, e do papel feminino, desempenhado pelo corpo categorizado como de fêmea. (SILVA, 2007, p. 121).

Porém, foi apenas a partir das últimas décadas do século XX que as ciências sociais passam a enfatizar as corporeidades como uma importante dimensão constitutiva do sujeito, especialmente nos estudos feministas. Na América Latina, essa é uma realidade ainda mais recente (SILVA, 2007; HAESBAERT, 2021). É pela corporeidade que o indivíduo pode se apropriar do espaço, fazer o espaço vivido no cotidiano, e assim, territorializar-se (LINDÓN, 2012). O território então parte da esfera do vivido (HAESBAERT, 2021) e das práticas cotidianas. Por outro lado, descorporificar o sujeito é negar suas necessidades humanas mais basais (McLAREN, 2016), desqualificando e invisibilizando o trabalho de cuidado, realizado majoritariamente por mulheres. Os corpos femininos são tomados ao longo da história como território de saqueio, dos quais se extrai “recursos grátis”⁴⁰ no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho subalternizado das mulheres que habitam as periferias das cidades, numa exploração colonial e heteropatriarcal (GAGO, 2020). Assim, é impossível discutir a cidade sob uma perspectiva feminista e decolonial sem corporificar os sujeitos que fazem a cidade no vivido. Para Agier (2015), personificar é a forma de reverter a ideia de direito à cidade enquanto direito universalizado, personalizando-o através da observação das experiências concretas no espaço.

Para as mulheres, o trabalho doméstico estabelece uma relação de intimidade e, porque não dizer, interdependência com o território. Começando pelo desenvolvimento das atividades essenciais para a preservação da vida, como alimentação, manutenção da saúde e da higiene e cuidado e orientação aos filhas/os e dependentes, realizados no espaço confinado da casa. A seguir, as relações sociais de vizinhança e integração com a rua e o bairro, a ajuda dos vizinhos/os, o comércio local e os serviços e equipamentos públicos de apoio ao trabalho de cuidado. E por fim, a forma como se deslocam e se apropriam da cidade, indo e voltando do trabalho e/ou estudos, acessando o centro, levando e trazendo os filhas/os e abastecendo a casa, buscando lazer. Essas atividades começam na escala do corpo, numa relação de

⁴⁰ Grifo da autora.

intimidade entre corpo/espço urbano/território, que configura uma forma específica de viver e fazer-cidade. E ainda se expandem na multiplicidade de relações que configuram o espaço urbano (MASSEY, 1994).

Indo além, na perspectiva de Gago (2020), o corpo individual é indissociável do corpo coletivo, do território e da paisagem, e se revela como composição de afetos, recursos e possibilidades que não são individuais, mas se singularizam porque passam pelo corpo de cada um. Nesse sentido, a observação da experiência de viver a cidade a partir da concretude de uma existência atravessada pela materialidade de um corpo de mulher ou um corpo dissidente é uma das possibilidades de ressignificar o sentido de direito à cidade e de compreender fazer-cidade a partir de um lugar de subordinação e ao mesmo tempo de resistência, insurgência e transformação. Com base nessa discussão, busco aqui conectar também os conceitos de território e espaço urbano com o sujeito corporificado, em sua realidade material e geopolítica. A própria natureza corpórea que determina a visão sobre uma determinada realidade constitui uma forma de saber localizado e não absoluto, que entrega uma das possibilidades de construção de conhecimentos profundamente enraizada na nossa materialidade humana (HARAWAY, 1995). A colonialidade infiltrada em todos os aspectos da vida cotidiana e que se revela nos níveis do corpo, do trabalho, da lei, da propriedade privada tem sua lógica enfrentada por pessoas cujos corpos, de forma relacional, (re)existem às formas capitalistas de existir (LUGONES, 2014).

Para as mulheres com quem convivi, uma das formas de (sobre)vivência passa pela solidariedade e as redes de ajuda mútua nos arredores da casa e vizinhança. Diferente de relações pautadas pelo consumo, as trocas: de roupas, alimentos, ajuda na obtenção de serviços públicos; assim como as relações de cuidado são fundamentais para a obtenção dos meios necessários para uma vida mais digna. Organizar-se para conseguir doações de roupas de inverno e cobertores, por exemplo, é uma das formas de apoio mais utilizadas entre as mães. As doações são organizadas e distribuídas entre elas conforme as necessidades de cada uma (quantidade de crianças, idade e tamanho). A materialidade do corpo e a relação de submissão ou (re)existência definem as demandas a serem supridas em cada momento e a própria existência em corpos femininos impõe a cargo de quem está a obrigação de procurar responder a essas demandas.

Neste nível de invisibilidade social, neste grau de não reconhecimento cultural, coube há muito tempo e ainda cabe, como de direito, um lugar às mulheres, uma vez que, em geral, não se dá qualquer atenção às suas ocupações cotidianas: é preciso que “essas coisas” sejam feitas, portanto alguém tem que fazê-las; de preferência será uma mulher, outrora era uma “criada para todo o serviço”. Esta própria designação revela exatamente o *status* e a função. Trabalhos que visivelmente nunca

acabam, jamais suscetíveis de receber um arremate final: a manutenção dos bens do lar e a conservação da vida dos membros da família parecem extrapolar o campo de uma produtividade digna de ser levada em conta. Só quando faltam é que chamam a atenção, mas nesse caso é ainda de reprovação que se trata. Como canta muito bem a inspiração selutar dos subseqüentes, “*môman*”⁴¹ não trabalha, ela tem muito o que fazer!” (GIARD, 2013)

O convívio na vizinhança e a percepção pelas outras mulheres de quem costuma organizar a obtenção de recursos constitui uma importante forma de organização e conhecimento informal. A formação do grupo de mulheres facilitou essa dinâmica. Aos poucos, a comunidade foi identificando as mulheres que estavam à frente e os dias em que se encontravam e passaram a levar suas necessidades e as de outras pessoas para o grupo. Pedidos como comida, roupas infantis, brinquedos e material escolar eram uma constante. Assim como pedidos de ajuda em situações de doença ou de violência doméstica.

Hoje participou do grupo a Sandra, uma mulher que aparenta seus 60 anos. Chegou bastante calada e tímida, e quase não falou durante as duas horas em que estivemos juntas. (MEU CADERNO DE CAMPO, outubro de 2021)

Fiquei sabendo que Sandra (da reunião passada) tinha acabado de fugir de uma situação de violência doméstica levando apenas a “roupa do corpo” e seus documentos. As mulheres da comunidade, com ajuda de Dida, se organizaram e conseguiram uma peça sem banheiro nos fundos de uma das casas para que Sandra pudesse dormir, um fogareiro de uma boca e um “liquinho”⁴², algumas roupas e cobertores e um colchão. Naquele dia estavam procurando uma pia de cozinha e uma cama. Quando perguntei de onde conheciam Sandra, a resposta foi apenas: “mora por aqui”. Nenhuma delas tinha relações anteriores de amizade ou parentesco com a mulher, que não apareceu novamente nas reuniões. Diante da minha surpresa, Dida me explicou: “ajudamos porque a maioria de nós já passou por essa situação”. Esse foi um dos muitos momentos em que compreendi a importância e ao mesmo a fragilidade das redes de ajuda entre as mulheres que ali residem, assim como a dimensão da materialidade territorializada do ser mulher. (MEU CADERNO DE CAMPO, novembro 2021).

As mulheres, mesmo que inconscientemente, percebem o quanto precisam umas das outras para a obtenção de uma vida digna, e que juntas conseguem acessar um tipo de ajuda que não conseguiriam sozinhas. O habitar a periferia urbana, a espoliação de recursos a que são submetidas e a exploração do trabalho dessas mulheres e a forma como (re)existem e (re)configuram suas práticas cotidianas pode corresponder à perspectiva das feministas latino-americanas sobre o conceito de corpo-território.

Corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação. (GAGO, 2020, p. 107).

⁴¹ A autora refere-se aqui à obra *Môman travaille pas, a trop d'ouvrage!* da companhia teatral *Le théâtre des cuisines*, que foi publicada em Montreal no ano de 1976 e se trata do trabalho doméstico invisível realizado pelas mulheres, especialmente as mães.

⁴² Um pequeno botijão de gás (2kg) proibido de ser comercializado, porém, ainda muito utilizado, especialmente para acender lâmpões e fogareiros de uma boca.

Para Gago (2020) a junção das palavras corpo e território mostra que é impossível recortar o corpo individual do corpo coletivo e o corpo humano do território em que habita. Essa ideia, segundo a autora, também permite a reflexão sobre como não há escassez, na medida em que não há quem careça de corpo ou de território, mas sim há processos de espoliação ou despossessão.

O que é ter um corpo? O que é ter um território? Em primeiro lugar, esse “ter” se dá em um sentido de que se é parte. Não se tem como propriedade, não se possui. Ser parte implica, então, reconhecer a “interdependência” que nos compõe e possibilita a vida. Não é um detalhe o fato de as mulheres defensoras de territórios também se chamarem de defensoras da vida. Essa referência à vida não é abstrata, mas vinculada aos espaços, aos tempos, aos corpos, e às combinações concretas em que essa vida se desenvolve, se torna possível, digna, visível. (GAGO, 2020, p. 109).

Assim, o conceito de corpo-território se apoia na ideia de que as mulheres e corporalidades dissidentes que nutrem e ao mesmo tempo se nutrem situando o corpo como território não se limitam à percepção do corpo como propriedade respaldada em direitos individuais, mas situam-se enquanto “matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias” (GAGO, 2020, p. 109). Esse tipo de fazer cotidiano abre espaço para novos modos de sociabilidade, de organização e pontos de vista, produzindo valor num sentido amplo, e não apenas valores capitalistas. Além disso, abre-se também a possibilidade de olhar para as dinâmicas espaciais a partir desse mesmo viés corporificado, imbuído de sentidos e formas específicas de apropriação. É a partir do corpo que se formam também as redes de ajuda que atendem às demandas que por sua vez, também são corporificadas e especializadas.

2.5 Apropriação urbana, (re)existência e subversão

Periferia sofre em vida, mas tira um lazer
Quem é o defensor do Orum vai saber dizer
Quem é o protetor da guerra vai saber viver
(Karol Konká e Sabotage – Cabeça de nego)

Quer julgar minha história, não sabe minha caminhada
Na mira da espingarda de algum escravocrata
Sei que não fui aceita, fui tolerada
Me camuflava nos teus espaços
(Cypher Psicopretas)

Foi implementado um novo conjunto habitacional ao lado o Viver Bem, em direção à BR. É um conjunto menor e chama-se Santa Maria. Os dois residenciais estão separados por uma gleba desocupada e tomada por mato alto. A distância entre os dois conjuntos não deve passar de um quilômetro, porém, não foi aberto nenhum tipo de comunicação viária direta entre eles. Da mesma forma que não havia comunicação direta entre o Viver Bem e o bairro Santa Vitória nos primeiros anos depois da implementação do primeiro (de 2015 a 2021). O deslocamento tem que

ser feito pelas perimetrais asfaltadas, o que além de dobrar a distância a ser percorrida, ainda oferece o perigo da falta de calçadas, iluminação ou qualquer segurança para os pedestres. Ainda assim as pessoas circulam. Entre o Viver Bem e o Santa Vitória havia o pontilhão de madeira, construção precária e insegura. Por ali passavam principalmente mulheres e crianças indo e vindo das escolas, creches, posto de saúde, CRAS, mercados e de outros trajetos ligados ao trabalho de cuidado. Nos horários de entrada e saída das empresas, esse público se misturava com seus trabalhadores, a pé ou de bicicleta. Hoje existe a ponte asfaltada⁴³ e as mulheres e as crianças dividem espaço com os carros. Maria, servidora pública no CRAS Beatriz me disse que a falta de acesso entre os bairros era causada pelo medo que a gestão municipal tinha da transferência da violência do tráfico de um lugar para o outro. Ela me afirmou ainda que no residencial novo é a mesma situação. Entre o Viver Bem e o Santa Maria os moradores abriram uma “picada”⁴⁴ no meio do mato e por ali circulam entre os dois conjuntos. A diferença é que nesse caminho passam majoritariamente os homens. Especialmente depois de anoitecer. As mulheres têm medo de caminhar no meio do mato alto sozinhas. Quando vão, caminham acompanhadas umas das outras ou de algum homem e durante o dia. Em outras situações preferem não ir ou fazem a volta mais distante (e também insegura) pelo asfalto. Eu mesma quis atravessar para conhecer o trajeto, mas no meio do caminho, me deparei com um grupo de meninos reunidos no meio do mato, acredito que fumando maconha. Embora fosse meio da tarde senti medo, pois o mato alto impedia que se enxergasse o que acontecia ali, fazendo eu me sentir vulnerável. Sem ter caminhado nem metade da estradinha, voltei. Desisti de conhecer e assim como outras mulheres, não voltei mais ali. (MEU CADERNO DE CAMPO, junho 2022).

Figura 12 - Foto do pontilhão de madeira (outubro de 2019)



Fonte: acervo da autora

⁴³ Mais informações em [Ponte do Viver Bem fica pronta neste sábado - GAZ - Notícias de Santa Cruz do Sul e Região](#)

⁴⁴ Picada, na língua informal, é um caminho estreito através de um mato fechado. É também a forma como os moradores do Viver Bem se referem à estradinha que liga ao residencial Santa Maria.

Figura 13 - Foto do córrego abaixo do pontilhão de madeira (outubro de 2019)



Fonte: acervo próprio

Figura 14 - Foto do início da picada entre os residenciais Santa Maria e Viver Bem (julho de 2022)



Fonte: acervo próprio

Eu sempre entrava no residencial pela ponte asfaltada, na parte mais baixa, próximo das antigas baias construídas para os cavalos dos catadores de material reciclável. Para “entrar” no condomínio efetivamente é preciso dobrar para a direita ou para a esquerda na rua do “projeto”⁴⁵ e da creche. Essa rua termina em mato para os dois lados (do lado esquerdo vai para o residencial Santa Maria). Eu costumava passar na ponte e dobrar à esquerda e depois à direita numa das ruas principais para ir para a casa da Dida. Essas que os moradores chamam de “ruas principais” são perpendiculares à rua do projeto, mais largas e cortam o conjunto de ponta a ponta. Dida mora numa dessas. É nessas ruas mais largas também que as crianças brincam ao entardecer, especialmente no verão. E também é por elas que as pessoas circulam e que existem mais casas transformadas em pequenos comércios como brechós, mercadinhos, lan houses, cabelereira, etc.

Figura 15 - Foto da rua da creche e do projeto (junho de 2022)



Fonte: acervo próprio

⁴⁵ As atividades de contra-turno, proporcionadas pela prefeitura para as crianças em idade escolar, são chamadas pelas mães de “projeto”. Essa iniciativa ocupa o espaço do galpão construído originalmente para abrigar a associação comunitária de bairro, que não existe no Viver Bem. O espaço é improvisado com divisórias e alguns móveis e brinquedos recebidos por doação. O prédio passou a ser conhecido no residencial simplesmente como “o projeto”: “vamos lá no projeto” ou “do lado do projeto”.

Figura 16 - Foto de uma das ruas principais com um brechó à esquerda e o galpão do projeto ao fundo (junho de 2022)



Fonte: acervo próprio

Embora o lugar seja marcado pela presença de grandes áreas de vegetação baixa (capim), por conta da rede de alta tensão que atravessa todo o residencial, não é permitido construir nesses espaços. Nenhuma dessas áreas é usada como lazer ou prática de esportes ou atividades físicas. Marcéli me disse que “não presta⁴⁶” ficar tão próximo dos cabos e que é por isso que as pessoas não se apropriam desses espaços. As casas baixas e as ruas paralelas somadas a esses grandes vazios dão ao conjunto uma visibilidade ampla e uma sensação de baixa urbanização, muito diferente do restante da malha urbana de Santa Cruz do Sul, mais adensada, especialmente no centro. As ruas ao redor dessas áreas de vegetação também se tornam mais inseguras para caminhar, especialmente à noite, pela escuridão e ausência de moradias e conseqüentemente a pouca circulação de pessoas. A vida cotidiana se desenvolve mesmo nas ruas principais, mais movimentadas e no pátio da frente das casas onde ficam os pequenos comércios e as áreas cobertas com mesas e cadeiras. Sobre os muros ou sentadas em cadeiras na frente das casas, as mulheres conversam umas com as outras.

⁴⁶ “não presta” é uma maneira informal de dizer “não é bom” fazer alguma coisa, muito utilizada nas cidades do interior do Rio Grande do Sul.

Algumas vezes acompanhei Dida na caminhada para buscar as filhas na creche ou no projeto. Ela ia e voltava parando para conversar com outras mulheres. Conforme íamos passando, ela me dizia os nomes e uma história breve de cada uma delas. Muitas aproveitavam para pedir ajuda, pois reconheciam em Dida uma liderança que movimentava as redes de ajuda dentro do residencial. Certa vez, paramos para conversar com dona Fabrícia, na frente da sua casa/brechó. A idosa aproveitou o momento para contar a Dida sobre o quão trabalhoso era marcar exames de saúde e buscar os remédios receitados pelo médico, o que ela afirmava ter que ser feito no hospital no centro da cidade. Dona Fabrícia se locomovia com bastante dificuldade, e pela nossa conversa, não tinha ajuda de outras pessoas para realizar as tarefas cotidianas. Dida se dispôs a fazer a marcação de exames e buscar os remédios. Alguns dias depois, fiquei sabendo que ela não pôde pegar os remédios, o motivo, segundo ela, é que só parentes diretos poderiam fazer isso. Dida me contou ainda que vai tentar juntar o dinheiro para pagar um Uber para dona Fabrícia ir até o hospital marcar seus exames. Nessas caminhadas cotidianas pude observar uma das várias formas de apropriação do espaço e formação de redes de ajuda entre mulheres.

O espaço vivido no cotidiano se abre para diferentes possibilidades, o oposto do discurso urbanístico normativo. Certeau (2014) afirma que o espaço é produzido pela prática. Ele é constantemente (re)construído, (re)configurado e (re)apropriado de acordo com as diferentes práticas sociais e representações figurativas ou simbólicas que possa assumir: “ele é pensado, interpretado e imaginado, ao mesmo tempo que é habitado, vivido ou imposto” (MONNET, 2013, p. 221). Não é uma multiplicidade de coisas inertes e interconectadas, mas sim uma heterogeneidade de práticas e processos, um produto contínuo de interconexões e não-conexões, sempre inacabado. Assim, a espacialidade está sempre em processo de construção, num constante devir, nunca finalizada (MASSEY, 2008).

“Espaço”, então, não pode ser, jamais, aquela simultaneidade completa na qual todas as interconexões já tenham sido estabelecidas, na qual cada lugar já está (e nesse momento imutavelmente) ligado a todos os outros. (MASSEY, 2008, p. 161).

A maneira como as mulheres habitam a periferia e se apropriam do espaço urbano, sua visão espacial, sua capacidade de percepção e apreensão da cidade e do local onde moram, seus deslocamentos, seus valores e ideais, constituem uma forma específica de conhecimento e experiência do que é a cidade, do que é importante ou desejado, do que é visível ou invisível aos seus olhos. É o princípio da cidade múltipla, que parte do ponto de vista das práticas, das palavras e das relações entre seus habitantes, diferente, mas não menos real do que a cidade dada, dos urbanistas e planejadores urbanos (AGIER, 2015). Os olhares

desde as periferias são considerados os olhares “outros”, muitas vezes tomados como de menor importância do que as construções de saberes hegemônicas. Vale ressaltar aqui que “outro” ou “outros” nesse trabalho assume o sentido trazido por Carneiro (2005), de que seria o oposto do “eu” hegemônico, aquele a quem é negada a humanidade. Para a autora, a racialidade é uma noção relacional que emerge da interação de grupos racialmente demarcados, sobre os quais pesam concepções históricas e culturais. Tomo a liberdade de estender aqui esse conceito às mulheres estigmatizadas pelo seu local de habitação nas periferias empobrecidas das cidades, também demarcadas por concepções históricas e culturais a respeito da sua localização geopolítica e sua condição de classe.

Assim, considera-se que a apropriação urbana de uma mulher habitante da periferia pode ser diferente do processo de uma mulher moradora do centro, assim como o processo de uma mulher negra pode ser diferente do processo de apropriação de uma mulher indígena ou branca. Essa diferença pode configurar um imaginário de cidade específico do olhar de cada mulher, um “fazer-cidade” (AGIER, 2015) de acordo com suas experiências e percepções sociais e espaciais.

Nesse contexto, a relação do indivíduo com o mundo é construída a partir de um ponto no qual ele se reconhece e a partir do qual tece uma teia de relações com o outro e, através deste, com o mundo que o cerca (como duração e continuidade no tempo e em sua simultaneidade espacial). Nesse sentido, a escala do lugar e o plano do cotidiano se revelam, fundamentalmente, pela construção real e ativa de uma identidade forjada na prática. (CARLOS, 2017, p. 40).

Segundo Carlos (2017), o conjunto de atos e situações que se desenvolvem num espaço e num tempo de apropriação, marcados pelos percursos da prática vivida cotidianamente, costumam criar laços entre as pessoas, e destas com os lugares. Nesse sentido, a casa se torna interdependente das relações entre as(os) vizinhas(os), tomando um papel central na vida política e econômica local. Como afirma Pina-Cabral (2014), essas relações de “amizade” e “consideração” entre a vizinhança configuram a vicinalidade.

Enquanto categoria intermédia, vicinalidade descreve a forma como a coabitação enquanto processo constitutivo de pessoas se prolonga temporalmente para momentos mais tardios do ciclo relacional através de formas de agregação que assentam sobre identidades continuadas – isto é, sobre a continuação em momentos posteriores da vida familiar das implicações de experiências de intersubjetividade. (PINA-CABRAL, 2014, p. 26).

Essa perspectiva traz a cidade e o espaço urbano como apropriáveis para a realização da vida e o uso do espaço pelo corpo. Através dele e dos sentidos as(os) moradoras(es) se apropriam dos lugares necessários para a sua efetivação enquanto indivíduo e membro da sociedade (CARLOS, 2017). Essas relações vão desde as familiares mais próximas dos locais de moradia, as relações de vizinhança ou vicinalidade (PINA-CABRAL, 2014), as trocas,

sejam elas de ajuda, comércios ou serviços, a circulação pelo residencial ou pela cidade, os encontros, as reuniões, etc. Essas atividades e situações que se dão num espaço e num tempo de apropriação marcados pelos usos e percursos desenvolvidos na prática cotidiana, são construídos nas situações corriqueiras, aparentemente sem importância, mas que constituem laços entre as pessoas e destas com os lugares (CARLOS, 2017).

Neste movimento espaço-temporal, os lugares são marcados pela presença e, por isso, ganham significado recriando possibilidades e impondo limites à realização da vida. Como espaço palpável, os lugares da vida real e concreta (espaço-tempo apropriáveis) são a extensão exterior, o que está fora de cada um, e, ao mesmo tempo, revelam-se ao cidadão como elemento de suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por uma série de sentidos impressos pelo movimento do uso e definidos através das propriedades do tempo vivido, no conjunto da sociedade. (CARLOS, 2017, p. 40)

A prática cotidiana dessas mulheres, as relações sociais que estabelecem com os outros habitantes, os deslocamentos que realizam, enfim, a sua relação com o espaço em que habitam, definem a sua sensação de pertença ou não, seu grau de apropriação e sua percepção sobre o local e sobre a cidade em si. Essa relação, tão fortemente marcada pela configuração urbana e seus constrangimentos estruturais e pelas respectivas lutas, resistências e insurgências, se constitui em condições muito diferentes da relação que se dá com o centro da cidade.

A cidade é um espaço apropriável para a realização da vida, o que envolve o uso do espaço pelo corpo. Através do corpo, e de todos os sentidos, o cidadão usa os lugares necessários à efetivação da vida em suas relações mais finas como indivíduo e como membro da sociedade através de relações sociais que englobam desde as relações familiares mais próximas no lugar de moradia, as relações de vizinhança, de trocas comerciais e de serviços, a circulação no bairro e na cidade, os encontros, as reuniões, os jogos, etc. Trata-se de um conjunto de atos e de situações que ocorrem num espaço e num tempo de apropriação marcados pelos usos e percursos reconhecidos de uma prática vivida e construída concretamente nas pequenas situações corriqueiras e, aparentemente, sem sentido, que se constituem criando laços profundos entre as pessoas, e destas com os lugares. (CARLOS, 2017, p. 40).

No residencial, pela perspectiva normativa, o espaço foi esquadrihado, cortado em retículas pelo traçado das ruas, sujeito ao controle do Estado através de um projeto. Logo depois da sua construção, havia uma entrada principal, “de costas⁴⁷” para a cidade e era previsto que seria por ali que as pessoas circulariam. Pelas normas da política pública habitacional do MCMV na modalidade 1 de financiamento, os imóveis só poderiam ser usados para fins residenciais, sendo coibido o aluguel, a venda, a reforma ou mesmo o uso para comércios e serviços. Essa condição normativa imposta ao espaço é o contrário da multiplicidade de possibilidades que se dão no cotidiano vivido neste mesmo espaço. As

⁴⁷ Antes da construção da ponte asfaltada, a entrada para o residencial se dava por uma perimetral do lado oposto ao centro e restante da cidade, ficando o conjunto “de costas” para a cidade e “de frente” para a saída em direção a Rio Pardo e à várzea e áreas sem urbanização.

práticas socioespaciais são definidoras do lugar e imbricadas de relações de poder e de exclusão que estabelecem as normas,

(...) y las normas definen los límites, que son tanto sociales como espaciales, porque determinan quién pertenece a un lugar y quién queda excluido, así como la situación o emplazamiento de una determinada experiencia. (McDOWELL, 2000, p. 15).

Na medida em que a concepção espacial e a apropriação do espaço estão atreladas às relações sociais, são permeadas por conflitos e disputas de poder. Em uma rápida caminhada pelo Viver Bem, especialmente depois da pandemia, pude notar a proliferação de pequenos comércios e serviços que servem à subsistência tanto de quem os frequenta, na compra de alimentos, produtos e serviços para o dia-a-dia, quanto para seus proprietários, que tiram dali o sustento de suas famílias, muitas vezes depois do desalento causado pela falta de emprego. Esse foi um dos motivos pelos quais as mulheres com quem conversei me pediram que não fotografasse suas casas e estabelecimentos comerciais. Existe consciência de que esse tipo de atividade não é permitida e um grande medo de que hajam denúncias e “a caixa”⁴⁸ venha tirar a casa”.

Maria, proprietária de um dos mercadinhos que existem ali, me contou que começou vendendo refrigerantes na sala da sua casa:

Quando eu comecei, eu tinha 100 reais e comprei de bebida. Não tinha nada aqui, então a gente cresceu muito rápido. Eu só tinha a minha geladeira pequena. Meu mercado era a sala da minha casa e o estoque era no meu quarto. Tinha demanda, mas não tinha nada, quem tinha vendia muito. As pessoas precisam. Em seis meses a gente já conseguiu abrir o mercado. Eu fiz a frente da casa toda. Hoje eu já emprego gente daqui. Todos os meus funcionários são daqui. E eu só compro coisas daqui. Tem tanta gente trabalhando. Tem mulheres fazendo várias coisas. Tem rapadura, tem açaí. O açaí daqui é premiado. A gente tem que prestigiar pra todo mundo crescer. (MARIA, MEU CADERNO DE CAMPO, julho de 2022).

Embora sujeitas ao controle normativo que é imposto pelo próprio lugar de habitação, a resistência e a insurreição a esse controle se dão na prática da transformação do espaço, seja ele coletivo ou da casa. Ao transformar a casa em comércio, atendendo às necessidades de subsistência própria e do grupo, as(os) moradoras(es) estão insurgindo, subvertendo e resistindo à norma da política pública habitacional:

A resistência, também, envolve mudanças na relação de poder. Assim, tanto a reversão quanto a resistência ao poder podem ser individuais ou coletivas. E deslocar as relações de poder pode encerrar uma situação de dominação e aumentar as possibilidades de liberdade. O fato de a resistência ser possível mesmo em situações de dominação – o prolongado, estático, o bloqueio em conjunto das relações de poder – prediz bem as mudanças sociais. (McLAREN, 2016, p. 59).

⁴⁸ Caixa Econômica Federal, banco que financia e cumpre o papel fiscalizador no programa Minha Casa Minha Vida.

Por outro lado, as questões de gênero também complexificam e tensionam as práticas espaciais na medida em que grande parte das suas atividades se desenvolve em espaços constrictos, delimitados física e simbolicamente pelas implicações das construções sociais de gênero, sempre interseccionadas com questões de raça, classe e sexualidade. O medo da violência, o trabalho de cuidado dos filhos e dependentes muitas vezes sem contar com redes de ajuda, a responsabilidade única pelo sustento da casa, a violência doméstica, são fatores de constrangimento às práticas espaciais das mulheres e à sua mobilidade. As mulheres ocidentais, especialmente as que vivem nas cidades, têm suas vivências marcadas pelo trabalho de cuidado e pela ligação com o espaço da casa e seus arredores. Nossa subjetividade e percepção do espaço urbano são marcadas pelo trabalho doméstico:

ir ao mercado, à farmácia, ao postinho de saúde, levar as crianças para escola, para o parque/prça... e depois retornar para os afazeres de casa, ou seja, trabalho doméstico não remunerado exercido sem apoio ou ajuda. (TAVARES e RAMOS, 2023, p. 49).

Mesmo as mulheres inseridas no mercado de trabalho, formal ou informal, têm sua existência marcada pelo acúmulo de tarefas e a sobrecarga de trabalho no espaço doméstico. Para elas, essa é mais uma extensão do trabalho do qual não podem se refugiar, enquanto para os homens, ao contrário, a casa pode ser um espaço de descanso e refúgio (MADARIAGA, 2004a). Nessa perspectiva, a dicotomia perpetuada pelo urbanismo convencional funcionalista entre moradia e trabalho, ou público e privado, não corresponde à realidade espacial urbana vivenciada no cotidiano das mulheres, uma vez que lugares de residência, trabalho, descanso, educação, saúde e comércio podem ser convertidos em lugares onde elas desempenham também trabalhos de cuidado e manutenção da casa e da família (MADARIAGA, 2004a).

Las tareas que realiza una madre que trabaja a lo largo de un día podrían ser las siguientes: llevar a sus hijas e hijos al colegio, acudir al trabajo, aprovechar la hora de la comida para hacer algo de compra o algún recado administrativo del hogar, recoger las hijas e hijos del colegio y llevarlas/os a algún tipo de actividad extraescolar o deportiva, a jugar al parque, quizás acompañar a la abuela al médico, quizás hacer alguna compra si no la hizo al mediodía o durante el fin de semana, regresar a casa, preparar la cena y realizar alguna otra tarea doméstica dentro de la casa. Las tareas que no há podido hacer durante la semana, como la colada, la compra, o la limpieza, las realizará durante el fin de semana. (MADARIAGA, 2004a, p. 17).

Para as mulheres empobrecidas e moradoras das periferias, que contam com serviços e equipamentos públicos escassos e superlotados no seu cotidiano, realizar rotinas como a descrita por Madariaga (2004a) é ainda mais complicado, tornando-se muitas vezes um impeditivo para sua inserção no mercado de trabalho remunerado, seja ele formal ou informal. No Viver Bem, segundo pesquisa realizada por Tirelli e Areosa (2019), 56% das responsáveis

pelos domicílios são mulheres e quase metade delas têm rendimentos de até um salário mínimo mensal, sendo que 51% das/os moradoras/es encontrava-se desempregada/o.

Eu não tô trabalhando, isso me deixa triste. Eu tava trabalhando numa escolinha, fazendo limpeza, mas o meu pequeno ficou doente, precisei faltar muitos dias. Ela precisava, então chamou outra pessoa. Quando eu mudei pra cá não tinha vaga na creche, deixava os dois sozinhos (seus filhos, um menino de 5 e outro de 9 anos na época), trancados em casa pra eu poder trabalhar. Eu deixava só a janela dos fundos aberta, ensinei o mais velho a pular e levar o pequeno se acontecesse alguma coisa. Eu tinha muito medo que eles mexessem no fogão, então mandava comer comida fria. Eu e a minha sogra combinamos de ligar pra casa de hora em hora. Eu me trancava no banheiro do serviço pra ligar. A gente revezava, uma hora eu ligava, na outra ela. Mas não aguentei, todos os dias eu saía pro trabalho chorando. Tinha medo que me denunciassem e eu perdesse os dois. Aí não fui mais trabalhar. Foi uma escolha difícil. Agora meu marido tem que ficar mais tempo fora trabalhando. Nem parece que eu sou casada de tanto tempo que ele precisa ficar fora. (BELA – MEU CADERNO DE CAMPO, dezembro de 2021).

Histórias como a de Bela se repetem nas cidades do país, mesmo com as políticas públicas habitacionais implementadas nos últimos anos no Brasil, o déficit habitacional cresceu entre as mulheres, chegando a corresponder a 60%⁴⁹ do total em 2021 (KONCHINSKI, 2023). Além disso, 63% das casas chefiadas por mulheres negras com filhos de até 14 anos estão abaixo da linha de pobreza⁵⁰. Mais um fator que leva a precariedade social e econômica, a violência urbana é um dos constrangimentos que atravessa os processos de apropriação urbana das mulheres. Em pesquisa divulgada pela ActionAid (2016) 86% das mulheres brasileiras afirmam já ter sofrido assédio no espaço público, sendo que 57% ouviram comentários de cunho sexual, 44% tiveram seus corpos tocados e 8% foram estupradas. As mulheres responderam ainda que 70% delas sentem medo ao andar pelas ruas e 68% ao andar no transporte público. Por outro lado, segundo dados do Relatório “Chega de fiu fiu” (2018), da ONG ThikOlga, 1 em cada 3 pessoas acreditam que “mulheres que se dão ao respeito não são estupradas” e 26% dos brasileiros acreditam que “mulheres que usam roupas que marcam o corpo merecem ser atacadas”. A violência e o medo nos espaços públicos muitas vezes impedem as mulheres e meninas de acessar o estudo e o trabalho, mantendo-as em um ciclo de pobreza (ACTIONAID, 2016).

Em minha vivência de campo no residencial Santo Antônio, durante o mestrado, convivi com mulheres que deixaram de trabalhar para acompanhar suas filhas e filhos da porta da escola até a porta de suas casas por conta da violência e do assédio às crianças e jovens para o tráfico e a prostituição. Dessa forma, elas acreditavam estar protegendo seus filhos e garantindo a permanência na escola e a possibilidade de um futuro longe de onde

⁴⁹ Dados da Fundação João Pinheiro (FJP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2021.

⁵⁰ Dados do IBGE (2018) levantados pelo projeto Arquitetura na Periferia.

moravam. Essa rotina de cuidados com a família e a realidade de mães solo da maioria, muitas vezes se tornava um impedimento para o trabalho formal remunerado, pois não conseguiam se deslocar até o centro da cidade nos horários convencionais de trabalho e nem retornar a tempo de buscar seus filhos na escola. O espaço da casa e seus arredores era para essas mulheres o espaço onde se misturavam suas atividades de trabalho remunerado (diárias de limpeza ou babás para as vizinhas, a venda de alimentos ou artesanatos que elas mesmas produziam, prestação de serviços como manicure ou cabeleireiras, e até a prostituição na BR próxima), o lazer (nas rodas de chimarrão com as vizinhas nos dias de sol, enquanto esperavam a roupa secar no varal) e o trabalho doméstico de cuidados com filhas(os) e demais dependentes. A setorização das cidades contemporâneas e o deslocamento das classes mais empobrecidas para as periferias aumentam as dificuldades enfrentadas nesse contexto, aprofundando situações de vulnerabilidade e falta de renda, na medida em que os deslocamentos necessários para a realização das rotinas diárias se tornam ainda mais dificultosos pela distância e precariedade das vias e do transporte coletivo.

Em 1980 Dolores Hayden já falava sobre a forma como as cidades constroem a mobilidade feminina e também sobre a dificuldade de acesso à propriedade pelas mulheres, em uma sociedade que condiciona o bem-estar à propriedade privada e ao consumo. A autora reivindicava condições diferentes, tanto no planejamento das cidades, como nas legislações urbanas, para que houvesse uma maior emancipação feminina:

Quando todas as donas de casa reconhecerem que estão lutando contra os estereótipos de gênero e discriminações salariais, quando elas virem que mudanças sociais, econômicas e ambientais são necessárias para que se superem essas condições, elas não irão mais tolerar habitações e cidades, planejadas sob os princípios de outra era, que afirmam que “o lugar da mulher é em casa”.⁵¹ (HAYDEN, 1980, p. 187).

A autora referia-se a donas de casa norte-americanas brancas de classe média, mas em uma situação, em termos de planejamento urbano, semelhante a existente ainda hoje na constituição das cidades, onde as periferias se desenvolvem majoritariamente residenciais, especialmente em cidades médias, reforçando a dicotomia centro *versus* periferia e a dependência dessas periferias ao centro. Da mesma forma que aconteceu nos grandes subúrbios norte-americanos, quem permanece o maior tempo no espaço da casa e seus arredores, ancoradas no trabalho doméstico e de cuidados, são as mulheres, especialmente as

⁵¹ Minha livre tradução para o trecho: “*When all homemakers recognize that they are struggling against both gender stereotypes and wage discrimination, when they see that social, economic, and environmental changes are necessary to overcome these conditions, they will no longer tolerate housing and cities, designed around the principles of another era, that proclaim that “a woman's place is in the home.”*”

que moram nas periferias vulnerabilizadas e dependentes do transporte público. Essa segregação socioespacial de gênero é repetida também na implementação de conjuntos habitacionais financiados por políticas públicas.

As limitações impostas à mobilidade das mulheres, tanto no que diz respeito às suas identidades, quanto à sua espacialidade, reforçam as construções culturais do lugar da mulher (na esfera privada), reafirmando assim os papéis de gênero. A própria distinção entre público e privado não deixa de ser uma forma de controle espacial, que acaba por reforçar certas construções sobre o lugar da mulher, e mais profundamente, sobre o que é ser mulher (MASSEY, 1994). Dessa forma, a opressão patriarcal e a produção de sentido dos espaços atravessados pelo capitalismo e por essas construções se retroalimentam. Existe uma ilusão de que as mulheres modernas que possuem eletrodomésticos sofisticados, trabalham fora e são bem-sucedidas são independentes e livres do sistema patriarcal que as oprime, porém, são essas mesmas mulheres que continuam as maiores responsáveis pelos cuidados com a casa e com os filhos (RIBEIRO, 2018). Da mesma forma, a possibilidade de mobilidade e de estar em espaços públicos diversos não significa a emancipação das mulheres em relação ao espaço privado. Mais uma vez tais condições se acirram quando se tratam de mulheres empobrecidas e moradoras de periferias. Essas construções não se dão de forma isolada das questões como as raciais ou de sexualidade, ao contrário, esses atravessamentos aprofundam as desigualdades de acesso e reafirmam os lugares das diferentes mulheres no espaço urbano.

(...) grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso. Essas óticas particulares vêm exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Rendell (2003) por sua vez, em suas reflexões sobre gênero e espaço, afirma que o espaço não é inerte ou passível de ser medido geometricamente, mas sim uma parte integral e mutante da vida diária, intimamente ligado aos rituais e atividades sociais e pessoais. Se as construções de gênero influenciam na sociedade em que vivemos, como somos tratadas e como nos vemos a nós mesmas, essas mesmas construções sociais obviamente impactam profundamente nos espaços que construímos e usamos cotidianamente (RENDELL, 2003). Na medida em que o espaço hoje é produzido sob o respaldo do capital financeiro, existe um movimento de reprodução espacial que coopta todos os níveis da realidade humana, desde o acesso à moradia, até a produção do imaginário assentado sobre a sociedade de consumo. A partir do habitar como ponto de fixação do indivíduo no espaço, articulam-se lugares capazes

de responder à satisfação das necessidades de realização do sujeito: a relação casa/rua, espaço privado/público, lugar de trabalho/lugar de lazer (CARLOS, 2017). No residencial Viver Bem, as relações das mulheres com os espaços públicos e privados da casa, vizinhança e arredores é permeado também pela forma como esse espaço foi esquadrihado a partir da política pública habitacional do MCMV. A relação da iniciativa com o mercado imobiliário e o peso das decisões privadas sobre a política pública são fatores cruciais para o entendimento da relação das mulheres moradoras do lugar com a cidade. No próximo capítulo, seguindo o alinhavo das condições que tocam a vida das mulheres e seus modos de fazer a cidade, busco analisar a forma como as políticas públicas sob as quais elas desenvolvem suas vivências cotidianas são elaboradas e implementadas e quais as consequências diretas nas vidas das mulheres por elas afetadas.

3.

Entremeios: alinhavando a política pública habitacional à discussão

3. ENTREMEIOS: ALINHAVANDO A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL À DISCUSSÃO

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. (CERTEAU *et al.*, 2013, p. 30).

Como foi dito nos capítulos anteriores, o ponto de partida deste trabalho passa pela compreensão da cidade a partir do vivido, do cotidiano, onde a cidade ganha sentidos diferentes para suas/seus habitantes. Esse sentido, dado a determinado espaço, passa pelos processos de apropriação desenvolvidos pelas pessoas que nele vivem e/ou frequentam. Dessa forma, o habitar toma uma importante dimensão na construção do cotidiano na cidade, e oferece uma perspectiva sobre a qual se desenvolvem os sentidos dados à cidade e às apropriações dos espaços. Lefebvre (2001) coloca a habitação como um dos fundamentos para o direito à cidade. Porém, a captura e ideologização dessas apropriações pelo Estado através das políticas públicas usurpam os diferentes modos de habitar e colonizam os sentidos (KRUGER, 2020). Ao mesmo tempo, os espaços, numa perspectiva relacional, são condicionantes e resultado das práticas urbanas desenvolvidas pelas mulheres, de acordo com suas possibilidades na intersecção de elementos relacionados à racialidade, gênero, sexualidade, faixa etária, classe social, entre outros, sempre profundamente ancorados nas questões geopolíticas.

Para as moradoras do Viver Bem, essas experiências são atravessadas pela realidade de morar em um assentamento que surge a partir de uma política pública habitacional específica, que é o programa Minha Casa Minha Vida na modalidade 1, com todos os constrangimentos que essa conjuntura apresenta. É a partir dessa realidade que elas desenvolvem seus cotidianos, suas apropriações e seus modos de habitar, assim como as (re)existências, insurgências e subversões que configuram suas práticas urbanas. Os processos de apropriação atravessados pela realidade do trabalho reprodutivo, do empobrecimento, da falta de acessos aos bens e serviços públicos urbanos, do desemprego, do trabalho precarizado, da violência de gênero, da violência doméstica, da segregação urbana e dos estigmas impostos por todas essas condições, nos territórios marcados pela intervenção da política habitacional, apresentam contornos característicos. Esses são os territórios onde as margens do Estado se reconfiguram a partir da vida cotidiana, onde se instauram formas

alternativas e criativas de ação política e econômica (DAS e POOLE, 2008). Nesses territórios que se articulam as fronteiras incertas do formal e do informal, e das fricções que se estabelecem nessas fronteiras porosas (TELLES, 2015).

O trabalho de cuidado toma uma parte importante da realidade das minhas interlocutoras e, a partir dessa realidade, a relação com a casa e sua vizinhança é definidora da sua qualidade de vida. O trabalho doméstico realizado em suas próprias casas muitas vezes é associado ao trabalho doméstico realizado na casa de outras pessoas, de forma remunerada, trazendo uma dimensão ainda maior para o trabalho reprodutivo. Manzi e Anjos (2021) afirmam que a centralidade que o trabalho de cuidado assume, especialmente no caso das mulheres negras, se divide em dois tipos de sentidos: o que se fundamenta na opressão, dominação e exploração, e o que se fundamenta na solidariedade para fins emancipatórios, como o cuidado para si e para os seus. É no segundo caso que se desdobra a relação de proximidade com a casa e seus arredores a que Carlos (2007) se refere, e a partir daí o desenvolvimento de vínculos de suas/seus moradoras/es com a cidade e os significados que essas/esses habitantes desenvolvem com o espaço urbano.

A vida cotidiana se exprime como expressão aprofundada do mundo enquanto ação – ato. Atividade humana marcada por uma relação profunda e significativa com os espaços-tempos dos gestos que exprimem uma ação, na qual o movimento do corpo e dos olhos compõem e dão significado à vida, não somente a realidades interiores. (CARLOS, 2007, p. 12).

Para compreender essas dinâmicas e territorializá-las é preciso (re)conhecer sua base material para um pouco além do corpo: a casa. Para isso, é preciso compreender como a habitação vem sendo tratada no Brasil, e como as políticas públicas habitacionais surgem e se desenvolvem ao longo dos anos. Os violentos processos coloniais de expropriação e despossessão corpo-territorial que submetem populações inteiras são justificados como base do desenvolvimento e do discurso progressista (GAGO, 2020). No Brasil, esse é o discurso hegemônico utilizado desde a invasão portuguesa para justificar tais processos. Segundo Santos e Duarte (2010), a chegada da corte portuguesa em 1808, por exemplo, contou com a acomodação de aproximadamente 15 mil pessoas em casas que foram desapropriadas para uso da Coroa:

(...) o problema de acomodar tamanho contingente populacional foi resolvido com a “requisição”, pela Coroa, das melhores residências da sede da então Colônia. A marca “P. R.” era a identificação de que a residência tinha sido requisitada. Essa era a marca de “príncipe regente”, mas a população logo passou a se referir a ela como “ponha-se na rua”, o que, convenhamos, correspondia mais aos fatos. (SANTOS e DUARTE, 2010, p. 3).

Outro importante acontecimento que marcou definitivamente as condições sociais e conseqüentemente a questão da moradia no país foi o final do regime escravocrata em 1888.

Esse processo deixou milhares de negros “libertos” desassistidos, sem meios para a própria subsistência e que acabaram por encontrar abrigo nos espaços urbanos precarizados, ou nas aglomerações distantes da urbanização e da regulação estatal (KRUGER, 2020). Nesses espaços, a população negra desenvolveu seus modos de fazer-cidade, lidando com a adversidade e a falta de amparo estatal. Desde lá, permeando todo o processo de urbanização brasileira, a falta de moradia vem sendo uma questão marcada pela atuação do Estado como agente de desapropriação e/ou promotor de políticas que tomam a habitação enquanto mercado a ser explorado, ou ainda pela sua omissão em questões fundantes. As consequências deste processo são a consolidação de imensas disparidades sociais, além da enorme degradação ambiental (ROLNIK, 2015).

Esse modo de urbanizar é ainda hoje atravessado por questões de raça e gênero, na medida em que esses são os grupos que se encontram mais afastados das possibilidades de acesso à moradia digna. As políticas de urbanização também funcionaram como veículos de promoção de segregação e higienização das cidades ao longo dos anos, afastando as populações não desejadas para os lugares mais afastados (KRUGER, 2020; ROLNIK, 2015). A política pública habitacional, por sua vez, atua ao longo da história como um dos meios pelos quais é possível o desenvolvimento de tais ações. O viés fundamentado na propriedade privada e na espoliação urbana atende mais ao mercado financeiro do que aos interesses sociais envolvidos, perpetuando um modelo excludente, predatório e patrimonialista de urbanização (ROLNIK, 2015). Por outro lado, em uma relação paradoxal que retomarei mais adiante, o acesso a casa, para quem o alcança, pode ser fator de emancipação e mobilidade social, especialmente para as mulheres vítimas da violência doméstica e de gênero.

Diante dessa realidade, neste capítulo procuro observar a política habitacional brasileira à luz dos cruzamentos propostos nos capítulos anteriores, além das falas das moradoras. Senti a necessidade de iniciar o capítulo com uma breve análise situando no tempo-histórico as políticas públicas habitacionais brasileiras até a criação do programa Minha Casa Minha Vida, lugar de habitação das minhas interlocutoras e de onde elas desempenham seus processos de apropriação e suas vivências cotidianas. Também busquei explicar como se deu a instalação do programa no segundo mandato do governo Lula, em 2009, até a realidade atual. Esta parte do capítulo baseia-se em minhas pesquisas e produções anteriores, incluindo minha dissertação de mestrado, onde trato especificamente sobre a elaboração e implementação do MCMV e seus efeitos sobre a segregação urbana das mulheres moradoras dos conjuntos habitacionais financiados pelo programa. Em seguida trago, através de entrevistas com implementadores e etnografia documental, um panorama da

implementação do MCMV em Santa Cruz do Sul, bem como das fragilidades apresentadas pelo programa. Essas entrevistas foram realizadas ao longo dos últimos anos em pesquisas acadêmicas das quais participei, tanto no período de vivência de campo para esta tese, como do período em que cursei o mestrado. Sob a perspectiva da biopolítica, analiso a política pública enquanto mecanismo de controle dos corpos femininos no espaço para enfim, descrever a dialética entre a autonomia proporcionada pela propriedade da casa e ao mesmo tempo a sujeição trazida pelo programa às mulheres que ali habitam. Para finalizar, busquei costurar à discussão, a forma como o acesso à casa funcionou como uma importante forma de acesso a outros direitos fundamentais e abriu caminho para novas lutas por parte das mulheres.

3.1 A política pública habitacional brasileira e alguns dos seus desdobramentos ao longo do tempo

Nos últimos anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), culminando no controverso processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o comprovado Golpe de Estado ocorrido no Brasil em agosto de 2016 (MARTUSCELLI, 2020), o país passou por profundas mudanças em seu regime econômico, saindo de uma política considerada neodesenvolvimentista em direção a políticas conservadoras de austeridade fiscal e neoliberalismo (SOUZA e HOFF, 2019). Atualmente, com a reeleição do presidente Lula, em outubro de 2022, o país volta a ser orientado para uma política que busca reestabelecer as conquistas sociais realizadas na primeira década dos anos 2000, entre elas, a retomada do programa habitacional Minha Casa Minha Vida. Aqui, procurei estabelecer um fio através das políticas públicas habitacionais desenvolvidas no país desde a década de 1930, de forma muito breve e sucinta, para que a conjuntura das políticas de moradia atuais, assim como o contexto de surgimento do programa MCMV possam ser mais bem compreendidos. Além disso, entendo ser necessária a compreensão da dimensão do desafio constitucional que se impõe aos três entes federados a partir da Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) e do Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, promulgada em 10 de julho de 2001 (Brasil, 2001) – de solucionar conjuntamente as questões sociais relacionadas à habitação enquanto direito humano fundamental.

Anteriormente à década de 1930 as políticas habitacionais eram inexistentes, e a falta de regulamentação fazia com que a produção de moradias no Brasil ficasse sob a livre iniciativa do mercado, que determinava o preço da terra e o valor dos aluguéis (KRUGER,

2020). Neste período o Estado, fiel aos preceitos liberais, não tinha interesse em regulamentar a área da habitação social, uma vez que o setor privilegiava diretamente o mercado privado. A estrutura econômica no período pré-1930 estava centrada nas atividades agroexportadoras e o comércio tinha forte predomínio, deixando a produção industrial em um papel secundário. O negócio da construção de casas de aluguel representava nesse momento uma forma segura de rentabilizar poupanças e recursos da economia urbana, aquecida pela expansão agrícola de exportação. A classe trabalhadora se deslocava para os grandes centros que se industrializavam e o preço da moradia implicava diretamente no custo de vida nessas cidades, enquanto se tornava um negócio bastante rentável (SILVA, 1989, 2010). A visão predominante nesse momento era a de que o Estado deveria favorecer a iniciativa privada, proporcionando que ela produzisse moradias mais baratas e aluguéis mais baixos para o trabalhador:

“O governo não deve produzir casas para os operários, mas estimular os particulares a investirem” é a lógica que orienta, de modo geral, o Estado liberal da República Velha. E a solução tida como a ideal, tendo recebido inúmeros incentivos do poder público, é a promoção de vilas operárias pelos próprios industriais para servirem de moradia a seus empregados. (BONDUKI, 1994, p. 715).

É na década de 1930 que a “burguesia nacional” ganha força de ação no sentido de fortalecer a indústria, associada aos funcionários governamentais e aos trabalhadores urbanos, dando início ao nosso desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2009). O desenvolvimentismo brasileiro, ou a aposta no desenvolvimento como ação política, busca o crescimento econômico sem uma ruptura com o capitalismo, colocando o Estado como instrumento da ação coletiva, representando interesses do empresariado, da classe média e dos trabalhadores. É um modelo econômico baseado em três escolas de pensamento, que segundo Bresser-Pereira (2009), se complementam: a clássica de Smith e Marx, a macroeconômica de Keynes e a estruturalista latino-americana, como as propagadas pela Comissão Econômica para a América Latina das Nações Unidas (CEPAL) a partir de 1948. Apesar de contar com o Estado forte, o desenvolvimentismo brasileiro, assim como em toda a América Latina, não tornou o país livre da dependência das potências mundiais. A intenção era consolidar um Estado que definisse suas políticas e instituições, embora contasse fortemente com capital internacional e lidasse com a imposição de uma agenda conservadora. De um lado estavam as oligarquias agrário-exportadoras, a burguesia e o capital financeiro. Do outro, os movimentos sociais surgidos a partir da expansão urbana e industrial do Brasil, formados pela classe proletária, pelos novos empresários industriais e pela classe média de funcionários públicos, intelectuais, entre outros (PEREIRA, 2011).

Durante o governo Vargas (1930-1954), foram implementadas medidas que visavam, ao menos no discurso, garantir moradia digna aos trabalhadores assalariados urbanos. “Ao menos no discurso”, pois, como afirma Kowarick (1979), havia um compromisso do ente federativo com o oligopólio internacional, o que implicava em rígido controle sobre as organizações da sociedade civil, como sindicatos e órgãos da imprensa que se opunham ao movimento vigente,

Deste modo, desenvolve-se a intervenção estatal, na materialização de obras impregnadas por tal discurso que não avançam o limite da retórica. E, ao se concretizar, volta-se para o benefício e manutenção dos privilégios de um pequeno grupo. (KRUGER, 2020, p. 55).

Entre essas medidas estão o Decreto-lei do Inquilinato (1942), que congelava os aluguéis e regulamentava as relações entre locadores e inquilinos; além da criação das Carteiras Prediais, dos Institutos de Aposentadoria e Previdência, e da Fundação Casa-Popular, que deram início à produção de casas subsidiadas (SOUZA e HOFF, 2019). Essas iniciativas, amplamente propagandeadas durante a chamada “era Vargas”, criaram para o ditador a imagem de “pai dos pobres” (BONDUKI, 1994). Para Bonduki (1994), a ação estatal ocorrida nesta época marcou o momento em que a habitação foi assumida pelo Estado como uma questão social, dando início efetivo às políticas públicas habitacionais no país. Mais tarde, já no período da ditadura brasileira, em 1966, foi criado o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, formando-se uma estratégia de investimentos para a habitação. Recursos do FGTS e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE) passariam a subsidiar o Sistema Brasileiro de Habitação, por meio do Banco Nacional de Habitação, conhecido como BNH (SOUZA e HOFF, 2019). Esse sistema contaria ainda com uma rede de promotores financeiros públicos e privados e tinha o objetivo de viabilizar ações na área habitacional por meio de recursos estáveis, permanentes e independentes de oscilações políticas (BONDUKI, 2008).

Apesar da existência de um mercado prévio de apartamentos populares desde a década de 1920, foi somente a partir da formação do BNH que foi regulamentado o setor de construção de moradia de interesse social, vinculado ao governo e implementado por instituições públicas e privadas. Foram criados ainda instrumentos financeiros como as sociedades de crédito e as letras imobiliárias, compondo o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) (ROLNIK, 2015). Lembrando que a produção de habitação urbana inclui uma gama de serviços e insumos, além de agentes comerciais e financeiros, onde o controle sobre a terra urbana é um fator fundamental para o estabelecimento dos preços do mercado (KOWARICK, 1979). O próprio lançamento do BNH foi fruto da coalizão de interesses empresariais ligados

à indústria da construção civil e ao lacerdismo⁵², já que Lacerda, desde sua campanha presidencial, já havia firmado o compromisso público de instituir um Banco Nacional de Habitação Popular, visando a construção de milhares de casas populares no país: “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito à propriedade” (ROLNIK, 2015).

(...) desde a criação do BNH até nossos dias, estabeleceu-se um campo de convergência (...) entre as três dimensões decorrentes da definição de um organismo financeiro como *locus* de formulação e implementação da política habitacional e da opção originária de fazer de cada brasileiro um proprietário. Em primeiro lugar, a política depende e incide sobre as estratégias monetárias e fiscais do país. Em segundo lugar, está ideológica e politicamente alicerçada na ideia de combate ao “déficit habitacional”, ou seja, na ideia e que as necessidades habitacionais correspondem a uma demanda reprimida de “casas próprias” a serem construídas. Em terceiro lugar, trata-se de um instrumento de fomento à atuação de um setor – a indústria da construção civil – além de, evidentemente, ser um dos motores do próprio setor financeiro. (ROLNIK, 2015, p. 282).

Embora o país tenha contado com um forte impulso de modernização, o que aconteceu não passou de um rápido processo de industrialização, uma vez que o aparato produtivo não foi acompanhado por um acréscimo generalizado dos salários ou mesmo uma evolução substancial no que diz respeito à garantia de direitos sociais pelo Estado. Dessa forma, reflete Rolnik (2015), não se pode afirmar que houve no Brasil um sistema de bem-estar consolidado, nos mesmos moldes europeus. Outra diferença gritante, segundo a autora, é que tanto na experiência europeia, quanto na norte-americana, se consolidou nesta época uma forte democracia parlamentar, enquanto aqui regia o autoritarismo ditatorial, o que bloqueou qualquer avanço social mais significativo: “esse modelo desenvolvimentista e socialmente perverso resultou na consolidação de uma das sociedades mais desiguais do mundo, em que a maioria da população não tem atendida necessidades básicas, tal como a habitação” (ROLNIK, 2015, p. 267). Pode-se dizer então que o período entre 1964 a 1985 foi marcado pela impossibilidade de ações reivindicatórias, tendo a instrumentalização das necessidades sociais em favor da legitimação de um regime político autoritário e violento e das necessidades do sistema produtivo (KRUGER, 2020).

⁵² O lacerdismo é um termo bastante utilizado no meio político brasileiro para fazer referência à corrente ideológica liderada por Carlos Lacerda (, jornalista e político carioca que se destacou no cenário nacional durante a década de 1950 e 1960. A palavra associada a uma postura política e ideológica bastante específica, caracterizada por uma defesa intransigente do liberalismo econômico, além de uma atuação combativa contra aqueles que são considerados adversários da ordem democrática. Inicialmente apoiador da intervenção das Forças Armadas na política, por interesses políticos, acaba por mudar de perspectiva e formar, junto com Juscelino Kubitschek e João Goulart, uma Frente Ampla (1966) contra o governo militar. Fonte: [Frente Ampla? Entenda sua história e conceito! | Politize!](#)

Além da busca de legitimação do novo regime, a política habitacional em formulação se propunha, também, a criar um clima de “estabilidade social” e de “ordem” necessário ao avanço do capitalismo internacional no país. Essa função é ilustrada pelas seguintes palavras de Roberto Campos, um dos idealizadores da política habitacional: “A solução do problema para a casa própria tem esta particular atração de criar o estímulo de poupança que, de outra forma, não existiria e contribui muito mais para a estabilidade social do que o imóvel de aluguel. O proprietário da casa própria pensa duas vezes antes de se meter em arruaças ou deprestar propriedades alheias e se torna um aliado da ordem” (SILVA, 1989, p. 49)

No ano de 1986, ao final do BNH, o Brasil ocupava o terceiro lugar entre os piores países em termos de distribuição de renda, enquanto os movimentos migratórios inchavam as cidades, fazendo com que o país apresentasse índices de urbanização acima dos índices mundiais (KRUGER, 2020):

A exclusão social, somada ao crescimento urbano desenfreado e ao “descaso” do poder público com a questão social, fez surgir no mesmo período os movimentos sociais que pautam a reforma urbana. Movimentos que irão incidir sobre o ordenamento constitucional no ano de 1988. (KRUGER, 2020, p. 65).

Somente com a promulgação da Constituição Federal (1988) que o direito à moradia passaria a receber o tratamento de direito garantido pelo Estado, através do tensionamento provocado pelos movimentos em torno da pauta urbana e também pela da reabertura democrática após mais de 20 anos de regime ditatorial. Esse período coincide com a retomada neoliberal mundial, com destaque para as medidas de austeridade britânicas e norte-americanas. Os neoliberalistas pregavam a superioridade do mercado em relação ao Estado dando ênfase a dois pontos específicos: as superioridades econômica e política, a crítica quanto à ação econômica do Estado e, por fim, no plano político, o privilégio do Estado a alguns, criando a dependência para muitos (SOUZA e HOFF, 2019). Assim, apesar das promessas de retomada do crescimento econômico, as medidas conservadoras neoliberais fracassaram e mesmo que tenham atuado no sentido de contenção da inflação, essas medidas causaram décadas de estagnação econômica, aumento do desemprego e dos índices de pobreza, especialmente na América Latina (PEREIRA, 2011).

A partir da década de 1990, os países latino-americanos abriram seus mercados e seu capital e privatizaram seus serviços públicos, resultando em perda de autonomia, coesão e ausência de estratégias de desenvolvimento nacional. Um dos fatores que levaram à estagnação do país sob o regime econômico ortodoxo ou neoliberal foi a desconsideração aos efeitos colaterais da abertura do mercado. Apesar de atrair empresas estrangeiras para o solo nacional e da repatriação de recursos, com as privatizações também se instalou o desemprego, já que o objetivo principal dessas multinacionais era sanear as operações no país e, assim, reduzir empregos em vez de criá-los. (SOUZA e HOFF, 2019, p. 3).

No que diz respeito à habitação, com a extinção do BNH, as políticas públicas habitacionais e urbanas foram pulverizadas pelos estados e municípios, situação que só seria

revertida 17 anos depois com o surgimento do Ministério das Cidades (AMORE, 2015). Ainda assim, foi na década de 1990 que as forças sociais de oposição fortalecidas pelo movimento constituinte entram em cena, em especial os movimentos sociais urbanos (entre eles o de moradia) e os movimentos sindicais. Em consequência, o país vive uma forte polarização política nas eleições de 1989 – o primeiro desde a erosão da ditadura militar: de um lado Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), líder sindical; de outro Fernando Collor de Melo, candidato conservador herdeiro das antigas oligarquias alinhadas com o pensamento neoliberal (ROLNIK, 2015). Apesar da derrota de Lula e da ascensão das forças neoliberais, houve um tensionamento no interior dessas forças, provocado por lideranças de oposição, que culminaram em coalizões democrático-populares que movimentaram a agenda pela reforma urbana. O reconhecimento constitucional do direito à moradia como direito fundamental, no ano de 2000, e a aprovação do Estatuto das Cidades em 2001, são exemplos de conquistas de movimentos sociais e forças de esquerda no âmbito das lutas pelo direito à cidade (ROLINK, 2015).

Por outro lado, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 1997 e 1998 - 2002), as forças neoliberais ganham fôlego no país, mantendo a semiestagnação econômica e a incapacidade de competir com outros países (BRESSER-PEREIRA, 2009). Os resultados foram altas dívidas interna e externa dos estados-membro e do país, e altos déficits públicos, resultando, no início dos anos 2000, nas mais altas taxas de desemprego já vivenciadas (SOUZA e HOFF, 2019). Neste mesmo período surge a ideia de “empreendedorismo urbano” e a eficiência como argumento para a ação, levando à substituição da pauta dos direitos sociais e da cidadania pela linguagem da inclusão pelo consumo:

Uma expressão repetida incessantemente no país – de campanhas políticas às mesas de bar – oferece uma visão simplificada do paradoxo diminuição da pobreza/crescimento econômico e agudização da crise urbana: da porta para dentro avançamos (leia-se: compramos geladeiras, computadores, celulares, viagens de férias, etc.) da porta para fora estamos cada vez pior (leia-se a dimensão pública, coletiva, das políticas, a infraestrutura social e econômica inexistente, insuficiente ou precária). (ROLNIK, 2015, p. 271).

O que se apresenta nesse momento são cidades em crise: a falta de mobilidade urbana, a concentração de investimentos e oportunidades em setores restritos (de mais alta renda) e a expansão permanente de periferias escassamente urbanizadas combinados com uma política de suporte à aquisição de automóveis particulares e o pouco investimento no transporte coletivo. A habitação, transformada em moradia, é destituída como bem social e convertida em mercadoria e ativo financeiro, se torna um novo campo para aplicação do excedente da macroeconomia, da economia doméstica e dos novos fluxos internacionais de

capital (ROLNIK, 2015). Assim, o discurso sobre a garantia de direitos passa a figurar como oportunidade financeira para a hegemonia burguesa (KRUGER, 2020). O governo FHC trouxe, então, resultados severos para o Brasil, o que se tornou um desafio de âmbito conjuntural durante a transição para o governo Lula, eleito em 2002, justificando a ortodoxia adotada no início de seu mandato (PAULANI, 2008). Nos primeiros anos de governo do PT, o país retoma o desenvolvimento nacional (BOITO Jr., 2012).

3.2 MCMV – programa habitacional ou uma política econômica bem sucedida?

No início de seu primeiro mandato, no ano de 2003, o presidente Lula, já no seu discurso de posse, se compromete com a camada mais empobrecida da população ao propor o enfrentamento à fome e à pobreza que assolam o país. Para isso, surge como principal estratégia o programa Fome Zero, um conjunto de políticas⁵³ que visavam a obtenção de segurança alimentar e erradicação da desnutrição (SILVA, 2010), além de fomentar o consumo interno, elemento de importância crucial na política econômica adotada. Não tardou para que as políticas de habitação seguissem o mesmo rumo: fomento ao comércio e à indústria como grandes balizadores de suas formas de elaboração e implementação.

No que diz respeito à tentativa de construção do que seriam cidades mais justas e equânimes e o reconhecimento da pauta da reforma urbana como prioridade política, uma das primeiras medidas tomadas foi a criação de um ministério específico: o Ministério das Cidades, encarregado de formular a política urbana em nível nacional, além de fornecer apoio técnico e financeiro aos governos locais. Uma das agendas deste Ministério era instituir os processos participativos para a elaboração das políticas e a autogestão na produção da habitação.

Em outubro de 2003, primeiro ano do governo Lula, o Ministério das Cidades realizou a primeira Conferência Nacional das Cidades, com 2,5 mil delegados eleitos num amplo processo de mobilização social, em mais de 3 mil municípios. A eleição do Conselho Nacional de Habitação foi fruto desse processo, sendo 56% dos seus representantes oriundos da sociedade civil (movimentos sociais, entidades empresariais, entidades profissionais, acadêmicas e ONGs) e 42% do governo (esferas federal, estadual e municipal). Os movimentos sociais ganharam grande peso na composição do conselho, ocupando quase metade da representação da sociedade civil. Nessa conferência, além da criação e composição do Conselho Nacional de Habitação, instalado em 2004, foram propostas as diretrizes para a política habitacional do governo. (ROLNIK, 2015, p. 296).

⁵³ Seus principais programas são: Bolsa Família; Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA); Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa de Construção de Cisternas; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Restaurantes Populares e Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).

O Ministério das Cidades empenhava esforços pela implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, além da elaboração do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), uma continuação do Projeto Moradia⁵⁴ e resultado de um amplo processo participativo envolvendo diferentes atores políticos e sociais. Essa iniciativa previa diferentes soluções habitacionais regionalizadas para cada lugar do país. (BONDUKI, 2009; FONTENELE, 2019):

O projeto propôs a criação do Sistema Nacional de Habitação, formado pelos três entes da Federação, que atuariam de forma estruturada sob a coordenação de um novo ministério (Cidades). O controle social seria exercido pelo Conselho Nacional das Cidades e órgãos nos estados e municípios, aos quais caberia gerir fundos de habitação, que deviam concentrar recursos para subsidiar a baixa renda. Nesse aspecto, seria prioritária a aprovação do projeto de lei de iniciativa popular de instituição do Fundo Nacional de Habitação, bandeira do movimento de moradia que tramitava desde 1991 no Congresso Nacional. A política de subsídios previa um mix de recursos não onerosos do Orçamento Geral da União (OGU) e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com recursos retornáveis, para viabilizar o crédito e o acesso à moradia digna para a população de baixa renda. (BONDUKI, 2009, s/p.)

Nesse mesmo sentido, em 2007 é incluído no lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um programa de caráter social, a Urbanização de Assentamentos Precários, prevendo a utilização de recursos inusitados para o setor de habitação (BONDUKI, 2009). Porém, em um cenário econômico desfavorável desde o final de 2008, pós-crise hipotecária americana, o Minha Casa Minha Vida (2009) é implementado adotando um viés mais economicista do que o desejado pelos setores que lutavam por mudanças nas políticas habitacionais brasileiras. O programa acaba engolindo o PlanHab e retomando uma política habitacional de matriz predominantemente econômica e de escassa participação social (FONTENELE, 2019). O pacote de medidas habitacionais proposto pelo MCMV surge para suprir a demanda crescente por moradia através da propriedade privada e da construção de moradias, representando assim uma medida importante para uma política econômica que colocava, mais uma vez, o consumo como um dos principais fatores de crescimento (ROLNIK, 2015). Em sua elaboração, o governo conta com a participação de empresários do setor da construção civil, abandonando o trabalho realizado até então pelo Ministério das Cidades. Seguindo a ideologia de produção de casa própria (leia-se propriedade privada) para a solução para crises políticas, econômicas, sociais e, conseqüentemente, habitacionais, o desenho do MCMV choca-se com os desejos dos

⁵⁴ Iniciativa do Instituto Lula para equacionar o problema habitacional no país. A proposta fazia parte de um conjunto de iniciativas tendo em vista a construção de projetos de desenvolvimento que associassem o enfrentamento da questão social a crescimento econômico e geração de empregos. Para melhor entendimento do Projeto Moradia ler Bonduki (2009).

movimentos urbanos pró-moradia e da luta por um novo momento na política urbana e habitacional do país (FONTENELE, 2019).

Políticas neoliberais como o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), implementado por FHC, em que o empreendedor privado era responsável por toda a operação, da compra do terreno à construção, influenciaram grandemente a formulação do Minha Casa Minha Vida. No PAR, cabia aos governos municipais apenas a seleção da demanda, e ao governo federal ficava a responsabilidade pelo financiamento direto e subsidiado ao mutuário final através da Caixa Econômica Federal (CEF). Desde 2004 o governo Lula adotava medidas na direção da ampliação do crédito habitacional e da retomada do circuito de venda de moradia. Foram implementadas iniciativas como a regulamentação fiduciária – que através do Banco Central, obrigava os bancos a aplicarem uma porcentagem do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) em empréstimos imobiliários. Também surge nesse momento a chamada “MP do Bem”, que isentava de impostos a venda de imóveis desde que o valor obtido fosse imediatamente aplicado na compra de outro imóvel residencial (ROLNIK, 2015).

O MCMV, apesar de obedecer um modo operacional muito semelhante ao PAR, inovava trazendo a preocupação com a produção para as famílias com renda mais baixa: 400 mil unidades (40% da meta) deveriam ser destinadas a famílias com renda de até 3 salários mínimos, o que se viabilizaria com o aporte de 16 bilhões de reais em recursos da União (70% de todo o investimento) (AMORE *et al*, 2015; GUERREIRO, 2015). Em sua versão definitiva, o MCMV contava com as modalidades: MCMV – Entidades, prevendo subsídios que seriam destinados à produção de moradias por associações e cooperativas; PNH – Rural, para construção de casas na área rural, destinadas a pequenos agricultores familiares, cooperativas rurais, reassentamentos rurais, etc.; MCMV – sub-50, destinado aos municípios com menos de 50 mil habitantes, além do “carro-chefe” do programa, o MCMV – Empresas, que apresentava condições específicas para variadas faixas de renda, com valores distintos para os subsídios, os mecanismos financeiros e para os valores das unidades habitacionais a serem produzidas. A definição dos beneficiários ficaria por conta dos governos locais, responsáveis pela realização do cadastramento. Aos moradores contemplados ficaria a obrigação de pagar uma taxa correspondente a 5% da renda familiar para a Caixa Econômica Federal, agência responsável por comprar as unidades da empresa encarregada de realizar a construção (ROLNIK, 2015).

Apesar de contar com inúmeros problemas a resolver, o programa foi implementado e obteve sucesso em diversas frentes. Rolnik (2015) reconhece o sucesso do efeito contra

cíclico do programa sobre a indústria da construção civil. Segundo a autora o setor cresceu 47,1% no período de 2003-2013, enquanto o PIB no mesmo período cresceu 45,9%. Além disso, foram criados 2,23 milhões de postos de trabalho formais. A partir de 2010, cerca de 1 milhão de unidades financiadas pelo FGTS e SBPE foram lançadas por ano, um número quatro vezes maior do que em 2013; a produção de tintas cresceu 75% e a de vergalhões, 72%, no mesmo período. Além disso, incorporaram-se ao programa diretrizes mínimas para os projetos e construções, estabeleceram-se parâmetros para o trabalho social a ser realizado e definiram-se metas e responsabilidades na implementação dos equipamentos públicos que deveriam acompanhar cada um dos empreendimentos construídos, entre outras medidas que vieram a qualificar o programa (AMORE *at al*, 2015). Em 2011 surge então o MCMV II, como compromisso assumido pela presidenta Dilma de construir mais de 2 milhões de unidades habitacionais. Nesta fase foram implementadas importantes modificações, tais como, o aumento dos custos máximos das unidades, a incorporação de exigências como acessibilidade universal para um número mínimo de habitações, aumento da dimensão dos ambientes e elevação do padrão mínimo de acabamentos. Além disso, na fase II a faixa de renda de até 3 salários mínimos passou a responder por 60% das contratações. Segundo o Ministério do Planejamento, quando foi lançada a terceira fase do programa (MCMV III) em 2014, o programa já havia contratado 3,5 milhões de unidades e entregado cerca de 1,7 milhão de casas ou apartamentos.

Em um panorama geral, as políticas públicas habitacionais brasileiras implementadas desde a criação do BNH estão intimamente ligadas à especulação imobiliária. O MCMV, aos moldes neoliberais do PAR, abriu espaço para a iniciativa privada, deixando ao seu comando operações como busca, negociação e incorporação da terra, produção e aprovação dos projetos, além da construção e legalização dos empreendimentos, tirando qualquer risco do mercado de habitação popular, o que anteriormente afastava o capital privado, abrindo um novo campo para a especulação imobiliária na produção de habitação para as camadas de renda mais baixa da população (GUERREIRO, 2015).

Do ponto de vista do crescimento econômico, a estratégia governamental neodesenvolvimentista para a habitação foi bem-sucedida, angariando apoio de diversos setores da sociedade. Houve influência do êxito econômico do programa na eleição da presidenta Dilma Rousseff em 2010 e em sua reeleição em 2014, quando foram lançados o PMCMV 2 (2011) e o PMCMV 3 (2014). (SOUZA e HOFF, 2019, p. 8).

Durante os governos petistas, a política habitacional acabou por se destacar na agenda governamental. O volume de subsídios destinados a essas políticas foi o maior desde o BNH, permitindo, inclusive, que setores de baixíssima renda, até então excluídos da ação

governamental, acessassem financiamentos habitacionais. Porém, é importante salientar que os grandes beneficiados com a política pública habitacional do MCMV foram o setor imobiliário e as empreiteiras, tornando a iniciativa privada protagonista no processo de decisões. Seguindo essa lógica, a política habitacional acaba preservando a mesma dinâmica da segregação espacial urbana que, em última instância, levou as pessoas a precisarem dos programas de moradia oferecidos pelo governo: os processos de segregação socioespacial. A importância do poder de decisão do setor privado é evidenciada na fala de um dos implementadores do MCMV que entrevistei durante a minha pesquisa de mestrado,

Só pra vocês entender, é que o PAC o dinheiro vem por conta da prefeitura, né, quer dizer que o dinheiro vem, a prefeitura contrata a obra, paga a obra, fiscaliza a obra, tudo, né, sob uma supervisão do Governo Federal, através da Caixa Federal. O Minha Casa Minha Vida, ele tem a diferença de que o dinheiro não vem pra prefeitura, né, o Governo Federal executa direto através da Caixa Federal, a prefeitura é um órgão parceiro no sentido de viabilizar as famílias, de ajudar a viabilizar a área, os equipamentos comunitários, depois o trabalho social dessas famílias, que é a ambientação daquele loteamento novo, e também contribui na fiscalização dessas obras. Então, na verdade é um grande parceiro, né, que nem a gente, vamos imaginar, que vai fazer algum serviço, 'bom tu vai entrar com o dinheiro, mas nós vamos te ajudar a executar', né. (IMPLEMENTADOR 1, 2017)

Deixando a possibilidade de escolha dos terrenos a cargo das construtoras e incorporadoras, abrem-se precedentes para a manutenção dos mais pobres em lugares menos valorizados das cidades, com menos investimentos em infraestrutura e normalmente mais distantes das centralidades melhores desenvolvidas em termos urbanísticos, perpetuando problemas de mobilidade, falta de acessos e colaborando para manutenção das condições de empobrecimento. Essa é a forma de provisão habitacional adotada nas últimas décadas e que não foi subvertida pelo desenho do programa.

Apesar dos muitos bilhões de reais em subsídios públicos, o programa MCMV não impacta a segregação urbana existente. Pelo contrário, apenas a reforça, produzindo novas manchas urbanas monofuncionais ou aumentando a densidade populacional de zonas guetificadas já existentes. (ROLNIK, 2015, p. 314).

Através das políticas públicas fortemente vinculadas aos setores da construção civil, o Estado indiretamente corrobora a situação da segregação, na medida em que acaba por remover de certas partes da cidade a população mais pobre com a construção de grandes conjuntos habitacionais de interesse social. Esta população é reassentada nas periferias, menos servidas dos bens e serviços públicos, com maior dificuldade de acesso ao trabalho e com a sua mobilidade reduzida. Considerando que a mobilidade, a acessibilidade são condições importantes nos processos de desigualdade e exclusão social nas cidades (JIRÓN e MANSILLA, 2013), a mudança para esses lugares torna-se um fator que dificulta o acesso à melhoria de vida como um todo, especialmente no caso das mulheres.

Apesar dos efeitos colaterais, o MCMV deve ser considerado como um importante avanço para as políticas públicas habitacionais, com investimentos voltados para um setor da população pouco beneficiado com tais políticas e obtenção de moradia por uma parcela importante da população mais pobre. Os subsídios empregados pelo governo para a obtenção de moradia pelas classes mais baixas tiveram um volume de investimentos inédito na história política brasileira, e a ampliação e o barateamento do crédito imobiliário para a compra de imóveis por setores de renda intermediária foram inegáveis. Além disso, ainda que não tenha promovido importantes modificações na reprodução da segregação e do padrão que reafirma as periferias como lugar dos pobres nas cidades, o programa proporcionou um processo de urbanização cumulativo (Rolnik, 2015), que, comparado com contextos anteriores, atenuou a precariedade das periferias. Além disso, o programa modificou as condições de inserção urbana da habitação de interesse social, que, embora continue a ocupar áreas periféricas, na maioria das vezes são áreas contíguas à malha urbana, não apresentando o mesmo nível de isolamento urbano que os conjuntos habitacionais implementados por meio das políticas públicas anteriores.

No ano de 2020, a Secretaria de Avaliação, Planejamento, Energia e Loteria (SECAP) apresenta um relatório de funcionamento do programa, em cumprimento aos Acordãos 1.718/2005 e 3.071/2012 e como parte do ciclo de avaliações do Conselho de Monitoramento de Avaliação de Políticas Públicas do mesmo ano. Segundo o relatório, o MCMV é a principal política habitacional do governo federal e é voltado de forma prioritária para o público de menor renda.

Lançado em 2009, entregou mais de 5 milhões de Unidades Habitacionais (UHs). Até 2019, soma-se mais de R\$ 129,8 bilhões em subsídios financeiros e tributários e outros R\$ 98 bilhões em subsídios do FGTS (preços de 2019). O programa atua por meio da produção habitacional, subvencionando o valor do imóvel (até 90% para o público de baixa renda – Faixa 1) e, no caso dos financiamentos do FGTS, também os juros, além de conceder redução da carga tributária para as empresas construtoras. (SECAP/ME, 2020, s/p.).

O relatório buscou justificar a transformação do Minha Casa Minha Vida em Casa Verde Amarela (CVA), já que os critérios adotados até então não tomam como condição para o financiamento o fato da família não pertencer ao déficit habitacional brasileiro. Assim, mais de 60% das famílias beneficiadas pelo programa, mesmo na faixa 1, não se enquadram nessa categoria, segundo a PNAD contínua de 2019: somente um terço dessas famílias nas 20 maiores cidades brasileiras faziam parte do déficit.

3.3 Mudam os governos, mudam as políticas

Com o golpe de Estado e a retirada da presidenta Dilma Housseff do poder em abril de 2016, a política brasileira toma um rumo diferente dos anos de governo PT (2004 – 2016). Com o final deste ciclo, anunciava-se o fim das estratégias neodesenvolvimentistas de crescimento econômico e o início de uma época de austeridade e políticas claramente neoliberais. A retomada do poder pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) com Michel Temer traria uma estagnação econômica aos moldes dos anos 1990:

A primeira reforma realizada foi a Proposta de Ementa Constitucional (PEC) nº 241/2016, a qual foi aprovada em 15 de dezembro de 2016 (Emenda Constitucional nº 95). Com o argumento de retomar o crescimento econômico, o Governo Temer limitou constitucionalmente os gastos públicos por 20 anos, diminuindo o Estado e impedindo que o sistema constitucional de proteção social (que inclui saúde, previdência e assistência sociais) funcionasse de maneira adequada às necessidades da população. (SOUZA e HOFF, 2019).

A habitação social sofreu importantes alterações em relação aos governos petistas. A extinção da modalidade Entidades⁵⁵ foi uma das primeiras medidas tomadas e representou a ruptura com o compromisso com a habitação enquanto direito fundamental e com a pauta da reforma urbana. O MCMV Entidades alcançava a camada mais pobre da população e, com seu cancelamento, famílias que lutavam há décadas por moradia voltaram a ficar desamparadas. Para Maricato (2016) essas ações revelam o caráter ideológico pouco voltado ao social presente na gestão de Temer. Para a autora, existia uma tendência a investir em camadas mais altas do mercado da construção civil, visando resgatar ações praticadas durante a ditadura militar no Brasil: concentração de investimentos nas camadas mais altas do mercado econômico. Essa tendência se confirmou ao longo dos últimos governos de direita e extrema-direita brasileiros. Outra medida nesse sentido, foi a revisão dos limites atendidos pelo MCMV: os imóveis passíveis de financiamento passaram de 950 mil para 1,5 milhão, e o teto da renda familiar passou de 6,5 mil para 9 mil reais. O aumento desses valores beneficiou a classe média em detrimento das classes mais baixas, aquecendo o mercado imobiliário. Porém, não houveram políticas compensatórias para a habitação social.

Em dezembro de 2015, o saque das contas inativas do FGTS foi liberado, uma medida que deveria servir de fomento ao consumo, porém, a iniciativa acabou por esgotar ainda mais a única fonte de financiamento para os programas habitacionais e de saneamento

⁵⁵ A extinção se deu mediante a reedição da Portaria nº 173, de 10 de maio de 2016. Antes da reedição, a Portaria autorizava a contratação de 11.250 moradias da modalidade Entidades do PMCMV (Brasil, 2016a). A alteração foi concretizada mediante a assinatura da Portaria nº 258, de 16 de junho de 2016, pelo Ministro Bruno Araújo (Brasil, 2016b).

nacionais. Lembrando que desde o extinto BNH, o financiamento de casas e apartamentos no Brasil utiliza recursos do FGTS e, segundo Rolnik (2017), viabilizaria o financiamento de produtos acessíveis às camadas mais empobrecidas da população. Essas medidas se refletiram diretamente na realidade habitacional do país, alavancando o mercado e a especulação imobiliária em detrimento da busca por soluções para o déficit habitacional e dos consequentes problemas sociais.

Nas eleições presidenciais de 2018, em meio à crise política e às medidas de austeridade tomadas por Temer, chega ao poder a extrema-direita brasileira, representada por Jair Bolsonaro (na época candidato pelo PL). A eleição de Bolsonaro representou um enorme retrocesso para o país em termos de políticas sociais e a brusca ruptura com o compromisso firmado nos governos do PT de melhorias sociais e de atendimento às demandas das classes mais empobrecidas. Após diversas declarações sobre como as minorias sociais deveriam se curvar às forças hegemônicas, o governo agiu no sentido de desmantelamento de diversas estruturas de defesa de direitos, desestruturando por completo o já escasso sistema de bem-estar social brasileiro. Campello e Brandão (2021) trazem alguns exemplos da forma como o governo Bolsonaro vinha tratando as políticas sociais: o SISAN (Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi desmontado ainda no primeiro dia de governo, assim como o CONSEA (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional), repetindo o ato de FHC em 1994:

A extinção do Consea sob Bolsonaro foi o ponto de partida para desorganizar políticas que, nos governos Lula e Dilma, se tornaram referência no mundo. São exemplos dessa desorganização a completa desidratação do PAA e do Programa de Cisternas, as ameaças de acabar com o Guia Alimentar da População Brasileira e o esfacelamento das políticas voltadas à agricultura familiar e campesina. (CAMPELLO e BRANDÃO, 2021, s/p.).

A Política Nacional de Assistência Social foi desmontada e os repasses do governo federal aos municípios, escasseado cada vez mais: de mais de três bilhões do governo Dilma para 1,3 bilhões de reais em 2020 (CAMPELLO e BRANDÃO, 2021). Assim, foram comprometidas as bases do Sistema Único de Assistência Social, o SUAS, considerado a porta de entrada para a população mais vulnerável ao acesso aos seus direitos e ao Estado. Segundo Schiaffarino (2022) para o portal Congresso em Foco, os repasses para o SUAS diminuíram em 70% durante o governo de Bolsonaro, comprometendo atividades como o cadastramento para o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e para o Auxílio Brasil (antigo Bolsa Família), uma vez que ligado ao SUAS está o Cadastro Único,

“A previsão para o orçamento de 2021 era de R\$ 2,6 bi aprovado no conselho nacional de assistência social a partir do pactuado pelo governo junto aos municípios. Ele [o governo] mandou R\$ 900 milhões. Diminui 60% do pactuado”, explicou o presidente do Colegiado

Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas), Elias de Sousa Oliveira. (SCHIAFFARINO, 2022).

A redução nestes serviços levou à demissão em massa de assistentes sociais e outros servidores públicos do SUAS, além do fechamento e diminuição dos horários de atendimento de centenas de CRAS e CREAS pelo Brasil, avançando para a desresponsabilização do governo federal pelo funcionamento sistema e para a volta ao assistencialismo, às políticas pontuais e ao “primeiro damismo” (CAMPELLO e BRANDÃO, 2021):

Desde o governo Temer houve várias tentativas de acabar com o BPC, com propostas de mudanças constitucionais e outras iniciativas jurídicas. Não conseguindo incluir a redução do BPC na Reforma da Previdência, o governo Bolsonaro passou a desorganizar o atendimento e dificultar o acesso da população. Desinformação, restrições de acesso por medidas operacionais – como é o acesso online, praticamente impossível para um idoso pobre, ou a criação e recriação de normas –, ou mudanças no sistema de perícia são alguns dos obstáculos criados. O resultado fica claro quando se analisa a concessão de novos benefícios – entre 2014 e 2109, a média caiu de 83 mil novos benefícios por ano para um resultado líquido negativo de catorze mil benefícios. (CAMPELLO e BRANDÃO, 2021, s/p.).

No Viver Bem, a realidade da escassez de serviços públicos de atendimento e apoio ao trabalho de cuidado, como CRAS, escolas, creches e postos de saúde, já se apresentava desde sua implementação, como afirma um dos entrevistados para minha pesquisa de mestrado, em 2017:

Sobrecarregou o lugar... e o que que acontece hoje? Não tem escola adequada ainda pra lá, não tem creche suficiente, não tem acesso, não tem transporte urbano suficiente, não tem emprego, né, porque não houve uma movimentação pra levar. Diz que lá já é o Distrito Industrial, né, pra levar um crescimento pra lá... não tem supermercado na região, agora tá se adaptando já até, acho que agora tem mais coisas lá, né. Foi de fato, famílias que foram jogadas lá, porque a prefeitura, ela subestimou isso, né, ela subestimou o papel dela nesse processo. E a Caixa chegou, e é um técnico, é um banco, né, que chega lá e diz ‘A regra é essa, vocês se virem e executem!’. Eles são fiscais, eles não são de fato a parceria. A princípio o município corrigiria essas coisas. E aí o município aprendeu da maneira mais amarga, né. Foi fazendo as pessoas sofrerem. Virou protesto, então, uma série de coisas, uma confusão, isso e aquilo, aquele outro. (IMPLEMENTADOR 1, 2017).

Com o avanço da pandemia de COVID-19, no ano de 2020, essa realidade foi ainda mais aprofundada, resultando em falta de alimentação e atendimento para várias das mulheres com quem conversei, algumas delas até mesmo passando por situação de fome. Dida me contou das vezes em que ela e Bela, durante a pandemia, foram ao CRAS Beatriz pedir cestas básicas, e que as poucas vezes que conseguiram acessá-las, dividiram com as vizinhas mais próximas que também estavam em situação de enorme precariedade alimentar com seus filhos. Bela também me falou da dificuldade para alimentar seus filhos durante o isolamento, com o fechamento das escolas e creches e do restaurante comunitário. Kimberly e sua mãe ficaram sem gás de cozinha e passaram a cozinhar com lenha, pois sua mãe perdeu o trabalho de diarista durante a pandemia. Elas foram ajudadas pelos vizinhos e parentes, que doaram

um liquinho e alimentos. São inúmeros os casos de pessoas que passaram por dificuldades com a própria subsistência e de suas famílias no Viver Bem. Além disso, enfrentaram a dificuldade de atendimento no CRAS (que permaneceu fechado para atendimento externo) e de acesso aos benefícios a que tinham direito. A precariedade alimentar e o aumento da vulnerabilidade durante a pandemia é uma fala constante, tanto entre as mulheres que participavam dos nossos encontros, como entre as pessoas que eu encontrava eventualmente nas caminhadas ou eventos que acompanhei. Segundo Campello e Brandão (2021), o Brasil voltou para o Mapa da Fome da ONU, em decorrência do enfraquecimento das políticas de combate à pobreza que por seu sucesso haviam conquistado reconhecimento internacional.

Quanto às políticas públicas habitacionais, os governos de direita e extrema-direita que assumiram após os governos petistas foram paulatinamente retirando as faixas mais baixas de financiamentos e os subsídios do governo. Com a transformação do programa Minha Casa Minha Vida para Casa Verde Amarela no final do ano de 2020, a principal mudança foi o fim da modalidade voltada para famílias de mais baixa renda (0 a 1.800,00 reais) que além de ser subsidiada, não contava com juros nas parcelas.

O fim da Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida, a cobrança de juros maiores pelo Casa Verde e Amarela, os custos crescentes da construção civil e a falta de recursos ameaçam deixar quem mais precisa sem perspectivas de moradia própria, sem contar o impacto na geração de empregos e renda impulsionada pelos programas habitacionais. (TAKEMOTO, 2021, s/p.)

Já em 2021, logo após o lançamento do “novo” programa habitacional, o governo federal anunciou um corte de 98% dos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) que financia as obras de famílias com rendimentos até 1.800,00 reais, o que significou menos 1,5 bilhão de investimentos (TAKEMOTO, 2021). Considera-se ainda o fato de que o programa CVA surge sem a participação dos movimentos por moradia e sem considerar a pauta da reforma urbana e durante o isolamento social imposto pelo contexto pandêmico. Nos gráficos abaixo, as principais diferenças entre os dois programas:

Figura 17 – Faixas dos programas do MCMV

Faixas dos programas



Minha Casa Minha Vida		Casa Verde Amarela	
Faixa	Renda	Grupo	Renda
1	até R\$ 1.8 mil	-	-
1.5	até R\$ 2.6 mil	1	até R\$ 2 mil (até R\$ 2.6 mil para N e NE)
2	até R\$ 4 mil	2	até R\$ 4 mil
3	até R\$ 7 mil	3	até 7 mil

MCMV X CVA — Foto: Economia G1

Fonte: [Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela: entenda as diferenças entre os programas | Economia | G1 \(globo.com\)](#), 2021.

Figura 18 – Faixas de juros do MCMV

Minha Casa Minha Vida		Casa Verde Amarela		
Faixa	Juros	Grupo	Juros (Sul Sudeste e Centro Oeste)	Juros (Norte e Nordeste)
1	sem juros e prestações até R\$ 270	-	-	-
1.5	5% (não cotista do FGTS) e 4.5% (cotista do FGTS)	1	5% a 5.25% (não cotista) e 4.5% a 4.75% (cotista)	4.75% a 5% (não cotista do FGTS) e 4.25% a 4.5% (cotista)
2	juros de 5.5% a 7% (não cotista) e 5% a 6.5% (cotista)	2	5.5% a 7% (não cotista) e de 5% a 6.5% (cotista)	5.25% a 7% (não cotista) e de 4.75% a 6.5% (cotista)
3	juros de 8.16% (não cotista) a 7.66% (cotista)	3	8.16% (não cotista) e 7.66% (cotista)	8.16% (não cotista) e 7.66% (cotista)

MCMV X CVA, juros — Foto: Economia G1

Fonte: [Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela: entenda as diferenças entre os programas | Economia | G1 \(globo.com\)](#), 2021.

Além dos cortes para habitação social, o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional sofreu também um corte de quase 20 bilhões de reais que implicaram na paralisação ou não realização de obras como infraestrutura e mobilidade

urbana, saneamento, contenção de encostas, entre outras⁵⁶. Cortes como estes implicam diretamente no acesso ao direito à cidade de forma ampla. Acesso à moradia, segundo Rolnik (2011), não se resume apenas ter uma casa, mas se torna um caminho para o acesso ao lazer, ao trabalho, ao meio-ambiente. Para as mulheres, pode significar autonomia e a possibilidade de livrarem-se de situações de violência doméstica e de gênero:

Com relação à moradia não é diferente. Para as mulheres, a não realização desse direito ou a sua violação têm consequências específicas, que não se verificam da mesma forma para os homens. Se quisermos de fato promover a igualdade entre homens e mulheres, essas diferenças precisam ser levadas em consideração. Tradicionalmente, no entanto, tal compreensão não costuma ser levada em conta pelos governos na hora de formular leis, de elaborar políticas públicas ou de executar projetos. (ROLNIK, 2011, p. 5).

Não é intuito deste trabalho uma análise profunda das mudanças ocorridas nas políticas públicas habitacionais, especialmente nos últimos governos, já que o conjunto residencial Viver Bem foi implementado em 2015, ainda durante o governo Lula. Porém, considero importante situar o leitor no contexto dessas políticas públicas, uma vez que sua forma de implementação influencia grandemente no cotidiano de seus moradores, especialmente das mulheres que, além de ser a maioria das mutuárias do programa, são as mais afetadas pelas condições de seu local de moradia.

3.4 Titularidade feminina – emancipação?

Uma das premissas do programa MCMV é a priorização das mulheres responsáveis pelos domicílios nas seleções e a preferência pela titularidade feminina nos imóveis. Segundo o discurso governamental, essa medida se daria na direção de uma política de empoderamento e emancipação das mulheres frente à condição de vulnerabilidade em que muitas se encontram. Segundo a pesquisa “Esgotadas”, divulgada pela agência Think Olga (2023), 70% das mulheres entrevistadas encontravam-se em situação de pobreza. O estudo aponta ainda para o empobrecimento das mulheres negras, afirmando que a sua renda média equivale a apenas 60% da renda dos homens brancos em geral. As causas dessa vulnerabilização das mulheres brasileiras são multifatoriais, envolvendo desde dinâmicas de (i)mobilidade, até questões de acesso a redes de ajuda ao trabalho de cuidado ou ao mercado de trabalho formal. A precariedade habitacional certamente é um fator importante para essas condições, já que no

⁵⁶ Fontes: UOL notícias em 23 de abril de 2021. Disponível em [Orçamento: Governo corta 98% dos recursos para Minha Casa Minha Vida \(uol.com.br\)](https://www.uol.com.br/noticias/2021/04/23/orcamento-governo-corta-98-dos-recursos-para-minha-casa-minha-vida/). Brasil de Fato em 1 de fevereiro de 2021. Disponível em [Triste fim do Minha Casa Minha Vida: como Bolsonaro | Direitos Humanos \(brasildefato.com.br\)](https://brasildefato.com.br/triste-fim-do-minha-casa-minha-vida-como-bolsonaro-direitos-humanos/). Portal G1 em 10 de dezembro de 2020. Disponível em [Minha Casa Minha Vida e Casa Verde e Amarela: entenda as diferenças entre os programas | Economia | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2020/12/10/minha-casa-minha-vida-e-casa-verde-e-amarela-entenda-as-diferencas-entre-os-programas-economia-g1.globo.com).

Brasil, 62% das moradias irregulares têm como “pessoa de referência” as mulheres (FJP, 2019). Ainda assim, a afirmação de que o programa habitacional MCMV traz emancipação para as mulheres precisa ser refletida frente às dinâmicas urbanas femininas.

As políticas públicas que visam o bem-estar social, da forma como vêm sendo implementadas, podem ser vistas como fator de manutenção do patriarcado vigente. Segundo Scott (1989), as políticas públicas sociais vêm sendo utilizadas ao longo da história como meio de perpetuar o papel da mulher como cuidadora e mantenedora, assumindo a responsabilidade pelas crianças, pelos idosos, pelos doentes e pelo trabalho doméstico de limpeza e alimentação, entre outras tarefas consideradas socialmente como femininas. Para Draibe (2002, p. 21),

o conjunto destas atividades pode ser descrito como cuidados domésticos: as atividades de procriação, a alimentação, os cuidados de proteção física dos membros dependentes, crianças, idosos, portadores de deficiências, assim como o acesso a recursos e ativos sociais, econômicos e simbólicos, internos e externos à instituição familiar.

Ao reafirmar essa condição, perpetuando a divisão do trabalho a partir de relações sociais de classe, sexo e raça, o Estado não proporciona uma mudança estrutural na sociedade, mas corrobora a divisão capitalista construída sobre homens e mulheres, colocando os primeiros em situação de superioridade (FEDERICI, 2019; HELENE, 2019). O bem-estar familiar ainda hoje está condicionado ao trabalho não remunerado de cuidado, e as políticas públicas de apoio à família recaem sobre as mulheres. Um exemplo é a forma como o acesso às políticas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, está condicionado à responsabilidade das mulheres pela manutenção das crianças na escola ou pela realização do calendário de vacinas do sistema público.

Considerando que as mulheres em situação de pobreza, para conseguir desempenhar o trabalho doméstico, precisam dos serviços públicos de apoio (transporte coletivo, creches, escolas, praças, postos de saúde, etc.), e da infraestrutura urbana (iluminação pública, redes de saneamento, praças e parques, etc.), pode-se afirmar que estas mulheres são as mais afetadas pelas condições de (i) mobilidade que se impõem sobre elas (MADARIAGA, 2004; JIRÓN e MANSILLA, 2013). Também são elas que precisam realizar percursos mais complexos do que os masculinos dentro da cidade (como deixar as crianças na creche ou escola, fazer as compras e depois se deslocar até o trabalho, por exemplo). Dessa forma, a cidade assume uma espessura que dificulta o acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho e à mobilidade socioeconômica (JIRON e MANSILLA, 2013).

Distantes e concentrando uma população homogênea e de baixa renda, as áreas urbanas periféricas tendem a sediar apenas algumas atividades mais imediatamente ligadas à (re)produção, como bares e pequenas mercearias, enquanto o grosso do comércio e dos serviços procuram zonas centrais e mais afluentes, onde estão seus principais consumidores. No caso de Santa Cruz do Sul, essas áreas também contam com a presença de atividades industriais, que empregam sazonalmente uma parte da população de trabalhadores desempregados. No Viver Bem, grande parte dos postos de trabalho disponíveis para as trabalhadoras em busca de sustento para suas famílias, se encontram no centro ou nos bairros residenciais no extremo norte da cidade, e consistem em empregos formais ou informais como faxineiras, babás ou cuidadoras, ou ainda na catação e usinagem de materiais recicláveis. Diante dessa condição, as mulheres moradoras das periferias da cidade ficam sujeitas a longos e demorados trajetos de deslocamentos pelo espaço urbano, dependendo de um sistema ineficaz e subdimensionado de transporte público e aos custos financeiros e não financeiros dessa situação.

Assim, o que permanece em questão é se a política pública habitacional, além do discurso governamental, realmente tem como objetivo principal a emancipação e autonomia feminina, ou estaria apenas reafirmando o vínculo com a esfera privada e o trabalho não remunerado de cuidado, sem efetivamente questionar politicamente essa forma de organização social. No Brasil, 89% dos contratos do MCMV faixa 1 foram assinados por mulheres, porém, apenas 38% dos empréstimos habitacionais que permitem a compra de imóveis de qualquer valor são de titularidade feminina (TRIBOUILLARD e ELOY, 2022). Esses números não indicam igualdade de acesso, ao contrário, demonstram que ao ascender socialmente as mulheres encontram ainda mais dificuldade na aquisição da casa-própria. Ainda assim, indicadores mundiais como o relatório Women and Housing (ONU-HABITAT, 2014) mostram a relação direta entre o acesso à moradia e a diminuição de índices de violência contra a mulher. Porém, o mesmo trabalho ressalta a interdependência entre o lugar de moradia e o acesso ao trabalho remunerado, aos serviços e bens públicos, ao meio-ambiente e à saúde de forma global, apontando para a importância de estratégias e políticas públicas complementares à política habitacional, para a efetiva emancipação feminina.

A preferência pela titularidade feminina no acesso ao programa habitacional é fruto de intensa luta dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, porém, não visa somente o empoderamento e independência destas mulheres. As condições mercadológicas, em que a mulher é mais adimplente do que os homens, e a própria condição social do papel feminino de cuidadora e por isso, a que possui mais responsabilidade junto à família, são fatores

fundamentais na determinação do Estado pela titularidade feminina dos imóveis do MCMV (LIMA, 2012):

Ao se tentar entender a problemática que envolve a titularidade residencial feminina, bem como as justificativas apresentadas pelo Poder Público para efetivação da mesma, pode-se perceber que as questões que envolvem o mercado possuem evidência, assim como as relações inerentes à condição da mulher na dinâmica familiar, que é consequência de papéis socialmente impostos para ambos os sexos e merecem a devida atenção. (LIMA, 2012, p. 79).

Neste contexto, o Estado busca de forma superficial e ineficiente, restaurar o equilíbrio inexistente entre os diferentes gêneros, sem considerar que, assim como se torna a principal titular na aquisição das unidades habitacionais produzidas pelo programa social, a mulher também se torna a principal afetada pelas dificuldades de acesso à cidade que a localização dessas moradias traz. Também é necessário refletir sobre a forma com que o patriarcado, enquanto estrutura de poder, se alicerça também nessa dificuldade. Ao desconsiderar a participação democrática da mulher na constituição das cidades e na escolha de seu local de habitação, (re)coloca-as num lugar de subordinação, fornecendo apenas autonomia parcial. Assim, a política pública também pode se colocar como mais um mecanismo de controle patriarcal diante da materialidade corporificada implicada na construção social do que é ser mulher na cidade.

3.5 MCMV (mais um) um mecanismo de controle do corpo feminino

As práticas cotidianas de apropriação e pertença territoriais estão condicionadas às estratégias políticas de coação que se impõem na tentativa de direcionamento dessas práticas. Porém, num processo dialético, essa dinâmica permanece em conflito com as práticas criativas cotidianas que acontecem a partir do vivido e se traduzem em formas de (re)existência e luta contra a norma (CARLOS, 2007). O conceito de biopolítica de Foucault não explora diretamente as relações de gênero, porém, pode ser incorporado a esses estudos na medida em que essas construções – quer venham do Estado, quer se configurem como construções sociais – funcionam como mecanismos de controle dos corpos, especialmente no que se trata da capacidade reprodutiva feminina.

As feministas veem o corpo como um importante local de luta política. Questões reprodutivas, questões de violência contra a mulher, estupro, sexualidade, normas de gênero e ideais de beleza intensificam a importância do corpo para as lutas feministas práticas e políticas. (McLAREN, 2016, p. 122)

A visão do autor é de que o corpo não é algo dado, mas culturalmente construído como “campo de inscrição de códigos sócio simbólicos”, deixando claro como as normas de

gênero são corporificadas. Na medida em que o papel social imposto às mulheres é o de cuidados com a (re)produção e manutenção da vida, o corpo feminino mais uma vez toma um lugar central para a luta feminista. A família, a forma como se educam os filhos, o controle da natalidade, a escola, a religião, entre outros, são os mecanismos impostos a esses corpos de maneira a mantê-los funcionais ao sistema. Esses mecanismos podem ter origem no Estado e suas políticas públicas, ou na própria sociedade e suas normas de conduta. No que diz respeito aos mecanismos estatais, quando em forma de políticas públicas, têm implicações específicas para homens e mulheres, normalmente reafirmando os papéis de gênero e recolocando as mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo onde o Estado não alcança.

Voltadas para o controle da saúde reprodutiva das mulheres, bem como para a educação e saúde de seus filhos, as políticas públicas sociais, e aí se inclui a política habitacional voltada para o mesmo público, funcionam como um desses mecanismos estatais descritos por Foucault, que se dirigem às populações como forma de intervenção sobre as práticas cotidianas. Há uma definição muitas vezes implícita do que seriam as boas e as más práticas sexuais e reprodutivas, assim como as boas e más práticas educacionais, normalmente baseadas no sistema binário e normativo, buscando produzir mulheres que complementem o papel do Estado no controle dos corpos. Assim, desvios da sexualidade binária normativa, por exemplo, são lidos no discurso hegemônico como resultado de “famílias desestruturadas”, mulheres/mães irresponsáveis e/ou ausentes, como mostram as figuras a seguir:

Figura 19 - notícia vinculada no site G1 em 24/09/2020

Ministro da Educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC

Milton Ribeiro afirmou, em entrevista ao jornal 'O Estado de S. Paulo', que discussões sobre gênero não deveriam ocorrer na escola. Ele 'não concorda' com quem 'opta por ser homossexual'.

Por G1
24/09/2020 12h10 - Atualizado há 6 meses



Fonte: [Ministro da Educação diz que gays vêm de 'famílias desajustadas' e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC | Educação | G1 \(globo.com\)](#) editada em 05/04/2021.

Figura 20 - Notícia vinculada na página do Jornal O Globo em 18/02/2014

Deputado diz que adoção por casais gays traz desestrutura familiar

Autor do Estatuto da Família, Anderson Ferreira (PR-PE) acredita que minoria está ditando opinião pública da maioria

Raphael Kapa
18/02/2014 - 09:00 / Atualizado em 18/02/2014 - 09:51

Temas: Administração Pública, Agropecuária, Assistência Social, Cidades, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Consumidor, Direito e Justiça, Diversão Humana, Economia, Educação e Cultura, Esportes, Indústria e Comércio, Meio Ambiente, Política, Relações Exteriores, Saúde, Tecnologia

Resultado da enquete

Conceito de núcleo familiar no Estatuto da Família 114.101 votos

Você concorda com a definição de família como núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família? (Clique aqui para saber mais)

Não	52.14 %	59.495 votos
Sim	47.49 %	54.181 votos
Não tenho opinião formada		

As mais votadas

- 230.386 votos: Investigações criminais pelo Ministério Público
- 114.102 votos: Conceito de núcleo familiar no Estatuto da Família
- 93.064 votos: Revisão do Estatuto do Casamento

Enquete no site da Câmara dos Deputados pergunta qual modelo de família você concorda. Foto: Terceiro / Reprodução da Internet

Fonte: [Deputado diz que adoção por casais gays traz desestrutura familiar - Jornal O Globo](#) editada em 05/04/2021

Assim, as políticas públicas de gênero, ou aquelas baseadas na titularidade feminina como é o caso da política pública habitacional do MCMV, visam em última instância, perpetuar o controle sobre o corpo feminino, seja no esquadramento do espaço, seja no estabelecimento de normas pessoais e coletivas de conduta. Essa seria então mais uma tentativa de adequar aos interesses capitalistas, a fertilidade e a sexualidade, produzindo sujeitos funcionais ao sistema (REPO, 2015). O controle sobre a vida, fazendo com que suas funções biológicas como o sexo e a reprodução possam ser controladas correspondem à política da vida que Foucault chama de biopoder:

(...) pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política. É que ele se encontra na articulação entre dois eixos ao longo dos quais se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado faz parte das disciplinas do corpo: adestramento, intensificação e distribuição das forças, ajustamento e economia das energias. Do outro, o sexo pertence à regulação das populações, por todos os efeitos globais que induz. Insere-se, simultaneamente, nos dois registros; dá lugar a vigilâncias infinitesimais, a controles constantes, a ordenações espaciais de extrema meticulosidade, a exames médicos ou psicológicos infinitos, a todos um micropoder sobre o corpo; mas também dá margem a medidas maciças, a estimativas estatísticas, a intervenções que visam a todo o corpo social ou a grupos tomados globalmente. (FOUCAULT, 2019, p. 158)

Embora não trate diretamente sobre as questões de gênero, tanto para as teóricas feministas como para Foucault, o corpo é central para a constituição da subjetividade e para o entendimento das normas de controle sociais e culturais, assim como para as práticas de resistência a essas práticas normativas (McLAREN, 2016).

Há certa tensão em sua obra entre um corpo como um efeito de poder e o corpo como fonte de resistência, o que algumas pessoas alegaram como paradoxal. Entretanto, ele oferece uma variedade de formas de pensar sobre o corpo: como material, com uma história, interpretado através de discursos, cuja interioridade é produzida através de discursos e poder, com a habilidade de automonitorar e autorregular e como capaz de resistência através da produção de contradiscursos. (McLAREN, 2016, p. 151)

McLaren afirma ainda que para o feminismo atual, o foco está no sujeito corporificado e “cravado” em seu contexto social. O planejamento e as políticas públicas urbanas, como a habitacional, ou invisibilizam as mulheres adotando universalizações estatísticas, ou se apoiam em sua função reprodutiva, se isentando dos serviços de apoio a este trabalho, em ambos os casos, favorecendo o sujeito homem-branco-produtivo. Essa forma de atuação desconsidera não só as questões de gênero e o contexto social em que se encontram, como as necessidades e demandas daqueles que dessas mulheres dependem.

O foco na racionalidade e na universalidade subtrai, de todas as outras características sobre o eu, particularmente, sua base material e corporificada. Não apenas o corpo é ignorado nessa visão, mas as relações sociais são adotadas como voluntárias e frequentadas por adultos totalmente desenvolvidos. Como muitas feministas apontaram, isto ignora o fato de que as pessoas não brotam como cogumelos de terra, mas nascem em famílias e são completamente dependentes delas para nutrição física e emocional e apoio que permitirá que cresçam para a vida adulta. (McLAREN, 2016, p. 103)

Na medida em que os corpos femininos são constituídos pela ação de forças conflitantes e de diferentes dominações e resistências, o efeito dessas diferenças pode ser considerado em demandas desiguais. Nem todas as mulheres são afetadas da mesma forma pelas políticas de controle da vida. No que tange as políticas de saúde pública por exemplo, nem todas as mulheres estão sujeitas ao mesmo tipo de controle sobre sua capacidade reprodutiva. Segundo dados publicados pela Agência Brasil⁵⁷, as mulheres negras e pobres, em relação às mulheres brancas na mesma situação, tem seu acesso aos direitos reprodutivos e sexuais dificultado pelas questões raciais, estando mais sujeitas à mortalidade materna e à violência obstétrica – 54,1% das mortes maternas no Brasil são de mulheres negras jovens. As políticas públicas habitacionais também correspondem a essa realidade, segundo dados do IPEA, 86% dos beneficiários do programa MCMV são mulheres e 65% são autodeclarados negros ou pardos.

Esse é um indício de que tanto o empobrecimento, como o déficit habitacional, atingem de formas diferentes homens e mulheres, brancos e pessoas racializadas, além de corporeidades dissidentes. Da mesma forma, as mulheres são atingidas por essas políticas de formas diferentes, segundo marcadores de classe social e etnia, além da localização geoespacial. Nessa perspectiva, as mulheres que moram nas periferias urbanas estão sujeitas a determinados tipos de controle e constrangimentos específicos. O seu acesso ao centro geográfico e hegemônico não é o mesmo que para uma mulher moradora de suas proximidades, configurando assim processos de segregação urbana às mulheres que não

⁵⁷ Dados disponíveis em [Maioria de mortes maternas no país ocorre entre mulheres negras jovens | Agência Brasil \(ebc.com.br\)](https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021/04/maioria-de-mortes-maternas-no-pais-ocorre-entre-mulheres-negras-jovens), acesso em 01 de abril de 2021.

conseguem acessar aos bens e serviços públicos, ao mercado de trabalho e aos espaços considerados mais significativos para a cidade, seja por suas características econômicas ou por sua importância cultural e simbólica.

Na perspectiva de quem está no centro, a periferia é constituída como “o outro”, aquele que é passível de interpretação desde as práticas sociais e culturais do grupo hegemônico. Buscar conceitos e categorias que surjam a partir deste lugar, que foi construído como “o outro lugar” e de seus habitantes seria uma tentativa de descolonizar os conhecimentos produzidos desde a periferia geográfica, subvertendo a ordem normativa da produção de ciência. Essa seria uma tentativa de decolonizar estes discursos, assumindo o lugar de enunciação (HARAWAY, 2009; CURIEL, 2020) de forma crítica, legitimando a participação de saberes não hegemônicos ou saberes dominados (FOUCAULT, 2019a) na construção do urbanismo decolonizado e territorializado.

A espacialização da política pública habitacional confere ao território a retícula da norma. É a territorialização do plano, do projeto definido normativamente, num processo vertical de decisões, buscando organizar não só o espaço urbano, mas a vida das pessoas que ali habitam, suas práticas e em última instância, o local onde devem pertencer/frequentar. É um processo de esquadramento da vida cotidiana a partir das práticas sociais (pré)definidas pelo Estado, numa tentativa de controle dos corpos, especialmente daqueles considerados “indesejáveis” no centro da cidade, numa concepção baseada em práticas higienistas que coloca aqueles que não possuem acesso financeiro ao espaço como passíveis de afastamento para áreas de menor valor em termos de especulação imobiliária (MARICATO, 2000; VILLAÇA, 2001; ROLNIK, 2015).

No contexto da urbanização enquanto mecanismo de controle, Mbembe (2018) traz a forma como a cidade se organizava no *apartheid* africano, onde o controle colonial era uma demarcação do controle físico. Os distritos, segundo o autor, eram lugares de opressão e pobreza, uma entidade sociopolítica planejada para o controle dos negros no espaço urbano. A espacialização da ocupação colonial transformou o espaço urbano em compartimentos, regulados pela força, se tornou a cidade da fome, uma “cidade ajoelhada”, como afirma também Fanon (1968). Para os autores, esse controle envolve uma expropriação de recursos, como terra e água, o que pode ser lido na forma como se urbanizam as periferias empobrecidas das cidades, sujeitas ao controle social e à regulação da infraestrutura pelo Estado. A expropriação e a violência simbólica são meios de manter corpos e territórios sob controle (GAGO, 2020). O extrativismo capitalista que opera essa expropriação, para a autora, se dá também pelos dispositivos de endividamento popular, capazes de oferecer

“inclusão social”, consumo e endividamento a setores marginalizados e excluídos (MBEMBE, 2018; GAGO, 2020).

A política habitacional, neste sentido, pode ser considerada como uma materialização da biopolítica (FOUCAULT, 2013; MBEMBE, 2018) através do controle do local de moradia e da mobilidade urbana das classes mais baixas. A biopolítica neste caso se manifesta como o controle da população através do local do morar, determinando dessa forma, com a justificativa de organização do espaço urbano e da sociedade, os locais de moradia dos diferentes grupos sociais e conseqüentemente os acessos à cidade e à cidadania de cada um desses grupos. A política pública habitacional atua dessa forma, como um dispositivo de controle dos processos da vida. Nesse contexto, o corpo feminino, que é lido como o não pertencente ao espaço público por ser interpretado como inerente ao espaço doméstico/privado, é duplamente marcado e controlado, pelo constructo social do gênero e pela condição de segregado, sujeito ao esquadramento da política pública habitacional.

Em vista disso, a exclusão das mulheres de determinados espaços se mostra ‘natural’, ordinária, lugar comum, já que esse significado cultural dos corpos legitima as relações de poder generificadas, ou seja, permeadas pelas questões de gênero. A ausência das mulheres em espaços de representação política, em espaços profissionais tidos como masculinos, ou ainda em espaços públicos de lazer, como praças e áreas esportivas, é exemplo de como se naturalizam as ‘presenças e ausências’. (TAVARES, 2015, p. 78).

No que diz respeito às mulheres de baixa renda, que supostamente deveriam obedecer não só à dinâmica dos papéis de gênero socialmente impostos, mas também à lógica de controle dos corpos imposta pela norma que obedece ao capital, o controle se dá também através de políticas públicas sociais que se impõem sobre a sua capacidade reprodutiva e sua forma de manutenção do próprio corpo e dos filhos, além do seu local de moradia. O poder de determinar através de controle do Estado o que é feito da vida dos habitantes da cidade em termos de população é a tradução na vida urbana do que Foucault (2013) chama de biopoder: um poder que teria a tarefa de, através de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos – distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade, qualificando, medindo, avaliando e hierarquizando a vida humana, operando através da norma.

O homem ocidental aprende, pouco a pouco, o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que podem se modificar, e um espaço em que se pode repeti-las em ótimo modo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder. (FOUCAULT, 2013, p. 154)

Porém, o biopoder não é exercido de forma pacífica, e embora o Estado e a sociedade como um todo se ocupem da determinação de normas de conduta, na tentativa de controlar os movimentos de vida, a vida humana em sua complexidade escapa continuamente a esse controle, seja através de reações, seja através de transformações (FOUCAULT, 2013),

(...) a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O “direito” à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o “direito” acima de todas as opressões ou “alienações”, de encontrar o que se é e de tudo que se pode ser, esse “direito” tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder que, por sua vez, também não fazem parte do direito tradicional da soberania. (FOUCAULT, 2013, p. 157)

O poder não seria então unicamente repressor e impositivo, mas sim relacional, constantemente produzido no meio de e entre pessoas, podendo vir “de baixo”, e não somente “de cima” (MCLAREN, 2016). Então, pode-se afirmar que as relações vivenciadas pelas mulheres a partir de seu local de habitação na periferia não só é esquadrihada pelo Estado a partir da norma que reprime e controla seus corpos, mas é permeada por relações de poder entre si e os outros indivíduos e instituições com quem interagem. Segundo McLaren (2016), Foucault entende que a resistência envolve mudanças nas relações de poder, podendo ser individual ou coletiva e é possível mesmo em situações de dominação.

Embora os conceitos de biopoder e biopolítica não se detenham especificamente sobre as questões de gênero, o controle social sobre corpos femininos como população não deixa de ser passível de análise por meio de suas interpretações. Na medida em que a capacidade reprodutiva feminina é alvo de controle pelo Estado, determinando indiretamente pelas políticas públicas populacionais quem é incentivado a se reproduzir, a forma de maternar e educar as crianças, quem terá acesso ao ensino e de que tipo e finalmente, quem estará mais exposto ao risco de morte, pode-se afirmar que as mulheres, enquanto grupo demográfico estão sujeitas ao que Foucault conceitua como biopolítica, ou a forma como o Estado regula e otimiza o trabalho reprodutivo (REPO, 2014). Como afirma Federici (2019), mesmo os serviços de apoio oferecidos pelo Estado, da forma como estão postos, funcionam como uma forma de ampliação desse controle sobre a vida das mulheres.

No que diz respeito ao espaço urbano, as resistências, as apropriações e as dinâmicas espaciais do corpo configuram um espaço que se dá apesar da norma e que abriga as necessidades da vida que não são atendidas/alcançadas pela ação do Estado. A retícula espacial traçada a partir do plano urbanístico tenta determinar deslocamentos e confinar o funcionamento da vida. A dinâmica espacial cotidiana, especialmente das mulheres, ocupadas

com a reprodução da vida, configura um traçado orgânico e uma transformação em forma de apropriação do espaço e do tempo de maneira a responder às necessidades da vida,

A produção social do espaço permite desvendar o sentido do termo “apropriação” a partir do habitar enquanto prática sócio-espacial-temporal que ganha objetividade nos atos e nas ações da vida cotidiana – lugar onde se estabelece o vínculo com os outros indivíduos. A esfera do cotidiano sublinha, portanto, entrecruzamentos de escalas espaciais e temporais: a) o que se passa no âmbito do processo de trabalho e fora dele; b) na produção de relações mais amplas ligando-se às relações que ocorrem no e a partir do lugar de morar; c) nas atividades de trabalho e de lazer; d) na esfera da vida privada. (CARLOS, 2017, p. 40)

Quanto à reprodução da norma pelo Estado, o programa habitacional MCMV surge como mais um mecanismo de controle dos corpos, especialmente o feminino, já que 86% das titularidades do programa⁵⁸, especialmente na faixa 1, está nas mãos das mulheres. Inserido na lógica de mercado e obedecendo à dinâmica da especulação imobiliária, o programa MCMV abre espaço em sua implementação para que as decisões quanto ao local de construção e à tipologia adotada sejam tomadas pelas construtoras. Dessa forma, são implementados em terrenos mais baratos e com tipologias arquitetônicas que permitam o máximo lucro no menor espaço possível (ROLNIK, 2015), atendendo aos moldes da especulação imobiliária. Cabe citar aqui o exemplo do residencial Santo Antônio⁵⁹, também na periferia sul da cidade. O terreno onde foi implementado foi negociado diretamente pela construtora. Além de estar junto à periferia sul, notadamente carente de bens e serviços públicos adequados e local dos pobres na cidade de Santa Cruz do Sul (SILVEIRA, 2003; HOFF, 2018), a construção se localiza em uma área de problemas sociais agravados pela presença do tráfico de drogas. A tipologia mais lucrativa para a construtora foi a de edifícios em altura (decisão que considera a pequena dimensão do terreno), cercados por altos muros, configurando o espaço comum como privativo, de onde o poder público se isenta de maiores intervenções (HOFF, 2018).

Considerando o direito à habitação digna como um dos direitos fundamentais presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e garantido pela Constituição Federal de 1988 (Emenda Constitucional nº 26/00, em seu artigo 6º, *caput*⁶⁰) a todos os cidadãos brasileiros, cabe aqui a reflexão sobre o conceito do *habitar* e do *direito à cidade* como pano de fundo para a investigação sobre como se dá a relação das mulheres segregadas com esses mesmos conceitos. Partindo de uma leitura inicial sobre a

⁵⁸ Dados da IPEA em

http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3027:catid=28&Itemid=23

⁵⁹ O residencial Santo Antônio é um conjunto habitacional também financiado pelo Minha Casa Minha Vida na periferia sul da cidade de Santa Cruz do Sul. Foi nesse lugar, um residencial de tipologia verticalizada (prédios de apartamentos) que realizei minha pesquisa de mestrado em Desenvolvimento Regional, concluída em 2018.

⁶⁰ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” Grifo da autora.

problematização em cima da temática do *direito à cidade* proposta pelo filósofo Henri Lefebvre (2016/1969), abre-se o caminho para a reflexão sobre como ele se relaciona com a segregação urbana feminina. Tomo aqui a concepção de que o direito à cidade é uma ideia em constante construção, mas, ainda assim, de fundamental importância para a efetivação da democracia, criando mecanismos capazes de impor limites à propriedade privada através de regulamentação de acesso à cidade, trazendo à tona as contradições presentes na sociedade capitalista (CARLOS, 2017). Para Carlos (2017), a perspectiva de Lefebvre encerra em si a prática e a teoria de forma indissociável. A partir dessa leitura, pode-se interpretar que a efetivação do direito à cidade envolve a dialética entre a dinâmica territorial das microescalas do desenvolvimento urbano e realidade do planejamento e da teoria urbanística:

As lutas pelo “direito à cidade”, que ganham lugar na metrópole, se realizam como direito à vida urbana, revalorizando assim o sentido da produção do espaço urbano como criação do homem e colocando fim às cisões e alienações vividas; e, logo, como crítica radical do cotidiano. Aqui também se constrói o conceito de projeto (aquele do possível-impossível) como elemento capaz de ordenar estratégias, permitindo pensar o conjunto de possibilidades posto diante da sociedade⁶¹. (CARLOS, 2017, p. 56)

Assim, para Lefebvre o direito à cidade seria “a subversão do instituído pela produção de um outro espaço e a possibilidade de construção de uma outra sociedade” (CARLOS, 2017, p. 57). Para o autor, o direito à cidade englobaria em si o direito à diferença, ou o olhar além da homogeneidade, o que vem ao encontro da produção não normativa da cidade e da perspectiva de gênero para os estudos urbanos. Uma das dinâmicas de apropriação espacial se dá pelas formas de apropriação do espaço público, se daria no acesso e utilização dos espaços de sociabilidade, recreação, lazer e formação de identidade. Para Ramirez e Narciso (2017), a análise dos espaços públicos e suas especificidades permite interpretar em diferentes escalas os diversos significados que adquirem eles para os habitantes das cidades, entendendo as percepções a respeito dos mesmos:

O tema tem ainda maior relevância quando é associado às formas diferenciadas de uso e apropriação, à qualidade física e relacional do entorno construído, às práticas sociais que neles se desenvolvem, às formas organizativas dos agentes que os usam e transformam e à oferta cultural que aí se promove. (RAMIREZ; NARCISO, 2017, p. 136)

Embora os princípios gerais de construção dos espaços de socialização a partir da modernidade sejam de função social e cidadania, os resultados de seu uso acabam sendo distintos daqueles que lhes deram origem. Os espaços urbanos como praças e parques têm sido construídos para o uso das classes hegemônicas, o que pode ser comprovado em Santa

⁶¹ Embora a autora fale especificamente da realidade das metrópoles, entende-se que as ideias apresentadas no texto se aplicam também às realidades das cidades médias, como no caso de Santa Cruz do Sul.

Cruz do Sul pela sua escassez na periferia sul da cidade e a consequente dificuldade de acesso dos moradores dessa periferia ao centro da cidade (HOFF, 2018). Da mesma forma, dentro do conjunto habitacional Viver Bem, os espaços planejados para socialização são igualmente inexistentes e os espaços públicos se resumem aos espaços das ruas e os vazios urbanos.

Diante das reflexões teóricas e observações empíricas vivenciadas a respeito do acesso à cidade pelas mulheres e considerando a realidade observada na periferia urbana, emergiram reflexões sobre as relações entre direito à cidade, biopolítica, os corpos femininos, suas resistências e suas relações com os lugares que habitam. Foi objeto dessa investigação a forma como minhas interlocutoras se apropriaram dos espaços urbanos nas diferentes escalas: do corpo, da casa, da vizinhança, do bairro, da cidade, do território. Dentro de suas realidades, elas traçaram trajetórias específicas desde a periferia e esses trajetos fizeram parte da construção de suas identidades como cidadãs. A relação dessas mulheres com o território em que habitam e com o centro levou a pistas de como se dá seus processos de apropriação urbana e de (re)significação da cidade a partir dos seus cotidianos na periferia. O tensionamento entre a norma territorializada através das políticas públicas habitacionais, a apropriação urbana por parte das mulheres que habitam a periferia empobrecida e a consolidação do direito à cidade pelas moradoras do Viver Bem foi um dos sentidos que sulearam⁶² essa pesquisa.

3.6 A casa como condição para a vida cotidiana das mulheres

“A gente nunca abre mão da nossa casa, por homem nenhum”. (DIDA, Meu caderno de campo, outubro de 2021).

“Na minha casa eu posso acordar em paz, sem homem me controlando e sem violência”. (ROSA, Meu caderno de campo, outubro de 2021).

“Eu conquistei tudo que tem aqui. Eu conquistei a minha casa”. (DIDA, Meu caderno de campo, fevereiro de 2022).

No Brasil, o direito de acesso às políticas públicas habitacionais voltadas para as camadas mais empobrecidas da população, especialmente o MCMV – faixa 1 e o Entidades,

⁶² O termo “suleia” foi utilizado neste trabalho em substituição do termo “norteia” como indicação de direção, lugar onde se pretende chegar. Assim, parte-se da concepção de que a ciência não deve ser produzida a partir de um olhar único e hegemônico, quase sempre externo ao território em que ela se insere, e sim, que ela pode ser produzida a partir destes territórios. Ao adotar-se uma epistemologia feminista, adota-se também a perspectiva de que é preciso dar voz aos saberes “outros” muitas vezes suprimidos pelas epistemologias dominantes. Como afirma Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da Esperança* (1992), pressupõe-se nesta pesquisa que todo o conhecimento válido parte de um contexto próprio, reafirmando um lugar de fala e existência, buscando descolonizar os diferentes saberes. Assim, questiona-se com o uso do termo “suleia”, a neutralidade científica e sua correspondência com a produção eurocêntrica ou nortista de conhecimento.

têm como condicionantes o escrutínio e o controle da vida privada através dos cadastros sociais junto ao poder municipal. Da mesma forma, a própria política, através de suas normas, busca imprimir limites sobre essas vidas, na medida em que determina os lugares, tipos e condições de habitação. Esse mecanismo é perpetuado espacial e temporalmente ao definir as formas de uso das casas, coibindo reformas, ampliações e usos não residenciais, retirando a autonomia sobre o espaço de habitação. As consequências recaem, mais uma vez, sobre as mulheres e suas formas de sobrevivência cotidianas, na medida em que reforça a setorização do espaço urbano e a dicotomia entre público e privado, desconsiderando a forma como os trabalhos produtivo e reprodutivo estão imbricados no espaço vivido. Esses poderes disciplinares e regulatórios (FOUCAULT, 2019) agem sobre os corpos numa tentativa de colonização e compartimentação do espaço (MBEMBE, 2020), desconsiderando a pluralidade que se apresenta dia-a-dia. Esses processos podem provocar efeitos de marginalização e exclusão, na medida em que atua para a neutralização dos sujeitos.

Esses processos podem interferir na subjetividade das mulheres, uma vez que as mesmas políticas as (re)colocam sob os efeitos da divisão sexual do trabalho e das construções sociais sobre as suas condições de gênero, raça e sexualidades. Se o espaço da casa, de forma normativa, deveria permanecer neutro, as necessidades corporificadas e generificadas das mulheres e do trabalho reprodutivo são invisibilizadas. Porém, esse não é um processo pacífico, ao contrário, a busca por uma vida digna provoca a produção de estratégias de sobrevivência e (re)existência, que se materializam na subversão da política pública através da transformação dos espaços da casa de acordo com as necessidades cotidianas. Essas resistências não necessariamente chegam a se tornar confrontamentos coletivos, mas podem resultar na descontinuidade de situações que não lhes são vantajosas (SCOTT, 2011).

Como já foi dito, diante da realidade territorializada, espaços que servem somente à moradia se tornam insuficientes para as demandas impostas pelo trabalho de cuidado. O acesso a casa então, se torna um princípio de um sistema de ações em direção ao direito a uma vida mais digna (PÉREZ, 2019), conquistado diariamente em múltiplas dimensões que são atravessadas pelo direito à moradia. Essas subversões se mostram em um conjunto de táticas que superam os dilemas éticos e acontecem a partir dos momentos em que os indivíduos têm sua subjetividade tensionada pela falta de condições de dignidade (PÉREZ, 2019), levando a ações de contraconduta (FOUCAULT, 2008; IONTA, 2017) frente às normas pré-estabelecidas e a dispositivos de governamentalidade que consideram insuportáveis. Essas subversões estão ligadas a lutas imediatas e banais, que produzem rupturas nas violências

materiais e simbólicas impressas pela norma, abrindo espaço para que a configuração de forças presentes nos territórios afetados pela política pública seja modificada. São transgressões que se encontram nas margens porosas entre o legal e o ilegal, e fazem usos dos repertórios e oportunidades presentes dos dois lados (TELLES, 2013): de um lado a obtenção de moradia pela submissão a política pública, do outro, a transformação dos espaços para o suprimento das necessidades de sobrevivência, apesar da mesma política.

Os enfoques tradicionais sobre as formas de habitar se concentram na dimensão físico-temporal do espaço da casa (ITURRA, 2014), esses limites se mostram fluidos e complexos. Na medida em que o habitar é visto como um processo, pode-se assumir que os habitantes intervêm direta e progressivamente empregando novas formas de organização territoriais, políticas, culturais e econômicas (JIRÓN, 2017):

Este hábitat va mutando de forma constante debido principalmente a su carácter dinámico y fluido, así como las características propias de la experiencia de habitar del ser humano, el cual casi siempre es móvil. (JIRÓN, 2017, p. 272).

A experiência do habitar, considerando as formas de mobilidade, se dá a partir de certos movimentos, que podem ser curtos, longos, rápidos ou duradouros, sozinhos ou acompanhados (JIRÓN, 2017). Iturra (2014) argumenta que esses movimentos acontecem a partir da escala do corpo, mas não de forma linear, e sim de forma intrincada, indo desde a escala íntima até a escala urbana. A experiência das mulheres é essencial para entender as formas de habitar a partir da política pública, uma vez que não pode ser desvinculada de suas realidades materiais e corporificadas. Nesta tese, a análise do lugar de moradia está imbricada também com as (i)mobilidades e as experiências urbanas fluidas, multiescalares e híbridas, que processos que vão muito além dos deslocamentos para trabalho, família ou lazer. Ainda assim, a casa configura um importante elemento para o cotidiano das mulheres, muitas vezes transformando suas relações espaço-temporais e afetando diretamente suas condições de mobilidade. Nessa dialética, o espaço da domesticidade se mostra múltiplo, conectado com as dinâmicas familiares, o trabalho de cuidado, o sustento da família e os deslocamentos envolvidos nesses processos.

As conexões entre formas de trabalho e formas de se manter a casa, fortemente permeadas pelas dinâmicas das relações familiares e de vicinalidade, demonstram a multiplicidade de aspectos que compõem a contínua atividade de se fazer a vida. Ganhar a vida e manter a casa não são processos apartados um do outro, pelo contrário estão intrinsecamente conectados na vida cotidiana. (PETTI, 2020, p. 148).

O lugar de habitação por sua vez, pode ser definidor da construção individual e coletiva do que é a cidade, desde o lugar de onde se estabelece a relação cotidiana com os outros indivíduos e com o espaço-tempo em que se desenrola a vida na banalidade do dia a

dia. Dessa forma, se torna fundamental no contexto das políticas públicas habitacionais a compreensão das dimensões do trabalho de cuidado e da complexidade com que as mulheres se inserem no espaço urbano. Para isso, é necessário que se leve em consideração suas formas de (i)mobilidades, suas interdependências, e suas práticas espaciais para que se traduzam em avanços de forma que o acesso a casa traga efetiva autonomia para as mulheres.

Assim, enquanto a memória se apoia nas virtualidades realizadas, a utopia reúne desejos que se vislumbram no horizonte da construção do humano. Assim, a produção social do espaço permite desvendar o sentido do termo “apropriação” a partir do habitar enquanto prática sócio-espço-temporal que ganha objetividade nos atos e ações da vida cotidiana – lugar onde se estabelece o vínculo com os outros indivíduos. (CARLOS, 2017, p. 40)

O acesso (ou a falta dele) aos bens e serviços públicos, a possibilidade ou não de deslocar-se e alcançar determinados lugares, o sentimento ou não de pertença ou até a possibilidade de frequentar ou não determinados espaços a partir das possibilidades de (i)mobilidades desde a casa e o lugar de habitação, podem configurar a maneira com que essas mulheres se percebem como cidadãs, o que desejam para si e para os outros, o que acreditam que podem alcançar e até a maneira como se apropriam da cidade em si.

4.

TECENDO CIDADES DENTRO DA CIDADE

4. TECENDO CIDADES DENTRO DA CIDADE

Vivências urbanas que denotam formas de (re)existir, (sobre)viver e subverter a lógica hegemônica das cidades. Assim se tramam as cidades vividas por Dida, Kimberly, Luciana, Maria, Marcellí, Rosa, Cris, Sandra, dona Fabrícia e Bela⁶³, entre tantas outras com quem convivi semanalmente no residencial Viver Bem, de agosto de 2021 ao final de julho e 2022. Neste quase um ano de convivência conheci algumas das cidades dentro da cidade (FORTUNA e PROENÇA, 2009), compostas pela costura ponto a ponto de realidades cotidianas construídas na corporeidade de ser mulher diante da disparidade de direitos, das formas de segregação, das (i)mobilidades, e dos constrangimentos espacializados pelas políticas públicas urbanas, mas também na construção de redes de ajuda e solidariedade, de vicinalidades (PINA-CABRAL, 2014) e de apropriações que constituem seus modos de fazer uma cidade que responda à suas realidades. Essas tramas estão entrelaçadas com a própria trajetória destas mulheres, num emaranhado de temporalidades urbanas corporificadas (TELLES, 2006) e permeadas por uma realidade em comum: o habitar um território periférico e atravessado pela política pública habitacional. Investigar o seu cotidiano passa pela compreensão do que pode configurar sociabilidades rebeldes, dispostas a fazer o necessário em busca de uma vida digna para si e seus filhos. São essas ações cotidianas e espontâneas que permitem escapar das normas que condicionam o coletivo: pequenas subversões que se infiltram através de brechas e fraturas “deixadas sem tratamento” na instalação da sociedade capitalista (RIBEIRO, 2010, p. 28):

Conquista e superação, vivenciadas no cotidiano e em espaços adversos, que criam instáveis territorialidades, onde deveriam imperar, unicamente, os resultados de políticas urbanas excludentes e a materialidade que destila evidentes intuítos de apartação social. As ações envolvidas nesses processos dispensam retórica e grandes narrativas, por dependerem de rápidas inversões de sentido das interações sociais, do desarranjo de regras e de desvios inesperados das rotinas urbanas. (RIBEIRO, 2010, p. 28).

Nesta pesquisa expressei minha busca por uma produção de conhecimentos com as margens e desde as margens, numa construção de saberes conjunta, por meio da interlocução e da partilha de vivências (CORDEIRO *et al.* 2021). Essa forma de ação exige a valorização do instante vivido, dos códigos grupais e das linguagens corporais, que são os fios que confeccionam esse novo tecido urbano (RIBEIRO, 2010). Me propus a observar e entender melhor essas ações que acontecem na microescala cotidiana das margens, onde estão

⁶³ Todos os nomes das mulheres que contribuíram para o meu trabalho, seja contando suas trajetórias, seja numa conversa rápida ou mesmo deixando que eu acompanhasse seu cotidiano, foram trocados para que sua segurança e privacidade fossem preservadas.

presentes, tanto a opressão quanto as resistências, e de onde falam sujeitos agentes das próprias histórias (hooks, 2019; KILOMBA, 2019). Essa é a costura de realidades feridas e (re)construídas a partir de fios delicados e fortes produzidos pela luta de mulheres, que eu busquei compreender ao ouvir suas narrativas e acompanhar, ainda que brevemente, suas trajetórias. Como que desfiando fios de um tecido antigo para tecer um novo, busquei a leitura sensível da cidade vivida pelas mulheres que, embrenhadas nos seus próprios modos de fazer-cidade, realizam as ações e transformações possíveis. Parafraseando Ribeiro (2010), nessa pesquisa atentei para o que aparentemente é insignificante, mas que adquire a grandeza geral atribuída ao macro, por desafiar os determinantes da dominação que reproduzem as desigualdades sociais: são “agenciamentos e metamorfoses” que implicam na elaboração de “uma gramática da existência”, isto é, “de uma tecnicidade que enfrente engenhos da ação dominante” (p. 31).

As histórias contadas pelas mulheres falam de posições marginais que trazem dor, perdas e decepção, mas também falam de (re)existir e transformar para (sobre)viver e criar seus filhos. São testemunhos de pessoas que, ainda que sejam alvo de políticas públicas, têm suas vivências silenciadas e negligenciadas na elaboração e implementação dessas políticas, resultando em contextos distantes de atender às suas realidades materiais atravessadas pelas questões de gênero, raça, sexualidades, regionalidades, etc. Suas trajetórias, embora se tratem de vivências pessoais, são relatos de uma cidade outra, que espelha realidades que se repetem por todo o território brasileiro, que tem suas periferias esquadrinhadas pela política do programa MCMV. Repetem também a realidade de tantas mulheres que traçam suas trajetórias urbanas em torno da busca por moradia e a partir daí, a luta por melhorias de vida e acesso a direitos. Apresento então nesse capítulo, as falas de Dida, Luciana, Kimberly e Maria⁶⁴, costuradas às minhas indagações e investigações teóricas, minhas vivências no residencial Viver Bem e às falas de outras mulheres com quem tive o privilégio de conviver durante a realização de meu campo empírico.

4.1 Dida⁶⁵

⁶⁴ Durante todo o decorrer do texto os nomes de minhas interlocutoras foram trocados para a preservação de suas identidades, já que seus testemunhos são relatos de experiências pessoais, muitas vezes difíceis e constrangedoras.

⁶⁵ A trajetória de Dida contada aqui não obedece a uma ordem cronológica de eventos, mas sim a ordem da sua narrativa ao longo de aproximadamente um ano de convivência, assim como da minha compreensão dos fatos narrados e minhas anotações em meus cadernos de campo. Estão nesse texto também seus relatos no momento da nossa “conversa sozinhas” como chamou a entrevista não estruturada que eu fiz com ela no final de meu período de campo (em julho de 2022) para essa pesquisa e que durou aproximadamente duas horas.

Aquele carpete... era muito frio, era no inverno. Aí eu coloquei assim, no chão. Logo que a gente foi não tinha cama, só colchão. Depois eu ganhei uma cama. Ah gurias, era frio, frio, frio... Era uma peça só, era uma casa na esquina com várias peça, é grudado uma na outra, não tinha como fazer janela. Só tinha aquela janelinha do banheirinho. Quando chovia era aquele mofo. Era piso bruto. Um dia eu vou mostrar pra vocês onde é. Era muito molhado... Aqui também é muito molhado. Era de tijolo, muito molhado. As parede corria água. Eu perdi tanta coisa, mofou sabe, molhou, tinha um monte de goteira. Ah, meu Deus, o que eu passei... olha... Aí quando nós ganhamos aquela cama, nós ganhamos do vizinho até, ele doou pra mim aquela cama. Nós dormíamos as quatro naquela cama, até hoje as gurias querem dormir comigo, que elas acostumaram. Aí depois eu consegui me mudar pras peça da minha amiga. Até nós virmos pra cá. Quando nós viemos pra cá, metade das minhas coisas foi fora. Foi muito trabalhoso. Eu tinha uma pia e tive que botar fora, tava toda aberta, era de madeira, e tava mofada. Guarda-roupa nós não tinha, era tudo numas caixa. A metade daquelas roupa naquelas caixa tava tudo mofada e molhada. Tive que botar tudo fora. As minha coberta. Olha, aquela frente daquela casa ficou cheia de coisa que eu tive que botar fora. Tudo mofado e molhado... Olha... (DIDA, junho de 2022)

Dida foi uma das primeiras mulheres que encontrei logo que voltei ao residencial, passada a fase mais crítica da pandemia de Covid-19, em meados de 2021. Também foi a mulher com quem mais convivi, já que muitas vezes pude acompanhá-la no seu dia a dia, nas caminhadas pelas ruas, no contato com as vizinhas no trajeto até a creche das crianças e em outras situações cotidianas ou até em outras pouco rotineiras, como os eventos organizados pelo grupo ou na busca de doações no centro da cidade. Foi ao longo dessas atividades que pudemos conversar, muitas vezes sozinhas, e que ela foi aos poucos me narrando sua trajetória até chegar no Viver Bem. Ao final do período que eu dispunha para o campo empírico, convidei Dida para uma última conversa no contexto da pesquisa, onde em uma longa entrevista não estruturada, pude ouvir detalhes de suas vivências que não haviam sido contados até ali. Naturalmente, sua trajetória de vida até a obtenção da casa própria através do MCMV e suas formas de apropriação depois da mudança se tornaram parte importante para essa pesquisa e para a compreensão das diferentes formas de fazer-cidade desempenhadas pelas mulheres nas periferias.

Meu encontro com Dida se proporcionou através da minha primeira conversa com Margarida, coordenadora do projeto de contra-turno das crianças. Seu nome me foi passado como de “uma mulher que movimenta as coisas por ali”. Margarida me passou o telefone de Dida e eu entrei em contato via whatsapp. Marcamos de nos encontrar na casa dela na semana seguinte. Ao chegar ao local combinado, fui recebida por uma mulher parda, franzina e sorridente, que me recebeu no alpendre de sua casa (que viria a ser nosso “QG”⁶⁶) com bolo e refrigerante. Ela estava empolgada com a possibilidade de ter ajuda para formar o grupo que

⁶⁶ “QG” era a forma carinhosa como Dida e as outras mulheres chamavam o espaço de sua casa em que costumávamos nos encontrar.

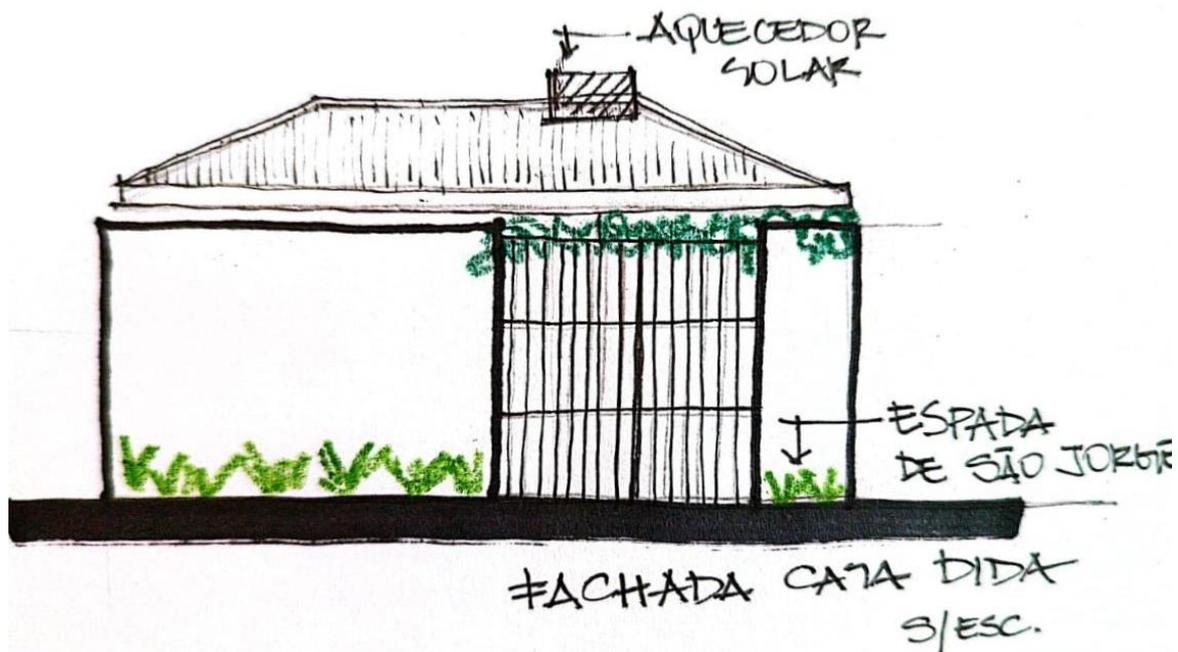
tanto queria: um grupo para ajudar as outras mulheres e reivindicar e promover as tão desejadas mudanças no “bairro”⁶⁷. O nosso “QG” era uma espécie de alpendre que ocupava toda a frente da casa. Era coberto com telhas de fibrocimento e fechada por uma mureta baixa, de onde saíam pilares de canos de PVC. O piso era de cimento bruto. Ali ficavam móveis que ela recebia de doação. Alguns para “passar adiante”, outros que ela acabava ficando para uso próprio. Tinha uma mesa retangular de seis lugares e algumas cadeiras e bancos. Ali também ficava uma estante metálica e uma poltrona onde curiosamente permaneceu sentado por todo o tempo um boneco de pano gigante. Também tinha um roupeiro semi-desmontado e uma geladeira, que mais tarde Kimberly sugeriria transformarmos em uma “gelateca”⁶⁸.

Além do alpendre da frente, havia um aumento lateral, construído da mesma forma, e que ocupava todo o comprimento da casa e toda a largura até o muro. O terreno era todo fechado por um muro alto e na frente da casa havia um portão de grades de ferro. No primeiro inverno depois que começamos a nos reunir ali, Dida e seu companheiro fecharam o alpendre com ripas de PVC e uma estrutura de madeira, devido ao frio intenso e do vento, que são constantes naquela região da cidade. O capricho foi tanto que até criaram uma janelinha corrediça com as ripas e madeira, de forma que nos dias mais quentes, o espaço se mantinha arejado:

⁶⁷ Embora não configure um bairro de acordo com o traçado administrativo da cidade, muitas pessoas referem-se ao conjunto habitacional como “bairro”, acredito eu que num processo de apropriação e territorialização, a partir do habitar (ponto de fixação espacial), quando passam a construir lugares que respondam a sua realização enquanto sujeitos (CARLOS, 2017).

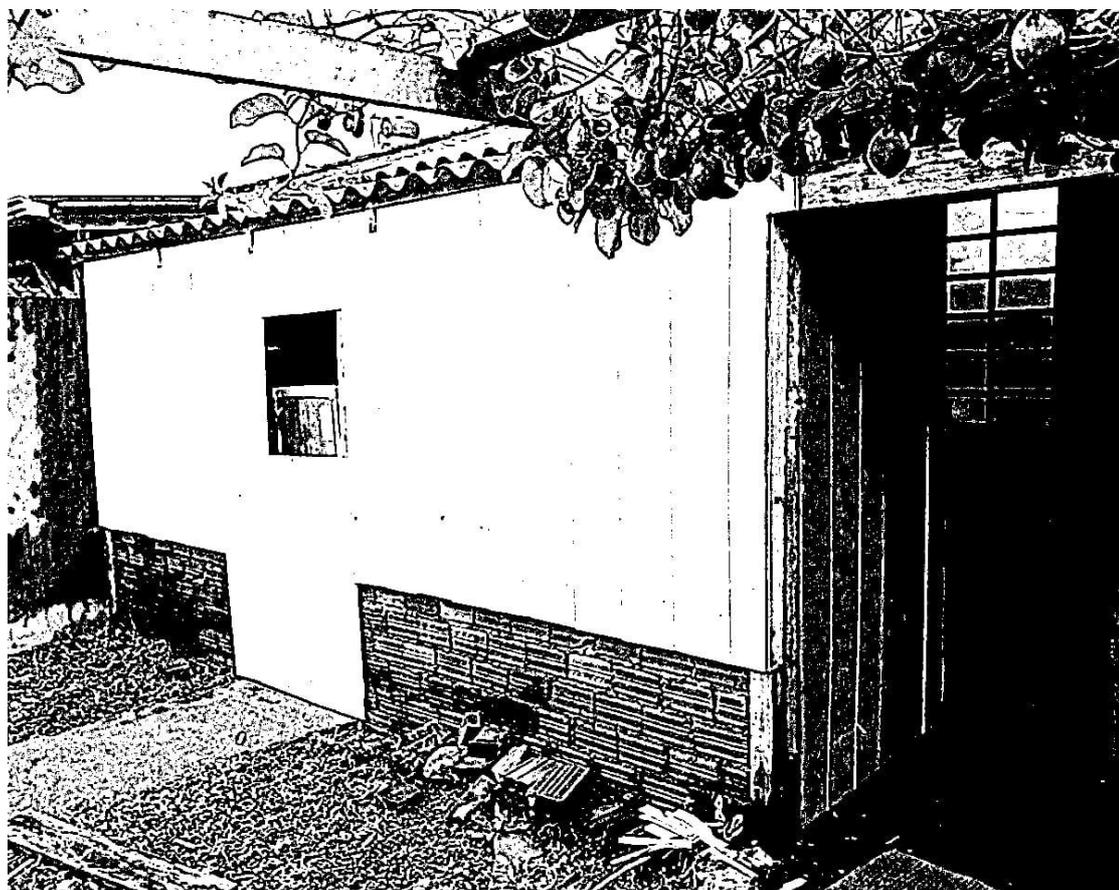
⁶⁸ Geladeira biblioteca com livros para a comunidade acessar de forma gratuita. Apesar de termos conseguido várias doações de livros, enquanto eu frequentei o grupo, não conseguimos colocar em prática o projeto de Gelateca.

Figura 21 - Croqui da fachada da casa da Dida



Fonte: meu caderno de campo, 2022.

Figura 22 - Fechamento do "QG"



Fonte: autoria própria, 2022.

Essa mulher movimentava uma rede de doações de roupas, brinquedos, material escolar, móveis e até comida, que distribuía para outras mulheres empobrecidas da vizinhança. Essa articulação fez com que fosse reconhecida como uma espécie de liderança local, para quem as pessoas recorriam quando precisavam de ajuda. Logo que cheguei ao residencial, ela organizava doações de roupas de criança e materiais para o próximo ano escolar. Havia pilhas e pilhas de roupas, sapatos, brinquedos e outros objetos espalhados pela casa. E assim ficou durante todo o nosso tempo de convivência, algumas vezes mais, outras menos. Chamou a minha atenção desde o primeiro dia uma pequena capela no canto do pátio, que depois fiquei sabendo que era para o culto de seus orixás da umbanda, mas havia sido abandonada por exigência de seu companheiro.

Eu tive outros companheiro. Mas eu precisava que alguém me assumisse e as minhas guria. Teve um que não queria assumir família, e outro que queria que eu deixasse as guria e fosse com ele pra uma chácara. Pra mim não dava. Eu tinha muito medo, eu tenho cinco menina. Mas com meu companheiro deu certo. Ele assumiu, é bom pras guria. Eu tive que mudar, me adaptar, mudar de religião (ela era umbandista e ele testemunha de jeová). Eu era sozinha com as guria, a gente fazia bagunça, fazia churrasco... eu tive que mudar um pouco. Respeitar mais. Ceder um pouco. Mas eu queria alguém que cuidasse de mim. Ele deixou eu estudar. Fazer meus curso (cursos de culinária que ela fazia no CRAS Beatriz). (DIDA, junho de 2022).

Também havia no pátio da frente um canteiro com uma pequena horta de plantas medicinais que ela havia aprendido a usar no centro de umbanda que costumava frequentar. Por várias vezes vi mulheres da vizinhança pedindo chás e até mudas dessas plantas ou mesmo perguntando a ela que planta utilizar para determinado problema de saúde. Além disso, ela sempre falava da intenção de cultivar uma horta de vegetais no pátio dos fundos da casa. A casa era um assunto constante, desde as reformas que gostaria de fazer ou as melhorias na cozinha que almejava ou o constante pedido de desculpas pela bagunça. Já na primeira vez que conversamos Dida falou sobre a alegria que sentiu quando foi sorteada para receber a casa: “*gritei tanto, tanto... nunca tinha gritado daquele jeito!*” ela contava sempre que falávamos sobre esse tema. Mãe de cinco meninas, sua filha mais velha é casada, tem uma filha e mora em outra cidade. Ela vê a neta poucas vezes no ano. A segunda mais velha na época vivia em conflito com a mãe, indo e vindo da casa dos sogros. As outras três, uma “escadinha” onde a mais velha tinha 13 anos e a mais nova 9 anos (na época de nossa convivência), moravam com ela. Vinda da área rural, Dida teve uma infância difícil, assim como muitas mulheres ali. Ainda criança foi abandonada pela família e adotada por parentes. Foi abusada pelo padrasto e quando o casal se separou, foi obrigada a morar com a avó adotiva. Desde que se lembra, trabalhou cuidando da manutenção da casa e do serviço

doméstico. Ela conta de sua infância muito pobre, no interior, sem a infraestrutura básica de abastecimento de água, luz elétrica ou saneamento:

Eu trabalho mesmo quando tô doente. Eu não consigo parar. As gurias precisam de mim. Eu não consigo trabalhar fora. Quando eu era criança eu dormia em colchão de palha, nós era muito pobre. Eu fui adotada e meus pai se separaram e me atiraram na casa da minha vó. A gente não tinha xampu, nem sabonete, nem pasta de dente. A gente se esfregava com sabão grosso e escovava os dente com carvão ou limão. As roupa a gente lavava no rio, mas era tudo limpinho. A gente tomava banho com água do rio que esquentava e botava numa bacia. As criança trabalhava muito. (DIDA, junho de 2022).

Também repetindo a história de muitas, a violência e a pobreza da infância a levaram a casar muito cedo, com o pai de suas filhas. Segundo o que ela conta, ele era um homem abusivo e violento, que bebia e passava períodos fora de casa, sem ela saber onde estava. Uma das primeiras coisas que Dida me contou foi que um dia ele bateu nela e ameaçou as suas filhas. Foi então que ela saiu de casa “só com a roupa do corpo”, levando os documentos e as meninas. Foi abrigada na “casa de passagem”⁶⁹, de onde começou sua trajetória em busca de moradia e uma vida mais digna para si e suas filhas:

Depois que eu saí da casa de passagem eu fui morar numas peça da minha amiga. Do tamanho disso aqui (referindo-se ao alpendre da casa dela, onde estávamos sentadas). A prefeitura me deu rancho. Era uma peça só. A minha amiga me emprestou uma cama, uma geladeira velha, bem antiga. Era tudo da mãe dela. A peça era da mãe dela. Tinha uma pia, aquela geladeira e uma cama. A prefeitura me deu o rancho. E tinha um banheirinho. Tinha um fogão, não lembro se era à lenha ou a gás. Ela me emprestou também. Aí eu morei ali um tempo, depois de sair da casa de passagem. Porque eu não tinha condições de pagar aluguel. Aí eu não pagava nada, só ajudava elas. Eu não podia pagar nada. Eu tinha as criança pequena. Ainda quando eu tava ali, eu tinha registrado uma ocorrência e pedido pensão pra ele (o pai das crianças), mas aí eu fui na conversa dele, ele veio me conversando, me iludiu. Eu morava aqui perto, ali no Santa Vitória, nas peça da minha amiga. Aí sabe pra onde ele me levou?? Lá pro Margarida (indicando com a mão). Ele alugou uma casa pra nós. Mas ele ficou só dois meses comigo, porque o que ele queria é que eu tirasse a ocorrência e não pedisse a pensão. (DIDA, junho de 2022)

Antes disso, durante a gravidez da sua filha mais nova, o casal havia morado em uma obra que pertencia ao “patrão” de seu ex-companheiro, no centro da cidade. Lá, ela me contou que moravam em uma espécie de cômodo aberto, fechado por tapumes de obra. Dormiam

⁶⁹ A chamada Casa de Passagem é um serviço de acolhimento institucional que atende mulheres que estejam em situação de risco de morte ou sob ameaça de violência doméstica e familiar, que sofreram lesões e sofrimento físico, sexual, psicológico ou dano moral. É caracterizada pela oferta de acolhimento imediato e emergencial, com um limite de permanência máxima de 90 dias. A Casa de Passagem abriga mulheres e familiares que precisam sair de seus lares o mais rápido possível. O espaço serve, por exemplo, para abrigar uma vítima pelas 48 horas em que ela pode aguardar por uma medida protetiva de urgência da Justiça. Esse tipo de serviço faz parte do Acolhimento Institucional, que é um dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Fonte: Casa de Passagem para mulheres vítimas de violência será formalizada em setembro | Prefeitura de Porto Alegre (2022).

todos em um colchão no chão, doado por vizinhos. Nessa época, os vizinhos dos prédios “chiques” da volta ajudavam a família com doações de roupas e alimentos. Foi ali que em um Natal, sem nada para comer, ganhou um copo de arroz de uma vizinha e preparou uma “sopa de arroz com água e sal” e deu para as meninas às 18h.

Antes da Maria nascer eu passei um Natal com um copo de arroz que ganhei de uma vizinha. Faz uns 9 anos. Porque ele tava e não tava comigo. Tava sempre correndo rua. Ele sumia. Eu tava morando numa obra na casa dos chefe dele lá perto do Big. Ele vivia só na rua e eu sozinha. Eu morava num alpendre, fechado com tapume. Eu tava grávida da Maria, e sozinha, ele não parava. (DIDA, junho de 2022).

Ela conta que em seguida colocou as filhas na cama para que não sentissem fome, nem percebessem que era Natal, para não “quererem que o Papai Noel trouxesse presente”. Foi morando nesse lugar que Dida deu à luz a sua filha mais jovem. Segundo ela, no dia em que entrou em trabalho de parto, não sabia do paradeiro de seu ex-companheiro, então os vizinhos ficaram com suas filhas pequenas para que ela pudesse pegar um ônibus e ir até o hospital, onde pediu para ficar o mínimo de tempo possível para voltar e cuidar das meninas. Ao voltar para “casa”, depois de uma noite de temporal, encontrou os tapumes caídos e o lugar completamente inundado. Mesmo tendo saído do hospital com a filha há menos de 24 horas, Dida precisou secar o local e recolocar os tapumes para poder trazer suas outras filhas e ficar ali com o bebê recém nascido.

Quando fugiu do ex-marido com as crianças, ela conseguiu trabalho na cooperativa de catadores e recicladores de Santa Cruz do Sul, a COOMCAT. Muitas mulheres que passaram pelo grupo trabalharam lá, por ser um local que permite certa flexibilidade nos horários de trabalho, criando a possibilidade de cuidar dos filhos quando necessário. A usina de reciclagem da cooperativa fica localizada no bairro Dona Carlota, onde hoje está construído o residencial Viver Bem. O bairro Dona Carlota fica ao lado do bairro Santa Vitória, onde ficam os serviços públicos de apoio ao trabalho de cuidado que os moradores, assim como Dida, utilizam ainda hoje, como escolas, creche, posto de saúde, restaurante comunitário e CRAS. Quando voltou a morar com o ex-marido em uma casa no bairro Margarida, distante aproximadamente 7,5 km do bairro Santa Vitória e da usina de reciclagem, enfrentou dificuldades de mobilidade para trabalhar e dar conta do cuidado com as crianças:

Ele me levou pra lá. Lá tinha mais espaço, era grande, mas era na beira do rio, várias vezes alagou. Eu fiquei lá nove meses. Mas eu já tinha colocado as criança na creche aqui (no Santa Vitória), porque quando eu saí da casa de passagem, elas conseguiram as vaga pras crianças aqui. E as guria iam aqui no colégio. Aí eu consegui transferir as guria pro colégio no Margarida. Mas as pequena ficaram na creche aqui. Aí eu consegui trabalho na cooperativa (de catadores de material

reciclável COOMCAT), eu fiquei indo e voltando. Eu pegava dois ônibus, um até o centro, e do centro até ali. Aí eu descia pra cima ali (na praça do Santa Vitória), os motoristas me conhecem até hoje (rindo). Tem uma parada. Eu descia pra cima da praça, corria até a creche, tinha guarda naquela época, um até mora aqui perto, e as gurias ficava na porta. A Cris (uma das mulheres do grupo) é uma, que era professora das gurias. Elas me esperava na porta. Eu largava as gurias berrando na porta, elas vinham me encontrar no portão. Eu largava as gurias e saía correndo pra pegar o mesmo ônibus, que fazia a volta pra ir pro Beckencamp (outro bairro da cidade). Enquanto o ônibus descia era o tempo que eu tinha pra correr de volta pra parada. Fiz isso por nove meses. Chegava atrasada na cooperativa. Eu conversei com eles e expliquei. Eles começavam 7:30h e eu chegava oito e pouquinho. Eu saía do Margarida, pegava o ônibus pro centro, do centro pro Santa Vitória, fazia esse esquema da correria, e vinha até a cooperativa. E na volta tudo de novo. Eu saía de casa umas seis e pouco e chegava umas oito e pouco da noite. Eu saía às cinco da cooperativa, vinha (no Santa Vitória) pegar as gurias, ia até o centro e pegava o ônibus de volta pro Margarida. Nove meses foi assim, aí eu consegui essas peça ali (no Santa Vitória). Aí era mais perto, mas aí me largaram na cooperativa. Porque era final de ano né. Não tinha mais projeto (de contra turno para as crianças maiores). Tinha creche ainda até começo de janeiro. Mas as gurias não tinha projeto e eu não tinha quem cuidava elas. Aí me largaram. E eu fiquei sem serviço. Fiquei desempregada né. Eu tava sozinha, o pai delas só ficou dois meses comigo no Margarida e quando ele saiu me deixou as dívidas todas. Tinha água e luz atrasada e o aluguel por vencer. Eu conversei com eles e expliquei que ia pagar, mas que eu não tinha dinheiro agora. E falei: ó, eu não tenho pra onde ir se vocês me tirarem daqui, pra onde é que eu vou ir? Aí eles achavam que dava e me deixaram lá. Eu paguei tudo direitinho. Até sair eu paguei, por isso tive que ficar lá nove meses. Foi o dono da casa que fez a minha mudança numa Kombi. Aí eu consegui essas peça “do mofo” (referindo-se à primeira casa que havia falado). Depois disso eu fui sorteada aqui (no residencial Viver Bem). Então depois da casa de passagem eu fui morar com a minha amiga de favor, depois no Margarida e depois mais uns dois anos nas peça. (DIDA, junho de 2022)

A realidade enfrentada por Dida espelha a realidade enfrentada pelas mulheres mais pobres em todo o mundo. Constrangidas pela estrutura da divisão sexual do trabalho e morando nas periferias das cidades, encontram dificuldades para movimentar-se pelo espaço urbano, de forma a dar conta do trabalho remunerado e de cuidados, muitas vezes ficando impossibilitadas de exercer o primeiro formalmente. Quando diferentes barreiras se sobrepõem, como a falta de dinheiro, o desemprego, a falta de apoio ao trabalho de cuidado, o afastamento dos centros urbanos melhor providos de bens e serviços públicos, a violência doméstica e de gênero, a mobilidade torna-se um problema muito maior do que a simples falta de transporte público adequado (JIRÓN e MANSILLA, 2013). Para Dida, mesmo morando no bairro Margarida, mais próximo do centro da cidade do que o Santa Vitória ou o próprio Viver Bem, sua mobilidade era condicionada a diversos outros fatores, comprometendo sua experiência espaço-temporal urbana e dificultando seu acesso a oportunidades de trabalho ou melhorias de vida de forma geral. Suas possibilidades materiais e seu vínculo com o lugar de moradia influenciaram grandemente em sua trajetória e em suas condições de acesso a uma vida digna para si e suas filhas (MADARIAGA, 2004a). Seu histórico de vida, marcado pela violência de gênero e a violência doméstica fizeram com que se submetesse à vontade de seu

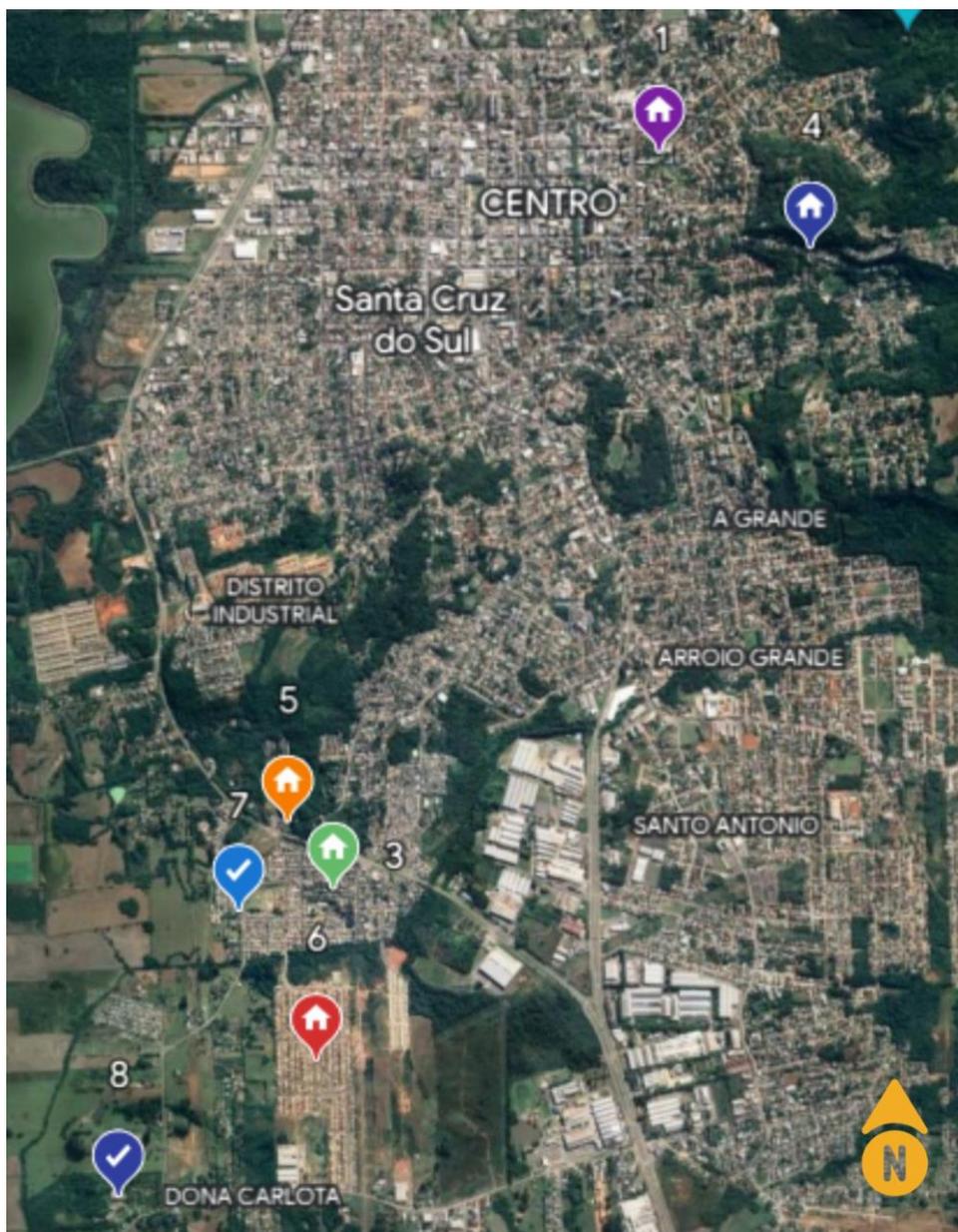
ex-companheiro, voltando à convivência e aceitando se mudar para um lugar distante da rede de apoio que utilizava em nome de uma união marcada pelo abandono e pelo abuso.

Quando eu tinha meu ex-marido, ele me humilhou muito. Quando eu conheci ele, ele não sabia o que era calçado nos pé. Trabalhava de pé descalço, só usava calçado pra trabalhar na cidade. Eu fiquei com melasma na gravidez e ele me dizia que eu era uma bruxa, muito feia. E eu acreditei nisso. Eu pensava, se não for ele, quem vai me querer? Porque eu acreditava que mulher tem que ter certos atributos. Eu fui criada assim. Eu acreditava. (DIDA, junho de 2022).

Como não poderia deixar de ser, o cotidiano de Dida foi fortemente marcado pela ancoragem aos seus lugares de moradia. Enquanto seu ex-companheiro, mesmo durante o tempo em que estavam juntos deslocava-se livremente pela cidade, ela tinha sua mobilidade influenciada inclusive por consequência das construções de gênero que impõem sobre as mulheres o cuidado. Enquanto os homens normalmente desempenham trajetórias pendulares trabalho-casa e casa-trabalho, as mulheres são levadas a desempenharem deslocamentos poligonais pelo espaço urbano para que deem conta da série de demandas que recaem sobre elas (MADARIAGA, 2004). Dida se desloca pela cidade quase sempre acompanhada pelas filhas. A maior parte de seus deslocamentos é para levá-las ou buscá-las da escola ou da creche, acompanhá-las ao posto de saúde e ao CRAS ou ainda para buscar trabalho remunerado ou outras formas de sustentar sua família. As distâncias, a dimensão espaço-temporal e a escassez de recursos, representam barreiras de acessibilidade que configuram uma espessura específica para a cidade, de acordo com as práticas individuais e coletivas de mobilidade urbana cotidiana. Quanto maior a espessura, mais difícil se torna o deslocar-se, e com isso, mais significativa é a exclusão social (JIRÓN e MANSILLA, 2013).

Perante essas dificuldades, torna-se importante a criação de estratégias para enfrentá-las, como a “correria” que Dida fazia para conseguir deixar as filhas na escola, na creche e ainda chegar ao seu local de trabalho remunerado. Essas estratégias também representam meios de (re)existir e (sobre)viver frente às condições de espacialização que se colocam. São formas de resistência locais ocorridas na microescala cotidiana que podem ser revolucionárias, e modificar trajetórias de vida (McLAREN, 2017). Dida e as outras mulheres que conheci e acompanhei desempenham diversas formas micropolíticas de resistência, de acordo com a realidade que se impõe sobre elas ao longo de suas trajetórias de vida. Uma delas, é a busca pela emancipação que acreditam que a casa própria pode trazer para suas vidas. Dida se inscreveu para o programa Minha Casa Minha vida ainda na sua estadia na casa de passagem, logo após fugir com as crianças de seu ex-companheiro. Passados três anos, finalmente ela teria acesso a casa no residencial Viver Bem.

Figura 23 - Recorte mapa Santa Cruz do Sul com trajetória da Dida



trajetória Dida

-  1. casa do “patrão”
-  3. peças da amiga
-  4. casa no Margarida
-  5. peça “do mofo” alugada
-  6. Viver Bem
-  7. creche das meninas
-  8. usina reciclagem COOMCAT

Fonte: autoria própria, agosto, 2023.

Segundo entrevista que realizei com uma das agentes implementadoras durante a minha pesquisa de mestrado, em 2016, quando as casas ficaram prontas, demorou algum tempo até que fossem entregues, devido a problemas estruturais nas construções e à falta da infraestrutura básica necessária para a instalação. Quando as casas foram entregues, os moradores tinham 30 dias para realizar a mudança e Dida imediatamente organizou uma forma de se mudar:

Demorou muito pra entregar depois que eu fui sorteada. Acho que um ano ou mais. Eles tavam de entregar e nunca entregavam. Aí tava pronto e começaram a roubar. Aí o pessoal foi em cima e eles entregaram de qualquer jeito. Faz uns seis anos que a gente tá aqui, acho que foi 2016. Eu lembro bem, foi logo antes do Natal. Eu tive que fazer a minha própria vistoria, tinha umas coisa estragada mas eu vim daquele jeito mesmo. Eu disse: não, eu vou assim mesmo, não fico aqui mais nenhum dia. Aí um “titio” vizinho fez a mudança pra mim numa Combi de novo. A porta do quarto tava estragada e eles trocaram. Fiz faxina nas minhas coisa e vim. Eu só tinha o fogão, a máquina (de lavar), o colchão e as roupa das guria enrolada num lençol. Eu passei o Natal aqui com as guria. (Dida, junho de 2022)

Apesar do acesso a casa, a falta de acesso ao trabalho remunerado não mudou. Ela e suas filhas tinham moradia, mas Dida seguia sustentando a família somente com o Bolsa Família, o que se mostrava insuficiente. A obtenção da moradia através da propriedade privada não necessariamente representou a superação de barreiras financeiras e temporais, como a falta de emprego ou a necessidade de cuidar sozinha das filhas e do serviço doméstico. Isso se dá mesmo com a maior proximidade da casa no Viver Bem com os serviços públicos de apoio ao trabalho de cuidado. Com as contas da moradia anterior acumuladas e a necessidade de arrumar a casa nova, o trabalho na prostituição se apresenta como uma alternativa. Se tornar prostituta era a realidade de muitas mulheres que moravam no Viver Bem e que sustentavam e cuidavam de suas famílias sozinhas. A possibilidade de horários flexíveis permitia que elas continuem a exercer sua função de cuidadoras durante o dia e, no caso de Dida, ainda trouxe dinheiro suficiente para o suprimento de suas necessidades e de sua família pela primeira vez. Trabalhar na prostituição para ela foi uma forma de tomar as rédeas da própria condição e melhorar a vida das suas filhas. Porém, Dida tomou o cuidado de não deixar que as pessoas ao seu redor soubessem do seu trabalho, por medo do estigma que a sociedade coloca sobre as mulheres que exercem esse tipo de trabalho (RAGO, 1985, RAMOS, 2015).

Eu não tava trabalhando quando me mudei pra cá. Aí tinha o Bolsa Família e comecei a fazer faxina. Aí me convidaram pra ir pra “casa das primas”⁷⁰. Eu dei uma desapertada trabalhando lá. A situação não tava fácil. São coisas que a gente não se orgulha de ter que fazer, mas na situação que tu tá, vendo teus filho passando fome... acho que não tem assim... é uma coisa honesta... aí eu pensei: tô

⁷⁰ As mulheres se referem carinhosamente às outras trabalhadoras da prostituição como “primas”, e às casas de prostituição como “casa das primas”.

no inferno, vou abraçar o capeta. Eu não tinha de onde tirar. Tinha dias que eu não tinha... Sabe quando tu não tem onde correr. Eu não tenho pai, mãe ou um irmão pra pedir uma ajuda. Pra me socorrer. A água tava batendo na bunda. As conta... Foi o que me socorreu. Eu devia aluguel ainda pra mulher... Ela foi muito camarada comigo (a dona das peças “do mofo”). Até faxina eu fiz pra ela. Eu devia dois mil pra ela. Ela foi até no meu casamento. Eu disse pra ela: olha, eu não tenho como te pagar, mas eu faço faxina pra ti e tu vai descontando. Mas eu ganhava uns 260 por semana com as faxina. Eu pagava 380 de aluguel com água e luz. Eu e as guria comia na cozinha comunitária, tinha as viandinha que eu trazia, mas mesmo assim, as guria eram pequena... tinha que comprar leite, um pão, uma coisinha pra elas comerem. Graças a meu bom Deus, os vizinho alcançavam pra elas uma bolacha, uma fruta... eu passava todo dia na frente do mercado e eu não tinha. Eu não tinha. Quando aconteceu aquilo ali foi uma tábuca de salvação pra mim. Não é uma coisa que a gente aconselha as pessoa pra fazer, mas algumas mães se obrigam a fazer isso. Graças a Deus eu limpei meu nome, paguei tudo certinho, centavo por centavo, pude comprar comida pras minhas filhas, não faltou mais. Não falei pra ninguém. Ninguém tem nada a ver com isso. As pessoa que falam não te dão um prato de comida, um litro de leite. Muitas mulheres que andam por aqui sustentam a família assim. Eu não condeno. A gente não sabe o dia de amanhã. Não tinha nenhuma mulher que tava ali porque gostava. Todas tavam ali porque precisavam. Todas tinha que sustentar os filho, ou os pais, ou alguém que depende delas. Eu passei de ganhar 260 por semana, pra ganhar uns 3 mil por mês. Eu tinha carne em casa, a geladeira cheia. Tudo que as guria queriam eu tinha. (DIDA, junho de 2022).

A segurança que a garantia de moradia através do MCMV proporcionou e o trabalho remunerado, ainda que informal, finalmente modificaram as condições de vida da família de Dida. Sua narrativa sobre o período de abundância que viveu após a mudança para o Viver Bem me remeteu diretamente à narrativa de Carolina Maria de Jesus em seu segundo livro, “Casa de Alvenaria” (1961). Na obra, Carolina narra o momento em que passou a receber o dinheiro proveniente de seu primeiro livro, “Quarto de Despejo” (1960) e se mudou com seus filhos para uma casa de alvenaria com chuveiro elétrico, quartos e camas para todos. Ali, Carolina recorda da fome que passava, “onde não há o que comer, não pode ter alegria” (JESUS, 1961, p. 23) e então do prazer de poder proporcionar alimentação abundante para suas crianças e de vê-las comendo com vontade:

Preparei o almoço: arroz, feijão, bife milanês e salada. O João gostou da comida e gritou: Viva a Dona Carolina! Sorri. Ele olhou-me por longo tempo e disse-me: por estes dias temos comida e a senhora não precisa chorar. Eles estão alegres porque comeram. (JESUS, 1961, p. 16).

As trajetórias de Carolina e de Dida me falam da situação das mulheres na pobreza e com a responsabilidade do sustento de seus filhos, dos constrangimentos e dificuldades que ainda hoje encontram e, me demonstram que, como em um espelho, ao falar de Dida ou das mulheres do Viver Bem, estou falando também de outras mulheres, encarregadas sozinhas do trabalho de cuidado e do sustento de seus filhos. Indo um pouco além, as falas das duas mulheres me contam também das estratégias de (re)existência e (sobre)vivência para

transformar a própria realidade e de seus dependentes e das práticas urbanas que desempenham para fazer a cidade que as serve, a partir de suas vivências:

Eu deixava comida pras gurias, a geladeira tava sempre cheia, os armários transbordavam. Às vezes eu tinha até que sair da cidade. Mas as gurias ficavam com tudo que precisavam. Eu fiz o muro da minha casa, fiz o aumento... eu nunca ficava com menos de 200, 300 reais em casa. (Dida, junho de 2022).

Mesmo tendo conseguido melhorar as condições de sua família de forma geral, Dida ainda se sentia impelida a desempenhar o papel social esperado das mulheres, de ter um companheiro ao seu lado, cuidando e provendo sua família. Além disso, sentia-se cansada do trabalho na “casa das primas” e almejava uma vida diferente:

Aí eu conheci o meu marido. Trabalhando lá. Eu tava lá, quando vi aquele comprido, bem arrumado. Ele não é um homem feio, ele é bonito. Eu largava tudo e ia ficar com ele. Ele é divertido. Aí eu tava exclusiva dele e aí eu contei pra ele da minha situação e do porque eu tava ali. Ele disse que ia me assumir, eu avisei que era eu e as gurias. Ele disse que queria. Então tamo aí. Ele é muito bom pra mim e pras gurias. Deu tudo certo. As gurias que tão lá, elas querem sair. Elas querem uma situação de segurança, de conforto. A minha amiga é vó, tem três netinho, tem 50 anos. E ela sustenta. Então ela continua lá. Ela trabalha de dia e tá lá de noite. O salário não chega, aí o que tu vai fazer? (DIDA, junho de 2022).

Eu desejo pra todas as gurias que tão lá (na “casa das primas”) que arrumem alguém assim. Eu vi muitas gurias na bebida, nas drogas, pra poder aguentar. Um dia eu tava nova. Eu nunca fiquei bêbada. Elas acabam fazendo coisas que elas nem querem. Eu nunca fiz isso. Algumas das donas das casa dão drogas pras gurias aguentarem e fazerem o que os caras querem. Então eu desejo que todas arrumem alguém como o que eu arrumei. (DIDA, junho de 2022).

Ao parar de trabalhar para casar, Dida mudou completamente sua vida. Sustentada pelo companheiro, ela tem uma condição melhor, não faltam comida e dinheiro para o sustento básico. Porém, é ela que supre todas as outras necessidades de suas filhas com o dinheiro do programa Bolsa Família, pois não acha correto que o marido pague “as coisinhas das gurias”. É ela quem compra roupas, itens de higiene pessoal, material escolar e brinquedos para as meninas. Por isso, nem sempre o dinheiro que ganha com o auxílio é suficiente. Dida sonha em voltar a trabalhar, ter autonomia sobre o próprio dinheiro, mas não tem certeza se o companheiro aceitaria. Também se sente sobrecarregada pelo trabalho de cuidado com as filhas e pelo trabalho doméstico:

Ficar em casa é terrível. As mulheres da cidade ficam doente porque é todo dia a mesma coisa. Todo o dia a mesma ladainha. Tu te estressa. Tu faz, trabalha, mas não aparece. E ainda tem a pressão do marido. É de enlouquecer. (DIDA, junho de 2022).

Enquanto lida com essa realidade, ela se dedica a fazer quase todos os cursos de culinária oferecidos pela prefeitura e a ajudar outras mulheres em situação de vulnerabilidade.

O único trabalho formal remunerado que Dida conseguiu nos últimos anos, desde sua mudança para o Viver Bem, foi na creche de uma conhecida, como encarregada da limpeza:

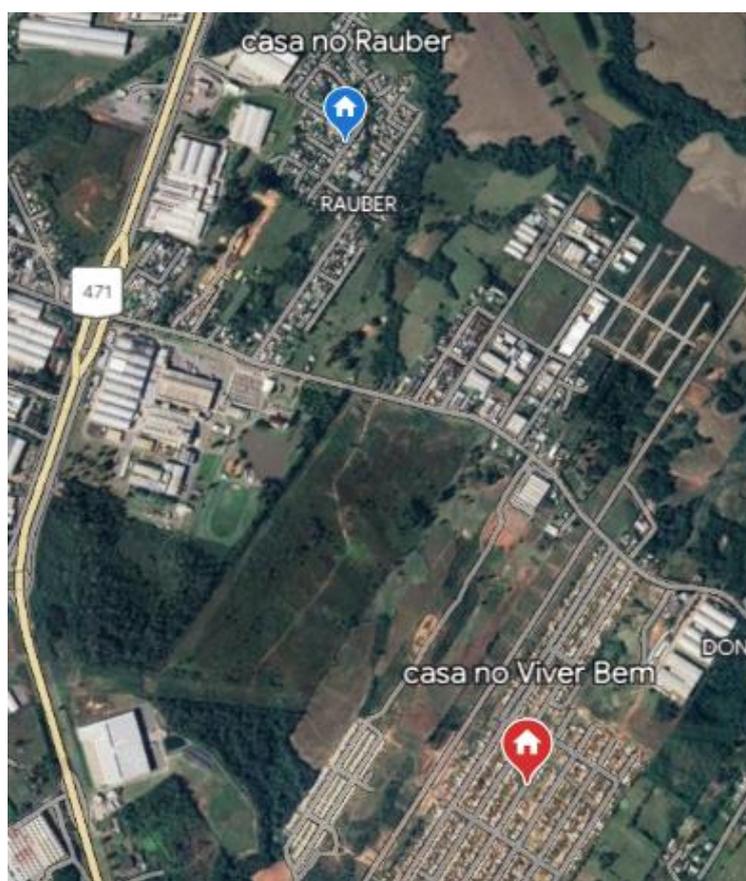
Eu trabalhei numa creche. Eu amei trabalhar com as crianças. Era muito bom. Era bastante trabalho, dez salas e os banheirinhos. Tinha que limpar de manhã e de tarde. Era no Arroio Grande. Só que aí as guria ficaram gripada. Com febrão. Um dia a minha amiga, vizinha aqui, ficou com elas. Mas no outro dia ela já não podia. Eu falei pra dona da creche: olha, eu não tenho quem cuide das guria pra mim. Eu tinha carteira assinada. As guria eram pequena. Aí ela me disse que não servia. Que precisava e que eu não podia faltar. Aí ela me mandou embora. Eu chorei tanto... Eu queria aquele emprego. Agora faz anos que eu não consigo assinar a minha carteira. Eu queria fazer bolo, cuca pra vender. Eu fiz os curso. Mas como eu vou fazer nessa bagunça da cozinha? Como eu vou abrir uma massa nessa mesa? É capaz de alguém vir aqui e me denunciar pra vigilância. Pra lidar com alimento tem que ser um lugar bem limpo. Desse jeito não dá. Desanima, desacorçoa, dá vontade de chorar. (DIDA, junho de 2022).

O atual companheiro de Dida tem uma pequena empresa na área da construção e logo depois de assumir o relacionamento com Dida, ele construiu uma casa e mobiliou para que ela se mudasse com as filhas para um lugar mais confortável. Uma tarde de verão eu fui com elas conhecer o lugar que fica no bairro Rauber, relativamente próximo ao Viver Bem. É uma casa bem maior e mais bem construída do que a casa do residencial. Os cômodos são mais espaçosos, a cozinha é grande e tem dois quartos e um banheiro. A construção também conta com uma garagem, uma lavanderia, um porão e dois pátios grandes, um frontal e outro posterior, esse último com uma horta e árvores frutíferas. Todos os cômodos estavam mobiliados com móveis e eletrodomésticos simples, porém, novos. Ela me conta que durante a semana, enquanto o companheiro trabalha em sua empresa em uma cidade próxima, ela mora com as filhas no Viver Bem. Quando ele vem para Santa Cruz do Sul, ela mora com ele e as meninas na “casa do Rauber”. Seu companheiro tem um carro, e quando está na cidade costuma levar e trazer ela e as meninas a todos os lugares em que querem ir.

A impressão que eu tenho é de que Dida tem duas vidas discrepantes. Durante a semana uma vida mais simples, quando se desloca a pé ou de ônibus com as meninas, e mora na casa mobiliada por doações e móveis bem simples no residencial. Nos finais de semana anda de carro, passeia, mora numa casa melhor em outro bairro. Quando questiono do por que dessas duas vidas, ela me responde que a casa do Viver Bem pertence a dela, está no seu nome e por isso, é também das suas filhas. É a sua independência e a garantia de que não irá mais passar pelas situações de violência e extrema pobreza que passou anteriormente:

Eu conquistei tudo que tem aqui, eu conquistei a minha casa. A gente nunca abre mão da casa da gente. Aqui eu posso dizer: “Não vai pensar que tu me achou no lixo, eu tenho a minha casa!” Eu conquistei o que eu queria, aqui é meu e das minhas filha. Por causa dessa casa, elas não vão ter que passar pelo que eu passei. (DIDA, junho de 2022).

Figura 24 - Mapa com a localização aproximada da “casa do Rauber” e a casa no Viver Bem



Fonte: autoria própria, 2023.

4.1.1 Entretecendo redes: cuidado e ajuda entre mulheres

No Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) publicada em junho de 2020, as mulheres dedicam em média 10,4 horas a mais do que os homens às tarefas de cuidados (da casa, dos filhos e dependentes, dos idosos, dos doentes, etc.). Entre mulheres e homens não ocupados no mercado de trabalho, a diferença foi de 24 horas semanais para as mulheres contra 12,1 horas para os homens⁷¹. Já segundo o relatório “Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade”⁷² publicado pela Oxfam em 2020, mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam, todos os dias, gratuitamente, cerca de 12 bilhões de horas de trabalhos de cuidados. Isso significa que historicamente foram, e ainda são, as mulheres “as que cuidam”. Na perspectiva do trabalho remunerado, a soma do acúmulo das tarefas de cuidado com

⁷¹ Dados no endereço eletrônico: [Pnad mostra que mulheres dedicam 10 horas mais a cuidados domésticos que homens \(ebc.com.br\)](https://www.ebc.com.br/brasil/10-06-2020/pnad-mostra-que-mulheres-dedicam-10-horas-mais-a-cuidados-domesticos-que-homens)

⁷² Relatório no endereço eletrônico: [Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade | Oxfam Brasil](https://oxfam.org.br/publicacoes/Tempo-de-Cuidar-o-trabalho-de-cuidado-nao-remunerado-e-mal-pago-e-a-crise-global-da-desigualdade)

baixos salários leva grande parte das mulheres a mudar de estratégia. Muitas das mulheres com quem venho conversando desde a pesquisa de mestrado, na minha vida profissional ou nesta pesquisa de doutorado, acabam por viver de políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, aliada a trabalhos informais esporádicos, como diaristas, babás ou a prostituição. Essa condição, na visão destas mulheres, muitas vezes permite que suas crianças se mantenham na escola, o que para muitas é uma prioridade, e assim, tenham a possibilidade de uma vida diferente de suas mães ou cuidadoras. Porém, o que pode ser visto como insubmissão e (re)existência ao sistema patriarcal e capitalista, ou mesmo como uma contraconduta (FOUCAULT, 2008; IONTA, 2017), paradoxalmente também é o que mantém essas mulheres na estagnação econômica, sem a possibilidade de emancipação e autossuficiência financeira (hooks, 2019a). Essa realidade leva a situações como a de Dida, que embora tenha a garantia do acesso à casa própria, ainda mantém um relacionamento de dominação com seu companheiro, de quem passou a depender financeiramente depois de deixar o trabalho na prostituição.

Nessa configuração, as mulheres negras ou não-brancas brasileiras são as que mais estão sujeitas ao desemprego, aos empregos não regulamentados e ao trabalho doméstico (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, 2005). Segundo o relatório “A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação” (2005)⁷³, mais de 50% das mulheres negras nas cidades de São Paulo, Salvador e Recife, estavam inseridas no mercado informal de trabalho. Porém, mesmo no contexto de empobrecimento e ainda que o trabalho doméstico sem remuneração permaneça essencialmente entendido como um trabalho feminino, as mulheres têm assumido cada vez mais a responsabilidade pelo sustento das famílias, sejam monoparentais ou não. Segundo dados do censo do IBGE do ano de 2010⁷⁴, as mulheres eram responsáveis por quase 40% dos domicílios urbanos brasileiros. Levando-se em consideração a composição familiar, nas famílias que contam somente com um responsável, cerca de 88% destes eram mulheres. Cabe ressaltar que 46,4% das famílias urbanas que viviam com rendimentos de até ½ salário mínimo eram de responsabilidade feminina, assim como 30% das famílias com filhos de até 5 anos de idade. Em Santa Cruz do Sul a realidade das mulheres que habitam as periferias não é

⁷³ Relatório disponível no endereço eletrônico: [Microsoft Word - DIEESE Estudos e Pesquisas 14 Consciencia Negra nov2005vf...](#)

⁷⁴ Dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, expressos no relatório *Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010*, disponível em <http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/10/dados-de-genero-ibge.pdf>.

diferente: elas são responsáveis pela maioria dos domicílios nos bairros mais pobres⁷⁵ como o Santa Vitória, o Dona Carlota e o Margarida, mesmos lugares onde há maior concentração de famílias vivendo com até um salário mínimo por mês (ROVERE, 2021). No residencial Viver Bem, onde 56% da população é de mulheres, 51% está desempregada (TIRELLI e AREOSA, 2019).

Entre as mulheres que frequentaram a nossa roda de conversa, a maioria delas arcava sozinha com o cuidado com os filhos e dependentes, mesmo entre aquelas que tinham um companheiro. A maior parte delas também era responsável pelo sustento de suas casas. Infelizmente, quase todas que passaram pelo grupo que formamos, foi vítima de violência doméstica e de gênero. É por causa dessa realidade e da necessidade de sobrevivência que mulheres como Dida se dedicam a ajudar outras que passaram por situações de vida semelhantes às que ela mesma passou. No Viver Bem pude acompanhar de perto suas atividades e também participar de várias delas. Também pude ajudar em algumas atividades que ela desempenha no residencial, como arrecadação de doações e organização de encontros entre as moradoras. Nessas ocasiões, além da distribuição de lanches e brindes, havia sempre uma “palestra”. Na verdade, uma fala de profissionais que se dispunham a trocar conhecimentos, como advogadas feministas, ginecologistas, psicólogas que trabalhavam com mulheres, etc. O meu papel era usar as minhas próprias redes para chamar as profissionais para as falas, conseguir doações de brindes e a autorização para o uso do espaço do galpão comunitário (onde funcionava o “projeto”) para os eventos. Embora eu não morasse no Viver Bem, o fato de ser uma pesquisadora da Unisc me abria portas junto ao CRAS e outros serviços públicos.

Nesse contexto, pude viver a observação participante no seu sentido mais amplo, onde foi possível fazer parte da vida das minhas interlocutoras o mais plenamente possível, dentro das minhas próprias condições. Através da aproximação cotidiana com as moradoras do residencial, passei a questionar minhas próprias ideias preexistentes de mundo e sobre a cidade. Muitas das minhas crenças e concepções *a priori* foram (mais uma vez) desmontadas. A partir daí, pude conhecer de perto outras formas de apropriação urbana, marcada não só pela opressão e pela ausência, mas pela (re)existência e pela criatividade e solidariedade entre mulheres, a maneira encontrada para (sobre)viver e atender a demandas que de forma individual não seria possível. Foram experiências de cuidado com o outro que inexistem em outros contextos em que convivo, não tão marcados pela falta. Ainda assim, são marcadas por

⁷⁵ Segundo o Censo Demográfico de 2010 e do Observa DR (2020), disponíveis em [Dados e Mapas de Santa Cruz do Sul « Observa DR – Observatório do Desenvolvimento Regional](#).

questões coletivas de gênero como a exploração do trabalho de cuidado e a expropriação de direitos.

Em grupo, operamos trocas de experiências vividas: eu e minhas próprias narrativas enquanto mulher branca, mãe solo e acadêmica. Elas, mulheres diversas, cada uma com suas formas de (re)existir e de territorializar-se nesse lugar fortemente marcado pela dureza da norma que rege a política pública habitacional brasileira, suas universalizações e seus apagamentos. Ao levar a sério as trajetórias das mulheres, pude compreender melhor a relação entre as historicidades, as ideologias e os modos de ação imprevistos, que desafiam o poder dominante (SHAH, 2020), em nome de uma vida mais digna para si e os seus. Por outro lado, também foi através destas vivências cotidianas que melhor compreendi o porquê de as políticas públicas que oferecem acesso à moradia não serem suficientes para uma modificação efetiva na vida destas pessoas: a falta de participação democrática tanto dos implementadores locais, quanto das(os) futuros(as) moradores no processo de elaboração e implementação dos projetos. Assim, entendi a importância de (re)conhecer os diferentes modos de habitar e as realidades territoriais cotidianas para poder contrapô-las aos discursos hegemônicos sobre a formação dos territórios. Considerando que a cidade é um eterno devir, um conceito sempre em formação e em disputa, que deve ser (re)conhecido desde suas fronteiras, uma vez que é ali que a necessidade de produção de sentido se intensifica e onde as relações de poder se evidenciam (NETO, 2017).

Diante destas reflexões, tornou-se impossível compreender os processos de apropriação e territorialização das minhas interlocutoras sem olhar para suas práticas urbanas entremeadas por essas redes de ajuda. Uma das primeiras histórias que ouvi, logo no nosso primeiro encontro em roda, foi a da Rafa, uma menina de 5 anos de idade. Sua mãe trabalhava o dia todo e ela ficava aos cuidados do avô, um idoso de 70 anos com dificuldades de locomoção. Uma tarde, Rafa anunciou ao avô que fugiria de casa, e assim fez. Ao dar falta da criança, o avô acionou as vizinhas, que imediatamente saíram a sua procura. Organizadas em grupos fizeram uma varredura no residencial e nas proximidades e acabaram encontrando a menina às margens da BR 471. Bela me contou que a mãe ligava “a cada cinco minutos”, desesperada por não poder deixar o trabalho para procurar a filha. Antes que a mulher conseguisse fazer alguma coisa, Rafa já estava na casa de uma vizinha, comendo e brincando com seus filhos, esperando em segurança pela sua mãe. Esse foi o primeiro relato que ouvi sobre suas formas de organização em redes de ajuda, que rapidamente se formavam e em seguida se desfaziam, muitas vezes sem que nem mesmo as mulheres que eram seus nós soubessem os nomes umas das outras.

Este trabalho está pespontado de relatos e vivências que demonstram ao mesmo tempo a importância e a efemeridade dessas redes. São exemplos, a história da senhora vítima de violência que frequentou o grupo uma única vez e conseguiu abrigo na casa de uma das mulheres, e também o caso de Kimberly e sua mãe que receberam ajuda durante a pandemia ao ficarem sem gás de cozinha e alimentos. Essas redes surgem das relações de vicinalidade a que me referi anteriormente, onde relações de amizade e consideração surgem entre os moradores das casas vizinhas e que tomam um papel central na vida política e econômica local (PINA-CABRAL, 2014), mas são atravessadas por questões de gênero, uma vez que são formadas por mulheres que passam por situações que se assemelham e que se ajudam entre si.

Considero também que essas mulheres encontram entre si experiências compartilhadas de mundo, não em uma comunidade identitária, mas na intersecção de opressões a que são submetidas em sua singularidade materializada em sua corporeidade. Diante da possibilidade de reinventar a si mesmas e à sua realidade, recusando o peso das opressões a elas impostas durante anos, criam tecnologias de cuidado mútuo que alcançam onde o Estado ou a família não alcançam, trazendo possibilidades de superação de situações adversas. São mulheres têm suas relações tecidas não pela unidade do corpo biológico, ou mesmo pela identidade ou semelhança, mas pela força anônima da recusa (IONTA, 2017). Recusa esta que está ligada a lutas cotidianas, pela (re)existência e pela garantia de (sobre)vivência, e pela busca de rupturas com as violências materiais e simbólicas que as subjagam.

Um exemplo da dimensão do cuidado com o outro, que ultrapassa o lugar geográfico do residencial, mas encontra ressonância na posição de “outro”, ou daqueles que também habitam a fronteira enquanto espaço de privação e também de transformação e por isso são enlaçados no entretecer das redes de ajuda e cuidado de Dida, aconteceu durante a pandemia de Covid-19, em 2021. Ao lado da “casa do Hauber” morava um casal de idosos com quem a família de Dida não tinha intimidade, mas que nutriam uma relação de cordialidade e eventuais trocas de frutas e hortaliças de suas respectivas hortas. Numa tarde de inverno, ela se deu conta de que não encontrava com os idosos no pátio há vários dias e resolveu então fazer uma visita para se certificar de que estavam bem. Ao não ser atendida quando bateu na porta, Dida resolveu fazer a volta na casa e entrar pela porta dos fundos, quando se deparou com os dois idosos na cama, doentes, sujos, emagrecidos e fracos. Ela conta que imediatamente chamou um Uber, que pagou com o próprio dinheiro, e levou os dois para o hospital. Os idosos estavam infectados com Covid-19, desidratados e desnutridos. Foram internados e ela, dentro de suas possibilidades, acompanhou-os de perto. Ao voltarem para

casa, ela limpou, cozinhou, medicou e cuidou dos dois como se fossem, nas suas palavras, “da família”. O que me chamou atenção nessa história foi a desprendimento com que Dida cuidou de duas pessoas estranhas, de quem não sabia nem o nome. Quando perguntei o porquê de ela ter feito isso, ela me respondeu que era porque sabia “*o que é ficar sem nada, sem ter pra quem correr*”. A noção de que o acesso à dignidade passa pelas práticas de solidariedade e reciprocidade desenvolvidas na microescala cotidiana parece estar implícita nas práticas socioespaciais das mulheres que frequentaram nossa roda de conversa. O cuidado com as crianças e idosos, o acesso à alimentação e a saúde, a proteção contra situações de violência, são exemplos de busca por dignidade que se faz individual e coletivamente entre elas. Essas redes, que se formam desde o vínculo com a casa, são constantes em suas narrativas e se constituem como experiências urbanas cuja compreensão se tornou imprescindível para entender as formas de fazer-cidade dessas mulheres, tão diferentes de outras redes a que tenho acesso em outras realidades socioeconômicas e geolocalizadas.

Uma das formas que eu mesma encontrei de ajudar foi usar o meu próprio carro como meio de locomoção, facilitando a mobilidade em situações de necessidade. Uma dessas vezes, durante o inverno chuvoso, foi levar Dida ao centro da cidade para buscar doações que ela havia conseguido na casa de uma funcionária aposentada da universidade que estava se mudando e portanto, se desfazendo de várias cobertas e roupas. Essas doações iriam para uma família que havia saído da situação de rua para morar de aluguel no Viver Bem e ainda não tinha nada:

Hoje levei Dida ao centro da cidade. Nos encontramos na casa dela e eu dirigi até o prédio que ela me indicou, numa das ruas mais movimentadas. O trânsito estava caótico por causa da chuva e eu precisei estacionar a uma quadra e meia do local. Quando descemos do carro, notei que ela carregava uma flor de plástico nas mãos, com um cartãozinho. Perguntei o que era: “ah, uma lembrancinha pra agradecer a moça que vai nos dar as coisas”. Fiquei comovida. Fomos caminhando até o prédio alto numa esquina importante do centro da cidade. Nós duas vestíamos calças legging, moletom e jaqueta de nylon. Eu estava de tênis e Dida usava as botas de borracha cor-de-rosa de uma de suas filhas. Apesar dos guarda-chuvas, ficamos encharcadas de caminhar a curta distância que separava o carro do nosso destino. Ao chegarmos, havia uma funcionária uniformizada, uma mulher negra de meia-idade, passando um pano no chão de mármore branco molhado. Dida explicou o que estávamos fazendo ali: uma moradora estava se mudando e tínhamos ido buscar doações. Estávamos molhadas e com frio, mas a funcionária se desculpou e disse que não poderia abrir o portão de grades através do qual falávamos: “Vocês entendem né gurias? Se eu abro, depois sobra pra mim”. Nós entendíamos. Então ela interfonou para a moradora que traria as doações. A mulher avisou que iria descer, mas precisava de ajuda para carregar as coisas. Concordamos e permanecemos na chuva esperando. A essa altura, molhadas “até os dentes” como disse Dida, tremíamos de frio. A mulher desceu e nos mandou entrar. Molhamos o piso recém-seco pela funcionária negra. Ela sorriu, disse que não tinha problema e voltou a secar o chão. Subimos pelo elevador de serviço, entramos no apartamento já vazio pela porta da lavanderia e pegamos as sacolas que estavam nos esperando. Eu e Dida dividimos as grandes e pesadas sacolas entre nós duas, enquanto a

mulher olhava e indicava o que deveríamos carregar. Saímos do apartamento e ainda acompanhadas da mulher, descemos pelo mesmo elevador. Saímos do prédio e voltamos para o lado de fora, na chuva. Dida entregou a florzinha, meio despetalada, para a senhora que doou as coisas. Ela agradeceu e trocamos algumas palavras sobre a Unisc. Foi então que a mulher me reconheceu, lembrou que eu era aluna do doutorado e que já havíamos conversado. Visivelmente desconcertada, fez menção de abrir o portão para entrarmos no prédio novamente: “ah guria, porque tu não me avisou que era tu?”, ela me disse. Eu agradeeci educadamente e saímos, eu e Dida, carregando as sacolas pela chuva, dessa vez sem ter como segurar os guarda-chuvas, molhadas até a alma. (MEU DIÁRIO DE CAMPO, julho de 2022).

Essa vivência trouxe para esta pesquisa uma importante mudança de escala. Das trajetórias narradas do vivido para “o vivido”. Da compreensão das relações entre pobreza e espaço urbano e da forma como a vivência das mulheres que habitam a periferia, apesar de configurarem “cidades outras”, pertencem a mesma cidade, a própria cidade. Ir da periferia para o centro acompanhando uma mulher periférica me ajudou a captar a complexidade de diferentes realidades urbanas que se entrelaçam, trazendo outras dimensões para a segregação urbana, muito além da distância física do lugar de moradia:

Nessa perspectiva, as dinâmicas de produção do espaço urbano se fazem ver por meio das trajetórias urbanas: do cruzamento entre elas, de seus múltiplos pontos de conexão e condensação; é possível apreender os sujeitos em jogo nas disputas pelo espaço, suas variadas posições e deslocamentos, as temporalidades urbanas coexistentes, as tramas relacionais de caráter e extensão variada. (ROSA, 2019, P. 725).

Essa perspectiva tornou-se fundamental para a pesquisa, já que investiga as formas de apropriação e espacialização das mulheres atravessadas pelo estigma de morar numa periferia empobrecida, através da compreensão de suas dinâmicas espaciais, suas formas de sociabilidade, entre outras dinâmicas multiescalares. Assim, do Viver Bem, volto à escala da cidade de Santa Cruz do Sul, mas desta vez, com o olhar da periferia para o centro, como num jogo de escalas de análise (LEPETIT, 1998), dando novos contornos ao objeto de estudo que se conforma nas cidades dentro da cidade, desconstruindo mais uma vez a narrativa linear e demonstrando assim, nas múltiplas escalas, não só um novo conhecimento, mas o caráter sempre limitado e parcial de cada escala de análise (ROSENTAL, 1998). Nenhuma escala de é mais importante que a outra, mas são escolhas específicas para observar certas situações. No caso desta pesquisa, escolho observar da micro para a macroescala, na busca constante de desengajamento epistemológico e de identificar categorias que emergem das experiências microescalares e subalternizadas, produzindo conhecimentos locais, porém, generalizáveis e que refletem outras realidades (CURIEL, 2020), de outras mulheres em outras periferias de outras cidades.

4.1 Maria

No início foi tudo muito difícil, era tudo muito longe, esse é o problema desses residencial. É muito longe. Eu vejo essa dificuldade nesses loteamentos. A minha mãe também foi contemplada em outro loteamento. Pra gente, hoje, a gente não escolhe, mas eu acredito que a gente é jogado pra certos cantos da sociedade... não é porque tu quer, não é porque tu é vagabundo. É porque não tem oportunidade igual aos outros. E aí eu fui jogada, eu não conseguia pagar aluguel, eu fui jogada num canto lá... as coisas são muito mais difíceis assim. Mas as coisas vão melhorando. (MARIA, maio de 2022).

As narrativas das minhas interlocutoras demonstram como vai sendo construída sua experiência da cidade, desde os diferentes lugares de moradia a que tiveram acesso. As barreiras que se apresentam justapostas, constringendo sua mobilidade, falam de uma cidade espessa, de difícil deslocamento, o que transforma suas experiências espaço-temporais (JIRÓN e MANSILLA, 2013), pontuando suas trajetórias por sucessivos processos de exclusão social e territorial. Nesse sentido, assim como Dida, Maria relata a forma como seus lugares de moradia afetaram suas práticas urbanas e suas possibilidades ou não de mobilidade, assim como seus processos de apropriação e a maneira como ela se relaciona com a cidade desde o residencial Viver Bem. Sua narrativa acrescenta mais um ponto na costura de “cidades outras” presentes na cidade normativa, trazendo compreensão sobre como vão se configurando os lugares das mulheres empobrecidas nos territórios urbanos. O tempo que uma pessoa vive em um lugar influencia nas suas redes de relações com as pessoas ao redor e com o seu entorno (McDOWELL, 2000). Trajetórias marcadas por consecutivas mudanças impulsionadas pela busca de uma vida mais digna influenciam profundamente na capacidade de reconhecer-se pertencente a um lugar, e a partir daí (re)estabelecer suas relações. Baseadas no lugar de moradia são tecidas as redes de conhecimento e relações de interconexões multiescalares, entre vizinhanças, bairros e territórios, resultando em cidades formadas por sucessivos desenraizamentos, adaptações e ausências, mas também de mediações, projetos e afetos “cuja multiplicidade de dimensões históricas, concepções em ato ou devires possíveis somente se dão a apreender por meio das trajetórias e narrativas dos sujeitos” (ROSA, 2019, p. 740). Assim, mulheres como Dida e Maria, acabam desenvolvendo suas relações de pertencimento e vicinalidades depois da obtenção da casa própria, ao permanecerem no residencial e se (re)conhecerem a partir de lá.

Maria foi uma das mulheres que conheci em uma das nossas caminhadas, quando fomos até o seu mercadinho buscar refrigerante para um de nossos encontros. As mulheres do grupo já haviam citado seu nome como exemplo de uma liderança local, devido ao seu

trabalho ajudando a reivindicar melhorias para o residencial. Ela é uma mulher branca, jovem (na casa dos trinta anos) e tem dois filhos adolescentes. Maria foi uma das primeiras pessoas a abrir um pequeno comércio, logo depois da mudança para o Viver Bem. Hoje ela possui um mercadinho que vende uma considerável variedade de produtos, em um cômodo construído especialmente para esse fim na parte frontal de sua casa, da mesma forma de autoconstrução⁷⁶ encontrada em quase todos os pequenos estabelecimentos comerciais ou de serviço que foram instalados por lá.

Eu comecei vendendo refrigerante. Eu tinha cem reais, comprei tudo de bebida. Vendi tudo muito rápido. No início eu não deixava as pessoas entrar na minha casa, atendia na rua e só vendia bebida. Depois eu tirei as minhas coisas e fiz meu mercadinho na minha sala. Meu quarto era o estoque. Só depois que eu consegui construir essa peça. Eu ainda tinha a casinha. Foi muito rápido, porque aqui não tinha nada. Agora aqui tem tudo. Cresceu muito, muito rápido. Quem abriu alguma coisa cresceu muito. Não tinha nada, então quem tinha vendia muito. (MARIA, maio de 2022).

Expulsa de casa pelo pai ainda adolescente, aos 14 anos, foi morar com o homem que viria a ser seu ex-marido. O casal morava no interior da cidade de Vera Cruz, próxima a Santa Cruz do Sul, e sobrevivia plantando fumo “a meio”⁷⁷, prática comum nas pequenas propriedades da região. Em uma relação aos moldes patriarcais, e inserida na realidade da divisão sexual do trabalho, não foi permitido a Maria frequentar a escola, o que não era visto como prioridade nem pelo seu pai, nem pelo seu marido à época. Depois de dez anos nessas condições, hoje ela conta orgulhosa que está na metade da faculdade de Serviço Social, e acredita que os filhos irão pelo mesmo caminho:

Quando meu pai me botou pra fora eu não tinha terminado o fundamental. Meu ex-marido não deixava eu estudar. Então eu terminei o ensino fundamental aos trancos e barrancos. Depois ele não deixou mais eu estudar. A gente morava no interior e plantava fumo “a meio”. Eu fiquei mais de nove anos sem estudar. Eu passei muito

⁷⁶ Autoconstrução é a forma encontrada nas periferias brasileiras para transformar os espaços através de novas construções sem orientação técnica. Esse tipo de construção resulta do contexto socioeconômico brasileiro, de concentração de renda e falta de alternativas no mercado formal de moradias. A autoconstrução pode ser em espaços de ocupação urbana ou mesmo em pequenas reformas ou aumentos nas casas construídas através das políticas públicas habitacionais. Importante salientar que essas políticas não preveem esse tipo de iniciativa pelos moradores, e não fornecem meios para que eles ampliem suas casas de outras formas, aprofundando o distanciamento da norma com a realidade vivida territorialmente. Ao contrário, a normatividade presente na elaboração e na implementação das políticas habitacionais preveem inclusive sanções para quem aplica a autoconstrução em suas moradias. Uma solução para esse problema poderia se dar através da “autoconstrução acompanhada”, que consiste em acompanhamento técnico público para as transformações realizadas nas moradias. Fontes: [Autoconstrução assistida: um caminho inexplorado no Brasil | ArchDaily Brasil](#) e [Uma linguagem padrão da autoconstrução: ferramenta para compreender os espaços e as práticas sociais das favelas brasileiras | ArchDaily Brasil](#). Setembro de 2023.

⁷⁷ Plantar fumo “à meio” é uma forma encontrada para conseguir a mão de obra necessária para o plantio e colheita de fumo nas pequenas propriedades da região que não conseguem arcar com esses custos. Consiste em organização de mutirões por famílias de propriedades vizinhas, que trabalham juntas, se revezando em cada uma dessas propriedades. Apesar de proporcionar que as famílias consigam a mão-de-obra necessária, o cultivo do fumo “à meio” consiste em mais uma precarização das condições dos trabalhadores rurais, além de ser exaustivo e muitas vezes insalubre para essas famílias que passam semanas trabalhando sem voltar para casa.

trabalho pra terminar meus estudos. Eu não tinha dinheiro. Não tinha dinheiro pra passagem. Eu fazia faxina o dia inteiro e de noite eu ia estudar. É isso que eu quero que meus filhos vejam: “bah, que legal, a minha mãe criou a gente e foi estudar, ela conseguiu, ela lutou” eu acho que vai chegar o momento de eles dizer isso. (MARIA, maio de 2022).

Assim como outras mulheres, ela acredita que a manutenção dos filhos na escola é a melhor possibilidade de uma mudança de realidade. Para hooks (2019b), a estrutura dos homens e em especial, das mulheres, que vivem em constante luta pela sobrevivência não permite que se dedique especial atenção para a parentalidade, o que contrasta agudamente com a realidade burguesa. Viver em constante aflição com a questão do bem-estar material acaba ocupando o fazer das mães empobrecidas, especialmente as que criam e sustentam seus filhos sozinhas. Ainda assim, como uma forma de resistência, ou mesmo como uma contraconduta silenciosa e constante (IONTA, 2017) está o esforço por manter os filhos na escola e longe do tráfico, o que aparece repetidamente nas narrativas das mães. O estudo para os filhos de mulheres que enfrentam uma realidade de vulnerabilidade, não deixa de ser uma insubmissão à normatividade que às constrange. O Estado, ao mesmo tempo em que impõe a presença das crianças no ambiente escolar como forma de acesso às políticas públicas destinadas às mulheres, não facilita o acesso à escola para essa população. A insistência na recusa em aceitar essa condição traça um limite, a partir do qual o controle sobre suas vidas é colocado em xeque, provocando uma ruptura na realidade de violências e privações que viveram suas próprias infâncias.

Eu sempre falo pra eles: olha, a mãe tá estudando, é difícil, mas tem que estudar. Hoje meus filho tem outro olhar, eu consegui quebrar esse ciclo de pobreza, meus avós não estudaram, meus pais não estudaram. Meus filhos estudam, trabalham. Meu filho trabalha num mercado. Minha filha numa empresa. Com eles vai ser diferente. (MARIA, maio de 2022).

A trajetória de Maria é marcada pela busca por moradia, desde que conseguiu deixar seu casamento, com 24 anos e dois filhos: um com dois e outro com cinco anos de idade. Nessa época ela foi morar com a mãe e seus dois irmãos, o mais jovem da mesma idade de sua filha pequena, que já moravam “de aluguel” na periferia da cidade. Com o aumento do valor do aluguel, as duas decidiram comprar um barraco de madeira em um assentamento irregular em uma área de preservação alagadiça no bairro Margarida:

Mesmo que eu trabalhava, e eu trabalhava mais de forma autônoma... eu comecei a fazer faxina, fazer unha, trabalhei de ‘motoboy’, trabalhei muito tempo de ‘motoboy’ também. Mas a gente não conseguia... a gente meio que ‘vegetava’ na terra, só pagava o aluguel, conseguia comer, pagar a água e a luz, mas só. Só que aí o aluguel foi aumentando, aumentando, aumentando e a gente foi morar numa área de risco no Margarida, no bairro Margarida. Compramos num valor baixo, que nós conseguíamos pagar, uma casa lá né... que seria numa área verde. Eu não entendia o que seria isso né... eu não entendia o que era aquilo, era nosso, nós

conseguíamos pagar. Naquele tempo, quando a gente comprou esse barraco na verdade, na área verde, a minha mãe trabalhava e ganhava em torno de 450 reais e os gastos dela dava em torno de 300, sobrava 150 e a gente morava entre seis pessoas dentro de uma casa. E daí a gente ficou lá, eu tava com três emprego. Eu tava com dois períodos de faxina, ao meio-dia eu fazia entrega de 'motoboy' e de tardezinha eu tava fazendo lanche pra vender ali em volta, no bairro, pra conseguir sustentar essas 6 pessoa. Eu era a provedora do lar né, então não tinha... tinha que trazer comida pra dentro de casa. (MARIA, maio de 2022).

As dinâmicas habitacionais desenvolvidas por Maria e sua mãe, alternando entre a formalidade e a informalidade da moradia, permitem observar as fricções entre essas configurações, as “fronteiras porosas” (TELLES, 2015, p. 55) que se formam entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. Essas mulheres foram levadas à informalidade pela vulnerabilização de sua condição, pela precarização do trabalho e pela ausência de redes de apoio. Ainda assim, permanece a busca por melhor qualidade de vida e de moradia, devires que guardam em si a potência de reconfiguração de suas experiências urbanas, atravessadas pela violência e pela vulnerabilidade (ROSA, 2019), como explicita em sua fala,

Aí fui, fiquei sabendo das inscrições num programa habitacional (Viver Bem), eu e a minha mãe fomos e nos inscrevemos, né... e aí começou o sonho né... começou o sonho... (suspira, visivelmente emocionada) eu vivia praquilo... vivia pensando naquilo, se eu comprava um pano-de-prato eu guardava porque ia ser pra minha casa nova e tal... eu fui a primeira pessoa que entrou pra dentro das casas. (...) Eu já tava com o caminhãozinho pronto, eu tinha pouca coisa, já “ó, peguei a chave, pode vir”. Molhou tudo as coisinha que eu tinha. Era pouca coisa. Mas quando eu olho pra trás assim, eu me emociono, porque a minha vida... esse programa habitacional, pra mim, mudou a minha vida, mudou totalmente. Hoje eu tenho um... muitas vezes eu sento tomando chimarrão e eu olho pra tudo... pra quem não tinha uma janela decente, porque as nossas janela era feita com tábua bruta, aquela de eucalipto. Tinha uma tramela, não tinha vidro... porta... Eu dou valor pra cada coisa que tem ali! E mudou totalmente, to-tal-mente (dá ênfase) a minha vida. Eu voltei a estudar... eu acho que a pessoa... até nem sei que palavra usar, mas dá esperança entende? Pra mim me deu esperança. E fora o conforto que hoje meus filhos têm. Eu trabalho e eu penso: “Ah não, vou melhorar isso aqui... vou melhorar isso na minha casa, vou melhorar aquilo né...” (MARIA, maio, 2022).

A melhoria nas casas, feitas através de autoconstrução, é uma prioridade ao alcançar recursos suficientes. Assim foi na trajetória de Dida, de Maria e de Luciana, que trarei posteriormente. Mudanças como fechamento por muros, o aumento na parte da frente, o fechamento lateral ou mesmo a construção de novos cômodos foram observados em todas as casas que visitei. E em muitas outras pelas quais passei em minhas caminhadas pelas ruas do residencial. A melhoria da casa tem também um papel simbólico para minhas interlocutoras, uma vez que a moradia também é um espaço que alimenta a imaginação e configura a relação com a cidade como um constante devir.

Apesar da conquista da casa, a ruptura com sua principal rede de ajuda familiar ocasionada pelo afastamento do lugar de moradia de sua mãe fez com que Maria passasse a

enfrentar barreiras para o acesso ao trabalho remunerado. As práticas cotidianas das mulheres são constrangidas por barreiras espaço-temporais que se agravam com a distância do lugar de moradia das suas redes de apoio ou das possibilidades de trabalho remunerado. Como reação, elas desempenham táticas efêmeras e improvisadas que permitem subverter as barreiras disciplinares e responder às demandas diárias (JIRÓN e MANSILLA, 2013). Sem outras opções, assim como muitas mulheres do grupo, Maria passou a deixar os filhos ainda crianças sozinhos em casa para poder dar conta do sustento familiar, que recaía sobre sua responsabilidade:

Quando a gente veio pro residencial, eu não tinha com quem deixar eles pra trabalhar. Eu morava no Margarida, minha mãe ficou lá, era muito longe, do outro lado da cidade. Eu não tinha com quem deixar, eu deixava eles sozinho, trancado dentro de casa. Eles não saíam pra fora, eles só espiavam pra fora. No início foi tudo muito difícil, era tudo muito longe, esse é o problema desses residencial. É muito longe. Eu vejo essa dificuldade nesses loteamentos. (MARIA, maio de 2022).

As pessoa dizem “tem como, fulano fez” mas se tu pensar, uma mãe solteira, com dois filho pra criar, tem que alimentar eles... Como tu vai fazer? Como tu vai sustentar eles? Alguém tem que te dar uma ajuda, se não tu não consegue. Se é só tu é diferente, mas se tu tem filho, tu precisa de ajuda. A gente não pode dizer: “não, eu consigo sozinha” a gente precisa de ajuda. Eu venho de uma família que ninguém pode me ajudar. Meus pais são muito pobre e têm os filhos deles. (MARIA, maio e 2022).

Ela ressalta ainda a falta de informações sobre as redes de apoio Estatal no momento de sua adaptação ao residencial e as dificuldades de acesso a essa ajuda, apesar do trabalho social realizado no momento de sua implementação.

Eu nem sabia que tinha CRAS aqui. Nem sabia o que era o CRAS. Eu não sabia que eu podia ter ajuda. Muitas vezes eu precisei de alimento pra mim e pros meus filhos, porque eu não tinha alimento... mas eu não sabia que eu podia ter essa ajuda, que alguém podia me ajudar. Às vezes as pessoas têm vergonha de usar ou não sabem que podem pedir ajuda. Mas é constrangedor. Dá vergonha. Se tu paga imposto, tu tem direito, não tem que ter vergonha. Tu paga imposto pra que? Mas as pessoas não sabem disso, eu não sabia disso. Eu sei que é constrangedor. Uma vez eu não tinha nada pra comer, as crianças eram pequenininha. Tinha um mercadinho na esquina da minha casa. Eu não tive coragem de ir no mercadinho pra pedir um quilo de arroz fiado. Eu fiquei com vergonha. Ai meu avô disse pra minha mãe cuidar da minha avó no hospital e deu 20 reais. Minha mãe foi e voltou a pé e aquele dia gente pegou aquele dinheiro e comprou arroz e feijão pras crianças. Se eu não tive coragem de pedir fiado, imagina que eu ia ter coragem de vir no CRAS pegar uma cesta básica. A gente tem que entender que a gente tem direito. Isso precisa ser explicado pra gente. Não é favor. Eu não tô te fazendo um favor se eu te colocar na cozinha comunitária. É um direito teu. A gente tem que fazer as pessoas entender isso. Muitas mulheres não sabem que têm direito. (MARIA, maio de 2022).

Assim como outras moradoras, ela fala sobre a diminuição da sua percepção de violência ao longo do tempo. Várias das minhas interlocutoras têm essa mesma percepção, de que logo que as pessoas começaram a se mudar para o residencial, houve uma explosão de violência. Alguns relatos de brigas entre vizinhos estavam presentes em minhas anotações

sobre as conversas com os moradores em minhas pesquisas antes da pandemia, quando as queixas sobre esse tipo de conflito eram mais constantes. Aparentemente, o estabelecimento das relações de vicinalidades e os processos de apropriação atuaram no sentido de arrefecer esses conflitos, e estabelecer algumas relações de ajuda e apoio mútuo. Outro tipo de violência relatado pelas moradoras foi a presença de diferentes facções do tráfico, e os conflitos resultantes de disputas de território. Os resultados da pesquisa *Segregação Urbana e Desigualdade no Acesso às Políticas Públicas em Cidades Médias (2018)*, já referida anteriormente nesse trabalho, demonstram que cerca de 60% dos moradores entrevistados consideravam que a segurança pública havia piorado desde sua mudança para o residencial Viver Bem. Porém, entre as minhas interlocutoras, é senso comum de que este tipo de conflito se tornou mais raro com o passar dos anos e a consolidação do residencial,

No começo, obvio, eu fiquei com medo. Eu tava ali com meus filho e tinha muita violência. Veio gente de tudo que é bairro e isso complicou. Tinha bastante violência, tinha bastante morte. E agora não sei, acho que é muito bom viver ali, eu não vejo mais isso. Acho o problema foi ser um programa de habitação maior, veio gente de tudo que é bairro, tinha rixa. Tanto que na casa que é colada com a minha mataram um guri de 28, 29 anos. Ali eu tive vontade de ir embora, com medo que acontecesse alguma coisa. Mas foi melhorando. Eu deixo o pátio aberto com as minhas coisa, o carro aberto, eu deixo as coisa no pátio. Eu não acho mais um lugar perigoso. Eu gosto de morar ali. Acho que vai fechar ou já fechou sete anos. Foi em 2015. Passou muito rápido. (MARIA, maio de 2022).

Como uma liderança constituída de forma orgânica na vizinhança, Maria convive cotidianamente com as necessidades trazidas por outras mulheres. Assim, suas percepções sobre a realidade do residencial são bastante abrangentes. Em sua percepção, as rodas de conversa entre mulheres são uma das formas de fortalecimento mútuo para enfrentar a realidade que se impõe sobre elas.

Conversar com outras mulheres é uma forma de desabafo. Só de colocar pra fora... Na pandemia a gente pôde ver, aumentou muito os casos de violência e de abuso das mulheres e das crianças. A gente vê. A gente sabe, mas elas não falam... mas a gente sabe. Gente que trabalhava fora e agora teve que ficar em casa, aí as mulheres e as crianças ficaram sujeitas aquilo ali. Eu acho que as leis têm que ser baseadas na realidade, no que existe aqui. As mulheres ficam com os filhos, então é muito mais difícil. Os homens vão, se tem que ir trabalhar, vão trabalhar nas obras... isso gera muita dificuldade pras mulheres aqui. Eles não se preocupam com os filhos. Elas têm que cuidar. (MARIA, maio de 2022).

Mesmo que sem perceber, ela me conta da relação paradoxal das mulheres com a casa própria obtida através da política pública do MCMV. De um lado, a localização distante do trabalho e das redes de apoio constituídas anteriormente perpetuam os constrangimentos impostos sobre as mulheres em situação periférica, na medida em que os empreendimentos são colocados nas mesmas periferias empobrecidas em que muitas delas já habitavam. Por outro lado, a constituição de novas redes de apoio e ajuda mútua e a possibilidade de lutar por

uma vida mais digna (PÉREZ, 2019) a partir do processo de apropriação de um lugar de moradia perene.

Tem muitas mulheres adoecidas, eu tenho crise de ansiedade, não durmo com a luz apagada. Mas eu usei tudo que eu passei como força pra ir pra frente. Eu trabalho braçal desde os 12 anos. Eu tinha uma dor tão grande. Mas hoje eu acho que eu usei tudo isso pra crescer, pra ser uma mulher mais forte. Eu sei que é errado, mas a mulher precisa ser forte pra enfrentar. Especialmente as mães sozinhas. É possível superar. Eu quero que as pessoas olhem pra esse outro lado do residencial. De superação. De possibilidade. De gente que corre atrás. Que consegue. Que entende que merece mais. Eu vejo o Viver Bem como um lugar que trouxe muita esperança pra muitas famílias. Se não fosse assim, dificilmente eu conseguiria pagar uma casa própria. Tem os problemas, é longe, mas morar com dignidade muda a vida das pessoas. Como eu te disse, até a minha visão mudou, isso me trouxe muita, muita esperança. (MARIA, maio de 2022).

É da perspectiva das mulheres que se pode ter a dimensão da sua própria agência na direção da superação das condições a elas impostas. Sua territorialização (ainda que transitória) e seus processos de (re)significação para casa, vizinhança e família, mesmo que diante das vulnerabilizações encontradas. Esse processo demonstra uma “renovada insistência em dotar de urbanidade, em ‘tornar cidade’ esses sempre novos territórios, produzidos para confinar a pobreza” (ROSA, 2019, p. 741). Esse tornar cidade passa necessariamente pela apropriação do espaço e a sua transformação em lugar, no sentido de base para a reprodução da vida, no plano do cotidiano e do vivido (CARLOS, 2007a). As relações que as mulheres constroem com seus lugares de habitação se exprimem nos seus modos de uso, no cotidiano onde o espaço passa a ser apropriado e vivido através da materialidade de seus corpos.

4.2 Luciana

Nesse meio tempo eu agarrei e me inscrevi pras casa. Eu me inscrevi aqui pro Viver Bem e fui contemplada. Quando eles liberaram eu vim. E aqui estou. Aqui estou e aqui vou ficar. (LUCIANA, junho de 2022).

A casa representa muito mais do que apenas uma estrutura física. Na medida em que é apropriada, ela passa a ser um espaço que nutre a imaginação e permite que as pessoas reconheçam as suas necessidades cotidianas passando a representar um sentimento de pertencimento, onde se expressam identidades. Assim foi com Luciana, uma mulher negra de 45 anos de idade, vizinha e amiga de Dida. A conheci participando de um dos encontros do grupo, quando chegou com suas duas filhas pequenas, amigas das filhas de Dida. Ela tem quatro filhos, dois rapazes com idade em torno dos 20 anos e duas meninas.

Sua trajetória, também marcada pela busca por um lugar de moradia, foi atenuada pela rede de apoio familiar com que contava. Ainda assim, não deixa de ser atravessada pelo habitar a empobrecida periferia sul, onde sempre morou. Nascida na cidade de Rio Pardo, a

36 km de Santa Cruz do Sul, ainda adolescente, se mudou com os pais e seus seis irmãos para a cidade. Casou duas vezes, mas permaneceu morando com os pais no bairro Faxinal. Depois disso, morou na casa da irmã, no bairro Santa Vitória, onde permaneceu por dez anos, até receber a casa no Viver Bem em 2015. Nesse meio tempo, se separou do segundo marido e passou a viver só com os filhos, como está ainda hoje. Ela conta que não conseguia arcar com aluguel, por isso morou sempre com sua família. Sobre o residencial, Luciana tem a mesma percepção de Maria, de que a violência era mais acentuada nos primeiros anos, porém, a presença constante do tráfico permanece, mas que agora se sente mais tranquila de morar ali.

O problema aqui é a violência e o problema de droga. Tu vê as coisa, tu ouve as conversa. Não tem assalto, mas tem roubo. Tem esse pessoal que invade as casa pra matar ou pra brigar. Nada disso me afetou pessoalmente. São coisas que acontecem de vez em quando. No início acontecia mais, mas agora tá mais parado. Nada disso me afetou particularmente. Mas é coisa que tu ouve e depois tu fala assim: ah, eu moro lá no tal bairro e tu vê que as pessoa já ficam meio assim sabe? É esse tipo de coisa. Agora tá calmo, tá mais tranquilo. (LUCIANA, junho de 2022).

Eu me preocupava mais com meus filho quando eu morava no Santa Vitória, meu mais velho tinha uns 13, 14 e o outro uns 8. Isso aí me preocupava, o pequeno era mais criança, e podia ser mais fácil influenciado, eu me preocupava. Mas eu nunca tive problema com nenhum dos dois. O meu mais velho é decidido, se dá com todo mundo aqui, os do bem, os do mal e não se deixa influenciar. (LUCIANA, junho de 2022).

Uma situação ligada ao tráfico local aconteceu justamente na primeira reunião em que Luciana participou, em dezembro de 2021, quando um rapaz alto e com aparência bastante jovem bateu no portão da casa onde estávamos. Ele representava a facção do tráfico que tomava conta do lugar e tinha vindo por causa de uma postagem de Dida no grupo do Viver Bem no Facebook⁷⁸. Haviam sido roubadas peças dos aquecedores solares das casas, e Dida havia colocado um recado no grupo onde acusava veladamente a “organização”⁷⁹ de ter cometido os crimes. O rapaz insistiu que o deixássemos entrar e então afirmou que eles não seriam os responsáveis, que já estavam investigando e que logo as peças seriam devolvidas. Ele “aconselhou” Dida a apagar a mensagem, o que ela fez. No “grupo do Face” foi postada uma mensagem com o mesmo teor do aviso do rapaz ao nosso grupo. Algumas semanas depois as peças foram devolvidas aos moradores. Ficou implícito naquele momento o jogo de forças presentes no território. Com um sistema de comunicação discursiva próprio, de sentidos entrelaçados entre os valores da comunidade e a manutenção de certa ordem, ficou claro, e não só a nós, mas a todo o residencial, quem eram os “bons” e os “maus” criminosos.

⁷⁸ Esse grupo é muito ativo e conhecido dentro do residencial, e tornou-se muito utilizado para comunicações internas, divulgação de eventos e recados dos moradores uns aos outros. Nós mesmas utilizamos o “grupo do Face”, como os moradores se referem a ele, para divulgar ações promovidas pelo nosso grupo de mulheres.

⁷⁹ Essa era a forma como a facção que controlava o tráfico no residencial era chamada pelos moradores.

Esse discurso se torna infiltrado no cotidiano das relações familiares e de vizinhança e é atualizado diariamente por meio do controle implícito dos corpos e das ações (BIRMAN e PIEROBON, 2022), como no caso da postagem que Dida foi levada a apagar. A dinâmica relacional de poderes que se estabelece entre o tráfico, a polícia e os moradores é bastante velada, e mereceria uma investigação própria. Sendo assim, essas relações aparecem apenas como pano de fundo para a tese. Nesse sentido, Luciana foi uma das poucas mulheres a falar abertamente sobre a violência do tráfico no residencial:

Meu pátio era aberto sabe? E nunca ninguém entrou aqui e mexeu nas minhas coisa. Eu fiz o muro e demorei mais de ano pra colocar as grade. E mesmo assim nunca ninguém mexeu nas minhas coisa. Então o problema é coisas que acontecem no bairro e tu fica sabendo, mas não é coisa que acontece contigo. É coisas que te falam: ah, tu viu que invadiram a casa de fulano e mataram? Tu viu que assaltaram? Tu viu isso, tu viu aquilo? Sabe? Eu acho que tem a ver com o tráfico, eu acho não, eu tenho certeza que todas as briga, todas as morte aqui é relacionada ao tráfico. Entendeu? Tanto gente daqui que vende pra fora, quanto gente de fora que vem compra aqui. É um leva e traz. (LUCIANA, junho de 2022).

Outro tema que foi recorrente na fala de Luciana foi sobre o seu trabalho, como doméstica em uma “casa de família” em um dos condomínios residenciais de alto luxo no extremo norte da cidade, o Condomínio Reserva dos Pássaros. Ela conta sobre o trabalho que realiza, a forma como se sente valorizada pelos patrões e como eles a ajudam, várias vezes ao longo de nossa conversa. Também ficam evidentes as referências estéticas e de consumo em relação às outras mulheres do grupo, provavelmente vindas dessa outra cidade em que ela convive durante oito horas do seu dia.

Eu trabalho há sete anos de doméstica, faço todo o serviço da casa no Reserva (Reserva dos pássaros, um condomínio de alto luxo). Eu comecei assim, fazia todo o serviço da casa, mas eu me envolvia demais com as criança pequena. Eu fazia tudo. No primeiro ano eu ficava praticamente só com as criança. Hoje eu faço todo o serviço da casa, mas às vezes eu ainda cuido das criança, dou uma atenção pra eles. Eu faço todo o serviço da casa, cozinho, almoço, roupa, é tudo comigo. Eles saem de manhã, voltam pro almoço e saem de novo e fica tudo por minha conta. Eu tomo conta de tudo. (LUCIANA, junho de 2022).

A minoria das minhas interlocutoras estava em um trabalho fixo, com carteira assinada. No Brasil, o trabalho doméstico remunerado é uma das portas de entrada para as mulheres negras ao mundo do trabalho: 61% das trabalhadoras domésticas no país são mulheres negras (ABREU, 2022). Foi este tipo de trabalho que permitiu que Luciana tivesse melhor qualidade de vida junto a seus filhos. Ainda assim, mesmo contando com a ajuda financeira de seus dois filhos mais velhos para o sustento da casa, o dinheiro é insuficiente, o que faz com que sinta a necessidade de realizar outros trabalhos para complementar a renda familiar, sempre relacionados ao trabalho doméstico, como cozinheira e garçõete.

Antes eu trabalhei em outra casa, também de doméstica. Eu também trabalhei num restaurante no centro, o Quiosque. Lá eu trabalhava muito. Depois em outro

restaurante, o Cavalinho (dois restaurantes muito conhecidos do centro da cidade). Trabalhei na Heilige (uma das cervejarias mais tradicionais de Santa Cruz do Sul, também na área central). Eu gosto de trabalhar de noite, com público. Gosto muito da noite. E gosto de cozinhar. Agora é mais difícil com as guria pequena. Eu gosto muito, mas dei um tempo. Eu agora tô mais no dia. Mas quando precisa eu ainda faço uns bico, mas nada fixo. Eu trabalhei no açai e numa tele-entrega aqui no bairro, parei faz uns dois meses. (LUCIANA, junho de 2022).

Da mesma forma que as outras mulheres entrevistadas, Luciana precisou lidar com a logística do cuidado com as filhas pequenas para conseguir trabalhar. No seu caso, ela pagou para uma vizinha cuidar das meninas enquanto ela trabalhava, e ainda hoje, mesmo com as duas na creche e na escola, ela ainda conta com a ajuda das vizinhas para buscar as meninas diariamente.

Eu me separei e as conta ficaram tudo pra mim e pro meu mais velho. Eu não conseguia creche, eu tinha que pagar uma vizinha pra ficar com elas pra poder ir trabalhar. Aí, quando elas foram pra creche, eu pude pegar esse dinheiro e investir aqui, na casa. Aí meus patrão me ajudaram e eu coloquei as grade. Fazia dois anos que eu tinha feito o muro pra depois botar as grade. (LUCIANA, junho de 2022).

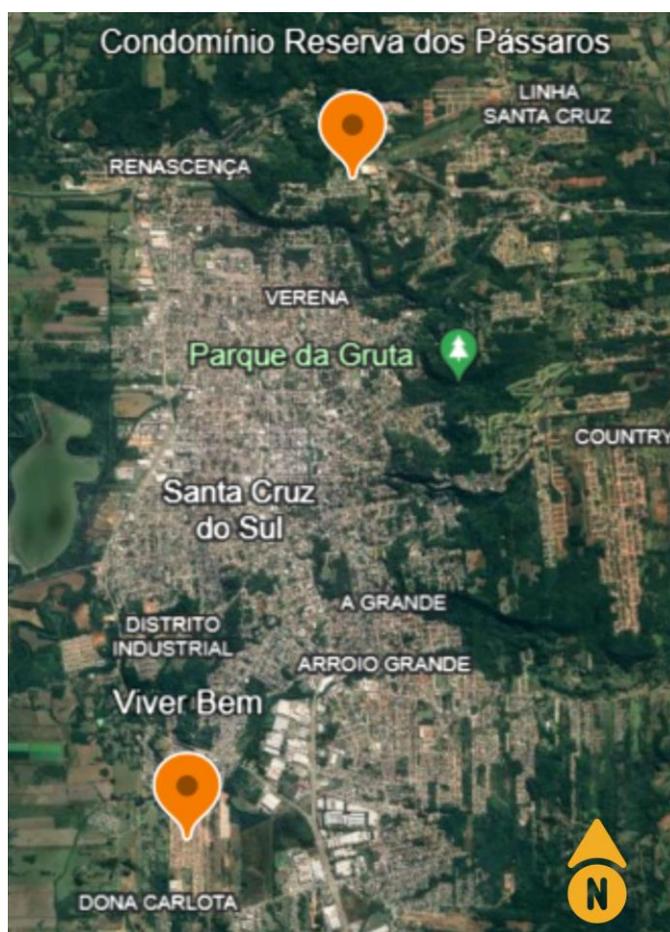
De manhã antes de trabalhar eu levo a pequena na escolinha aqui. Ela passa o dia todo na escolinha. Aqui no bairro. Quando eu vou trabalhar eu dou uma carona pra outra de Uber e deixo ela no Harmonia, na escola. Depois ela vem meio-dia com a Dida. Ela fica um pouquinho aqui com meu filho e almoça com meu filho que trabalha em casa. O outro trabalha fora mas vem almoçar em casa. Aí ela volta pro “projeto” com a outra vizinha e as criança dela. (LUCIANA, junho de 2022).

O trabalho remunerado também modifica as condições de mobilidade e consequentemente a forma como as mulheres se deslocam pelo espaço urbano. O acesso ao vale transporte, muitas vezes, é o que permite que as mulheres tenham condições de arcar com o custo desse deslocamento. Enquanto isso, o transporte coletivo privado é muitas vezes oferecido aos trabalhadores por conta da escassez de horários e ineficácia do transporte público. Esse tipo de transporte é muito comum nas grandes empresas santa-cruzenses, especialmente nas indústrias fumageiras, que costumam enviar vans para transportar seus funcionários. No caso de Luciana, com a precarização ainda maior do transporte público durante a pandemia, a solução encontrada por seus patrões para garantir sua presença no trabalho, foi o uso de transporte particular, no caso, o aplicativo Uber:

No início eu pegava dois ônibus. Pegava um até o centro e outro até a entrada do condomínio. Pra ir e voltar eu pegava quatro ônibus. Mas eles pagavam o ônibus. Com a pandemia e a diminuição dos ônibus ela (a patroa) falou com outra moradora (do condomínio Reserva dos Pássaros) e dividiu um Uber. Aí vai eu, mais uma menina daqui da vila, e aí vai uma que mora perto da Unisc... vai mais gente. A gente vai e volta. Quando os ônibus voltaram eu perguntei se era pra eu voltar a ir de ônibus, mas ela prefere que eu vá de Uber, pra não me atrasar. Eu pego na frente de casa, desço lá na frente. Não pego chuva. Não espero o ônibus. Ele me pega aqui às 7:15h e eu chego lá às dez pras oito da manhã. Depois ele me pega lá às quatro e me deixa aqui 4:40h. Se eu quiser ficar no centro ele me deixa no centro também. Então eu acho fácil morar aqui, me desloco facilmente. (LUCIANA, junho de 2022).

A mobilidade interdependente (JIRÓN e GÓMEZ, 2018), que se dá quando as pessoas se deslocam na companhia de dependentes, vizinhos, familiares, colegas de trabalho, etc., é uma realidade presente no cotidiano das mulheres, uma vez que elas normalmente se deslocam na companhia de seus filhos e dependentes, em trajetos que fazem parte do trabalho de cuidado como casa-escola-trabalho, entre outros. Essas relações se dão por meio de vínculos essenciais, emocionais ou práticos, que fazem parte da organização da vida cotidiana e são impossíveis de ser realizados sem os outros membros destas redes (JIRÓN e GÓMEZ, 2018). No caso de Luciana, o que viabiliza seu deslocamento pela cidade e permite que dê conta dos deslocamentos necessários para dar conta dos trabalhos remunerado e de cuidados, é a presença de uma rede composta por seus filhos mais velhos, vizinhas, colegas de trabalho e mesmo seus empregadores. Mesmo o transporte particular pago por seus patrões só é viabilizado porque é dividido entre outras mulheres, suas vizinhas, também trabalhadoras domésticas no mesmo lugar da cidade.

Figura 25 - Mapa do deslocamento casa-trabalho de Luciana



Fonte: minha edição a partir do Google Earth (2023).

As falas de Luciana são permeadas pela realidade que encontra em seu trabalho. Mesmo o significado da casa, seus sonhos e intenções, refletem essa outra realidade que vive cotidianamente:

Eu gosto de cozinhar, ali é meu sonho (aponta para um cômodo em construção na lateral da casa) Meu sonho é fazer uma cozinha maior, completinha, com todas aquelas coisa: máquina de lavar louça, e com todas as coisa que tu sabe... panela elétrica, toda aquelas coisa chique. É meu sonho. Aí aqui onde é a cozinha eu não sei, vou fazer integrada com a sala. E no fundo uma lavanderia. Vai ficar bom. É meu sonho. (LUCIANA, junho de 2022).

Seu acesso à cidade hegemônica constrói cenários diferentes em seu imaginário. A construção da casa nos contextos empobrecidos das periferias é constante, nunca acabado. É um assunto cotidiano, sem término previsto, pois sempre há melhorias a serem feitas ou ampliações desejadas. A forma de construção, nessa realidade, é sempre fragmentada, em contínuo estado de incompletude, uma “arquitetura do acaso” (JACQUES, 2003, p. 24), transformando a casa num permanente devir. Se antes da mudança para o residencial a casa própria era o objetivo, essa mudança transforma a melhoria de seu espaço de moradia no sonho almejado. Dida, Maria e Luciana ocupam seu tempo, seu pensamento e suas economias possíveis na transformação de suas casas, sempre desejantes de maior qualidade de vida para suas famílias. Esse efeito muda a relação de temporalidade presente na relação com o lugar de moradia (JACQUES, 2003). Enquanto a casa provisória, emprestada ou de aluguel representa um abrigo para essas mulheres e suas famílias, a casa vista como permanente (mesmo que haja mudanças posteriores) a partir da propriedade privada é vista como habitação.

Ainda que frequente o “outro lado” da cidade cotidianamente, Luciana não gosta de ir ao centro, fazendo isso somente quando precisa pagar contas ou outros serviços burocráticos, ou mesmo a trabalho. Mesmo para lazer, costuma ir ao Santa Vitória ou mesmo frequentar a precária pracinha existente do lado do galpão comunitário que abriga o “projeto”.

A gente vai na pracinha do lado do projeto. A gente nunca vai no centro. Quase nunca. Eu não tenho o hábito de andar pela cidade. Eu só vou se eu preciso ir. Se sou obrigada. Eu compro as coisa aqui no mercado no Santa Vitória. Às vezes eu compro sacola econômica aqui no bairro mesmo. Só quando eu preciso muito vou nos atacado. (LUCIANA, junho de 2022).

O constrangimento em relação ao centro da cidade também foi relatado por Luciana. A ausência de sentimento de pertença e o receio da estigmatização por morar na periferia foram relatados por ela e por outras mulheres. Como já visto anteriormente neste trabalho, o planejamento urbano normativo e hegemônico produz espaços recortados, que delimitam simbolicamente quem pertence a qual espaço, tanto em termos sociais quanto econômicos.

4.3 Kimberly

A praça é sempre o coração de um lugar. É o ponto principal de todos os bairros.
(KIMBERLY, Meu caderno de campo, abril de 2022).

Não tem como gastar 50 reais pra sair com a família no centro e comer alguma coisa. É metade do dinheiro do ônibus do mês. Quem vai deixar de comer pra ir no cinema?

(KIMBERLY, Meu caderno de campo, janeiro de 2022).

Em uma cidade de imensas desigualdades socioespaciais como Santa Cruz do Sul, onde o espaço urbano se (re)produz acentuando as relações capitalistas e de consumo, a percepção de pertença e de direitos passam também por esse processo. Em maior ou menor grau, as pessoas têm seus imaginários assentados sobre sua capacidade de consumir: mercadorias, serviços e a própria cidade. Mesmo a partir da obtenção da casa própria, lugar de fixação no espaço, articulam-se acessos ou não à cidade de acordo com a construção de valores impostas pelo uso e pela troca: o uso do espaço-tempo improdutivo pela lógica do capital e a realização de lucro, respectivamente (CARLOS, 2017). No imaginário das moradoras do residencial Viver Bem, a percepção não é diferente. A qualidade de seus acessos e o seu sentimento de pertença estão intimamente ligados tanto ao seu poder aquisitivo quanto ao seu lugar de moradia, de forma que grande parte delas não se sente pertencente aos outros lugares da cidade, que não a própria periferia sul em que viveram a maior parte de suas trajetórias. Para Kimberly não é diferente. Estudiosa, leitora voraz, interessada por política, literatura e arte, no período em que convivemos ela havia acabado de finalizar o ensino médio. Trata-se de uma jovem mulher parda de cabelos longos e cacheados. Seu grande sonho era o acesso ao ensino superior, embora tivesse clareza na compreensão das dificuldades impostas pela espessura (JIRÓN e MANSILLA, 2013) que a cidade se apresentava a ela e sua mãe.

Antes de mudarem para o Viver Bem, ela e sua mãe (que também participou e alguns encontros do grupo e da roda de conversa) moraram em outros bairros da mesma periferia sul da cidade, como a Várzea e o bairro Harmonia. Sua mãe engravidou ainda adolescente, e tanto ela quanto Kimberly acreditam que os estudos são uma forma de garantir que a jovem não siga os mesmos passos. Embora frequentasse diariamente o centro da cidade para estudar em um curso técnico-profissionalizante, não se sentia pertencente a essa parte da cidade e assim como Dida, Maria e Luciana, não costuma frequentar o centro para outras atividades:

Eu não me sinto pertencente à cidade. Eu não iria a qualquer lugar. Supondo que se eu tivesse uma boa condição social, e continuasse morando no Viver Bem, eu sei que eu ainda não seria tão bem vista. Não é como se aqui fosse assim, tipo um

“morro do dendê”⁸⁰, mas tem gente que chama aqui de “Cidade de Deus”⁸¹. Eu não... as pessoas, algumas acham que é perigoso aqui. Mas eu, eu pessoalmente, nunca passei por nada de perigoso aqui. Eu fico pensando, eles tem um olhar muito maldoso, sei lá, receio e tals. (KIMBERLY, junho de 2022).

Além do sentimento de não-pertença, existe a construção de uma “outridade” (CARNEIRO, 2005; KILOMBA, 2019; CURIEL, 2020), característica da colonialidade do saber e da definição de quem são os diferentes e passíveis de controle e subalternização. Essas definições socialmente construídas reafirmam a posição de “outro” àqueles que não pertencem às determinações hegemônicas: no caso de Santa Cruz do Sul, o discurso da colonização germânica, do centro geográfico e dos condomínios fechados que representam a “elite” dos que possuem todos os acessos, aparentemente inquestionáveis, como já foi descrito anteriormente⁸².

Kimberly tem os cabelos crespos e longos. Hoje eu perguntei porque não usa solto e elogiei seus cabelos. Ela me respondeu que não pode usar soltos porque não tem dinheiro para comprar xampus e cremes específicos para seus cabelos crespos. E que muitas vezes lava com sabão. Ela contou ainda que acredita que as pessoas têm preconceito, que o cabelo solto sem o tratamento (que ela considera) adequado faz as pessoas olharem diferente. “É difícil arranjar emprego de cabelo solto. Na escola também olham estranho. Uma coisa é uma guria com o cabelo hidratado, com o crespo arrumado. Outra coisa é o cabelo crespo ressecado, solto, ou até sujo. Ninguém te dá trabalho”. (MEU CADERNO DE CAMPO, janeiro de 2022).

É que aqui misturou o “pobredo” de tudo que é canto de Santa Cruz do Sul. Por exemplo, quando eu fui com a Sandrinha (outra participante do grupo) naquela reunião, eu passei... acho que pela linha Santa Cruz, e eu vi como assim... como é tão diferente, de tão bonito que é. Coisa que a gente nunca vai ver por aqui. Aqui não tem o mínimo de cuidado aqui, nesses campo (espaços de vegetação abaixo das antenas) eles corta a grama duas vezes por ano. Não tem nenhum cuidado, nos tacaram aqui e deu. (KIMBERLY, junho de 2022).

Outra questão que emerge de suas falas é a vontade de transformar o lugar em que mora em um lugar melhor, mais parecido com o que ela observa de longe em outras áreas da cidade. Politizada, Kimberly acredita que a solução para parte dos problemas que ela detecta no residencial seria a interlocução com os moradores.

Se eu pudesse escolher, eu não queria trocar de lugar, eu queria que a minha casa fosse melhor, mais bonita. Se eu fosse trocar de lugar, eu gostaria de morar mais perto do centro. Acho que facilita. Mesmo sem ter dinheiro pra entrar nos lugares,

⁸⁰ “Morro do dendê” e “Cidade de Deus” são duas referências culturais de um Brasil periférico que Kimberly admira e se identifica. O primeiro trata-se de um complexo de favelas da Ilha do Governador (Rio de Janeiro), e faz parte da letra da música “Rap das armas” (2008), transformada em hit pela dupla de “MCs” Cidinho e Doca. O rap também foi trilha sonora do filme nacional “Tropa de Elite” (2007) do diretor José Padilha, que trata sobre a violência da periferia urbana no Rio de Janeiro. O Morro do dendê era conhecido pela alta criminalidade e pelo domínio exercido pelo tráfico.

⁸¹ Cidade de Deus (2002) é um filme nacional, dirigido por Fernando Meirelles, sobre a mesma temática das periferias urbanas brasileiras. Trata da história da favela conhecida pelo mesmo nome através da narrativa de vários personagens. É considerado um dos mais importantes filmes brasileiros da época e recebeu quatro indicações ao Oscar.

⁸² Ver item 1.3 desta tese.

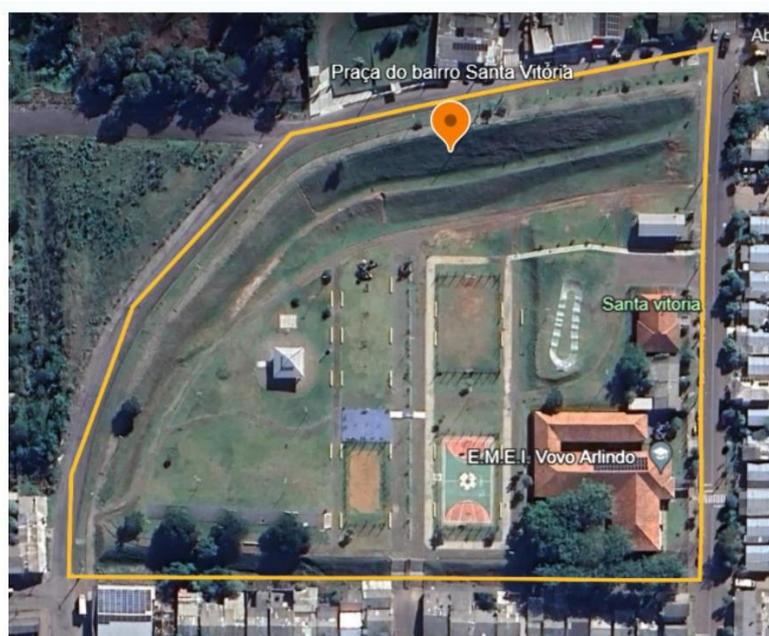
dá pra passear. Eu queria que aqui tivesse uma praça bonita, como no Santa Vitória. Queria que as coisas fossem bonitas aqui também. (KIMBERLY, junho de 2022).

Se me perguntassem, eu acho que as casas deveriam ter mais conforto, deveria durar realmente, melhor qualidade. O pátio não precisaria ser tão grande, mas necessitava ter mais cuidado no início. Parecia que era no meio do nada, só tinha uma argila, um barro vermelho. Não tinha árvore. Tinha que ter mais cuidado com as pessoa. É frio e úmido. Os piso verte água. Tinha que ter as entrada pros outros bairros, “ligamentos” entre eles. Pra gente poder circular. (KIMBERLY, junho de 2022).

A melhoria de vida que eles pensaram pra gente era qualquer coisa. Ninguém pensou de verdade na gente. Ninguém perguntou pra gente. Eu gosto de morar aqui, o problema é como foi feito, como a casa foi feita. Mas a gente se acostuma, vai se ajeitando. (KIMBERLY, junho de 2022).

É fundamental considerar a experiência vivida, o cotidiano dos moradores nos processos avaliativos das políticas públicas habitacionais (NETO *at al*, 2023). Mais ainda seria a participação dos futuros moradores nos processos de implementação dessas políticas. Mas não na perspectiva universalizante adotada atualmente, transformando os indivíduos em métricas homogêneas. Mas sim utilizando a experiência do vivido para responder de forma mais adequada às demandas específicas que a política pública se destina a suprir. Os anseios de Kimberly e outros jovens envolvem a criação de espaços públicos apropriáveis para lazer e cultura ali mesmo no residencial. Enquanto isso não acontece, frequentam a praça do bairro Santa Vitória.

Figura 26 - Praça do bairro Santa Vitória



Fonte: minha edição a partir do Google Earth (2023).

Figura 27 - Localização da praça do bairro Santa Vitória



Fonte: minha edição a partir do Google Earth (2023).

Em maio de 2022, participei de uma das atividades promovida pelo CRAS Beatriz na praça. Era uma oficina de grafite, ministrada por um artista conhecido e voltada para jovens estudantes:

Foi a primeira vez que caminhei pelo bairro Santa Vitória sozinha: estacionei no CRAS Beatriz e caminhei até a praça. Fazia sol e calor, e o cheiro doce de tabaco estava muito forte. No início era agradável, mas depois de um tempo se tornou enjoativo. Passei a tarde na praça com as(os) adolescentes. Elas(es) colocaram música, trouxeram lanches e pareciam muito empolgados com a arte que estavam produzindo. Riam, dançavam e conversavam despreocupadamente. Só o nosso grupo estava na praça. Ao final da tarde, começaram a chegar outras pessoas, a maioria jovens, que formavam pequenos grupos em diferentes locais da praça. Alguns fumavam e bebiam enquanto escutavam música. Quando me despedi para ir embora, algumas jovens se ofereceram para me acompanhar até o CRAS: afirmavam que naquele horário não era seguro eu circular por ali. Foi uma tarde tranquila e repleta de lazer e cultura. Esse tipo de atividade não acontece dentro do

residencial e evidencia a falta que faz um espaço qualificado de lazer como essa praça por lá. (MEU CADERNO DE CAMPO, maio de 2022).

Figura 28 - Praça do bairro Santa Vitória



Fonte: minha autoria (maio de 2022).

Figura 29 - Oficina de grafite na praça do bairro Santa Vitória



Fonte: minha autoria e edição (maio de 2022).

Figura 30 - Oficina de grafite na praça do bairro Santa Vitória



Fonte: minha autoria e edição (maio de 2022).

Caminhar pela cidade envolve um processo de apropriação do espaço, que está implicado de permissões e proibições, possibilidades que podem ser ou não transpostas pelo caminhante (CERTEAU, 2014). Porém, fazer isso em um corpo de mulher traz constrangimentos e proibições (nem sempre explícitas) específicos. Caminhar pela cidade é um exercício de apropriação e constituição de cidadania (SOLNIT, 2016), ou, como afirma Certeau (2014), uma forma de tecer a cidade e impor significantes próprios a ela. Virgínia Woolf em *Street, Houting* (2014) fala como caminhar pela cidade é um ato de criação, onde ela cria uma cidade para si e a cidade é criada por ela, através de suas memórias. Indo além, caminhar pela cidade, sendo mulher, é por si, um ato de resistência, especialmente para as mulheres nas periferias. Meu caminhar pelo bairro Santa Vitória não foi despreocupado, mas permeado de cuidado e receio, uma sensação de estar “fora do lugar” (KERN, 2021). No caminho, meu olhar espreitava qualquer movimento ou presença masculina, ou ainda, construções que pudessem me parecer ameaçadoras, como terrenos baldios e espaços desertos. Meu maior medo, uma implicação das construções sociais de gênero: o assédio. Para Lindón (2013), os imaginários de medo e insegurança são constituídos por identidades e

alteridades apreciadas ou rechaçadas em espaços que nos são familiares ou não na cidade. Nos pequenos trajetos que caminhei, apesar da sensação de estranhamento, estive em segurança. Ao retornar, já estava acompanhada das jovens que estavam na oficina, o que tornou a caminhada mais tranquila. Para mim, a presença das jovens formou uma pequena e breve rede de ajuda entre mulheres, onde eu estava incluída e que fez com que eu me sentisse mais segura, marcando a minha possibilidade de mobilidade naquela experiência espaço-temporal.

O espaço, enquanto experiência social, é o lugar de apropriação através da prática, do uso, de onde se constroem sentidos e se desenrolam paisagens (CERTEAU, 2014). As falas de Kimberly trazem referências de outras paisagens e espaços que ela observa fora do Viver Bem. Espaços e paisagens que provocam anseios e desejos espaciais (LINDÓN, 2013), e que fazem parte de um imaginário constituído de suas práticas urbanas, do seu próprio fazer-cidade. Essas falas trazem um sentido de um devir de cidade, de bairro e de vizinhança. Diferente das falas das outras mulheres entrevistadas, as suas são permeadas de referências espaço-temporais que vão muito além do seu lugar de moradia. Talvez pela juventude e pelo fato de Kimberly ser a única mulher sem filhos. Talvez pelo seu acesso a conteúdos digitais que ampliam seu pensamento crítico. Embora fisicamente ela não se movimenta pela cidade tanto quanto gostaria, através das redes sociais tem acesso a infinitas possibilidades.

O grupo social a que minhas interlocutoras pertencem tem um grau de homogeneidade social interna, um fator de homofilia⁸³, que limita suas possibilidades de mobilidade. Porém, através da formação das redes de ajuda entre mulheres, essa homogeneidade é atenuada pelos diferentes processos de apropriação e mobilidade que desenvolvem entre si. Para Kimberly, essas redes a levaram a acessar possibilidades e conhecimentos, através dos estudos, das redes sociais e acesso à internet e o acesso à arte. Isso se reflete no seu discurso sobre a cidade e em suas práticas urbanas cotidianas. Ainda assim, as relações dos indivíduos com o mundo são marcadas e construídas a partir de um ponto no qual ele se reconhece como pertencente, a casa e seu entorno, revelando identidades forjadas na prática espacial cotidiana. É nesse plano que se materializam as formas de controle realizadas pela concepção espacial (CARLOS, 2007), neste caso, da política pública

⁸³ O conceito de homofilia aqui utilizado é baseado nos estudos de Marques, Castello e Bichir (2012) e Netto (2014) que se referem ao grau de homogeneidade interna de uma rede pessoal (rede de sociabilidade) e sua capacidade de mobilidade. Os autores e autoras afirmam que fatores como classe social e poder aquisitivo podem ampliar consideravelmente os acessos dos atores e proporcionar mobilidade em escalas espaciais mais amplas. Porém, não consideram a forma como as redes de ajuda entre mulheres, mesmo em classes sociais mais baixas, podem ampliar de forma significativa os acessos dessas mulheres não só à mobilidade urbana, mas a condições mais dignas de vida.

habitacional. Apesar dos acessos que Kimberly teve, ela ainda é submetida aos estigmas e constrangimentos construídos sobre o seu lugar de moradia. E é a partir desse lugar que se constitui suas possibilidades de mobilidade, (re)existência e transformação.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PARA CONTINUAR

Não existe ponto final quando se fala em devires.
(MEU CADERNO DE CAMPO, agosto de 2022).

Rupturas. Essa foi a palavra que me moveu enquanto pesquisadora ao longo das minhas vivências no campo empírico. Logo entendi que para pesquisar mulheres, de forma a combater universalizações hegemônicas e coloniais, precisaria transpor abordagens tradicionais e voltar o olhar acadêmico para a concretude da vida material, corporificada e territorializada. Diante de realidades que hora se distanciavam, ora se encontravam em consonância com minha própria realidade de mulher, busquei uma aproximação horizontalizada e para isso, precisei romper com certos paradigmas dominantes, buscando referências na teoria feminista e decolonial e em metodologias de pesquisa disruptivas para o campo do planejamento urbano e regional, como espero ter deixado evidente ao longo desta tese. Dessa forma, os contornos dessa pesquisa foram alinhavados conforme se construía o processo espaço-temporal da minha própria trajetória no campo, ao lado de minhas interlocutoras, estando presente o máximo possível, dentro das minhas próprias condições de (i)mobilidades enquanto mulher, mãe solo, estudante e pesquisadora.

Sem categorias formadas *a priori*, a aproximação com uma exploração etnográfica (ROSA, 2014) surgiu como uma das respostas para meus questionamentos acadêmicos, pois permitiu que eu fizesse parte da vida de outras pessoas de forma a questionar minhas próprias teorias e pressupostos fundamentais sobre o mundo, possibilitando a descoberta de novas formas de pensar, ver e agir (SHAH, 2020) na cidade. Minha angústia ao finalizar este trabalho, é a de olhar para a imensa quantidade de material produzido e para a infinidade de temáticas surgidas a partir dos caminhos pelos quais a pesquisa foi me levando. Foram questões que igualmente me instigaram, mas sobre as quais não pude me debruçar devido às forças da minha realidade de estudante de doutoramento, com um objetivo a ser cumprido. Acredito que finalizar esta tese é como uma costura de partes escolhidas para formar um todo que faça sentido, mas que é tão importante quanto cada uma dessas partes. Como uma colcha em que a beleza do resultado final, não se sobrepõe à riqueza de cada um dos retalhos costurados.

Assim, ao longo de aproximadamente um ano, mas com a bagagem de uma experiência de toda uma caminhada pessoal e profissional, me dediquei a entender os mecanismos de resiliência, (re)existência, subversão e transformação da cidade e da política

pública habitacional que as mulheres desenvolvem desde o vivido. As ações cotidianas, individuais ou coletivas, que permitem que elas busquem uma vida mais digna para si e seus dependentes e que formam a cidade desde as margens (AGIER, 2015). Assim, essa tese trata tanto de realidades vividas, quanto de futuros desejados. Não acredito ser necessário (ou possível) reconstruir aqui os caminhos teóricos e metodológicos desta pesquisa, nem os argumentos e reflexões resultantes deles. Mesmo porque, estas reflexões não são resultantes de um único caminho teórico ou de conceitos e categorias preestabelecidas, mas de questões e temas surgidos ao longo da convivência e interlocução com as mulheres que fizeram parte deste processo. E também das observações que realizei ao longo do trabalho. Assim, coerentemente com o diálogo teórico-empírico a que me propus realizar, nesta última reflexão para a tese me proponho a trazer ao debate uma série de questões que surgem a partir das reflexões até aqui desenvolvidas. Trago-as não como respostas ou com a proposta de soluções, mas sim como substrato para novas possibilidades que se abrem para futuras pesquisas e debates, para mim mesma e para meus pares: pesquisadoras e pesquisadores urbanos, legisladoras e legisladores, políticas e políticos, planejadoras e planejadores e todos aqueles que se interessam por entender melhor o que pode significar “ter direito à cidade(s)”.

Experiência urbana comum – o encontro de trajetórias

As trajetórias narradas pelas minhas interlocutoras trouxeram invariavelmente a precariedade habitacional e os constantes deslocamentos que desempenhavam em função da moradia: pelo alto custo dos aluguéis, pela situação de coabitação com outras famílias, ou ainda pela precariedade das construções as quais conseguiam acessar. Além disso, contaram também dos seus percursos nas periferias, com formas semelhantes de acesso à infraestrutura e serviços públicos urbanos (ou a falta deles) e ainda da ausência de redes de ajuda e cuidado pessoais ou estatais. Essa construção do lugar das mulheres empobrecidas, em sua maioria responsáveis pela família, nas margens urbanas é uma realidade que atravessa as cidades brasileiras e que se repete em de Santa Cruz do Sul. A violência doméstica e de gênero, por sua vez, se constitui como presença frequente nessas narrativas, configurando um aprofundamento de uma situação de vulnerabilidade, quando muitas mulheres precisaram sair da casa que dividiam com seus parceiros ou familiares para fugir das suas agressões, muitas vezes “só com a roupa do corpo” e acompanhadas de seus filhos.

Com a aquisição da casa própria a partir do programa Minha Casa Minha Vida, a sobrevivência cotidiana ganha novos contornos, pois seus recursos e esforços se deslocam da obtenção de moradia para a preocupação com outras necessidades como trabalho remunerado,

alimentação adequada, saúde e educação. Também se apresentam a partir das dinâmicas de apropriação territorial que as mulheres passam a desenvolver à medida em que se reconhecem em seu novo lugar de moradia, a formação das redes de ajuda que, mesmo que frágeis e intermitentes, possibilitaram melhores condições de vida. Assim, as práticas cotidianas e a formação de vicinalidades e redes de ajuda tomaram uma dimensão central para esse trabalho, em termos analíticos, a partir da importância que assumem para as condições de vida das mulheres e para as possibilidades de buscar por uma vida mais digna. Foi através das redes de ajuda que mulheres puderam deixar seus filhos para trabalhar, tiveram acesso à alimentação, abrigo em situações de violência, acessaram políticas públicas de apoio e foram capazes de ultrapassar inúmeras situações de vulnerabilização, normalmente relacionadas com seus papéis sociais de gênero e seus atravessamentos.

Essas práticas cotidianas gravitam em torno da conquista da casa própria e das dinâmicas desenvolvidas em função do “novo” lugar de habitação. Lugar esse que surge de seus processos de territorialização a partir da materialidade corporificada de ser mulher, e que personalizam a política pública habitacional. Essa dinâmica transforma o “local” em que foi implementada em “lugar” (CARLOS, 2007a) dessas mulheres no espaço urbano⁸⁴, ainda que não escapem da grande teia de microrregulações cotidianas que (re)produzem a ordem urbana.

Assim emergiram do campo empírico a dimensão das transformações que se desenrolam de forma multiescalar a partir do lugar de habitação: nas relações intrafamiliares, na relação com a casa, na constituição de vicinalidades, na formação de redes de ajuda, nos deslocamentos entre bairros, no acesso a cidade como um todo. Essas transformações ocorrem nos âmbitos individual, familiar e coletivo, e implicam em construções concretas e simbólicas que se evidenciam no espaço. Assim, o ponto de convergência desta pesquisa se dá no encontro das trajetórias das minhas interlocutoras no mesmo lugar de habitação, implementado a partir da política pública habitacional, que se torna a “experiência urbana comum” (ROSA, 2014, p. 350) que transpassa todas as narrativas trazidas nessa tese e as reflexões delas resultantes.

⁸⁴ Considero aqui o conceito de lugar enquanto espaço apropriado, que se realiza na prática cotidiana e instala-se no plano do vivido, produzindo o “conhecido-reconhecido”, onde a vida se desenvolve em todas as dimensões (CARLOS, 2007a).

(Re)existir para existir: as redes de ajuda e cuidado entre mulheres

A política pública habitacional insere-se na cidade enquanto mais um dispositivo de controle e disciplinarização das mulheres e de esquadramento do espaço urbano periférico. Essas formas de controle, estabelecidas através do provimento subsidiado de moradia, se inscreve no conjunto de práticas, estratégias e discursos que compõem as formas de poder disciplinar sobre os corpos no território urbano. É o poder sendo exercido através de obrigações distribuídas ao longo do tempo (FOUCAULT, 2019a), que, no caso das mulheres, correspondem também à manutenção da divisão sexual do trabalho, reforçando a responsabilização pelo trabalho doméstico e os cuidados com os filhos. Esteve presente ao longo das narrativas de minhas interlocutoras a centralidade da preocupação com a manutenção das políticas sociais às quais tinham acesso, e para isso, precisavam garantir, por exemplo, a manutenção das crianças na escola e a carteira de vacinação atualizada, o que somavam trabalho e deslocamentos consideráveis às suas atividades cotidianas. O próprio trabalho social para a implementação da política habitacional não deixa de ser uma forma de doutrinação dos corpos para torna-los dóceis a este controle. O lugar pré-determinado para a moradia na periferia sul de SCS: afastado do centro urbano e das áreas de maior potencial de especulação imobiliária; é ao mesmo tempo próximo das indústrias e mantém o contingente de trabalhadores de baixo custo nas proximidades, barateando custos e facilitando a logística. Essa dinâmica reafirma as fronteiras espaciais e identitárias da cidade, espacializando a pobreza, especialmente a feminina, como foi trazido ao longo da tese.

Na medida em que as mulheres constituem a maior parte das moradoras os conjuntos habitacionais produzidos através do MCMV, pode-se considerar que esses lugares se constituem como “territórios de (re)existência”⁸⁵ que surgem a partir das práticas generificadas de resistência diante de processos de desigualdade, discriminação, exploração e opressão (TAVARES, 2015) que se territorializam a partir do reassentamento dessas mulheres através da política habitacional. Essas (re)extências se ampliam a partir do vivido e da escala do corpo das mulheres, em suas práticas cotidianas. São atos de contraconduta silenciosos, como deixar os filhos sozinhos em casa para poder trabalhar, dividir os cuidados/deslocamentos das crianças com as vizinhas, dividir as cestas básicas que a prefeitura fornece, dividir outros alimentos, roupas e objetos conseguidos através de doações,

⁸⁵ Aqui adapto a expressão usada por Tavares (2015): “espaços generificados de resistência”, para se referir a espaços forjados através de movimentos cotidianos de resistência das mulheres na cidade.

olhar os filhos da vizinha enquanto ela trabalha, cuidar das vizinhas doentes, abrigar mulheres da comunidade vítimas de violência doméstica, dividir o custo do transporte para ir até o centro em busca de algum auxílio ou acesso às políticas sociais, dividir o espaço de moradia para ajudar umas as outras... a lista de práticas de cuidado que possibilitam a existência das mulheres é imensa.

O cuidado como forma de (re)existência constitui então uma economia importante no processo de territorialização, na medida em que está presente em diferentes etapas da vida e implica diretamente nas possibilidades de mobilidade (JIRÓN e GÓMEZ, 2018) e de busca de uma vida mais digna. Ainda assim, as normatividades e os princípios abstratos e universais presentes nos aspectos econômicos, políticos, sociais e ideológicos sobre os quais se alicerçam a política pública habitacional desconsideram essa importante dinâmica. O Estado, por sua vez, de onde o sistema capitalista permeia as esferas privadas e públicas da vida, se mantém ausente das discussões sobre a temática do cuidado, transferindo a questão, mais uma vez, para a responsabilidade individual das mulheres (JIRÓN e GÓMEZ, 2018).

Acredito ser possível ainda traçar um paralelo entre as redes de ajuda e cuidado (ainda que efêmeras) que se formam entre as mulheres e a potência da amizade entre homens homossexuais, a que se refere Foucault (2014), e entre mulheres feministas, as quais aponta Ionta (2017), quando as descrevem enquanto relações mais frágeis e vulneráveis que as familiares porém capazes de transformações sociais, políticas e econômicas. As mulheres que se unem nessas redes recusam, ainda que de forma inconsciente, as múltiplas sujeições a que seus corpos são submetidos. São formas de recusar normas pré-estabelecidas em nome da própria sobrevivência e da sobrevivência de seus filhos, “recusando as regras do jogo estabelecido e criando outros jogos” (IONTA, 2017, p. 379), colocando em xeque os dispositivos de governamentalização presentes no vivido.

Na medida em que surgem a cada dia novas práticas a partir de suas demandas cotidianas, as redes de ajuda e cuidado assumem um papel central em seus processos de territorialização e, como não podia deixar de ser, neste trabalho. Aqui elas são tomadas enquanto mecanismos que burlam os constrangimentos e o controle que a política pública habitacional, as construções de gênero e o Estado impõem sobre as mulheres. Minhas interlocutoras desenvolveram mecanismos de sobrevivência e (re)existência forjados na falta, na subtração de direitos e na ausência de condições mínimas para a vida digna. Nesse contexto, funcionam ainda como reação a espoliação de seus corpos individual e coletivamente, e agem no sentido de adaptar as normas universais que regem as políticas

públicas urbanas de forma que elas venham a responder às necessidades que se apresentam no vivido, no cotidiano territorializado e corporificado.

Apropriar-se também é poder transformar a casa

As subversões aos constrangimentos impostos pelo programa habitacional se materializam também nas transformações físicas na casa: a ampliação, a construção do alpendre na frente, o ajardinamento, o fechamento por muros ou grades, a transformação da habitação em espaço de trabalho e subsistência e a construção de novos cômodos adaptados para essas novas funções. Tais mudanças também expressam a transformação entre as dimensões de abrigo e habitação: o abrigo anterior, temporário e provisório e a habitação na casa própria, que se apresenta como permanente ou pelo menos, durável (JACQUES, 2003). Essas intervenções estão em permanente estado de incompletude e se dão no sentido de futuro esperado, de espaço inacabado, a ser melhorado, ampliado e (re)construído indefinidamente, desobedecendo a dureza da norma habitacional, permeando de realidade vivida a normatividade do projeto e do plano urbanístico. Trago ainda a reflexão sobre como a forma que essas modificações que permeiam o imaginário das mulheres e suas famílias, podendo ou não ser materializados, estão intimamente inter-relacionados com os processos de constituição do eu e de suas identidades.

A transformação da casa também se torna um importante elemento para a economia local e é parte das formas de subsistência de suas moradoras. Os pequenos comércios, a cozinha ampliada para fazer quitutes para venda, a sala utilizada como salão de beleza, os cômodos transformados em depósito, entre outras adaptações, são elementos definidores de novas formas de vivenciar o espaço e as temporalidades que constituem o vivido. O cotidiano precisou ser adaptado e a reprodução social se mistura com a circulação de mercadorias e dinheiro, conectando a vida doméstica ao trabalho, ambas fortemente marcadas pelas relações de familiaridade e vicinalidades. Ganhar o dinheiro para manutenção da família e a própria dinâmica familiar se transformam em processos complementares, conectados na vida cotidiana. As aspirações para o futuro da família se misturam assim com os planos de melhorias na casa: a construção de mais um quarto ou banheiro, da cozinha dos sonhos ou de uma casa para abrigar a futura família dos filhos nos fundos: *“isso aqui é o futuro das gurias”* (DIDA, maio de 2022).

O paradoxo da política pública habitacional

É visto que a política habitacional brasileira se volta para o imenso contingente de mulheres que configura o déficit habitacional no país. E desse fator resulta uma maioria de mulheres titulares dos financiamentos contratados. Ao longo desta tese procurei me familiarizar do cotidiano das minhas interlocutoras, estabelecendo aos poucos uma relação de confiança que me permitiu observar de perto a forma como se estabelecem suas atividades diárias, seus gestuais e discursos não pronunciados, que iam além das suas narrativas. Assim foram se descortinando suas projeções e expectativas em relação à cidade, ao bairro e à casa. Foi através da convivência cotidiana também que se mostraram os efeitos de controle e os constrangimentos que a política pública habitacional imprime em seus fazeres cotidianos e as fronteiras que se estabelecem em relação à cidade hegemônica.

Paradoxalmente, a mesma política que prioriza a titularidade das mulheres, é universalizada tanto em sua concepção como em sua implementação. As métricas que regem a norma habitacional não levam em consideração o tipo de deslocamento poligonal/orgânico que as mulheres desempenham cotidianamente, as redes de apoio estatais necessárias para a mobilidade urbana, as condições necessárias para que acessem ou se mantenham no mercado de trabalho formal, e nem mesmo a divisão sexual do trabalho que é ao mesmo tempo reafirmada e dificultada pelas mesmas políticas públicas. A dinâmica do cuidado e a importância dessa esfera na vida pública e privada das mulheres também é assunto negligenciado e a neutralidade em que essas políticas se apoiam são sedentárias e dualistas, acabando por reforçar a dicotomia entre lugar público *versus* privado e lugar da moradia *versus* lugar de trabalho remunerado (JIRÓN e GÓMEZ, 2018).

As tipologias adotadas (tanto verticais, quanto horizontais) e o engessamento quanto às possíveis transformações nos espaços da casa, assim como a ausência de políticas que possibilitem a autoconstrução assistida⁸⁶ não respondem à realidade das famílias. A perspectiva da permanência no lugar de habitação traz às famílias e possibilidade de abrigar as famílias de seus filhos, e o acesso ao trabalho remunerado traz perspectivas de ampliação e transformação permanente das casas, sempre havendo melhorias e transformações a fazer. A obrigatoriedade do uso residencial age no sentido de diminuir a autonomia das mulheres e suas possibilidades de sustento e abrigo, perpetuando a noção universalizante e colonizada e desconsiderando as formas de viver e fazer-cidade das mulheres, a maneira como os trabalhos reprodutivos e remunerados se misturam em seus cotidianos e as demandas por sobrevivência

⁸⁶ Assistência técnica especializada oferecida pelo Estado para que as famílias possam realizar seus processos de autoconstrução e reforma das casas de forma adequada.

e sustento de seus dependentes, uma vez que a maioria delas é responsável única por essas atribuições. Ao mesmo tempo, a propriedade da casa traz autonomia às mulheres e seus filhos em relação a situações de extrema vulnerabilidade, inúmeras vezes permeadas pela violência doméstica de gênero, permitindo que se estabeleçam seus processos de apropriação espacial e territorial. Assim, a partir da permanência no lugar de moradia, se possibilita o estabelecimento dos processos de transformação, subversão e (re)existência ao próprio regime de controle que a política habitacional impõe.

Esse importante paradoxo se mostra como uma das chaves para a reflexão sobre possibilidades de mudanças epistemológicas nos pressupostos teóricos e metodológicos que regem tanto a elaboração, quanto a implementação da política do Minha Casa Minha Vida. Lembro que este trabalho não se propõe a elencar outras formas possíveis, e até mesmo desejáveis, de provimento habitacional, como aluguel social ou uso social da propriedade. Aqui, me proponho a analisar a política habitacional hegemônica na tentativa de apresentar subsídios para possíveis transformações em seu formato. Ao pesquisar as práticas urbanas e as formas de fazer-cidade(s) das mulheres moradoras de um conjunto habitacional implementado a partir do MCMV, procurei entender as dimensões desta intervenção criada na experiência de habitar a cidade atravessada por essa realidade. Essa tese também assume o papel de denúncia a respeito das bases sobre as quais as políticas habitacionais se erguem, desconectadas com a realidade vivida e ancoradas em conceitos universalizantes e colonizados sobre o papel da mulher na sociedade. A arbitrariedade se descortina nas ações desvinculadas da experiência material e corporificada de ser mulher na cidade, desconsiderando seus atravessamentos e intersecções, mesmo em uma política que se propõe a atender à falta de moradia que recai majoritariamente sobre as mulheres.

Entendo que uma política habitacional não pode ser reduzida à simples provimento de moradia, apoiada em métricas quantitativas de avaliação de resultados, assim como as avaliações pós-ocupação são insuficientes na medida em que se concentram apenas na qualidade técnica das construções. Assim, as práticas espaciais cotidianas das mulheres deveriam se dar amparadas pelo lugar de habitação proposto pela política pública e não apesar dele. O habitar não pode ser desvinculado dos modos de vida de seus habitantes, sob a pena de perpetuar e aprofundar desigualdades abissais na tessitura das cidades. Nesse contexto, essa tese buscou a costura de caminhos teóricos que evidenciassem a relevância do protagonismo das mulheres e outras minorias na produção de seus espaços na cidade, contribuindo para que essa problemática venha à tona nos estudos urbanos e regionais. Indo além, acredito ser necessária uma ruptura nos processos de (re)produção de moradia, onde os

planejadores, gestores e implementadores sejam coadjuvantes, deixando que emerjam de processos participativos que antecedam e balizem os projetos, os interesses, as subjetividades e os modos de viver das populações que serão afetadas pelas políticas públicas.

Cidades por vir

Entre as alternativas ao planejamento urbano universalista e colonizado se apresentam o protagonismo aos modos de vida das moradoras e moradores e a centralização do cuidado como prerrogativa para os projetos habitacionais e urbanísticos. A participação dos usuários nos processos de elaboração e implementação dos projetos e a busca de subsídios no território vivido é um passo primordial para uma efetiva mudança de paradigmas. A multifuncionalidade, quebrando a rigidez do funcionalismo sob o qual são produzidas as cidades, possibilitando mudanças nos usos do solo e flexibilização de setores espaciais, trazendo vitalidade urbana aos espaços. Os arquitetos e urbanistas atuando como coadjuvantes nos processos de elaboração dos projetos, sendo agenciadores de propostas coletivas e não como tomadores de decisões individuais. A participação de agentes implementadores com vivências nas comunidades, atuando em direção aos interesses dos usuários.

Nos conjuntos habitacionais implementados através da política pública esses elementos poderiam se traduzir em: 1) usos não-residenciais combinados aos residenciais; 2) presença dos serviços de apoio estatais como creches, escolas, postos de saúde e restaurante comunitário; 3) espaços de uso comum, como lavanderias e hortas; 4) espaços de lazer infantil protegidos e próximos das casas; 5) áreas de uso misto, como comércios e serviços a serem implementados pelos moradores; 6) flexibilidade construtiva com possibilidade de ampliação ou transformação das casas com o fornecimento de assistência técnica para autoconstrução; 7) tipologias arquitetônicas que conversem com as regionalidades territoriais e contem com espaços que atendam ao trabalho de cuidado, como cozinhas espaçosas e com aberturas voltadas para os espaços de lazer infantis; 8) variedade de tipologias atendendo a diferentes realidades; 9) edifícios de uso comunitário, como centros de bairro; 10) trabalho social público permanente no sentido de fomentar e fortalecer as redes de ajuda, as relações de vicinalidades e o senso de comunidade; 11) conjuntos residenciais menores e em maior quantidade; 12) casas com melhor qualidade construtiva e que requeiram menor manutenção, desonerando os moradores; 13) presença dos agentes de segurança pública.

Apesar de distantes da realidade brasileira, as condições elencadas acima foram encontradas em conjuntos residenciais já habitados ao redor do mundo. São ainda iniciativas pontuais, mas que se tornaram exemplos de possibilidades para cidades mais inclusivas, onde

a construção de habitação para populações vulnerabilizadas funcione efetivamente como políticas públicas sociais, e não somente como fomento à construção e provisão de moradia. Políticas essas que tragam emancipação para as mulheres atravessadas pela pobreza e falta de moradia, fortalecendo suas redes de ajuda e cuidados, ampliando suas possibilidades de mobilidade espacial e seu acesso ao trabalho remunerado. Ressalto ainda a necessidade de articulação de qualquer política pública urbana com uma política nacional de cuidados, onde haja uma efetiva redistribuição social do trabalho de cuidado e formas de compensação/remuneração para essa tarefa desconsiderada até então para a economia nacional.

Chego ao final desta tese, mas ainda muito longe de esgotar o debate sobre as possibilidades de construção de cidades mais justas e de políticas públicas habitacionais emancipatórias que respondam ao território vivido, anseio ter acrescentado um ponto a mais na costura de teorias e práticas que venham a romper com o urbanismo hegemônico. Desde o princípio deste trabalho a busca por rupturas me instigou: fossem elas epistemológicas, metodológicas, na escrita, nas formas de pensamento. Entendo que a dimensão social e democrática da práxis urbanística precisa ser revisitada e atualizada, de forma a responder às questões que surgem das desigualdades urbanas brasileiras. É preciso que se resgate uma tradição orgânica, democrática e participativa da formação de cidades, que passa intimamente pela construção dos lugares de habitar.

Esperançante⁸⁷ de que as trajetórias trazidas por minhas interlocutoras sejam entendidas muito além de realidades individuais, mas como testemunhos da cidade onde vivem, das possibilidades que essa cidade oferece, dos constrangimentos que impõe. As falas que tomam esse espaço falam das cidades outras, aquelas que normalmente não são vistas ou escutadas, mas que trazem tanta ou mais realidade do que os discursos hegemônicos. Essa tese se propõe a ser uma amostra, entre outras tantas, de que é possível romper com as construções epistemológicas dominantes e buscar as reflexões teóricas a partir do vivido. Na perspectiva da investigação etnográfica que busquei aqui, espero ter evidenciado a forma como a produção das cidades também se faz de “baixo para cima”, de “fora para dentro”, da “margem para o centro”, num processo tão importante quanto aqueles que se fazem nas produções acadêmicas ou na gestão municipal. Deixo aqui a fala de Paulo Freire, quando se

⁸⁷ Emprego a esperança como verbo de Paulo Freire (1992), esperança como ação para a mudança, de juntar-se com outros para fazer de outro modo.

deu conta da importância das condições de habitação de seus interlocutores, como narra no livro “Pedagogia da esperança”:

“Agora, eu queria dizer umas coisas ao doutor que acho que meus companheiros concordam.” Me fitou manso mas penetrantemente e perguntou: “dr. Paulo, o senhor sabe onde a gente mora? O senhor já esteve na casa de um de nós?” Começou então a descrever a geografia precária de suas casas. A escassez de cômodos, os limites ínfimos dos espaços em que os corpos se acotovelavam. Falou da falta de recursos para as mais ínfimas necessidades. Falou do cansaço do corpo, da impossibilidade dos sonhos com um amanhã melhor. Da proibição que lhes era imposta de ser felizes. De ter esperança. (FREIRE, 1992, p.59).

Por fim, espero ainda ter conseguido trazer a forma como a moradia é o princípio para a uma vida mais digna, e ainda, o quanto a subjetividade das minhas interlocutoras está imbricada com o espaço da casa e seus arredores, trazendo para elas um significado ainda mais abrangente para “habitar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Angélica Keli de. O trabalho doméstico remunerado: um espaço racializado. Em: PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina Pereira; POSTHUMA, Anne Caroline. Entre relações de cuidado e vivências de vulnerabilidade: dilemas e desafios para o trabalho doméstico e de cuidados remunerado no Brasil. Brasília: IPEA e OIT, 2020. Disponível em [Trabalho Domestico_cap02.pdf \(ipea.gov.br\)](#). Acesso em jan. 2023.

ACTIONAID. 86% das brasileiras dizem já ter sofrido assédio em espaços públicos. Em: ActionAid, assessoria de imprensa. 24 de maio de 2016. Disponível em [Em pesquisa da ActionAid, 86% das brasileiras ouvidas dizem já ter sofrido assédio em espaços urbanos - ActionAid](#). Acesso em 18 de maio de 2023.

ADERALDO, Guilherme. Reinventando a cidade: uma etnografia das lutas simbólicas entre coletivos culturais vídeo-ativistas nas “periferias” de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2017.

AGGIO, Juliana Ortegosa. Por uma sexualidade livre à luz de Foucault. In: Princípios, Revista de Filosofia, Natal, v. 27, n. 52, jan.-abr. 2020. Disponível em [por uma sexualidade livre a luz de Foucault_Aggio.pdf](#). Acesso em 15 mar.2020.

AGIER, Michel. Antropologia da Cidade: Lugares, Situações, Movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

_____. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. Em: Revista Mana, Nº 21 (3), 2015. p. 483-498. Disponível em [SciELO - Brasil - DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO](#). Acesso em: 20 jun. 2022.

AHMED, Sara. White Men. Feministkilljoys, nov. de 2014. Disponível em [White Men | feministkilljoys](#). Acesso em 13 de jun. de 2023.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Ronaldo; D’ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel. Situações periféricas: etnografia comparada de pobrezas urbanas. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, 2008. pp. 109 – 130. Disponível em [Situacoes_periféricas_Etnografia_comparada_de_pobr.pdf](#). Acesso em 20 de julho e 2022.

AMORE, Caio Santo. Minha Casa Minha Vida para iniciantes. Em: AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz (orgs.). Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. pp. 11 – 28.

AMORE, Caio Santo; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFINO, Maria Beatriz (orgs.). Minha Casa... E a Cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados Brasileiros. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARANTES, Otília Beatriz F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. Em: ARANTES, Otília Beatriz F.; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

ARQUITETURA NA PERIFERIA. Déficit habitacional no Brasil: uma questão de gênero. Disponível em [Déficit habitacional no Brasil: \(arquiteturanaperiferia.org.br\)](http://arquiteturanaperiferia.org.br). Acesso em 18 de julho de 2023.

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. Em: Pensamento feminista hoje: HOLLANDA, Heloísa Buraque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas docoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020. p. 207-214.

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: 2. a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

BIRMAN, Patrícia; PIEROBON, Camila. Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular. Em: Revista de antropologia São Paulo online. V. 64, N° 2. São Paulo. USP, 2021. Disponível em [Vista do Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular \(usp.br\)](http://usp.br). Acesso em maio de 2023.

BOAVENTURA, Bethânia. Mulheres negras e as cidades do amanhã. Em: Le Monde Diplomatique Brasil, 8 de março de 2021. Disponível em [Mulheres negras e as cidades do amanhã - Le Monde Diplomatique](http://lemondebrasil.com.br). Acesso em: 20 dez. 2022.

BOITO Jr., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Em: Anais do EESP – 9º Fórum de Economia. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2012. Disponível em [Fórum FGV Paper](http://fgv.br). Acesso em 13 jan. 2019.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. Em: Revista Análise Social, V. 29 (127), 1994. pp. 711-732. Disponível em [1223377539C9uKS3pp5Cc74XT8.pdf \(ul.pt\)](http://ul.pt). Acesso em 2 de jun. 2018.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. Em: Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, N° 1, 2008. pp. 70-104. Disponível em [Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula | arq.urb \(revistaarqurb.com.br\)](http://revistaarqurb.com.br). Acesso em 13 jan. 2018.

_____. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida. Em: Teoria e Debate, V. 22, maio/jun 2009, p. 8-14. Disponível em [Teoria e Debate | Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa, Minha Vida - Teoria e Debate](http://teoriadebate.com.br). Acesso em 18 de ago. 2022.

BRASIL. Lei nº. 4.591. Brasília: Diário Oficial da União, de 16 de dezembro de 1964. Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias. Disponível em [Lei nº 4.591, de 16 de Dezembro de 1964 - Lei do Condomínio; Lei de Incorporações; Lei de Incorporações Imobiliárias - 4591/64 :: Legislação::Lei 4591/1964 \(Federal - Brasil\) :: \(lexml.gov.br\)](http://lexml.gov.br). Acesso em 04 de ago. 2023.

____ Lei nº 10.257. Brasília: Diário Oficial da União, 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em [L10257 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/10257.htm). Acesso em 03 de ago. 2021.

____ Lei nº 11.977. Brasília: Casa Civil, 07 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em [L11977 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/2009/11977.htm). Acesso em 18 de jul. de 2021.

____ Medida Provisória nº 561 de 08 de março de 2012. Disponível em [Base Legislação da Presidência da República - Medida Provisória nº 561 de 08 de março de 2012 \(presidencia.gov.br\)](http://www.presidencia.gov.br/legis/medidas/561.htm). Acesso em 18 de jul. de 2021.

____ Lei Geral das Antenas. Lei Nº 13.116. Brasília, 20 de abril de 2015. Disponível em [L13116 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br/legis/leis/2015/13116.htm). Acesso em 18 de jul. 2021.

____ Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016a. Brasília: Diário Oficial da União. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em [Base Legislação da Presidência da República - Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 \(presidencia.gov.br\)](http://www.presidencia.gov.br/legis/emendas/95.htm). Acesso em 28 jul. 2023.

____ Portaria nº 258, de 16 de junho de 2016b. Brasília: Diário Oficial da União. Divulga propostas apresentadas no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, operado com recursos do Fundo de Desenvolvimento Social-FDS, na forma que especifica, e dá outras providências. Disponível em [LEI Nº 9 \(camara.leg.br\)](http://www.camara.gov.br/legis/leis/2016/258.htm). Acesso em 28 jul. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Globalização e competição. Em: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2009. pp. 75-94. Disponível em [09.11.02.Globalização e competição.doc \(bresserpereira.org.br\)](http://www.bresserpereira.org.br/09.11.02.Globalizacao_e_competicao.doc). Acesso em 13 de jan. 2018.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

BUTZKE, Luciana; THEIS, Ivo; NEGHERBON, Caroline N.; BRITO, Vivian. *Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa*. COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 17, n. 2, abr./jun. 2020. Disponível em <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1665>. Acesso em: 02 ago. 2020.

CADONÁ, Marco André; TIRELLI, Cláudia; AREOSA, Sílvia Virgínia C. *Políticas habitacionais, segregação residencial e desigualdade no acesso às políticas públicas: uma análise a partir do acesso a serviços públicos de saúde*. Redes - Santa Cruz do Sul: universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017. Disponível em [https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8518](http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/8518). Acesso em: 02 ago. 2020.

CALIÓ, Sônia Alves. Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana. 1991. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991. Disponível em [ReP USP - Detalhe do registro: Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana](http://repositorio.usp.br/handle/11362/44444). Acesso em: 01 jul. 2023.

_____. Incorporando a questão de gênero nos estudos e no planejamento urbano. Em: Revista do Observatório geográfico da América Latina, 2007. Disponível em [Microsoft Word - 737.DOC \(observatoriogeograficoamericalatina.org.mx\)](#). Acesso 15 jul. 2020.

CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. Em: Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV, p. 347-353, 2011. Disponível em [Microsoft Word - Haudrey \(ufrj.br\)](#). Acesso em 22 de julho de 2020.

CAMPELLO, Tereza; BRANDÃO, Sandra. Políticas sociais sob Bolsonaro: rumo à década de 1990. Em: Observa BR – Fundação Perseu Abramo, 13 jan. 2021. Disponível em [Políticas sociais sob Bolsonaro: rumo à década de 1990 - ObservaBR \(fpabramo.org.br\)](#). Acesso em 18 julh. 2023.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. Em: Estudos Avançados, São Paulo, V. 17, N. 49, pp. 117-133, 2003. Disponível em [Mulheres em movimento | Estudos Avançados \(usp.br\)](#). Acesso em: 18 dez. 2021.

_____. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em [\(99+\) APARECIDA SUELI CARNEIRO A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER | Jefferson Sankofa - Academia.edu](#). Acesso em 21 de julho de 2020.

CARLOS, Ana Fani A. O espaço urbano: Novos escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições, 2007a.

_____. A privação do urbano e o “direito à cidade” em Henri Lefebvre. Em: CARLOS, Ana Fani A.; ALVES, Glória; PADUA, Rafael Faleiros. Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017.

CARVAJAL, Julieta Paredes. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. Em: HOLLANDA, Heloísa Buraque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de.; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

CLASSEN, Camila W. A violência política de gênero praticada contra Dilma Rousseff e Hillary Clinton: uma análise com base na postura da imprensa. Dissertação (Mestrado), Unissul, Florianópolis, 2021. Disponível em [RUNA - Repositório Universitário da Ânima: A violência política de gênero praticada contra Dilma Rousseff e Hillary Clinton: uma análise com base na postura da imprensa \(animaeducacao.com.br\)](#). Acesso em 01 jul. 2023.

COLLECTIU PUNT 6. Urbanismo feminista. Por una transformación radical de los espacios de vida. Barcelona: Vírus Editorial, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORCUFF, Phillipe. As novas sociologias: a realidade social em construção. Sintra/PT: Editora Vral, 2001.

CORDEIRO, Vanessa Alves; BATISTOTI, Aleida Fontoura; RODRIGUES, Zara Pereira; FERREIRA, Marina Silveira; SILVA, Atailon. Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. Em: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, V 23, e 202130, 2021. Disponível em [SciELO - Brasil - Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas <i>com</i> e <i>desde</i> as margens da cidade Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas <i>com</i> e <i>desde</i> as margens da cidade](#). Acesso em 28 de jan. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. Em: University of Chicago Legal Forum, Vol. 1, Article 8, 1989. Disponível em: [Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics \(uchicago.edu\)](#). Acesso em abr. 2023.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. Em: HOLLANDA, Heloísa Buraque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. Em: Revista Académica de Relaciones Internacionales, Universidad Autónoma de Madrid. Grupo de Estudios de Relaciones Internacionales (GERI), N°. 8, junho de 2008. Disponível em [El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas \(uam.es\)](#). Acesso em 15 e maio de 2023.

DATASUS, Painel Coronavírus. Atualizado em 06 de janeiro de 2023. Disponível em [Coronavírus Brasil \(saude.gov.br\)](#). Acesso em 08 de janeiro de 2023.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. *Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris*. 10 dez. 1948. Disponível em: [Declaração Universal dos Direitos Humanos \(unicef.org\)](#). Acesso em: 26 set. 2019.

DEUTSCHER, Penelope. *For a Saturated Intersectionality*. Symposia on Gender, Race and Philosophy. Volume 12, number 1. Spring 2016. Disponível em <http://web.mit.edu/sgrp/2016/no1/Deutscher0516.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020

DIEESE. A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. Ano II – N° 14 – Novembro de 2005. Disponível em [Microsoft Word - DIEESE Estudos e Pesquisas 14 Consciencia Negra nov2005vf.....](#). Acesso em: 07 fev. 2021.

DORNELLES, Mizael. Desenvolvimento regional e uso do território: uma análise a partir do circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros no território da região de Santa Cruz – RS. 2016. 182 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016.

FANON, Franz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A.: 1968.

_____. Pele negra, máscaras brancas. Salvador EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil urbano. São Paulo: Editora FUPAM, 2012.

FERREIRA, Lola; BRUNO, Maria Martha; MARTINS, Flavia Bozza. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha de pobreza. Em: Gênero e número, 12 dez. 2019. Disponível em [Gênero e Número | No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza \(generonumero.media\)](#). Acesso em 20 mar. 2022.

FLEURY, Sonia; MENEZES, Palloma. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. Em: Revista Saúde em Debate. Rio de Janeiro, V. 44, N° especial 4, dezembro de 2020. pp. 267 – 280. Disponível em [SciELO - Brasil - Pandemia nas favelas: entre carências e potências Pandemia nas favelas: entre carências e potências](#). Acesso em 24 de out. 2022.

FONTENELE, Beatriz Medeiros. A casa como ativo: os usos não regulamentados no PMCMV – Faixa 1 na RMNatal. Dissertação (mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, Natal: 2019. Disponível em [Universidade Federal do Rio Grande do Norte: A casa como ativo: os usos não regulamentados no PMCMV- Faixa 1 na RMNatal \(ufrn.br\)](#). Acesso em 08 de julh. 2023.

FOUCAULT, Michel. Espacios otros. Em: Versión: estudios de comunicación y política. Primavera, 1984. pp. 15 – 26. Disponível em [Espacios otros - FOUCAULT.pdf \(udelar.edu.uy\)](#). Acesso em 24 de julho de 2023.

_____. Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977 – 1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. Sexo, Poder e a Política da Identidade (1982). Entrevista. Em: MOTTA, M. (org.). Ditos e escritos IX. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019.

_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Paz e Terra, 2019a.

FORTUNA, Carlos. Cidade e urbanidade. Em: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (orgs.). Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, PT: Edições Almedina.SA, 2009.

FORTUNA, Carlos; PROENÇA, Rogério. Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, PT: Edições Almedina SA, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FRIGERI, Ana Vittori; SANTOS, Giordanna Laura da Silva. Os processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber. Em: Revista Raído, Dourados/MG, V. 14, Nº. 34, jan/abril, 2020. pp. 198 – 209. Disponível em [\(16\) \(PDF\) Os processos urbanos sob a ótica da colonialidade do poder, do ser e do saber \(researchgate.net\)](#). Acesso em 11 de novembro de 2022.

FRUGOLI JR, Heitor. A cidade no diálogo entre disciplinas. Em: FORTUNA, Carlos; PROENÇA, Rogério. Plural de cidade: novos léxicos urbanos. Coimbra, PT: Edições Almedina SA, 2009.

FUNAI, Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Novembro de 2020. Disponível em [Quem São — Fundação Nacional dos Povos Indígenas \(www.gov.br\)](#). Acesso em 03/04/2022.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). Déficit habitacional e inadequação de moradias no Brasil: principais resultados para o período de 2016 a 2019. (2021). Disponível em [Déficit Habitacional no Brasil | Fundação João Pinheiro - FJP](#). Acesso em 08 de outubro de 2022.

GAGO, Verónica. A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo. São Paulo: Elefante, 2020.

GAIA, Gabriela Leandro. Direito à Cidade e Questões Raciais. Em: Revista de divulgação científica Coletiva. Dossiê 24. Direito à Cidade. 2019. Disponível em [Dossiê Direito à Cidade | Direito à cidade e questões raciais \(coletiva.org\)](#). Acesso em: 14 jan. 2022.

GÊNERO E NÚMERO. No Brasil, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. 12 de dez. 2019. Disponível em <http://www.generonumero.media/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso em: 13 out. 2020.

GIARD, Luce. Cozinhar, artes de nutrir. Em: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce e MAYOL, Pierre. A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

GUERREIRO, Isadora de Andrade. Sobre a forma do programa Minha Casa Minha Vida: o projeto de desenvolvimento contraditório do PT. Em: Anais do XVI ENANPUR (pp. 1-20). Belo Horizonte: ENANPUR, 2015. Disponível em [\(1\) Sobre a forma do Programa Minha Casa Minha Vida: O projeto de desenvolvimento contraditório do PT | Isadora de Andrade Guerreiro - Academia.edu](#). Acesso em 04 de ago. 2023.

GONZAGA, Terezinha. A cidade e a Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de

gênero. Tese (doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - USP. São Paulo: 2004

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói,RJ: EdUFF, 1997.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Disponível em [Rogério Haesbaert. Território e descolonialidade: sobre o giro \(multi\)territorial/de\(s\)colonial na « América Latina » \(openedition.org\)](#). Acesso em 11 jan. 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Em cadernos Pagu, Rio de Janeiro, N° 5, 1995: pp. 07-41. Disponível em [Biblioteca Digital CLAM](#). Acesso em 13 de abril de 2020.

_____. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: HARAWAY, Donna; KUNZRU, Hari; TADEU, Tomaz (orgs.). *Antropologia do ciborgue, as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HAYDEN, Dolores. What would a non-sexist city be like? Speculation on housing, urban design and human work. Em: Signs, Chicago, V. 5. N. 3, suplement: Women and the American city, primavera de 1980, pp. S170-S187, The University of Chicago Press. Disponível em [What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work | Signs: Journal of Women in Culture and Society: Vol 5, No S3 \(uchicago.edu\)](#). Acesso em 5 dez. 2021.

_____. *The power of place*. Cambridge: MIT press, 1997.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. The right to the city. Em: New Left Review, N° 53, set-oct. 2008. Disponível em [David Harvey, The Right to the City, NLR 53, September–October 2008 \(newleftreview.org\)](#). Acesso em 6 de mai. 2020.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Em: Caderno Metrôpoles, São Paulo, set – dez, 2019, V. 21, N° 46. pp. 951 – 974. Disponível em [SciELO - Brasil - Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia](#). Acesso em 03 de outubro de 2021.

HOFF, Tuize Silva Rovere. *A cidade e a mulher: segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS*. 2018. 146 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em [Repositório UNISC: A cidade e a mulher : segregação urbana feminina em Santa Cruz do Sul/RS](#). Acesso em 10 de novembro de 2020.

hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019a.

_____. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019b.

IONTA, Marilda. Das amigas femininas e feministas. Em: RAGO, Margareth e GALLO, Sílvio. *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017. pp. 375 – 385.

ITURRA, Luis Muñoz. *La ciudad entretejida: explorando la experiencia del tiempoespacio en el hábitat residencial desde una aproximación etnográfica visual*. Dissertação (Mestrado em Hábitat Residencial). Instituto de la Vivienda, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Chile, 2012. Disponível em [La ciudad entretejida : explorando la experiencia del tiempoespacio en el hábitat residencial desde una aproximación etnográfica visual \(uchile.cl\)](#). Acesso em 19 de julho de 2023.

_____. *Mi hábitat, un breve relato largo*. Aproximaciones a develar y comunicar la experiencia del hábitat residencial urbano, utilizando métodos visuales. Comunicação no 3º Congresso Iberoamericano – ALTEHA: Teoría del habitar, Montevideo/UY, 2013. Disponível em [\(17\) \(PDF\) Mi hábitat, un breve relato largo. Aproximaciones a develar y comunicar la experiencia del hábitat residencial urbano, utilizando métodos visuales. \(researchgate.net\)](#). Acesso em 19 de julho de 2023.

_____. *Donde termina mi casa? Mirando el hábitat residencial desde la noción de experiencia*. Em: Revista INVI, N° 81, V. 29, agosto de 2014. Disponível em [\(17\) \(PDF\) Mi hábitat, un breve relato largo. Aproximaciones a develar y comunicar la experiencia del hábitat residencial urbano, utilizando métodos visuales. \(researchgate.net\)](#). Acesso em 25 de junho de 2023.

JACOBS, Jane. *Urban geographies: still thinking cities relationally*. Em: *Progress in Human Geography*. V. 36, N°. 3, 2012. pp. 412 – 422. Disponível em [\(17\) Urban geographies I | Request PDF \(researchgate.net\)](#). Acesso em 25 de maio de 2022.

_____. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JESUS, Carolina Maria. *Quarto de despejo*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1960.

_____. *Casa de alvenaria*. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

JIRÓN, Paola. *El hábitat residencial observado desde la movilidad cotidiana urbana*. Em: IMILAN, Walter; LARENAS, Jorge; CARRASCO, Gustavo e RIVERA, Sandra. (orgs.). *Hacia dónde va la vivienda en Chile? nuevos desafíos en el hábitat residencial*. Santiago de Chile: INVI, 2017. pp. 269-279. Disponível em [El-habitat-residencial-observado-desde-la-movilidad-cotidiana-urbana.pdf \(uchile.cl\)](#). Acesso em 04 de novembro de 2022.

JIRÓN, Paola; GÓMEZ, Javiera. Interdependência, cuidado e gênero: estratégias de mobilidade na cidade de Santiago. *Tempo Social*, V. 30, N° 2, 2018. pp. 55-72. Disponível em [Interdependência, cuidado e gênero: estratégias de mobilidade na cidade de Santiago | Tempo Social \(usp.br\)](#). Acesso em 04 de novembro de 2022.

JIRÓN, Paola; MANSILLA, Pablo. Atravesando la espesura de la ciudad: vida cotidiana y barreras de accesibilidad de los habitantes de la periferia urbana de Santiago de Chile. Em: *Revista de Geografía Norte Grande*, N° 56, 2013. pp. 53 – 74. Disponível em [Atravesando la espesura de la ciudad: vida cotidiana y barreras de accesibilidad de los habitantes de la periferia urbana de Santiago de Chile \(uchile.cl\)](#). Acesso em 9 de jan. de 2023.

JIRÓN, Paola; TORO, Alejandro; CAQUIMBO, Sandra; GOLDSACK, Luis; MARTÍNEZ, Liliana. Bienestar habitacional: guía de diseño para um habitat residencial sustentable. Chile: Andros Impresores, 2004.

KERN, Leslie. Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação – Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KONCHINSKI, Vinicius. Mulheres compõem 60% do déficit habitacional do país. Em *Brasil 247*, 15 de março de 2023. Disponível em [Mulheres compõem 60% do déficit habitacional do país - Brasil 247](#). Acesso em 18 de julho de 2023.

KOWARIC, Lucio. A espoliação urbana. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KRUGER, Nino Rafael Medeiros. Fique em casa? A questão habitacional no Brasil: da retórica sobre o direito à moradia e programa Minha Casa Minha Vida até a realidade pandêmica. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

LABCIDADE. Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV. São Paulo: Ministério das Cidades, 2014. Disponível em [Pesquisa MCMV - LabCidade \(usp.br\)](#). Acesso em 15 de outubro de 2023.

LANDER, Edgardo (org.). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. Em: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em [\(99+\) Libro A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas | Laís Maia - Academia.edu](#). Acesso em 6 jan. 2022.

LEFEBVRE, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

_____. Elementos de ritmanálise e outros ensaios sobre temporalidades. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. Em: REVEL, Jaques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIMA, Denise Furtado. A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará – UECE: Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, 2012. Disponível em http://www.uece.br/politicassuece/dmdocuments/denise_furtado.pdf. Consultado em 15/05/2017.

LINDÓN, Alicia. Territorialidad y género: una aproximación desde la subjetividade espacial. Em: KURI, Patricia Ramírez; DÍAZ, Miguel Ángel Aguilar (coords.). Pensar y habitar la ciudad: afectividad, memoria y significado en el espacio urbano contemporáneo. Barcelona: Anthropos Editorial, 2006.

_____. Corporalidades, emociones y espacialidades: hacia um renovado betweenness. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 11, n. 33, pp. 698-723, Dezembro de 2012. Disponível em [*AliciaLindonDos \(ufpb.br\)](http://www.ufpb.br/~AliciaLindonDos). Acesso em 23 jan. 2023.

_____. La experiencia espacial de la ciudad: rutinas y resistencias en lo cercano y lo lejano. Em: GONZÁLES, Diego Sánchez; JIMÉNEZ, Carmen Egea (coords.). La ciudad, un espacio para la vida: miradas y enfoques desde la experiencia espacial. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2013.

_____. El habitar la ciudad, las redes topológicas del urbanita y la figura del transeúnte. Em: GONZÁLES, Diego Sánchez; MORENO, Luis Ángel Domínguez (coords.). Identidad y espacio público: ampliando ámbitos y prácticas. Barcelona: Editorial Gedisa, 2014.

LING, Anthony. Brasília, uma cidade que não faríamos de novo. Em: ArchDaily, 17 de setembro de 2020. Disponível em [Brasília: uma cidade que não faríamos de novo | ArchDaily Brasil](https://www.archdaily.com/96484/brasil-uma-cidade-que-nao-faríamos-de-novo). Acesso em 28 de março de 2023.

_____. A promoção da (des)igualdade pelo planejamento urbano. Em: Revista Veja, 5 de fev. de 2021. Disponível em [Artigo: A promoção da \(des\)igualdade pelo planejamento urbano | VEJA SÃO PAULO \(abril.com.br\)](https://revista.vejaportal.com.br/2021/02/05/artigo-a-promoção-da-desigualdade-pelo-planejamento-urbano-veja-são-paulo-abril-com-br/). Acesso em 13 de jan. de 2023.

LORDE, Audre. Irmã outsider. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Em: Estudos Feministas, Florianópolis, setembro-dezembro de 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v28n3/1806-9584-ref-28-03-e75304.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

_____. Colonialidade e gênero. Em: HOLLANDA, Heloísa Buraque de (Org.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1960

MADARIAGA, Inés Sánchez. Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida. Em: Ciudades: Revista del Instituto Universitario de Urbanística de la Universidad de Valladolid, Nº8: Reciclar la ciudad, 2004. Disponível em: [\(18\) \(PDF\) Infraestructuras para la vida cotidiana y calidad de vida \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/318111118) Acesso em: 15 ago. 2018.

_____. Urbanismo com perspectiva de género. Instituto andaluz de la mujer. Escandón Impresores: Andalucía, 2004a. Disponível em [Manual: Urbanismo y perspectiva de género * TYS Magazine](#). Acesso em 21 mar. 2019.

MANZI, Maya; ANJOS, Maria Edna dos Santos Coroa dos. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. Em: Dossiê Território, género e interseccionalidades, Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, V. 23, 2021. Disponível em [O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil | Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais \(anpur.org.br\)](#). Acesso em 03 de ago. de 2022.

MARIANO, Silvana. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de género no acesso a políticas assistenciais. In: Revista Brasileira de Ciência Política, Nº 2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 119-157. Disponível em [\(PDF\) Cidadania na Perspectiva das Mulheres Pobres e Papéis de Género no Acesso a Políticas Assistenciais \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 17 fev. 2020.

MARICATO, Ermínia. *Urbanismo Na Periferia Do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras*. In: São Paulo em perspectiva. V.14, Nº4. São Paulo, outubro/dezembro, 2000. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. Em: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

_____. Cortes no Minha Casa, Minha Vida vão estimular precarização da moradia. Em: Revista Carta Capital, 8 de junho de 2016. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/903/cortes-nominha-casa-minha-vida-vao-estimular-precarizacao-da-moradia>. Acesso em 13 jan 2019.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHER, Renata M. Redes pessoais e vulnerabilidade social em São Paulo e Salvador. Em: Dossiê Redes Sociais, Revista USP, São Paulo, Nº 92, dezembro/fevereiro, 2012. pp. 32 – 45. Disponível em [REDES PESSOAIS E VULNERABILIDADE SOCIAL EM SÃO PAULO E SALVADOR | Revista USP](#). Acesso em 29 de julho de 2019.

MARTÍNEZ, Paola Jirón. El habitat residencial observado desde la movilidad cotidiana. Em: IMILAN, W; LARENAS, J; CARRASCO, G y Rivera (orgs). ¿Hacia dónde va la vivienda en Chile?: nuevos desafíos en el hábitat residencial. Santiago de Chile: INVI, MINVU, Adrede, 2017. pp. 269-279. Disponível em [El hábitat residencial observado desde la movilidad cotidiana urbana \(uchile.cl\)](#). Acesso em 28 de setembro de 2022.

MARTÍNEZ, Paola Jirón; ÁGUILA, Nicolás Orellana; IMILÁN, Walter. Etnografía institucional como aproximación al habitar cotidiano. Em: Revista Temas Sociológicos, Nº 23, 2018, pp. 215-245. Disponível em [Etnografía institucional como aproximación al habitar cotidiano \(uchile.cl\)](#). Acesso em: 15 janeiro de 2023.

MARTÍNEZ, Paola Jirón; SOLAR-ORTEGA, Macarena Isabel; RUBIO, María Daniela; MORALES, Susana Rina Cortés; AGUAYO, Beatriz Eugenia Cid; MONTAGNA, Juan Antonio Carrasco. La espacialización de los cuidados. Entretejiendo relaciones de cuidado a través de la movilidad. Em: Revista INVI, Nº. 37, V. 104, 2022. pp. 199-229. Disponível em: <https://doi.org/10.5354/0718-8358.2022.65647>. Acesso em 22 de junho de 2023.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a definição do impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. Em: *Revistas de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, V. 14, N° 2, 2020. pp. 67 – 102. Disponível em [paulo,+3.+Polêmicas+sobre+a+definição+do+impeachment+de+Dilma+Rousseff+como+golpe+de+Estado.pdf](#). Acesso em 02 de agosto de 2022.

MASSEY, Doreen. *Space, Place, and Gender*. Mineapollis: University of Minnesota Press, 1994.

_____. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*. São Paulo: n-1 edições, 2020.

McDOWELL, Linda. *Género, identidade y lugar: um estudio de las geografías feministas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.

McLAREN. Margaret A. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016.

_____. *Resistência e Revolução: “Nem tudo é igualmente perigoso”*. Em: RAGO, Margareth e GALLO, Sílvio. *Michel Foucault e as insurreições*. São Paulo: CNPq. Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.

MELLO, Luísa Antonhitch Mansilha; RIBEIRO, Ana Paula Pereira da Gama Alves. *Circulação e vivência nas cidades: ser mulher, ser flâneuse*. Em: *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, N. 29, V. 1, jan. – abr. de 2021. Disponível em [SciELO - Brasil - Circulação e vivência nas cidades: ser mulher, ser <i>flâneuse</i> Circulação e vivência nas cidades: ser mulher, ser <i>flâneuse</i>](#). Acesso em 29 de set. de 2023.

MELLO, Noé Vega Cotta de. *Metamorfose: ocupação e transformação dos espaços livres do Conjunto Residencial Guabirola*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, 2013. Disponível em [Metamorfose: ocupação e transformação dos espaços livres do Conjunto Habitacional Guabirola. \(ufpel.edu.br\)](#). Acesso em abril de 2022.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Bajo los ojos del ocidente. Academia feminista y discurso colonial*. Em: NAVAZ, Liliana Suárez e HERNANDEZ, Aída. *Descolonizando el feminismo: teorías y prácticas desde los márgenes*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008.

MONNET, Nadja. *Flanâncias femininas e etnografia*. Em: *Revista Redobra*, N° 11, V. 23, junho de 2013. Disponível em [redobra11_23.pdf \(ufba.br\)](#). Acesso em maio de 2023.

MONTANER, Joseph; MUXÍ, Zaida. *Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos*. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MUÑOZ, Luis Iturra e JIRÓN, Paola Martínez. *Seguindo trayectorias, dibujando tryectos. Constucción de diagramas desde la experiencia de los habitantes*. Em: *Revista AUS*, N° 19, V. 2, primeiro semestre de 2016. Disponível em [Siguiendo trayectorias, dibujando trayectos.](#)

[Construcción de diagramas desde la experiencia de los habitantes \(uchile.cl\)](#). Acesso em jan. 2022.

MUXÍ, Zaida Martínez. Ciudad próxima. Urbanismo sin género. Em: Ingeniería y territorio. N. 75, 2006. Disponível em [\(18\) \(PDF\) Ciudad próxima: urbanismo sin género \(researchgate.net\)](#). Acesso em: 28 set. 2016.

_____. Reflexiones a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos. In: El derecho humano a la vivienda. Perspectiva nacional e internacional sobre la vivienda adecuada. Plataforma Interamericana de Derechos Humanos, Democracia e Desarrollo, 2009. Disponível em <http://upcommons.upc.edu/handle/2117/6726>. Acesso em 19 de junho de 2020.

_____. Mujeres, casas e ciudades. Barcelona: DPR, 2018.

NETO, Francisco Luiz Pereira; TIRELLI, Cláudia; ROVERE, Tuize; ROSA, Diorginis F. Participação como alegoria: a ausência do usuário nos processos de implementação da política habitacional brasileira. Em: Anais XX ENANPUR, Belém, 22 a 26 de maio de 2023. Disponível em [Sessões Temáticas – STs – ANPUR](#). Acesso em 16 de jul. de 2023.

NETO, Francisco Luiz Pereira. Observar a cidade e seus habitantes: a contribuição da etnografia. Em: Revista Píxo, N° 3, V. 1, primavera de 2017. pp. 102 -115. Disponível em [OBSERVAR A CIDADE E SEUS HABITANTES | PIXO - Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade \(ufpel.edu.br\)](#). Acesso em 22 de abr. de 2022.

NETTO, Vinicius M. Cidade e sociedade: as tramas da prática e seus espaços. Porto Alegre: Sulina, 2014.

OLIVEIRA, Rita de Cássia Magalhães. (Entre)linhas de uma pesquisa: o Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. Em: Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, N 4, V. 2, 2014. Disponível em [1059-Texto do artigo-2503-1-10-20141231.pdf \(usp.br\)](#). Acesso em 06 abr. 2021.

ONU HABITAT. Women and housing: towards inclusive cities. Nairobi, Kenya: UN-habitat, 2014. Disponível em [Women and Housing Book.pdf \(unhabitat.org\)](#). Acesso em 04 de setembro de 2021.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

ORNAT, Marcio; SILVA, Joseli. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná. Em: Revista de História Regional, N. 12, v. 1, 2007. pp. 175-195. Disponível em [\(18\) \(PDF\) Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – Paraná \(researchgate.net\)](#). Acesso em 26 mai. 2016.

PAULANI, Leda Maria. Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. *Cadernos do Desenvolvimento*, V. 6, N° 9, 2011. pp. 121-141. Disponível em [Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil | Pereira | Cadernos do Desenvolvimento](#). Acesso em 03 de ago. 2023.

PÉREZ, Miguel. El derecho a la vida digna: luchas por la vivienda y vida cotidiana em Santiago del Chile. Em: *Chungara Revista de Antropología Chilena*, N° 3, V. 5, 2019. pp. 497 – 508. Disponível em [EL DERECHO A LA VIDA DIGNA: LUCHAS POR LA VIVIENDA Y VIDA COTIDIANA EN SANTIAGO DE CHILE \(scielo.cl\)](#). Acesso em 17 de julh. de 2022.

PETTI, Daniela Ramos. “Perdi minha casa ou aqui tenho outra vida”: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em comum em um condomínio do programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em [\(95\) "Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida": uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida \(PMCMV\) - Dissertação de Mestrado | Daniela Petti - Academia.edu](#). Acesso em 18 de julho de 2022.

PINA-CABRAL, João de. Agnatas, vizinhos e amigos: variantes de vicinalidade em África, Europa e América. Em: *Revista de Antropologia*, N° 2, V 57, USP, São Paulo, 2014. Disponível em [\(16\) \(PDF\) Agnatas, vizinhos e amigos: variantes da vicinalidade em África, Europa e América \(researchgate.net\)](#). Acesso em 23 de junho de 2023.

PIOVANI, Juan Ignacio. La observación. Em: MARRADI, Alberto; ARCHENTI, Nélide; PIOVANI, Juan Ignacio. *Metodología de las ciencias sociales*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em [Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina : Anibal Quijano : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#). Acesso em 6 jan. 2022.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth e GALLO, Sílvio. *Michel Foucault e as insurreições: é inútil revoltar-se?* São Paulo: CNPq, Capes, Fapesp, Intermeios, 2017.

RAMOS, Diana Helene. *Preta, pobre e puta: a segregação urbana da prostituição em Campinas – Jardim Itatinga*. Tese (doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro: 2015.

RENDELL, Jane. Introduction: Gender Space. Em: RENDELL, Jane; PENNER, Barbara; BORDEN, Iain. *Gender Space Architecture : an interdisciplinary introduction*. Nova York: Routledge, 2003.

REPO, Jemima. The life function: the biopolitics of sexuality and race revisited. Em: *Theory & Event*, jan. 2013. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/264037302_The_Life_Function_The_Biopolitics_of_Sexuality_and_Race_Revisited?enrichId=rgreq-03d80513f982586d7a95796b0a58b09d-XXX&enrichSource=Y292ZXJQYWdlOzI2NDZAzNzMwMjtBUzoxMjAyNzAxMDI3MzI4MDFAMTQwNTY4NjAzNTMyOQ%3D%3D&el=1_x_3&esc=publicationCoverPdf.

Acesso em 07 ago. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sociabilidade hoje: leitura da experiência urbana. Em: Caderno CRH, Salvador, V. 18, N° 45, set/dez. de 2005. pp. 411 – 422. Disponível em [Redalyc.SOCIABILIDADE, HOJE: leitura da experiência urbana](#). Acesso em 02 de nov. de 2022.

_____. Dança de sentidos: na busca de alguns gestos. Em: Corpocidade: debates, ações e articulações. pp. 24 – 41. Salvador: EDUFBA, 2010.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Raphaela. Na linha de frente contra a Covid-19, as mulheres lutam para se apoiar em favelas do Brasil. Em: Publica, Especial Coronavírus, 19 de março de 2021. Disponível em [Na linha de frente contra a Covid-19, mulheres lutam para se apoiar em favelas do Brasil - Agência Pública \(apublica.org\)](#). Acesso em 13 de outubro de 2023.

ROLNIK, Raquel. Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? 2011. Disponível em [guia-mulheres-pt_ok.pdf \(wordpress.com\)](#). Acesso em 29 de junho de 2021.

_____. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSA, Thaís Troncon. Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares. Tese (doutorado) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, outubro de 2014. Disponível em [Cidades outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares \(usp.br\)](#). Acesso em 20 de julho de 2023.

_____. O fazer-cidade entre deslocamentos e vizinhanças: reflexões baseadas nas trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia no estado de São Paulo. Em: Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, V. 9, N°. 3, set.- dez. 2019, pp. 723.744. Disponível em [Vista do O fazer-cidade entre deslocamentos e vizinhanças: reflexões a partir de trajetórias urbanas de mulheres em busca de moradia no estado de São Paulo / The make-city between displacements and neighborhoods: reflections from urban trajectories of women in search of housing in the state of São Paulo \(ufscar.br\)](#). Acesso em 13 de julho de 2023.

ROSE, Guillian. Feminism and Geogaphy. The limits of Geographycal Knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSENTAL, Paul André. Construir o “macro” pelo “micro”: Frederick Barth e a “microstoria”. Em: REVEL, Jaques (org.). Jogos de escalas: a experiência da microanálise. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. pp. 151 – 172.

ROVERE, Tuize Silva. Rendimento mensal e gênero dos moradores responsáveis pelos domicílios particulares permanentes em Santa Cruz do Sul. Em: *Observa DR/Covid 19*, 2020. Disponível em [3.Texto-Rendimento-nominal-mensal-e-gênero-dos-responsáveis-pelos-domicílios-em-Santa-Cruz-do-Sul.docx-1.pdf \(observadr.org.br\)](#). Acesso em 22 de julho de 2021.

_____. Segregação urbana e as mulheres moradoras da periferia: corpos descartáveis no alvo da Covid-19. Em: RIBEIRO, Cristine Jaques; KRÜGER, Nino Rafael Medeiros; ROVERE, Tuize Silva. *Diálogos da cidade no contexto pandêmico*. Pelotas/RS: Editora UFPel, 2021.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío Alonzo. Quem tem medo dos marcadores sociais da diferença? Em: SAGGESE, Gustavo Santa Roza; MARINI, Marisol; LORENZO, Rocío Alonzo; SIMÕES, Júlio Assis; CANCELA, Cristina Donza. *Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.

SANDERCOCK, Leonie; FORSYTH, Ann. A Gender Agenda: New Directions for Planning Theory. In: FAINSTEIN, Susan S.; SERVON, Lisa J. *Gender and Planning: A Reader*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1992.

SANTOS, Angela Moulin Penalva; DUARTE, Sandro Marino. Política habitacional no Brasil: uma nova abordagem para um velho problema Em: *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, N° 18, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em [POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: UMA NOVA ABORDAGEM PARA UM VELHO PROBLEMA | Penalva | RFD-Revista da Faculdade de Direito da UERJ](#). Acesso em 23 de junho de 2022.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos; VOGEL, Arno. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo: Projeto, 1985. p. 149

SANTOS, Junior O., WERNEK, M. e RAMOS Novaes, P. Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. *Revista de Urbanismo*, N° 42, p. 1-16, jun. 2020. Disponível em [pgatica,+Gestor+a+de+la+revista,+01++RU42++Santos+Junior+et+al.+DVO+21062020.pdf](#). Acesso em 10 de mai. 2023.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998.

SA VALE, Paulo. Afinal, porque ainda falamos sobre o modernismo? 18 out. 2020. ArchDaily Brasil. Disponível em [Afinal, por que ainda falamos sobre o modernismo? | ArchDaily Brasil](#). Acesso em 12 mai. 2023.

SCHIAFFARINO, Júlia. Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social. Em: *Congresso em Foco*, 07 jan. 2022. Disponível em [Gestão Bolsonaro cortou em mais de 70% repasses para assistência social - Congresso em Foco \(uol.com.br\)](#). Acesso em 23 de ago. 2023.

SCOTT, James. Exploração normal, resistência normal. Em: Revista Brasileira de Ciência Política, N° 5, Brasília, janeiro – julho, 2011. pp. 217 – 243. Disponível em [Exploração normal, resistência normal | Revista Brasileira de Ciência Política \(unb.br\)](#). Acesso em 12 de maio de 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Em: Educação e Realidade, N°20, V. 2, jul – dez, 1995. Disponível em [Vista do Gênero: uma categoria útil de análise histórica \(ufrgs.br\)](#). Acesso em jul. 2022.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA (SECAP/ME). Relatório de avaliação Programa Minha Casa Minha Vida. Brasília, dezembro de 2020. Disponível em [relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf \(www.gov.br\)](#). Acesso em 12 dez. 2022.

SEGATO, Rita Laura. Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad de Juarez. Em: Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, N° 13, V. 2, maio-agosto de 2005. pp. 265 – 285. Disponível em [SciELO - Brasil - Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez Território, soberania e crimes de segundo Estado: a escritura nos corpos das mulheres de Ciudad Juarez](#). Acesso em out. 2022.

SHAH, Alpa. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. Em: Revista Antropologia UFSCAR, N 12 (1), p. 373-392, janeiro/junho 2020. Disponível em [17.pdf \(ufscar.br\)](#). Acesso em 22 jun. 2022.

SILVA, Joseli M. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Em: Revista Geosul, V. 22, N° 44, p. 117-134, Florianópolis, julho/dezembro, 2007. Disponível em [Vista do Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano \(ufsc.br\)](#). Acesso em: 29 ago. 2016.

_____. Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Política habitacional brasileira: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Em: Revista Katál, V. 13, N° 2. pp. 155 – 163. Florianópolis, julho/dezembro, 2010. Disponível em [RKv13n2a01.pmd \(scielo.br\)](#). Acesso em 11 de agosto de 2021.

SILVA, Mozart Linhares da. Educação, etnicidade e preconceito no Brasil. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

SILVA, Natalia Alves. Feminismo negro e produção do espaço: uma abordagem interseccional-espacial. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Belo Horizonte, 2018. Disponível em [Repositório Institucional da UFMG: Feminismo negro e produção do espaço: as ocupações urbanas em uma abordagem interseccional-espacial](#). Acesso em 16 de abr. de 2023.

SILVA, Suzana Veleda. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. Em: Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, N 262, 15 de novembro de 2000. Disponível em [Estudos de gênero no Brasil \(ub.edu\)](#). Acesso em 4 dez. 2017.

SILVEIRA, Rogério Leandro L. Cidade, Corporação e Periferia Urbana: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul/RS: EDUNISC, 2003.

SIMÕES, Mariana. Primeira morte do Rio por coronavírus, doméstica não foi informada de risco de contágio pela “patroa”. Pública – Agência de Jornalismo Investigativo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/03/primeira-morte-do-rio-por-coronavirus-domestica-nao-foi-informada-de-risco-de-contagio-pela-patroa/>. Acesso em: 10 out. 2020.

SKOLAUDE, Mateus. Identidades rasuradas: o caso da comunidade afro-descendente de Santa Cruz do Sul (1970-2000). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

SOLNIT, Rebecca. “City of Women”. The New Yorker, 2016. Disponível em [City of Women | The New Yorker](#). Acesso em: 28 abr. 2020.

_____. A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre novos feminismos. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SOUZA, Candice Vidal e. A vida móvel das mulheres entre os bairros e as cidades: explorações antropológicas em fronteiras urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais/Brasil). Em: Universitas Humanística, N° 85, janeiro-junho, Bogotá, Colômbia, 2018. pp. 293 – 318. Disponível em [\(15\) \(PDF\) A vida móvel das mulheres entre os bairros e as cidades: explorações antropológicas em fronteiras urbanas da Região Metropolitana de Belo Horizonte \(Minas Gerais/Brasil\) \(researchgate.net\)](#). Acesso em 26 jan 2023.

SOUZA, Mariana B.; HOFF, Tuize S. Rovere. Governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências para a habitação popular. Em: Urbe, Revista Brasileira de Gestão Urbana, N° 11, 2019. Disponível em [SciELO - Brasil - O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular O governo Temer e a volta do neoliberalismo no Brasil: possíveis consequências na habitação popular](#). Acesso em 09 de jan. de 2020.

SUMI, Camilla Massola. A cidade na perspectiva de gênero: as políticas públicas urbanas 1990-2015 em São Paulo/SP. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp. Campinas, SP: 2018. Disponível em [\(18\) \(PDF\) A CIDADE NA PERSPECTIVA DO GÊNERO: AS POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS 1990-2015 EM SÃO PAULO/SP \(researchgate.net\)](#). Acesso em 16 de jun. 2022.

TAKEMOTO, Sérgio. Política habitacional de Bolsonaro exclui os pobres. Em: Brasil 247, 5 out. 2021. Disponível em [Política habitacional de Bolsonaro exclui os pobres - Sérgio Takemoto - Brasil 247](#). Acesso em 27 julh. 2023.

TAMANINI, Marlene; HEIDMANN; Francisco G.; VARGAS, Eliane Portes; ARAÚJO, Sandro Marcos Castro de. O cuidado em cena: desafios políticos, teóricos e práticos. Florianópolis: Editora UDESC, 2018.

TAVARES, Rossana Brandão. Práticas sociais de resistência na perspectiva de gênero contra indiferença à diferença: por um planejamento de possibilidades. In: XVII Enanpur: Desenvolvimento, Crise E Resistência: Quais Os Caminhos Do Planejamento Urbano E Regional? São Paulo, 2017. Disponível em http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.2/ST%2010.2-05.pdf. Consultado em 08/12/2017.

_____. INDIFERENÇA À DIFERENÇA: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero. 2015. Tese (doutorado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFRJ, Rio de Janeiro: 2015. Disponível em [\(99+\) INDIFERENÇA À DIFERENÇA: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero | Rossana Tavares - Academia.edu](#). Acesso em 22 de maio de 2019.

_____. Mulheres e a cidade: espaços de resistência. Em: BELLO, Enzo; PIRES, Cecília B.; AVZARADEL, Pedro (org.). Direito à cidade: espaços de esperança nas cidades de exceção. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019.

TAVARES, Rossana Brandão; RAMOS, Diana Helene. Feminisurbana: um projeto teórico político. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert (orgs.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: anotações de um percurso de pesquisa. Em: Revista Serviço Social, N.º.1 15, São Paulo, julho – setembro de 2013. pp. 443 – 461. Disponível em [Revista 115.indd \(scielo.br\)](#). Acesso em 09 de novembro de 2021.

_____. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. Em: Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistência. São Paulo: Editora FGV, 2015.

THINK OLGA. Relatório Chega de fiu fiu. 2018. Disponível em [ThinkOlga Relatorio Chega de FiuFiu.pdf](#). Acesso em 18 de maio de 2023.

_____. Esgotadas. 2023. Disponível em [Esgotadas - Lab ThinkOlga](#) . Acesso em 02 de outubro de 2023.

TIBURI, Marcia. Feminismo em comum: para todas, todes e todos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TIRELLI, Cláudia; AEROSA, Sílvia Virgínia C. Implementação do programa Minha casa minha vida em Santa Cruz do Sul: a percepção dos beneficiários. Em: Revista Barbarói, Edição Especial, N.º 54, Santa Cruz do Sul, julho/dezembro de 2019. Disponível em [Implementação do programa minha casa minha vida em Santa Cruz do Sul: a percepção dos beneficiários | Barbarói \(unisc.br\)](#). Acesso em dezembro de 2020.

TRIBOUILLARD, Clementine; ELOY, Cláudia Magalhães. Mulheres no mercado do financiamento habitacional brasileiro. Em: Blog do IDB – Inter-american Development Bank,

08 mar. 2022. Disponível em [Mulheres no mercado de financiamento habitacional brasileiro - Ideação \(iadb.org\)](#). Acesso em 23 de julh. 2023.

VELLOSO, R. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. Em: Redobra, Minas Gerais, N° 15, ano 6, p. 153-176, 2020.

VILLAÇA, Flávio. Reflexões sobre as cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

_____. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. In: Revista Estudos Avançados, V.25, N°71, São Paulo: janeiro/abril de 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004. Consultado em 28/10/2016.

_____. A segregação urbana e a justiça. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais, Ano 11, N° 44, p. 341-346, julho/setembro de 2003. Disponível em <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ibccrim.pdf>. Consultado em 20/09/2016.

_____. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: FAPESP, 2001.

WOOLF, Virginia. Street Houting: a London adventure. London: Read & Co. Great Essays, 2014.

WHYTE, William Foote. Sociedade da esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WORLD BANK / INTERNATIONAL BANK FOR RECONSTRUCTION AND DEVELOPMENT. Brazil poverty and equity assessment: looking ahead of two crises. Washington, DC: World Bank Group, 2022. Disponível em [World Bank Document](#). Acesso em 10 de outubro de 2023.

Anexos:

Roda de conversa no “QG”, ainda sem fechamento de PVC (janeiro, 2022)



Evento para distribuição de fraldas, absorventes e roupas de inverno no espaço do “projeto” (julho, 2022)



Evento com testemunhos de moradoras e fala de psicóloga no espaço do “projeto” (maio, 2022)



Evento com testemunhos de moradoras e fala de psicóloga no espaço do “projeto” (maio, 2022)

